

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

MESTRADO EM SAÚDE E MEIO AMBIENTE

IZAURA RODRIGUES DA FONSECA KRAMEL

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E REFLEXÕES SOBRE A ÁREA
SOCIOECONÔMICA**

JOINVILLE

2017

IZAURA RODRIGUES DA FONSECA KRAMMEL

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E REFLEXÕES SOBRE A ÁREA
SOCIOECONÔMICA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde e Meio Ambiente, no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente, da Universidade da Região de Joinville – Univille, sob orientação da Professora Dra. Nelma Baldin.

JOINVILLE

2017

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

K89a Krammel, Izaura Rodrigues da Fonseca
Ambientalização curricular na Universidade: representações sociais e reflexões sobre a área socioeconômica/ Izaura Rodrigues da Fonseca Krammel ; orientadora Dra. Nelma Baldin. – Joinville: UNIVILLE, 2017.

212 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente – Universidade da Região de Joinville)

1. Universidades e faculdades – Currículos. 2. Universidade da Região de Joinville – Currículos. 3. Educação ambiental. 4. Sustentabilidade e meio ambiente. I. Baldin, Nelma (orient.). II. Título.

CDD 378.199

Termo de Aprovação

“Ambientalização Curricular na Universidade – Representações Sociais e Reflexões sobre a Área Socioeconômica”

por

Izaura Rodrigues da Fonseca Krammel

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Saúde e Meio Ambiente, área de concentração Saúde e Meio Ambiente e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente.

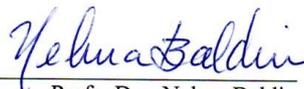


Prof. Dra. Nelma Baldin
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Paulo Henrique Condeixa de França
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente

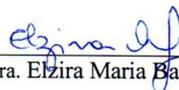
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Nelma Baldin
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Regina Helena Munhoz
(UDESC)



Prof. Dra. Elzira Maria Bagatin Munhoz
(UNIVILLE)

Joinville, 24 de agosto de 2017

Alexandre, Arthur e Heitor

A Vocês,
que a cada dia
me fazem acreditar
em um mundo melhor
e que me instigam a trabalhar
com intenção de torná-lo realidade,
Meus amores,
dedico esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem quero agradecer. De antemão, peço desculpas aos que não estão citados. São muitos, repito, e estão todos representados pelos que aqui nomeio. Agradeço, então:

A Deus, por tudo;

A meus pais, pela vida, pelas oportunidades e pela compreensão do silêncio;

À minha orientadora, Professora Doutora Nelma Baldin, pela dedicação e carinho com que me orientou, pela confiança com que me conduziu e por fazer-me ver que seria possível quando pareceu-me não ser;

A cada um dos participantes da pesquisa, Chefes de Departamento, Professores, Secretárias, Auxiliares de Serviços de Ensino e Estagiárias dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior e Publicidade e Propaganda da Área Socioeconômica da Univille, pela disponibilidade, gentileza e pela riqueza de suas contribuições;

Aos colegas do Grupo de Pesquisa EDUCA - Produção do Conhecimento e Sensibilização Ambiental, e da Turma XIV do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente, pelas trocas, discussões e parcerias que movimentaram o percurso;

A todos os profissionais da Univille que colaboraram para que a pesquisa se concretizasse;

À Professora Doutora Elzira Maria Bagatin Munhoz, duplamente, pelas contribuições na banca de qualificação e por aceitar o convite para compor a banca de defesa da dissertação;

À Professora Doutora Regina Helena Munhoz e ao Professor Doutor Paulo Henrique Condeixa de França, igualmente, por aceitarem o convite para compor a banca de defesa da dissertação;

Às queridas colegas de profissão, Psicólogas Vania Wiese e Rosnelda Ponick, minhas eternas Professoras, por terem confiado e colaborado para que eu pudesse lançar-me nessa jornada;

Às amigas:

Andréa Heidemann e Vanilda Barbosa Galli que, com sabedoria, humildade, bom senso e delicadeza, muito contribuíram para enriquecer meu trabalho;

Vanessa Cardoso Pacheco que, com serenidade, fortaleceu minha confiança em mim mesma;

Maria Isabel Basilio que, com disponibilidade e carinho, incontáveis vezes conduziu-me no trajeto e no percurso;

Sonia dos Santos Toriani e Vanessa Speckhahn Vicente, nutricionistas que, no sentido exato da palavra, nutriram o processo;

Maria Cecilia Takayama Koerich que, com lucidez e leveza, aconselhou-me tantas vezes;

Vanessa Cristina Melo Randig que, “Sempre Alerta!” esteve comigo;

Aos gestores e colegas de trabalho da Gerência da Unidade de Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social do município de Joinville, pelo apoio e colaboração;

A todos os que, de perto ou de longe, estiveram nos bastidores desse processo.

Agradecimentos especiais:

A meu esposo, Alexandre Krammel, pelo suporte, contribuições, cumplicidade e amor com que me acompanhou;

Aos meus filhos, Arthur e Heitor, pela intensidade de sua presença, seus comentários, observações, concessões, críticas e tudo mais.

Muito Obrigada!

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1 - Diagrama circular das características de um currículo ambientalizado.....	26
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Professores por Departamento da Área Socioeconômica (Univille - 2016).....	76
--	----

Gráfico 2 - Aplicação dos Questionários <i>online</i>	138
---	-----

Gráfico 3 - Relação Quantidade de Profissionais e Questionários Respondidos por Departamento.....	139
---	-----

Gráfico 4 - Importância do tema Educação Ambiental nos cursos de graduação da Área Socioeconômica.....	140
--	-----

Gráfico 5 - Participação em atividades de Educação Ambiental realizadas na Univille.....	141
--	-----

Gráfico 6 - Conhecimento da Existência de Plano Diretor/Plano de Gestão Ambiental na Univille.....	141
--	-----

Gráfico 7 - Motivação para participar e/ou promover ações de Educação Ambiental no <i>campus</i>	142
--	-----

Gráfico 8 - Dificuldades encontradas para participar em ações desenvolvidas na temática de Educação Ambiental e Sustentabilidade.....	143
---	-----

QUADROS

Quadro 1 - Categorias iniciais, conceito norteador e categorias intermediárias (<i>a posteriori</i>)	82
--	----

Quadro 2 - Categoria intermediária, conceito norteador e categoria final.....	83
---	----

TABELAS

Tabela 1 - Nível de instrução dos Professores da Área Socioeconômica (Univille - 2016).....	85
---	----

Tabela 2 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Administração (Univille - 2016).....	99
Tabela 3 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Ciências Contábeis (Univille – 2016)	101
Tabela 4 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Ciências Econômicas (Univille – 2016).....	104
Tabela 5 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Comércio Exterior (Univille – 2016)	105
Tabela 6 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Publicidade e Propaganda (Univille – 2016).....	108
Tabela 7 - Indícios de ambientalização curricular na Área Socioeconômica (Univille – 2016)	110

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

MEMORIAL – A RELAÇÃO DA PESQUISADORA COM O TEMA DA PESQUISA

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	17
OBJETIVOS	22
1 REVISÃO DA LITERATURA	23
1.1 AMBIENTALIZAÇÃO	23
1.1.1 A Dimensão Socioambiental da Educação Ambiental	32
1.2 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	38
1.3 A UNIVERSIDADE E O MEIO AMBIENTE: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR DA AMBIENTALIZAÇÃO	47
1.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	58
2 METODOLOGIA	66
2.1 MÉTODO	66
2.1.1 A abordagem da pesquisa.....	69
2.2 OS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA PESQUISA	70
2.2.1 <i>O locus</i> da Pesquisa – a Univille	70
2.2.2 Caracterização da Área Socioeconômica	72
2.2.3 A população alvo	75
2.2.3.1 Critérios de Exclusão	76
2.2.3.2 Da Ética da Pesquisa	76
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	76

2.4	ENCONTRANDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE NORTEADORAS DA PESQUISA.....	81
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	85
3.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	85
3.2	O STATUS DA AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA ÁREA SOCIOECONÔMICA: ENTRE O IDEAL E O REAL	86
3.2.1	Os Projetos Pedagógicos dos Cursos da Área Socioeconômica (PPC's).....	87
3.2.2	Planos de Ensino e Aprendizagem (PEA's) em detalhes.....	96
3.3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E MEIO AMBIENTE – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA SOCIOECONÔMICA.....	111
3.3.1	Sustentabilidade Socioambiental na Universidade – a Configuração das Representações Sociais dos Profissionais da Área Socioeconômica.....	122
3.3.2	A Educação Ambiental na Univille sob o olhar dos Profissionais atuantes na Área Socioeconômica	137
3.3.2.1	A Gestão Ambiental na Universidade como investimento para as Futuras Gerações	144
3.3.2.2	A Educação Ambiental e as mudanças de Atitude diante do Meio Ambiente e da Saúde	153
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
	REFERÊNCIAS	169
	ANEXOS.....	184
	ANEXO A Cópia da Carta de Solicitação de Anuência do Vice-Reitor da Univille para a execução da pesquisa.....	185
	ANEXO B Cópia da Carta de Solicitação de Anuência da Pró-Reitora de Ensino para a realização da Pesquisa na Área Socioeconômica	188
	ANEXO C Modelo da Carta de Apresentação da pesquisadora e da pesquisa aos Chefes de Departamento da Área Socioeconômica	191
	ANEXO D Cópia do Termo de Aprovação da Pesquisa	194
	APÊNDICES	198

APÊNDICE A Cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos Chefes de Departamento participantes da pesquisa	199
APÊNDICE B Modelo da planilha de tabulação dos dados dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e dos Planos de Ensino e Aprendizagem.....	202
APÊNDICE C Modelo do questionário piloto aplicado eletronicamente às secretárias e aos alunos dos cursos de Mestrado da Univille.....	205
APÊNDICE D Modelo do questionário <i>online</i> enviado aos profissionais da Área Socioeconômica.....	208
APÊNDICE E Modelo do roteiro de questões para as entrevistas com os Chefes dos Departamentos da Área Socioeconômica	211

MEMORIAL - A RELAÇÃO DA PESQUISADORA COM O TEMA DA PESQUISA

Sou natural do extremo oeste de Santa Catarina, oriunda do município de Romelândia, que tem nas atividades agropecuárias sua principal fonte de recursos financeiros.

Cursei o ensino fundamental em uma escola da rede estadual catarinense de ensino e na sequência o ensino médio em Colégio Cenecista, ambos os únicos existentes no lugar àquela época. O funcionamento do Colégio Cenecista se dava exclusivamente no período noturno e este ofertava o curso profissionalizante Técnico em Contabilidade.

Enquanto no ensino médio, trabalhei em período integral na Cooperativa Agropecuária instalada no município, como assistente do Departamento Técnico, cuja equipe era composta por técnicos agrícolas e médico veterinário.

Com a conclusão do ensino médio, passei a residir em Florianópolis, a capital do estado, por dois anos, enquanto estudei em cursos pré-vestibulares. Minha família de origem sempre valorizou o conhecimento, dando-me então apoio e suporte. Lembro-me bem de quando minha mãe vendeu sua preciosa máquina de datilografia para manter-me na capital, não sem pesar, no entanto crente de que estava fazendo o que entendia ser o certo a fazer para dar-me oportunidade de estudos. Ela mesma, minha mãe, não pôde dar continuidade aos estudos na escola normalista quando adolescente, pois em função do falecimento de sua genitora precisou retornar do colégio interno para dar suporte ao pai e às irmãs menores, interrompendo o curso no quinto ano. Meu pai retornou do exército aos 20 anos e não teve oportunidade de continuar os estudos, e tendo concluído o ensino fundamental, entrou no mercado de trabalho. cursou o ensino médio depois de adulto, após seu casamento.

Minha mãe, sempre inconformada por não ter podido terminar seus estudos, retornou aos bancos escolares já adulta (quando eu já estava no ensino médio), retomando a quinta série, ao mesmo tempo em que meu irmão, e concluiu o ensino fundamental e médio.

Passados os dois anos em Florianópolis, retornei para a casa dos meus pais e trabalhei na Secretaria de Agricultura do município, novamente com equipe de técnicos agrícolas e médico veterinário. Fazia trabalho em conjunto com a extensionista rural da (hoje extinta) ACARESC, cujo foco era fomentar nas famílias de agricultores a utilização de recursos próprios de seu ambiente natural para satisfação de suas necessidades.

Em 1992, prestei concurso vestibular e entrei na faculdade de Tecnólogo em Processamento de Dados na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, em Joinville. Ainda antes de concluir o curso estagiei na empresa de informática Datasul, onde

fui efetivada e trabalhei por sete anos.

No ano 2000, prestei vestibular novamente e entrei no curso de Psicologia na ACE, Associação Catarinense de Ensino, em Joinville. Em 2002, motivada por um estágio extra curricular em serviço público da Secretaria Municipal de Saúde, solicitei desligamento da empresa de informática e fui ser estagiária do Serviço de Psicologia do Posto de Atendimento Médico do bairro Boa Vista (PAM Boa Vista), sempre na cidade de Joinville.

Conclui a faculdade de Psicologia no final do ano 2005. Em 2006, iniciei os atendimentos clínicos em consultório compartilhado com outras três colegas e atuei como psicóloga voluntária no Centro de Estudos de Apoio à Família (CENEF) em Joinville.

Posteriormente, trabalhei na Clínica de Hematologia e Oncologia (CHO) em Joinville. Deixei este trabalho em meados de 2008 e em seguida, em setembro desse mesmo ano, fui chamada para assumir vaga de Psicóloga no serviço público, conquistada por meio de concurso, na Prefeitura Municipal de Joinville, onde atuo até o momento.

Trabalhei por cinco anos na Secretaria Municipal de Saúde, lotada no Centro de Atendimento Psicossocial Infanto Juvenil - CAPSi, Serviço de Saúde Mental onde eram atendidas crianças e adolescentes, e suas famílias como retaguarda.

Durante estes anos todos, constantemente foi se ampliando minha percepção de que, cada pessoa cujo sofrimento eu acompanhava trazia consigo, além do sofrimento emocional, questões relativas ao espaço que ocupava na família e na sociedade, assim como aquelas relativas ao meio ambiente onde viviam.

Neste mesmo período cursei Especialização em Psicologia Clínica pelo Centro de Estudos de Gestalt Terapia de Santa Catarina, CEG-SC, tendo recebido o título de especialista pelo Conselho Federal de Psicologia em 27/09/2014. Os conhecimentos adquiridos da abordagem gestáltica contribuíram, e o fazem constantemente, para minha compreensão da relação homem – meio ambiente.

Por questões de ordem pessoal, aliadas ao fato de entender que meu trabalho poderia contribuir também com o atendimento a famílias em situação de violação de direitos, solicitei transferência da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo transferida para o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS – Norte, onde são atendidos indivíduos e suas famílias com direitos violados, e residentes na região Norte do município.

No novo local de trabalho, fui sendo confrontada com situações que, de fato, fizeram-me entender o meio ambiente físico, o espaço geográfico, as questões sanitárias e a degradação do meio ambiente como violadoras de direitos das pessoas e importantes fatores

influenciadores tanto da degradação da saúde quanto do próprio meio ambiente físico. Sentia avolumando-se em mim a necessidade de compreender melhor as questões com que me deparava e a certeza de que as pessoas necessitam de educação para viver em sociedade, que pouco adianta oferecer um espaço de moradia, no intento de garantir dignidade às famílias, sem o devido investimento - acredito que já posso dizer: sem investimento na educação ambiental.

Esse entendimento assim configurou-se para mim ao trabalhar com famílias recém inseridas nas moradias adquiridas por meio do Programa Social “Minha Casa Minha Vida”. Durante as visitas domiciliares a algumas famílias que estavam em atendimento, pude constatar que o modo de viver e se relacionar com as questões ambientais aprendido nas áreas degradadas e insalubres onde aquelas famílias em específico viveram até então foram transportadas para dentro dos condomínios de apartamentos, configurando-se um fator gerador de conflitos entre os condôminos e um possível vetor de doenças nos conjuntos habitacionais.

O ingresso no Mestrado era um desejo antigo, acomodado entre as turbulências oriundas da condição de mulher-esposa-mãe-dona-de-casa-funcionária-pública, vindo à tona novamente enquanto buscava um modo de atuação profissional que pudesse vir a contribuir com meu trabalho junto a esta população, visando melhoria de sua qualidade de vida por meio da superação às violações de direito, assim como da sociedade e também de minha realização profissional.

Busquei o ingresso no Mestrado em Saúde e Meio Ambiente na Univille como aluna especial em julho de 2014, o que não foi possível. Ineri-me, então, no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho na Universidade do Vale do Itajai - Univali, frequentando um semestre como aluno especial e cursando as disciplinas de Temas em Saúde e Antropologia. Inscrevi-me no processo seletivo para o Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da Univille no segundo semestre de 2014, com a intenção de pesquisar o impacto socioambiental causado pela entrada dos condôminos nas edificações adquiridas pelo programa do governo federal, Minha Casa Minha Vida.

A escolha da orientadora deu-se, em primeiro plano, pela afinidade entre sua linha de pesquisa e trabalho com minha formação profissional e minha intenção de pesquisa. No decorrer do primeiro semestre do curso, solicitei transferência no trabalho para outro CREAS, que atende famílias da região Sul do município. Ainda recém-chegada neste espaço, percebi diferenças quanto aos modelos de comportamento e atuação, bem como quanto às particularidades das famílias em atendimento, de uma região da cidade para outra.

Atualmente desenvolvo minhas atividades profissionais na Gerência da Unidade de Proteção Social Especial (GUPSE) da Secretaria Municipal de Assistência Social, como Técnica de Referência. Represento esta gerência na Rede Mulher, no Grupo de Trabalho (GT) Consciência Ambiental, Direitos Humanos e Igualdade Racial, assim como no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). Nestes espaços, assim como no ambiente de trabalho, existe viabilidade de tratar da temática da sustentabilidade socioambiental.

Também sou membro, com meu marido e filhos, do Movimento Escoteiro, espaço de educação não formal pautado no Método Escoteiro e no Programa Educativo. Os princípios do movimento vão ao encontro das questões tratadas em minha dissertação, razão pela qual destaco a seguir parte do princípio número 2.

Dever para com os outros (participação na sociedade, boa ação, serviço ao próximo);
Propomos aos jovens respeitar com carinho o mundo natural, comprometer-se com o desenvolvimento sustentável e participar ativamente dos esforços para sua preservação e renovação. Entendemos que o ser humano só se realiza plenamente quando exerce sua liberdade respeitando a do próximo. Propomos aos jovens que busquem sua realização por meio do serviço ao próximo e que se integrem de maneira responsável e solidária à sua comunidade. [...] (WEB, 05/11/2016)¹.

Acredito que são deveras importantes os investimentos nas futuras gerações, pois meus dois filhos são dois exemplos que tenho em casa, dos quais muito me orgulho por suas atitudes em relação à justiça social, sustentabilidade socioambiental, cuidados com o meio ambiente natural e social. Ambos têm vivenciado situações que os auxiliam a entender esta temática desde o Jardim de Infância, no Ensino Fundamental da educação formal, assim como por intermédio da educação não formal. Mas estou certa de que a Educação Ambiental começa em casa, e para que se tenha o maior alcance possível é imprescindível também o investimento nas gerações atuais, pois são elas que dão exemplos de vida para os menores, e sabe-se que os exemplos vivenciados fortalecem, dão suporte e edificam o aprendizado.

¹ *Website* do Movimento Escoteiro no Brasil: <http://www.escoteiros.org.br/metodo-escoteiro/>

RESUMO

O modo de atuação instaurado na sociedade por um sistema de produção que se apropria dos recursos do meio ambiente do planeta em nome do desenvolvimento econômico (que não é extensivo a toda a população do planeta), vem afetando sobremaneira a qualidade de vida, mostrando-se insustentável. Urge a busca por modelos alternativos, que atendam às demandas da sociedade atual e preservem os recursos naturais para que as próximas gerações também tenham a possibilidade de fazê-lo a seu tempo, visando a sustentabilidade socioambiental. Às instituições de ensino incumbiu-se a tarefa de educar para a sustentabilidade. Prevista na Política Nacional de Educação Ambiental, nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental e também pelo Ministério da Educação, a inserção da Educação Ambiental nas instituições de ensino superior é condicionante à obtenção e renovação de credenciamento e abertura de novos cursos. Pela legislação, a Educação Ambiental deve ser inserida nos currículos não em forma de disciplina, mas sim transversalmente, integrada a todos os currículos e abordada por todos os professores. A consigna, porém, vem sendo interpretada de diferentes maneiras, ocasionando a inclusão de disciplina(s) específica(s) nos cursos e/ou ainda a inclusão da temática ambiental em uma ou algumas das disciplinas dos cursos, de maneira isolada. Nos espaços das instituições de ensino superior têm sido realizadas pesquisas, balizadas por características que fornecem indicativos do processo de ambientalização, avaliando ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A ambientalização dos currículos é de grande importância nesse processo, pois é por meio dos conteúdos abordados pelos professores, de maneira inter e transdisciplinar, que se espera promover a formação de cidadãos e profissionais imbuídos de senso crítico e ético que pautem sua vida profissional nos preceitos da sustentabilidade econômica, cultural, social e ambiental. A pesquisa aqui apresentada foi efetivada junto aos cursos de graduação da Área Socioeconômica da Universidade da Região de Joinville, *campus* Joinville, visando identificar se existe nessa área a intenção de ambientalização. A investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo nos documentos norteadores dos cursos, análise de conteúdo das entrevistas gravadas com os Chefes de Departamento da Área e de respostas a questões subjetivas de questionário eletrônico aplicado aos profissionais atuantes na Área, e ainda da análise das questões objetivas do questionário eletrônico. O objetivo geral da pesquisa, elaborar um diagnóstico e sugerir ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade com vistas a um processo de promoção de ambientalização na Univille, foi alcançado. Com a pesquisa constatou-se, de um lado, poucos indícios de ambientalização curricular e, de outro lado, observou-se considerável disponibilidade da maioria dos Chefes de Departamento quanto a ampliar o tratamento dado à temática nos cursos que coordenam.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Sustentabilidade Socioambiental; Meio Ambiente

ABSTRACT

The society established action mode, through a production system that appropriates itself of the planet's environment resources in the name of the economic development (which is not extended to the entire population of the planet), has greatly affected the quality of life, showing how unsustainable it is. It is urgent to search for alternative models that meet the demands of the current society and preserve the natural resources so that the next generations also have the possibility to do so in their own time, aiming the social and environmental sustainability. The task of educating for sustainability was entitled to educational institutions. According to the National Policy on Environmental Education, in the National Curricular Guidelines for Environmental Education and also by the Ministry of Education, the inclusion of Environmental Education in higher education institutions is mandatory on obtaining and renewing accreditation and opening new courses. Accordingly to the legislation, Environmental Education should be inserted into the curricula not in the form of a discipline, but rather across, integrated into all curricula and addressed by all teachers. The command, however, has been interpreted in different ways, leading to the inclusion of specific subject (s) in the courses and / or the inclusion of the environmental theme in one or some of the courses, in an isolated way. Researches have been carried out in the space of higher education institutions, based on characteristics that provide indications of the process of environmentalization, evaluating teaching, research, extension and management actions. The environmentalization of curricula is of great importance in this process, because it is through the content addressed by the teachers, in an inter and transdisciplinary way, that resides the hope to promote the formation of citizens and professionals with a critical and ethical sense who live their professional life based on the concepts of economic, cultural, social and environmental sustainability. The research presented here was carried out in conjunction with the socioeconomic area undergraduate courses of the Joinville University, Joinville campus, in order to identify if there is in this area the intention of environmentalization. The research was carried out through bibliographical research, content analysis in the guiding documents of the courses, content analysis of the interviews recorded with the courses Department Heads and answers to subjective questions of the online form applied to professionals working in the area, and the analysis of the objective questions of the online form. The main goal of the research, to elaborate a diagnosis and to suggest strategic actions for an institutional policy of sustainability with a view to a process of promotion of environmentalization in the Univille, was reached. The research showed that, on one hand, there were few indications of curricular environmentalization, and on the other, considerable inclination of most of the Department Heads to extend the treatment given to the subject in the courses they coordinate.

KEYWORDS: Environmental education; Socio-environmental Sustainability; Environment

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado dos estudos realizados durante a participação no curso de mestrado acadêmico na Universidade da Região de Joinville – Univille, no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente e vinculada à linha de pesquisa de Qualidade Ambiental e Saúde. O processo se deu pela análise da questão ambientalização dos cursos da área Socioeconômica na Univille, por meio de análises da documentação existente e de propostas de ações estratégicas voltadas para uma política institucional de sustentabilidade.

No Brasil, o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado é previsto na Constituição Federal de 1988 e, ainda em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente já previa a Educação Ambiental para todos os níveis de ensino, incluindo educação da comunidade com o objetivo de capacitar a população para sua participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 2012).

A Lei 9.795/1999 (regulamentada pelo Decreto 4281/2002) dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e determina que a Educação Ambiental tem caráter essencial e permanente na educação nacional, quer seja no processo formal (escolar), quer seja nos processos informais de educação. Esta lei estabelece, ainda, que a Educação Ambiental deve se fazer presente nos currículos de todas as etapas da educação, do nível básico ao superior, de maneira que articule questões ambientais locais, regionais e nacionais, tendo o meio ambiente como o local de origem das relações (BRASIL, 1999).

A legislação recomenda que não se tenha a Educação Ambiental como prática isolada na forma de disciplina no currículo (da educação básica à superior, salvo exceções, quando se fizer necessário), e sim que seja entendida como prática educativa continuada, permanente e integrada. E determina, ainda, que na formação inicial de professores a dimensão ambiental deve estar presente nos currículos em todos os níveis e disciplinas (BRASIL, 2012).

A Lei nº 9.394/1996, que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional não explicita sobre Educação Ambiental e nem sobre questões ambientais em seu texto. No entanto, os princípios gerais da educação contemplam os da Educação Ambiental, quando consideram o envolvimento do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural sob temas transversais, bem como a formação integral do aluno (BRASIL, 1996). Especificamente para a educação de nível superior, no Art. 43, a Lei nº 9.394/1996 apresenta como finalidades:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996).

Em 2010, a Lei 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, promoveu sua integração à Política Nacional do Meio Ambiente e também sua articulação com a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2010). Mais recentemente, em 2012, Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno – CNE/CP - 2/2012 estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental para os sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e Educação Superior. Por meio desta Resolução, as instituições de ensino básico e superior estão obrigadas a efetivar a inserção da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico, Projetos e Planos de Curso de educação básica e nos Projetos Pedagógicos de Curso e Projeto Pedagógico componentes do Plano de Desenvolvimento Institucional das Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2012).

Desde antes da Resolução 2/2012 CNE/CNP que vincula o credenciamento, credenciamento, autorização, renovação de autorização e reconhecimento de instituições educacionais e cursos ao atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), questões reais da atualidade vêm se impondo e trazendo à tona discussões acerca de Educação Ambiental, meio ambiente e sustentabilidade socioambiental (TRISTÃO, 2012; PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014; SEIFFERT, 2014; GUIMARÃES, 2015).

Diversos autores, entre eles Guimarães (2015), Layrargues (2011) e Loureiro (2011) discorrem sobre a importância da escola na prática da Educação Ambiental. A universidade enquanto espaço formativo é local propício e favorecedor à propagação do conhecimento científico, mas também para a articulação deste com os saberes locais. Portanto, a universidade oferece espaço para tratar das questões socioambientais, sejam relativas ao Meio Ambiente, sejam relativas à Educação Ambiental. Por conseguinte, faculta a ambientalização de seu currículo.

Carvalho, Cavalari e Santos Silva (2015) entendem que

A discussão e implementação dos processos de ambientalização no ensino superior se justificam uma vez que a universidade, além de outros espaços e níveis educacionais, tem sido compreendida como *locus* privilegiado para a produção e difusão de conhecimentos, valores e ações que fomentam a participação política diversa, acerca da temática ambiental. Tal justificativa se sustenta, também, na medida em que nessa instituição concentra a maior parte das pesquisas produzidas no país, além de ser um dos espaços de formação de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento (CARVALHO; CAVALARI; SANTOS SILVA, 2015, p.47).

Ambientalização curricular é um processo inovador, que visa alterações nos currículos escolares para que os temas socioambientais sejam integrados aos conteúdos e práticas da educação (KITZMANN; ASMUS, 2012). A ambientalização curricular na universidade, por conseguinte, é o processo de ambientalização curricular dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. A ambientalização curricular nas universidades visa, assim, que por meio da incorporação de conteúdos e práticas socioambientais aos conteúdos curriculares, cidadãos críticos e conscientes se formem e venham a atuar em suas práticas profissionais e na vida cotidiana onde contemplem a interdependência entre o meio ambiente a vida.

A pesquisa “Ambientalização Curricular na Universidade – Representações Sociais e Reflexões sobre a Área Socioeconômica”, aplicada aos cursos de graduação da área Socioeconômica da Universidade da Região de Joinville - Univille: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Publicidade e Propaganda, que contempla esta temática, portanto, representou a intenção de diagnosticar se nos currículos dos cursos de graduação dessa área, nessa Instituição, existem indícios de que se tratam, ali, questões relacionadas ao meio ambiente. Ainda buscou-se, também, investigar junto aos professores e funcionários (secretárias) dessa área de conhecimento, quais são as representações sociais e qual é o entendimento que têm, esses profissionais, quanto às questões relacionadas à temática em estudo.

Convém ressaltar que a Univille está constituída pelas áreas de conhecimento: Ciências Humanas e Ciências Jurídicas; Ciências da Saúde e Ciências Biológicas; Ciências Exatas, Engenharias, Arquitetura e Design; e Ciências Socioeconômicas e Hospitalidade, e essa pesquisa centra-se, portanto, na área Socioeconômica.

A investigação foi feita por meio de análise documental nos documentos norteadores dos cursos: Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Plano de Ensino e Aprendizagem (PEA) das

respectivas disciplinas, aplicação de questionário eletrônico (para professores e funcionários) e entrevistas gravadas (com os professores chefes de departamento).

Entende-se que este estudo é relevante para o momento atual, quando é possível constatar-se na vida diária os efeitos das ações insustentáveis do homem na sua relação com o meio ambiente:

desmatamento ilegal, aterramento de manguezais, derramamento de óleo no mar, pesca predatória, tráfico de animais silvestres, lixões, lançamento de esgotos doméstico e industrial sem tratamento no mar e nos rios, destruição das nascentes, funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores sem licença ambiental e outras ocorrências, que põem em risco a integridade dos ecossistemas e interferem negativamente na qualidade de vida das populações afetadas (BERTÉ, 2007, p.18).

Jacobi (1999, p.44) acrescenta que “enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de resíduos sólidos em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais” são vistos como impactos, que com índices cada vez maiores da poluição do ar interferem na saúde da população. E isto ocorre como efeito do modelo de atuação humana operado sobre o meio ambiente. Modelo, este, que deve ser repensado de forma que possibilite a recuperação e a minimização da degradação ambiental (BERTÉ, 2007) na busca de melhorias nas condições do meio ambiente e da saúde.

Todas as ações dos Homens justificam-se geralmente em benefício do processo civilizatório, do progresso e da modernidade. Em função destas práticas no e do passado é que atualmente a sociedade dispõe de muitas facilidades e tecnologias. No entanto, faz-se importante, em razão do que vem sendo constatado com relação à escassez e finitude de recursos naturais e das consequências disto para os seres vivos, reconhecer-se e repensar-se sobre ações tomadas no dia a dia das pessoas, e isto de forma crítica, ética e consciente.

De acordo com Ometto *et al.* (2015, p.104),

há demandas concretas diante do atual cenário socioambiental mundial e da crescente discussão sobre a necessidade de que os egressos do ensino superior sejam formados a partir de bases curriculares que abordem de forma responsável e ética a problemática da sustentabilidade socioambiental, independente de sua área de atuação.

A Univille é uma universidade de grande importância para a região de Joinville, por diversas razões, entre elas, por ser um polo formador de profissionais para o mercado, tanto local quanto global, uma vez que recebe alunos de diversas regiões do Estado e do Brasil, e também de outros países com os quais mantém convênios, bem como por sua proposta de

visão interdisciplinar, ecológica e crítica da ciência na relação com o mundo. Desta maneira, acredita-se que a importância deste tema está centrada na sua contribuição para a avaliação institucional, principalmente na área estudada e no que diz respeito às suas atitudes sustentáveis. Assim, conseqüentemente, visa colaborar para a formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais.

Este estudo, portanto, que por todos os seus encaminhamentos voltou-se para a questão do processo de ambientalização na Univille, está assim organizado: na Introdução, faz-se uma apresentação desse estudo e, na sequência, apresenta-se os Objetivos da pesquisa. No primeiro capítulo, detalha-se a Revisão da Literatura estudada que aborda as temáticas fontes deste estudo, abrangendo as questões da Ambientalização, Sustentabilidade Socioambiental, a Universidade e o meio ambiente, e Representações Sociais. No segundo capítulo, trata-se da Metodologia da pesquisa, com detalhamento do Método, dos Procedimentos para a execução da pesquisa, dos Procedimentos Metodológicos e da busca pelas categorias de análise norteadores da pesquisa. No terceiro capítulo, apresentam-se os Resultados e a Discussão decorrente, abrangendo a Caracterização dos Participantes, o *Status* da ambientalização curricular nos documentos norteadores dos cursos, e as Representações Sociais de Educação Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental e Meio Ambiente que têm os profissionais da Área Socioeconômica. Por fim, as Considerações Finais da pesquisadora.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Diagnosticar o processo de ambientalização na Univille por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável.

Objetivos Específicos:

- Realizar diagnóstico dos documentos curriculares dos cursos de graduação da Área Socioeconômica da Univille a fim de identificar a presença da temática socioambiental nessa Área;
- Identificar o entendimento dos profissionais da Área Socioeconômica da Univille quanto às questões socioambientais na Instituição;
- Reconhecer as representações sociais manifestas nas falas e nas práticas dos participantes da pesquisa;
- Fornecer à Área Socioeconômica da Univille o diagnóstico encontrado e propor possíveis melhorias sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

1 REVISÃO DA LITERATURA

1.1 AMBIENTALIZAÇÃO

Ambientalização consiste em propagar elementos de literatura, conceitos, vivências, modelos que reflitam maneiras adequadas de as pessoas agirem, diante de suas demandas, no ambiente onde vivem, a fim de que essas possam ser atendidas visando à sustentabilidade socioambiental e tornem-se práticas habituais.

Carvalho, Amaro e Frankenberg (2012, p.98) apresentam ambientalização como “o processo de internalização de valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente nas práticas sociais e nas orientações individuais”. É, pois, uma nova maneira de compreender o mundo da forma como ele é, com todas as potencialidades e limitações, e agir de modo que as potencialidades sejam exploradas, as limitações sejam superadas e compensadas, mas não “a qualquer custo”.

Face às modificações ambientais provocadas no planeta pela ação dos seres humanos, e às dificuldades que se apresentam à sociedade, resultantes deste processo, faz-se necessário rever as práticas sociais e as orientações individuais (CARVALHO; AMARO; FRANKENBERG, 2012). Para que pessoas e sociedade revejam suas práticas e orientações, é preciso que reconheçam a necessidade e a importância de mudanças de atitude. Para possibilitar este reconhecimento, torna-se mister informar, demonstrar e ensinar, buscando conscientizar, bem como estimular e prover condições para que as mudanças sejam viabilizadas a toda a população.

Ruscheinsky (2014, p.101), expressa que “o processo de acolher questões ambientais sob a lógica donexo entre sociedade e natureza e igualmente integradas em uma perspectiva interdisciplinar tem sido denominado pela noção de ambientalização, por vezes, associado à educação ambiental”.

A ambientalização na universidade vem como proposta de inserir, de forma transversal no ambiente universitário, novos valores e atitudes em relação ao meio ambiente, considerando que, de acordo com Carvalho, Amaro e Frankenberg (2012, p.98) “o ambiente universitário tem o potencial de ir além das atividades educadoras e influenciar mudanças de paradigmas no modo de vida das sociedades”. Desse modo, tomando-se o ambiente universitário como modelo de relacionamento com o meio ambiente, os futuros profissionais e a comunidade terão condições de propagar à sociedade uma nova maneira de viver e trabalhar, respeitando o ambiente natural e social.

Os estudos sobre ambientalização na universidade constituíram-se pelo trabalho em redes de pesquisa. No ano 2002, o termo ambientalização tornou-se conhecido por intermédio dos pesquisadores da Rede de Ambientalização Curricular de Ensino Superior – Rede ACES – com o objetivo de “apresentar um projeto comum ao Programa ALFA da União Europeia sob o título *Programa de Ambientalização Curricular do Ensino Superior: proposta de intervenções e análises do processo*” (GUERRA *et al.*, 2015, p.14 grifos do autor).

Constituem a Rede ACES 11 universidades, das quais cinco são europeias e 6 latino-americanas. Entre essas últimas, três são brasileiras: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” *Campus* de Rio Claro - UNESP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Essas 11 universidades uniram-se a fim de construir metodologias para avaliar o grau de ambientalização dos cursos de nível superior da Europa e América Latina, e a produção científica gerada fornece referencial importante sobre a ambientalização nas universidades, tanto nacionais quanto internacionais (GUERRA *et al.*, 2015).

No contexto da construção do conceito e do processo de ambientalização nas universidades, os autores destacam três eventos: a II Jornada Ibero-Americana da Alianza de Redes Iberoamericanas por La Sustentabilidad y el Ambiente – ARIUSA, a III e a IV edições do Seminário Sustentabilidade nas Universidades. Em tais eventos, houve a colaboração de diferentes países, gerando produções constituintes do “Estado da Arte” da temática, ações importantes no contexto ibero latino-americano (GUERRA *et al.*, 2015).

Comprometidas com a pesquisa e com a incorporação da sustentabilidade socioambiental nas universidades e visando cooperação internacional, as Redes de Universidades integram-se à ARIUSA. No Brasil, a rede associada é a REASUL – Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental, com 14 instituições de ensino que participam como membros ativos da ARIUSA (GUERRA *et al.*, 2015).

Com a cooperação internacional entre a Universidade de São Paulo – USP, com o Programa USP Recicla, o Departamento de Ecologia da Universidade Autônoma de Madri - UAMI (Espanha) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, em novembro do ano 2011 aconteceu, na USP São Carlos, o III Seminário Internacional Sustentabilidade na Universidade (FIGUEIREDO; GUERRA; JUNKES, 2015). Desse encontro, participaram membros da REASUL e da ARIUSA e no evento apresentou-se a Plataforma “Informação, Sensibilização e Avaliação da Sustentabilidade nas Universidades” (GUERRA *et al.*, 2015). Os debates e resultados desse evento foram publicados no livro “Visões e experiências ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades” e também

disponibilizados na internet (RUSCHEINSKY *et al.*, 2014).

Em junho do ano 2012 ocorreu a II Jornada Ibero-Americana da ARIUSA, na Universidade do Vale do Itajai – UNIVALI (SC), onde buscou-se definir critérios que fossem adaptáveis ao contexto latino-americano, e também constituiu-se a *Red de Indicadores de Sostenibilidad de las Universidades* – RISU. Nesse mesmo ano, na Colômbia, durante reunião da rede, foi proposto um projeto para avaliar a sustentabilidade nas universidades e outro ainda para comparar indicadores ambientais nas universidades ibero-americanas (GUERRA *et al.*, 2015).

Uma vez formada a RISU, durante a reunião da Rede ARIUSA, a própria ARIUSA e as redes que a compõem passaram a integrar a *Alianza Mundial de Universidades sobre Ambiente y Sostenibilidad* – GUPES, por iniciativa da Rede de *Formacion Ambiental para America Latina y el Caribe* e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nessa reunião, ocorreu o lançamento da *GUPES Latino America* onde os representantes das universidades que a compõe comprometeram-se a organizar foros nacionais em dez países, sendo um deles o Brasil. As universidades brasileiras presentes nesse evento: Universidade do Vale do Itajai - UNIVALI (SC); Universidade de São Paulo – USP (*campus* São Carlos); Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (RS); e Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE (SC), responsabilizaram-se por organizar o IV Seminário Sustentabilidade na Universidade: Desafios à Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior no Brasil (GUERRA *et al.*, 2015).

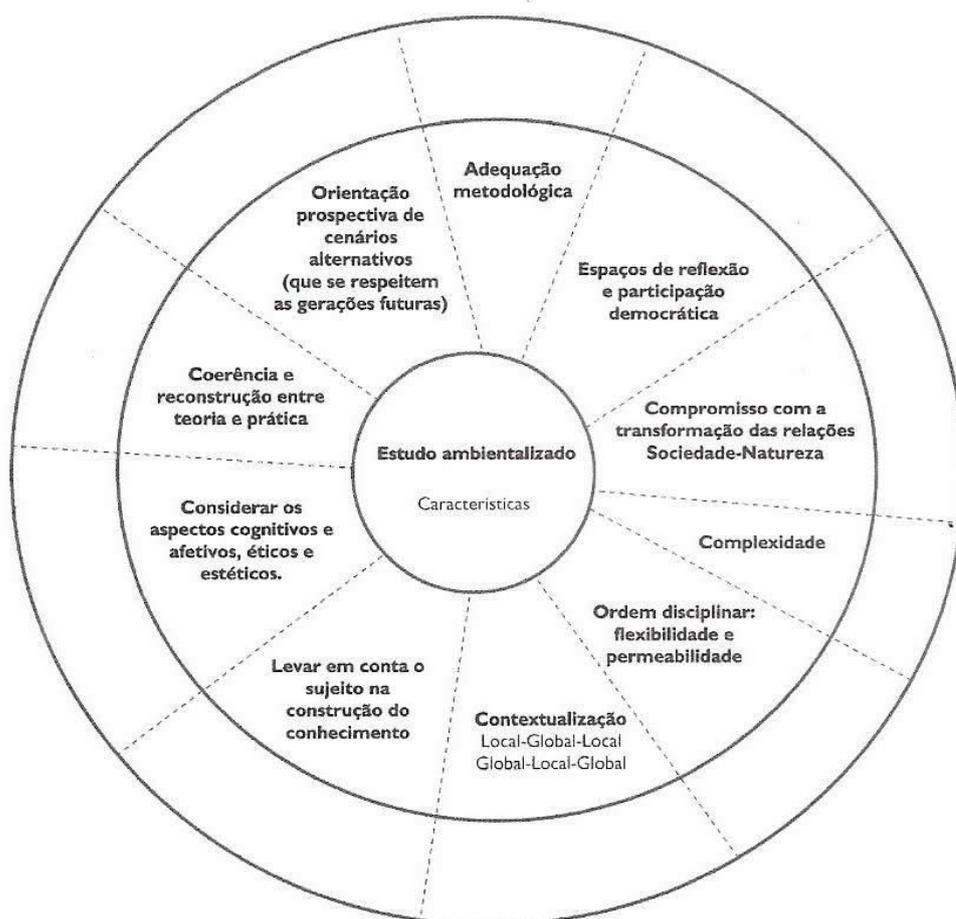
Em setembro de 2013 teve lugar em Porto Seguro (Bahia), o IV Seminário Sustentabilidade na Universidade: Desafios à Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Nesse seminário, a ambientalização esteve em destaque nos Grupos de Trabalhos (GT), em especial no GT 2: A incorporação dos temas ambiente e sustentabilidade no currículo da graduação e pós-graduação, isto é, tratou-se sobre o processo da ambientalização curricular no ensino superior (CARVALHO; SILVA, 2014). Os artigos dos GTs, reunidos aos de outros pesquisadores brasileiros que não puderam participar do evento, foram organizados e originaram o livro “Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior no Brasil: Caminhos trilhados, desafios e possibilidades” (RUSCHEINSKY *et al.*, 2014).

Também em 2013, conforme Benayas (2013 *apud* Guerra *et al.*, 2015, p.19) foi aprovado o *PROYECTO RISU – Definición de indicadores para la evaluación de las políticas de sustentabilidad en Universidades Latinoamericanas*, sob coordenação da Universidade Autônoma de Madri.

Em vista do andamento desse processo, a Rede ACES produziu um conjunto de 10

características para fundamentar a avaliação da ambientalização nas universidades. Essas 10 características relacionam-se entre si, são complementares e passíveis de interpretação levando em consideração o contexto da instituição. Este é um dos motivos pelos quais as características foram dispostas sob forma de diagrama circular, conforme pode ser verificado na Figura 1 (OLIVEIRA JUNIOR *et al.*, 2003).

Figura 1 - Diagrama circular das características de um currículo ambientalizado



Fonte: Oliveira Junior *et al.* (2003, p.41).

A fim de balizar a busca pelas características de ambientalização nos documentos consultados nesta pesquisa, adotou-se a seguinte interpretação de cada característica, tomando-se por base os estudos de Oliveira Junior *et al.* (2003) e Heidemann (2017).

Característica 1 – Compromisso com a transformação das relações entre sociedade e natureza:

Levar em conta que o homem é responsável pela transformação necessária entre a

sociedade e a natureza firmando compromisso com esta transformação;

Incentivar, subsidiar e apresentar propostas e práticas que fomentem nos estudantes o entendimento de que seus conhecimentos e ações podem transformar a relação entre sociedade e natureza, disponibilizando à sociedade profissionais cidadãos comprometidos tanto com a necessidade desta transformação quanto com as consequências dela advindas;

Considerar que a natureza é transformadora das relações sociais e, sobretudo, que o homem ao transformar a natureza é responsável pela transformação nas e das relações sociais.

Característica 2 - Complexidade:

Assumir que o conhecimento não é finalizado, que se complementa constantemente nas relações estabelecidas socialmente, e que também as relações são complementares;

Considerar que não há conhecimento concreto que não possa ser desconstruído, e que não há relação que se mantenha sem interação;

Reconhecer que: o conhecimento não é dado pronto ao aluno, não é exclusividade do professor, nem dos materiais didáticos; o conhecimento é atualizado nas relações, de aluno com professor, da comunidade acadêmica entre si, com o próprio ambiente acadêmico, com o ambiente natural e com a comunidade externa. É necessário que o conhecimento seja transformado, ou seja, precisa ser conhecido, compreendido, interpretado e reinterpretado, para que faça sentido e possa ser aplicado com convicção nos mais diversos contextos de atuação profissional e na vida diária.

Característica 3 - Ordem disciplinar, flexibilidade e permeabilidade:

Apresentar um currículo estruturado e contextualizado ao curso em questão, como fundamento das disciplinas e da formação profissional, que preveja abertura a situações de ordem prática e científica, contemporâneas e contextualizadas socialmente e visem à superação de práticas docentes que obstaculizem revisão e modificação;

Oferecer a possibilidade de cada disciplina dialogar cientificamente com outras disciplinas, profissionais e conteúdos do curso, interagir com as diferentes formas de saber (incluindo científico e não científico), assim como com profissionais e conteúdos de outros cursos e áreas, para efetivação do processo de construção do conhecimento.

Característica 4 - Contextualização Local-global-local / Global-local-global:

Integrar a realidade socioambiental local em todos os seus aspectos (social, político, econômico, ambiental, cultural), tecendo relações do momento presente com o passado e com o futuro;

Considerar que há vinculação entre os aspectos locais e os globais, tendo o entendimento de que alterações locais serão disseminadas no (meio) ambiente podendo ter

alcance local e global, e do mesmo modo as alterações globais serão disseminadas no (meio) ambiente podendo ter alcance global assim como no local em que forem praticadas, e que as consequências poderão ser percebidas tanto no presente quanto futuramente.

Característica 5 - Levar em conta o sujeito na construção do conhecimento:

Considerar o aluno não apenas como sujeito, mas também como agente no (seu) processo de construção do conhecimento;

Viabilizar maneiras e estratégias para que o aluno possa participar ativamente no (seu) processo de ensino e aprendizagem;

Viabilizar que o aluno participe dos processos de avaliação.

Característica 6 – Considerar os aspectos cognitivos e afetivos das pessoas:

Considerar que as pessoas ingressam e perpassam o ambiente universitário com todo o seu aparato - cultural, biológico, social, emocional, e que isso inclui suas potencialidades e fragilidades;

Reconhecer e considerar as diferentes formas de linguagem, expressas para além da verbal;

Respeitar as diversidades étnica, cultural, de gênero;

Reconhecer o aluno tal como ele é, com limitações, necessidades e talentos, ofertando-lhe, além da formação em curso superior, suporte emocional, material, psicológico, pedagógico para que ele possa alcançar a capacidade plena de seu aprendizado e melhor desenvolver suas habilidades.

Característica 7 - Coerência e reconstrução entre teoria e prática:

Considerar que prática e teoria são interdependentes, nem uma nem outra são mais ou menos importantes para o processo de construção e reconstrução de conhecimento, e que ambas se constroem de modo dinâmico em um contexto;

Manter coerência entre teoria e prática, entre os discursos e as atitudes, no currículo, no ensino, na gestão e na pesquisa;

Interpretar a realidade de maneira coerente, considerando-se que esta pode ser modificada;

Promover estudos de campo;

Ter a educação para a sustentabilidade integrada ao dia a dia da instituição.

Característica 8 - Orientação prospectiva de cenários alternativos:

Considerar que a incerteza e a imprevisibilidade do futuro podem ser atenuadas por meio da construção de cenários alternativos, baseados nas experiências e conhecimentos atuais visando o compromisso com as futuras gerações;

Oferecer propostas e práticas que, orientadas para a cidadania, instiguem os estudantes a analisar criticamente os cenários, utilizar os recursos tecnológicos e tomar decisões com a perspectiva de um futuro sustentável socioambientalmente.

Característica 9 - Adequação metodológica:

Fazer uso de metodologia adequada e coerente para articular a concepção teórica com a concepção de mundo.

Característica 10 - Espaços de reflexão e participação democrática:

Prover espaço para que todos tenham oportunidade de refletir criticamente e agir de forma justa.

Em dez países latino-americanos, 65 universidades concluíram a aplicação das características ou, como alguns autores definem, dos indicadores. Entre essas universidades, estão 13 brasileiras, sendo quatro de Santa Catarina: UNIFEBE, UNIVALI, UNIVILLE e UDESC; uma do Paraná, cinco do Rio Grande do Sul e três de São Paulo. Os resultados do projeto foram apresentados em 2014 na Universidade de Nagoya, Japão, bem como o resumo executivo, que foi publicado de forma virtual e impressa (GUERRA *et al.*, 2015).

Em 2013 ocorreu na UNIVILLE uma Reunião de Trabalho sobre Ambientalização, Sustentabilidade, Educação Ambiental e Universidade em Santa Catarina – Análise, levantamento de estratégias e busca de novos rumos, por iniciativa das instituições de ensino superior elo da REASul no Estado (GUERRA *et al.*, 2015).

Os autores Ruscheinsky, Guerra e Figueiredo (2015, p.41) comentam que no IV Seminário de Sustentabilidade nas Universidades, cujo objetivo foi “atualizar informações sobre o panorama da incorporação da temática da sustentabilidade socioambiental nas IES brasileiras”, constatou-se que as diversas instituições de ensino superior estão em diferentes estágios no processo de ambientalização. Figueiredo, Guerra e Carletto (2014) complementam que algumas dessas instituições já estão em processo adiantado de ambientalização curricular, outras, ainda no processo de diagnóstico. Ruscheinsky, Guerra e Figueiredo (2015) concluem que, além disto, embora a dimensão ambiental tenha sido inserida nas políticas públicas, faz-se imprescindível maior articulação entre a Política Nacional de Educação Ambiental e as demais políticas.

De 2012 a 2015 consolidou-se o Projeto Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: Subsídios e Compromissos com Boas Práticas Ambientais, o qual foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e cujo objetivo principal foi gerar subsídios para possibilitar a implementação de políticas de sustentabilidade e ambientalização curricular nas instituições de ensino superior – IES

(GUERRA *et al.*, 2015). Quanto aos seus objetivos específicos,

o projeto assumiu os seguintes: integrar pesquisadores comprometidos com a temática socioambiental; elaborar um diagnóstico relativo à temática socioambiental e da sustentabilidade nos documentos curriculares dos cursos de graduação das IES, identificar abordagens e metodologias, relacionadas com as diferentes dimensões da sustentabilidade nas universidades; definir critérios, indicadores, estratégias e ações aplicáveis às IES, no âmbito dos projetos de sustentabilidade na pesquisa, ensino, e gestão dos campi universitários; fortalecer a parceria entre as IES e a USP em torno da (Plataforma “Informação, sensibilização e avaliação da sustentabilidade na Universidade”). O público-alvo foram professores, pesquisadores, coordenadores de cursos de graduação e gestores administrativos das IES (GUERRA *et al.*, 2015, p.19-20).

Nesse sentido,

embora possa parecer que não se tenha atingido os resultados esperados inicialmente, tanto quanto ao aprofundamento dos diagnósticos de ambientalização curricular nas IES, como para as intervenções possíveis nas dimensões da pesquisa, extensão e gestão ambiental, certamente se conseguiu ampliar o estudo dessa temática com as interações realizadas com os pesquisadores das redes universitárias, no âmbito nacional e internacional, o que tornou o tema da ambientalização mais conhecido e valorizado para além das quatro IES envolvidas no projeto (GUERRA *et al.*, 2015, p.29).

Sobre o que já foi realizado, Ruscheinsky, Guerra e Figueiredo (2015, p.43) consideram que “se de um lado o processo demonstra lentidão, de outro, os trabalhos apresentados no V Seminário, o diagnóstico do CNPq e dos indicadores de sustentabilidade da Rede RISU, parecem verificar-se práticas, dados e compromisso futuros alvissareiros”. Os trabalhos referenciados anteriormente

ênfaticamente destacam desafios para a incorporação da dimensão socioambiental e das dimensões da sustentabilidade nos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, em resumo, no processo de ambientalização. As apresentações dos resultados de pesquisa traçaram um diagnóstico parcial do estado da arte da incorporação da sustentabilidade socioambiental nas IES brasileiras. Em termos gerais aludem de forma recorrente a alguns avanços no que diz respeito à ambientalização presente nos currículos, no planejamento territorial e principalmente na gestão ambiental nas IES. Os programas interinstitucionais de pesquisa sobre a temática da sustentabilidade socioambiental conjecturam equipar-se de estratégias para propor subsídios às políticas públicas ambientais e educacionais. Todavia, tal pretensão encontra-se permeada de controvérsias e de tensões de forma similar que a institucionalização (RUSCHEINSKY; GUERRA; FIGUEIREDO, 2015, p.43).

Embora haja diversas iniciativas em direção à ambientalização curricular, a sociedade

venha sendo sensibilizada para tal e as políticas públicas tenham incorporado a educação ambiental, ainda existem obstáculos, principalmente nas universidades, para que a ambientalização curricular torne-se realidade e a educação ambiental seja enraizada (GUERRA *et al.*, 2015). Devido à forma fechada da educação institucional vigente, que desde longa data é presa às disciplinas e aos currículos,

o processo de ambientalização curricular representa uma possibilidade de dar maior visibilidade à complexidade dos saberes ambientais, e o sentimento de pertencimento dos jovens às instituições de ensino, nas quais já não se veem representados. Com isso, as instituições de ensino, da Educação Básica à Superior, são convidadas a promovê-las em suas políticas institucionais e curriculares de forma inter e transdisciplinar, permeada em todas as áreas do conhecimento (GUERRA *et al.*, 2015, p.13).

Durante o período de formação profissional nas instituições de ensino superior, os discentes dialogam com o currículo do curso, com os conhecimentos dos docentes, com o espaço físico e relacional da instituição, com a comunidade universitária bem como com a comunidade externa. Desse modo, a inserção das temáticas ambientais nos currículos dos cursos e nas políticas das instituições de ensino superior pode alcançar toda a sociedade, uma vez que viabiliza a propagação de uma cultura de cuidados para com o meio ambiente que vá além dos limites da instituição, por meio de “um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária” (JACOBI, 2003, p.198).

Kitzmann e Asmus (2012, p.270) definem a ambientalização curricular “como um processo de inovação que realiza mudanças no currículo através de intervenções que visam integrar temas socioambientais aos seus conteúdos e práticas”.

Se o processo de formação de conhecimento ocorre para além do que se costuma ter no currículo, inserindo os temas socioambientais, promovendo discussões e debates por meio dos quais as pessoas, tanto universitários quanto os demais membros da comunidade acadêmica, possam expressar seus conhecimentos, rever seus preconceitos, atualizar seus conceitos e aprender com os conhecimentos dos demais, a ambientalização não é mais apenas ambientação curricular e sim ambientalização, podendo o seu conteúdo ser adequado a qualquer contexto (GUERRA *et al.*, 2015).

Portanto, a ambientalização da universidade envolve não só o currículo, mas a **pesquisa**, a **extensão** e a **gestão ambiental**, como um processo contínuo e dinâmico, que pode auxiliar na transição das instituições de ensino para tornarem-se autênticos “espaços educadores sustentáveis” (GUERRA *et al.*,

2015, p.16 grifos dos autores).

Figueiredo, Guerra e Junkes (2015) concordam que a temática sustentabilidade deveria ser inserida de forma mais efetiva nos documentos curriculares. Entretanto, enfatizam não ser suficiente que a ambientalização esteja no planejamento e não no dia a dia das instituições de ensino superior, sem discussão na comunidade universitária e gestão ambiental efetiva no campus.

A ambientalização do currículo e conseqüentemente da universidade não pode ficar restrita ao âmbito documental, pois o papel, por si só, não garante a práxis.

1.1.1 A Dimensão Socioambiental da Educação Ambiental

Situando historicamente a relação dos seres humanos com o ambiente, percebe-se que ao longo do tempo ela vem sendo transformada. De início, o homem primitivo vivia de maneira integrada a seu *habitat*, em um dinamismo que, pautado na capacidade de suporte dos recursos naturais de seu entorno, mantinha o equilíbrio da natureza. No decorrer do processo civilizatório o homem veio se afirmando enquanto indivíduo e adotou uma nova postura frente à natureza, vindo a entendê-la como fonte de matéria-prima para o processo de desenvolvimento. A partir desse distanciamento, sua atuação passou a desequilibrar a relação harmônica que mantinha com a natureza e, conseqüentemente, a capacidade de suporte do ambiente foi sendo desestabilizada. Essa nova postura da humanidade frente à natureza tem relação com a visão de mundo e o sentimento de dominação, presentes nas relações entre as classes de uma sociedade e entre as nações (GUIMARÃES, 2015).

Reigota (2010, p.49), ao analisar e contextualizar as questões ambientais do momento sinaliza que “a problemática ambiental nos obriga a pensar na nossa história e cultura, assim como na nossa formação social, econômica e política”. Discurso semelhante observa-se em Layrargues (2011), que entende ser necessário, para o enfrentamento dos problemas ambientais e da injustiça social, uma discussão ampla na sociedade acerca das dimensões política, econômica, social e cultural das questões ambientais.

Retomando Guimarães (2015), a separação do homem e da natureza reflete-se na fragmentação do conhecimento. Por meio das especializações do conhecimento o homem vem buscando entender as partes, contudo o ambiente é uma unidade que precisa ser compreendida por inteiro, e para que as sociedades possam assimilar seu equilíbrio é necessária a articulação do conhecimento, de forma interdisciplinar. Para dar conta de entender os desequilíbrios

ambientais e de formar a argamassa que pode articular e sustentar o conhecimento interdisciplinar, para promover um retorno possível ao equilíbrio natural, há autores que discorrem sobre a necessidade de discussões a respeito das questões que envolvem a atual condição do meio ambiente e da importância de a sociedade como um todo estar envolvida numa ação de interação.

No sentido desta compreensão Reigota (2010, p.27), considera que

a participação do cidadão na elaboração de alternativas ambientalistas, tanto na micropolítica das ações cotidianas como na macropolítica da nova (des)ordem mundial, exige dele a prática e o aprendizado do diálogo entre gerações, culturas e hábitos diferentes.

No entendimento de Sorrentino (2011), é necessário que todos os cidadãos sejam incluídos nas discussões acerca do futuro do planeta sinalizando que o compromisso de cada um é essencial e insubstituível, pois aqueles que não tomam parte do processo não se identificam com ele e não conseguem se comprometer com as causas. Deste modo, aqueles que são “excluídos acabam por cobrar a parte que lhes cabe neste latifúndio e o manifestam de diferentes maneiras. No mínimo, não se identificam com as decisões da “chefia” e não se responsabilizam por elas” (SORRENTINO, 2011, p.20 grifos do autor). Seguindo esse entendimento, Penteadó (2010, p.96) pontua que “os excluídos destas decisões são atingidos pelos seus efeitos e reagem a elas. Colaborando, quando são do seu interesse, dificultando-as ou mesmo impedindo-as, quando contrárias aos seus interesses”.

A dimensão ecológica está vinculada com os processos de globalização do planeta, resultante da quantidade e da qualidade das intervenções imputadas pelo ser humano ao meio ambiente, que assujeitam todo o planeta aos problemas ambientais, ainda que os diferentes países sintam os efeitos de formas diferentes (GUIMARÃES, 2015; TRISTÃO, 2012; NOAL, 2012).

No cerne destas discussões, Loureiro (2011, p.73) qualifica a Educação Ambiental como

uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza.

Considerando o ritmo imposto pela globalização, o que é tradicional por vezes passou

a ser entendido como arcaico, desajustado e, portanto, deve ser jogado fora e substituído pelo novo, pelo moderno. Ocorre que as tradições estão relacionadas às origens. Compreender as tradições nos devolve a ideia de lugar, de pertencimento, que foi assolado pelo não-lugar originado das rápidas transformações tecnológicas e espaciais. A humanidade está cada vez mais vinculada por processos tecnológicos e desvinculada das relações de pertencimento ao local que habita. Não se faz Educação Ambiental apenas com a ideia de que é possível salvar o planeta se cada um, sozinho, fizer somente a sua parte. É preciso mais do que cada um fazendo a sua parte. A promoção da educação ambiental não pode desconsiderar os saberes da população local acerca de sua cultura, sua história, suas dificuldades. O saber científico precisa levar em conta o saber local, ambos precisam coexistir (TRISTÃO, 2012).

Por isto se entende que a Educação Ambiental é tema importante nos espaços escolares, acadêmicos ou não. Penteado (2010) acredita que a escola é um dos espaços sociais adequados para a tradução do conhecimento das ciências humanas e sociais. A autora aponta que a Educação Ambiental pode promover:

- a) consciências críticas criativas capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais que enfrentamos e a situações novas que estão decorrendo do avanço da ciência;
- b) desenvolvimento da cidadania que implica o conhecimento, uso e produção histórica dos direitos e deveres do cidadão;
- c) desenvolvimento do civismo ou consciência cívica, que implica a consideração do “outro” em cada decisão e atitude de natureza pública ou particular (PENTEADO, 2010, p.55 grifo da autora).

Aponta-se, assim, para a necessidade de uma nova ética para as diversas relações sociais e das sociedades para com a natureza, a fim de se alcançar um desenvolvimento socioambiental sustentável (GUIMARÃES, 2015). Retomando o modelo de desenvolvimento da América Latina, Reigota (2010, p.63) entende como necessário

que a educação ambiental enfrente o desafio da mudança de mentalidade sobre as ideias de modelo de desenvolvimento, baseado na acumulação econômica, no autoritarismo político, no saque aos recursos naturais, no desprezo às culturas de grupos minoritários e aos direitos fundamentais do homem.

Em estudo sobre o significado ideológico da reciclagem de latas de alumínio e as implicações para a Educação Ambiental, Layrargues (2011) discute a insustentabilidade da reciclagem, que da forma como vem sendo realizada é um modelo de sustentação do

consumismo, pois meio que sem saber, pelo discurso que confere importância à reciclagem, a população consome mais para reciclar mais. O autor argumenta que a reciclagem feita nos domicílios e nos locais públicos através das lixeiras seletoras acaba por agravar um problema social quando tira dos grupos de catadores a possibilidade de trabalho e renda (mesmo que informais). Analisa que esses grupos (os catadores), no processo de distribuição da renda decorrente da reciclagem obtêm a menor parcela. Esclarece que da forma como a reciclagem é feita nas escolas, em geral, não promove o pensamento crítico, apenas a incentiva. Discute também a obsolescência, a diminuição da vida útil e a descartabilidade dos produtos, considerando o desejo desenfreado pelo novo e o consumismo como fatores que aumentam a produção de lixo, o consumo de energia e a matéria prima na fabricação de novos produtos. Reforça a importância de cidadãos conscientes sobre tais assuntos, para que possam exigir do poder público políticas públicas e promoção de ações sociais que visem solucionar essas questões. E o autor percebe na Educação Ambiental a possibilidade de reverter a degradação ambiental, a opressão social e a exploração econômica. Reflexões como essa proporcionada por Layrargues (2011) só será possível a cidadãos em condições de avaliar criticamente o que vivenciam.

Corroborando as discussões e análises já apresentadas, Carvalho (2012, p.165) compreende que “uma EA crítica deveria fornecer os elementos para a formação de um sujeito capaz tanto de identificar a dimensão conflituosa das relações sociais que se expressam em torno da questão ambiental quanto de posicionar-se diante desta”.

Nessa mesma direção, Reigota (2010) trabalha com a ideia de Educação Ambiental como educação política, buscando uma “nova aliança” da humanidade com a natureza por meio de práticas pedagógicas dialógicas. Entende que a democracia é condição e meta para garantir que todos possam propor alternativas e soluções e que, como educação política, a Educação Ambiental empenha-se para formar cidadãos nacionais, continentais e planetários, o que chama de “tripla cidadania”, tendo por base o diálogo entre o conhecimento e a cultura dos povos. A Educação Ambiental não se restringe aos bens ambientais, nem aos espaços escolares e universitários. De acordo com Stengers (1992 apud Reigota, 2010, p.63), a Educação Ambiental

deve ser realizada onde forem possíveis espaços de “coinspiração” (Maturana), no seu duplo sentido de conspiração contra as ideias estabelecidas e de coinspiração na criação de novas possibilidades de ação dos cidadãos. A educação ambiental não deve se preocupar em transmitir conhecimentos, mas, sim, produzir conhecimentos, considerando que não aprendemos do outro, mas com o outro, criando com ele.

A produção de conhecimento científico voltado à Educação Ambiental conta, a partir de 2015, com o Banco de Dados de Teses e Dissertações do Projeto EArte (Estado da Arte da Pesquisa da Educação Ambiental no Brasil) um banco de dados com teses e dissertações originárias dos bancos de dados CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Esse banco de dados de teses e dissertações está disponível para acesso via web².

O catálogo do EArte compreende, atualmente, a produção de teses e dissertações em educação ambiental no período de 1987 a 2009, realizado a partir do Banco de Teses da Capes. Os anos subsequentes, referentes ao período de 2011 e 2012, ainda se encontram em processo de classificação e implementação no sistema do EArte, com exceção do ano de 2010, devido a indisponibilidade desses dados no Banco da Capes. Atualmente, o catálogo do EArte disponibiliza 2293 referências para o público, e um total de 3181 referências para o acesso da equipe de pesquisadores envolvida nesse trabalho (CARVALHO; CAVALARI; SANTOS SILVA, 2015, p.51).

Conforme pesquisa de Carvalho, Cavalari e Santos Silva (2015), dos 3.181 trabalhos disponíveis no Banco de Dados com Teses e Dissertações do projeto EArte, aqueles que de fato tratam da temática da inserção da Educação Ambiental nas instituições de ensino superior contabilizam 76, entre teses e dissertações; destes, 43 são dissertações de mestrado acadêmico, 23 são teses de doutorado e 10 dissertações de mestrado profissional, sendo a maioria das pesquisas desenvolvidas em instituições de âmbito federal. Além disto, os autores constataram a diversidade de áreas de conhecimento relacionadas aos diferentes Programas de Pós-Graduação aos quais os trabalhos estão vinculados, o que demonstra que o conhecimento científico acerca da Educação Ambiental vem sendo constituído de maneira interdisciplinar.

A Universidade é um importante espaço facilitador de trabalho para a Educação Ambiental visto que, além de ser o local onde se produz conhecimento científico, também é o ambiente no qual este se reproduz por meio de relações interpessoais entre os diversos atores da sociedade, os quais trazem, consigo, conhecimentos previamente adquiridos, assim como sua cultura, sua história, suas tradições, seus conceitos e preconceitos. Está posto que as Universidades são “reconhecidas como espaços potenciais de transformação” (CARVALHO; CAVALARI; SANTOS SILVA, 2015, p.47).

Na contramão dos autores até aqui desvelados, há opiniões que levantam o feito de que a questão ambiental tem uma postura conservadora e que para a resolução dos problemas

² Página *web* do banco de dados de Teses e Dissertações do Projeto EArte: <http://www.earte.net/?page=home>. Acesso em 27/10/2015.

mantém o foco nas consequências desses problemas e nas soluções técnicas.

Já Tonso (2012), levanta outro entendimento, mais crítico e transformador, cujo foco está na compreensão e enfrentamento dos problemas, partindo-se de ações individuais e coletivas, observando valores, atitudes, relações sociais e modelos de sociedade. Esse entendimento passa pelas dimensões de reconhecer a complexidade socioambiental integrando dimensões sociais, bióticas e abióticas e o reconhecimento de que a visão de mundo e de sustentabilidade é fortemente influenciada pelas concepções de sociedade, desenvolvimento, qualidade de vida e educação. Nesse campo, há que se reconhecer que desequilíbrios são gerados por questões de exclusão, desigualdades e hierarquia e, para tanto, há que se implementar em todos os momentos do enfrentamento as dimensões do coletivo, da participação e do diálogo.

Na prática, estas dimensões emergem em diferentes fazeres da vida acadêmica: a incorporação destas questões em todo e qualquer currículo de formação (graduação, pós-graduação e extensão), nas mais diferentes áreas de conhecimento e atuação. Com este olhar para a ambientalização, não se concebe qualquer formação universitária que não tenha o que contribuir e/ou aprender com a incorporação das questões socioambientais em sua formação.

Da mesma forma, na produção de conhecimentos será difícil não incorporar uma ou mais das dimensões propostas acima, qualificando a pesquisa como socioambiental, mais pelo olhar integrador e político e dialógico que por uma ou outra temática específica (TONSO, 2012, p.67).

Essas concepções, certamente, marcaram e influenciaram a Educação Ambiental em nosso país. A história de construção da educação, sob o olhar de Loureiro (2010), não é um processo linear, é marcada por “muitas ‘idas e vindas’, há muitos avanços e retrocessos, adoção de princípios críticos e pós-críticos em programas tradicionais” (LOUREIRO, 2010, p.55 grifos do autor). Assim, entende-se que a história da construção da Educação Ambiental no Brasil não foi um processo linear, pois faz referência a muitas reflexões e revisões principalmente no que diz respeito aos seus valores e que estão diretamente relacionadas com as intervenções da atualidade.

As iniciativas em Educação Ambiental foram ampliadas no final da década de 1970, em decorrência de investimentos governamentais em cursos de capacitação de professores que serviram como multiplicadores no cenário nacional (CARVALHO, 2010). Um marco importante registrado nos anos 1980 foi a publicação do Parecer 226/1987 MEC, que tratou da Inclusão da Educação Ambiental nas escolas e a criação dos Centros de Educação Ambiental, assim como a Constituição da República de 1988, que no Art. 225, Cap. VI, Inc.

VI determina que a Educação Ambiental deva estar presente em todos os níveis de ensino. Os anos 1980 produziram muitos elementos para a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil (BRASIL, 1988).

Com a chegada da década de 1990 a Educação Ambiental ampliou sua dimensão legal com a publicação da Portaria 678/1991 MEC, que apresenta a Educação Ambiental de maneira integrada ao Currículo Escolar. Também foram marcos legais fundamentais para a implementação da Educação Ambiental no território nacional a Portaria 2.421/1991 MEC, que criou os Grupos de Trabalho em Educação Ambiental junto às Secretarias Estaduais de Educação, o Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA (1994 1ª versão e 1999 2ª versão), e a Lei 9.597/1999 que criou a Política Nacional da Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

No entanto, a implementação e implantação da Educação Ambiental como política pública no Brasil aconteceu nos anos 2000, e foi ampliada com suporte: do Decreto 4281/2002, que regulamentou a Lei 9597/1999, criando o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; da Resolução 422/2010 que estabeleceu as diretrizes para as campanhas e projetos em Educação Ambiental; e ainda da Resolução CNE/CP 02/2012 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, e com esse amparo legal, a Educação Ambiental passa a ser uma proposta que vai ao encontro da ambientalização da universidade pela inclusão das questões socioambientais no espaço universitário. Não como disciplinas isoladas, mas sim como possibilidade de inserção dos temas atuais voltados ao meio ambiente em todas as disciplinas do currículo. Acredita-se, assim, na construção de posturas mais críticas e transformadoras junto à sociedade.

1.2 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As preocupações relativas ao meio ambiente e à sustentabilidade remontam à década de 1950, e face aos acontecimentos e acidentes ambientais que o mundo vem presenciando, os quais fizeram a sociedade defrontar-se com o fato de que sua qualidade de vida e sobrevivência no planeta condiciona-se à qualidade ambiental, vêm sendo incrementadas discussões relativas ao meio ambiente e à sustentabilidade, desde aquela década (SEIFFERT, 2014).

Entre os acontecimentos e acidentes ambientais marcantes neste sentido estão: em

1952, o fenômeno Smog (Inglaterra); em 1956, a contaminação da Baía de Minamata (Japão); em 1976, a liberação de uma nuvem de dioxina, o agente laranja, (Itália); em 1978, manifestação de graves problemas de saúde na população residente em um loteamento construído sobre um canal abandonado, que fora depósito de resíduos plásticos e químicos da fábrica que funcionara no local de 1942 a 1953 (Estados Unidos); em 1984, o vazamento de 25 toneladas de isocianato de metila (Índia); em 1985, descoberta do buraco de ozônio (Antártida); em 1986, a explosão de um reator nuclear na usina de Chernobyl (Ucrânia - ex URSS); em 1986, o derramamento de 30 toneladas de pesticidas no Rio Reno (Suíça); em 1987, a contaminação por Césio 137 (Goiás - Brasil); em 1989, vazamento de 44 milhões de litros de petróleo de um navio tanque (Alasca); em 2000, o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo de um duto da Petrobrás na Baía da Guanabara (Rio de Janeiro - Brasil), e o derramamento de aproximadamente 4 milhões de litros de óleo bruto de um oleoduto da Petrobrás (Santa Catarina – Brasil); em 2002, após encalhe e afundamento de um navio petroleiro, o derramamento de 20 mil toneladas de óleo (Espanha) (SEIFFERT, 2014).

Infelizmente, a partir da constatação dos efeitos desses e de outros eventos ambientais ocorridos no planeta, a sociedade pode sentir que as ações humanas, da forma como vinham/vem ocorrendo estão degradando não apenas o ambiente, mas também a qualidade de vida.

A prática é elemento importante no processo de educação, e com a Educação Ambiental não é diferente. Felizmente, a ocorrência dessas e outras situações que degradaram intensamente os ambientes aquáticos, terrestres e também poluíram o ar, prejudicando a flora, a fauna e a saúde dos seres vivos, fez com que muitos olhos do mundo se voltassem para a questão, e aqueles que já estavam puderam conjugar esforços para produzir e divulgar conhecimento. Por meio das consequências, que se tornaram visíveis - contaminações, adoecimentos, mortes, malformações, entre outras, a sociedade pode constatar que, para se manter, e com qualidade, depende de um novo olhar sobre as relações entre o homem e seu *habitat*, de um novo modelo de desenvolvimento.

O documento *Our Common Future*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentado em 1987 e conhecido como Relatório *Brundtland*, trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo aquele desenvolvimento capaz de assegurar a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras (MINAYO, 2015). Trata-se,

então, de uma situação de usufruto³ que significa “o direito de gozar (de usar ou de fruir) temporária e plenamente uma coisa ou direito alheio, sem alterar a sua forma ou substância”. No contexto do meio ambiente, os seres humanos, contudo, ao longo do tempo vêm fazendo o uso da “coisa alheia” como se fosse definitivamente sua, alterando-lhe a substância, o destino, e desobrigando-se da importante condição de zelar por sua integridade e conservação.

Espejel, Rodríguez e Guadarrama (2007, tradução nossa) entendem que o desenvolvimento sustentável preocupa-se tanto com o crescimento econômico quanto com a produção de conhecimento capaz de viabilizar um novo modelo de desenvolvimento. Assim, quando o desenrolar do processo de desenvolvimento permite que sejam ampliadas as oportunidades ofertadas à população, de modo que atendam demandas que se configuram como necessidades da geração atual e ainda assim se mantenha preservada a capacidade de suporte para atender também às demandas das gerações futuras, o desenvolvimento caracteriza-se como desenvolvimento sustentável (PENTEADO, 2010). Por conseguinte, verifica-se que o desenvolvimento sustentável pode promover a sustentabilidade.

No entanto, em seus estudos, Schenk e Ranieri (2014, p.259) entendem que sustentabilidade é um vocábulo de grande alcance, um “termo que carrega complexidade, pois não diz respeito a uma questão no singular, mas a uma rede de perspectivas e práticas cuja apreensão resiste à simples definição”. O conceito de sustentabilidade, no cenário do capitalismo, é aliado ao modelo de desenvolvimento, qualificado pelo valor monetário daquilo que o país produz, medido por indicadores financeiros (PENTEADO, 2010), que consideram a quantidade de riqueza e não incluem a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade, nem o meio ambiente.

Em um trabalho que avalia modelos de desenvolvimento, pobreza e desigualdade social (entre outros temas), Luzzi (2014, p.455), esclarece que “a relação entre prosperidade econômica e desenvolvimento humano não é automática nem evidente como poderia parecer; nesse sentido servem de exemplo os países que possuem rendas per capita similares e índices de desenvolvimento humano muito diferentes”, concluindo que a desigualdade na distribuição da riqueza é fonte de desigualdade social.

Nesse sentido, Espejel, Rodríguez e Guadarrama (2007, tradução nossa) colocam que a sustentabilidade refere-se à inter-relação e interdependência entre três subsistemas, e que uma universidade que busca a sustentabilidade precisa oscilar entre eles: a) o subsistema

³USUFRUTO. In DICIONÁRIO Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/usufruto>>. Acesso em 28/12/2016.

ecológico - necessita de que o impacto do processo de desenvolvimento não destrua de modo irreparável a capacidade de automanutenção dos ecossistemas; b) o subsistema social - deve estar voltado para o fortalecimento de uma organização social que não induza nem à pobreza e nem à exclusão social, e que promova a participação na tomada de decisões; e c) o subsistema econômico - que compreende o crescimento econômico inter-relacionado com os outros dois subsistemas e regulado por eles.

Já o termo sustentabilidade está definido pelo dicionário como “característica daquilo que é sustentável”⁴, enquanto sustentável⁵ tem duas definições: “1. que se pode sustentar, defender ou seguir” e “2. realizado de forma a não esgotar os recursos naturais nem causar danos ambientais”. Pode-se, então, entender sustentabilidade como uma característica (resultante) do desenvolvimento sustentável.

Jacobi (2003, p.195), esclarece que

O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional. De outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água. Assim, a idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

A Constituição Federal do Brasil (1988) colocou o meio ambiente como patrimônio público, bem de uso coletivo. Layrargues (2012, p.133) alerta com o dito “o que é de todos

⁴SUSTENTABILIDADE. *In* DICIONÁRIO Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível em:

<<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sustentabilidade>>. Acesso em 28/12/2016.

⁵SUSTENTÁVEL. *In* DICIONÁRIO Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível em:

<<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sustentavel>>. Acesso em 28/12/2016.

acaba sendo de ninguém” e tece relação entre a atual crise ambiental e o uso coletivo e abusivo de espaços públicos por organismos privados. Quando um recurso público qualquer é desviado de sua finalidade original ocasionará dano em algum elemento que é também de propriedade pública, e as consequências acabam sendo ampliadas e estendidas à população.

Penteado (2010, p.39) exprime que desenvolvimento sustentável “trata-se de não esgotar os recursos do mundo; trata-se de cuidar para que as próximas e futuras gerações herdem a Terra como um hábitat hospitaleiro e não insalubre”. Seguindo a linha de pensamento da autora, as futuras gerações herdarão a Terra. Se a Terra estiver salubre, o habitat será hospitaleiro e a humanidade continuará se perpetuando. Entretanto, é importante que se comece a questionar o que acontecerá, ou terá acontecido, à humanidade a partir do momento em que a Terra tornar-se insalubre. É o futuro da humanidade no planeta que está em questão, o que é diferente, e muito menos confortável, de dizer que é o futuro do planeta que está em risco (SORRENTINO, 2011).

É clichê, ao mesmo tempo em que é relevante, a consideração de que no sistema sociológico a relação entre a sociedade humana globalizada e o ambiente é interdependente, uma vez que a sociedade humana não sobrevive independentemente do funcionamento do ecossistema e seus serviços, e que estes, com potencialidades limitadas, são influenciados pela atuação humana. Esta relação entre os sistemas sociais e ecológicos é desestabilizada, uma vez que o homem é capaz de exercer maior pressão sobre os ecossistemas do que estes são capazes de suportar. E ainda, esta pressão acaba por influenciar no processo de seleção natural, provocando aberrações, ameaçando a sobrevivência e até mesmo fazendo desaparecer espécies, de maneira diferente do modo natural, que promove modificações para melhor adaptar ou exterminar para dar lugar a espécies novas (BOFF, 2012; MERICO, 2014).

A compreensão de meio ambiente na concepção de Carvalho (2012, p.165), apresenta-se

como um conjunto de práticas sociais permeadas por contradições, problemas e conflitos que tecem a intrincada rede de relações entre os modos de vida humanos e suas formas peculiares de interagir com os elementos físico-naturais de seu entorno, de significá-los, de manejá-los.

Ações antrópicas, no entanto, e desmesuradas sobre o meio ambiente têm trazido consequências negativas a todos, independente da proximidade física, pois

assim como os ventos carregados de poluição fabril ou de radioatividade invadem espaços de diferentes países daqueles de onde são provindos; de

igual maneira também a ação dos homens ultrapassa as fronteiras de seus territórios nacionais, em atitudes inconscientes algumas vezes, inconsequentes outras, ampliando a ação das águas e dos ventos, desconhecendo fronteiras (PENTEADO, 2010, p.53).

No processo de industrialização, a participação dos países pobres deu-se a partir da oferta de mão de obra e matéria prima, bem como da aquisição de tecnologias dos países desenvolvidos, o que gerou dívidas externas e remessas de capital para o exterior na forma de lucros das multinacionais que se instalaram nestes países. Tamanha expansão da indústria pelo globo terrestre desconsiderando e desconhecendo suas consequências naturais e sociais, portanto sem as devidas preocupações, acelerou e evidenciou o “outro lado” da industrialização em larga escala (PENTEADO, 2010 grifos da autora). Os resultados não se restringem ao meio ambiente físico, uma vez que seus desdobramentos alcançam com força brutal a sociedade. Pode-se então dizer que as consequências não são unicamente ambientais e sim que se ampliam para outros contextos, um deles o socioambiental.

O entendimento de Ruscheinsky (2014) é de que a concepção do termo “socioambiental” é resultante da compreensão de que as questões ambientais têm implicações sociais e que a resolução das questões sociais tem incidência sobre o uso dos bens naturais. Partindo desta premissa, o investimento em ações que visem melhorias às questões sociais pode revelar-se um meio de diminuir e, quiçá, reverter muitos dos danos imputados ao ambiente, mesmo que a longo prazo.

A transformação das paisagens naturais com o intento de ceder espaço para agricultura e pecuária é fonte de impacto ambiental, uma vez que degrada a qualidade do solo, causa impacto ao ciclo hidrológico, acelera a perda da biodiversidade, aumenta as emissões de carbono e desarticula modos de vida tradicionais (MÉRICO, 2014). A par disto ainda há, como agravante, o deslocamento da população rural para os centros urbanos, com grande parte instalando-se nas periferias das grandes cidades. O rápido e desordenado crescimento populacional, por sua vez, faz com que a infraestrutura das cidades não seja capaz de garantir qualidade de vida adequada a todos os moradores. Isto se torna visível na insustentabilidade dos sistemas hídricos, de saneamento, habitação, educação, transporte, lazer, saúde, na alocação profissional, para dar apenas poucos exemplos.

A crise ambiental que assola a sociedade culmina na miserabilidade, no adoecimento físico e emocional, na marginalidade, na violência, na drogadição, na degradação da condição humana, desvelando que os efeitos da devastação do meio ambiente vão para muito além do que é visualmente percebido e que, na maioria dos casos, abatem-se sobre a população mais

pobre. E a crise é alimentada, quando a população mais pobre obriga-se a utilizar à exaustão os recursos naturais para sua sobrevivência (LUZZI, 2014). Ruscheinsky (2014, p.114) endossa que “as desigualdades em face do ambiental englobam as características da distribuição de bens naturais e o descarte desigual dos rejeitos ou impactos ambientais perversos”.

O desenvolvimento, por si só, não leva à sustentabilidade, tendo-se em consideração que faz uso do ambiente e dos recursos naturais como matéria-prima para a produção. O ambiente é bem comum, propriedade social (CARVALHO, 2008), o que não significa que cada um pode fazer dele o uso conforme seu desejo. Os recursos naturais são propriedade pública, e a partir do momento em que são apropriados como privados, desgastados por alguma espécie de atividade ou grupo com fins econômicos, tornando-se impróprios, indisponíveis ou insuficientes para garantir qualidade de vida e cidadania à esfera pública, direitos fundamentais dos demais cidadãos são feridos (LIMA, 2011).

Há que se considerar que embora estejam sendo explícitos efeitos negativos do processo de desenvolvimento, houve muitos efeitos positivos, avanços que culminaram em benefícios à sociedade. E este processo não pode ser nem totalmente negado, nem totalmente aceito. É preciso ponderar, como o faz Penteado (2010, p.38-39):

Negar esse processo significa desconsiderar a capacidade produtiva por ele gerada, bem como todo o avanço que a moderna tecnologia permitiu ao mundo conhecer, traduzida em confortos e recursos da vida cotidiana nos mais diferentes setores: na saúde, na vida doméstica, nos transportes, nas comunicações etc. Aceitar simplesmente o processo industrial tal como se apresenta hoje significa omitir-se diante da destruição ambiental (natural e social) que vem provocando e que acabará por destruir as condições de existência da própria industrialização.

Ao buscar um novo modelo de desenvolvimento, segundo a visão de Luzzi (2014, p.460), faz-se necessário considerar que este

Coloque o ser humano no centro do desenvolvimento.

Considere o crescimento econômico como um meio e não um fim.

Proteja a vida das futuras gerações, e igualmente a das atuais.

Respeite os sistemas naturais do qual dependem todos os seres vivos.

Na busca pela sustentabilidade socioambiental, é fundamental ponderar as necessidades da sociedade e do ambiente, considerando a capacidade deste último de prover

recursos para atender o que se configura como necessidade do primeiro, respeitando seu ritmo de renovação e reconhecendo seus limites.

Por sua vez, Carvalho (2012, p.166) orienta que se entenda a natureza “não só como as formações florestais, os mananciais e outros ecossistemas remanescentes, por exemplo, mas também como a base natural dos ambientes da vida social, ou seja, a base natural de nosso dia a dia”. Neste sentido, Lima (2011, p.122) observa que

um projeto social que destrói e ameaça suas próprias bases de sustentação e sobrevivência revela-nos um processo que transcende os contornos de mera crise ideológica e aponta para uma crise civilizatória de amplas dimensões. É no contexto de uma modernidade avançada, incerta e complexa, contraditória e insustentável que sugerimos a compreensão da questão ambiental e a inserção da educação nesta questão.

Na compreensão de Almeida (2002), o desenvolvimento ideal, portanto desenvolvimento sustentável, é aquele que consiga dar alternativas para o enfrentamento da crise social e da crise ambiental e, pautado em prioridades sociais, promova a cidadãos os marginalizados e excluídos, por intermédio da participação política.

O desenvolvimento sustentável, como expresso por Carvalho (2008), provém de relação harmônica entre desenvolvimento, natureza e sociedade. No entanto, uma sociedade que pretenda ser reconhecida como sustentável não pode ser sustentável apenas na economia, na ecologia, na política ou na cultura (LIMA, 2011, p.129), mas deve ser também nas políticas públicas.

Quanto às políticas públicas, Merico (2014) enfatiza que quando bem sucedidas dependem de que as políticas nacionais sejam relevantes, que o processo de transformação se ancore em uma nova concepção de sustentabilidade conduzida por novos sistemas de governança e estruturas. Jacobi (2003, p.198) lembra que faz-se necessário “romper com o estereótipo de que as responsabilidades urbanas dependem em tudo da ação governamental, e os habitantes mantêm-se passivos e aceitam a tutela”.

Nesse encaminhamento, para viabilizar o desenvolvimento sustentável e promover sustentabilidade, cada componente do sistema tem suas parcelas de responsabilidade sobre a efetivação de mudanças necessárias visando à sustentabilidade socioambiental.

Ao sistema econômico cabe valorizar o capital natural como bem coletivo, da humanidade e, de fato, devolver ao ambiente aquilo que dele extrai, respeitando suas limitações naturais e investindo tanto em processos industriais limpos quanto na fabricação de produtos sustentáveis.

Às pessoas, faz-se mister repensar os modelos de utilização dos recursos naturais disponíveis e dos produtos industrializados, avaliar suas necessidades e quantidades, na intenção de reduzir, reutilizar e reciclar o que for possível. Do mesmo modo, avaliar estilo de vida e padrão de consumo para possibilitar que se eliminem práticas que já não fazem sentido diante da dimensão da crise que está posta.

Considerando-se as discrepâncias no padrão de vida da população no mundo todo, e especialmente no Brasil, cabe lembrar que há famílias que não têm moradia, que passam fome, que têm dificuldades para acessar os sistemas públicos, que não conhecem outras formas de relacionamento que não sejam violências, que não têm noção real de seus direitos nem de seus deveres individuais e coletivos. Ao governo, cabem políticas públicas eficientes e eficazes, capazes de subsidiar avanços e melhorias nas condições sociais, econômicas e ambientais da população, buscando garantir o suprimento das necessidades básicas de todos os cidadãos.

As instituições de ensino superior também têm sua parcela de responsabilidade. Espejel, Rodríguez e Guadarrama (2007, tradução nossa) consideram que o processo de educação para sociedades sustentáveis não diz respeito apenas a atividades voltadas à conservação dos recursos naturais, que inclui, entre outros, questões ligadas aos direitos humanos, desenvolvimento comunitário, saúde pública, gênero e culturas indígenas. Os autores também entendem que a Educação Ambiental na universidade não se limita aos planos de ensino, que a sustentabilidade deve ser vivenciada no campus universitário, ser exemplo real de uma nova cultura, a qual tem reflexos tanto na formação universitária quanto na infraestrutura da instituição.

Calderari *et al.* (2015, s.p.) entendem o *campus* universitário como um equipamento urbano, que “deve ser considerado um modelo de empreendimento ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito, e portanto sustentável”.

Obviamente, viabilizar a vivência da sustentabilidade no interior de um *campus* não é tarefa fácil nem pequena, uma vez que exige investimentos financeiros e alterações estruturais, o que parece mais tangível a espaços novos, cuja intenção de se constituir como espaço educador sustentável seja contemplada desde o planejamento. Exemplos importantes são citados por Tauchen e Brandli (2006) de universidades brasileiras que implementaram o sistema de gestão ambiental: a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, no Rio Grande do Sul; a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e a Universidade Regional de Blumenau - FURB, em Santa Catarina.

Nesse sentido, Espejel, Rodríguez e Guadarrama (2007, tradução nossa) entendem que

o desenvolvimento sustentável preocupa-se tanto com o crescimento econômico quanto com a produção de conhecimento capaz de viabilizar um novo modelo de desenvolvimento. Esses autores apresentam o plano de gestão ambiental da Universidade Iberoamericana (Puebla, México), que foi implantado após o início das atividades da instituição, e que é orientado para a gestão dos sistemas de: 1: reciclagem de água; 2: reciclagem de papel e papelão; 3: resíduos tóxicos provenientes dos laboratórios; 4: lâmpadas econômicas; 5: reflorestamento do campus; 6: transporte coletivo; 7: restrições ao uso de condicionares de ar; 8: emprego de materiais que permitam infiltração da água pluvial na construção dos estacionamentos; 9: instalação de aquecedores solares nos dormitórios do *campus*.

Essas ações e seus resultados possibilitam à comunidade vivenciar situações práticas de Educação Ambiental, e favorecedoras da conscientização de uma nova maneira de atuar no mundo que leve à sustentabilidade socioambiental. Reforça-se, aqui, a importância da Educação Ambiental e de instituições de ensino superior comprometidas com a construção de sujeitos conscientes de seus atos e multiplicadores de um ideal constituído de responsabilidade com a manutenção e conservação dos bens naturais.

1.3 A UNIVERSIDADE E O MEIO AMBIENTE: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR DA AMBIENTALIZAÇÃO

A nomenclatura das instituições de ensino superior (IES) varia, de acordo com sua organização e prerrogativas acadêmicas. As IES podem ser faculdades, centros universitários ou universidades, os quais de início são credenciados como faculdade, e os institutos.

Faculdade é uma instituição de ensino superior sem autonomia para conferir diplomas e títulos e que não promove pós-graduação. Nesse caso, os títulos e diplomas são registrados por uma universidade. Dependente de credenciamento, de estar já em funcionamento e de um padrão de qualidade satisfatório, as faculdades podem ser credenciadas como centro universitário ou como universidade (BRASIL, 2006; BRASIL. [s.d.]).

Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que abrangem uma ou diversas áreas de conhecimento, caracterizam-se pela excelência de ensino, que é comprovada por meio da qualificação de seu quadro docente e da qualidade de trabalho acadêmico ofertada para a comunidade escolar. São autônomos quanto à criação, organização e extinção dos cursos e programas de educação superior em sua sede. São semelhantes às universidades na estrutura, mas não tem pesquisa institucionalizada e não são definidos pela

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2006; BRASIL, [s.d.]).

Por fim, a universidade é uma instituição de ensino superior pluridisciplinar, que tem requisitos mínimos para o quadro docente – um terço de mestres e doutores - e para sua carga de trabalho – um terço trabalhando em regime integral. Tem autonomia para criação de cursos, sedes acadêmicas e administrativas, expedição de diplomas, fixação de currículos e números de vagas, realização de acordos, contratos e convênios, entre outras atividades, desde que respeitada a legislação em vigência no país e a norma constitucional. Nas universidades as atividades de ensino, pesquisa e extensão acontecem de forma indissociável e a produção intelectual institucionalizada acontece pela sistematização de temas e problemas relevantes em âmbito científico e cultural, regional e nacional (BRASIL, 2006; BRASIL, [s.d.]).

As universidades estão inseridas em um contexto histórico, social e ambiental, reconhecidas como espaços de elaboração e difusão de conhecimentos, assim como importantes formadoras de opiniões, configurando-se como local propício para discussões críticas e ações eficientes e eficazes acerca das questões socioambientais.

A Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 3º, inciso I, considera que meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

A temática ambiental integra o debate mundial e começa a ganhar destaque a partir dos anos 1960, mas as instituições de ensino superior adotaram a causa do desenvolvimento sustentável, definitivamente, a partir dos anos 1990. De início, buscando produzir conhecimento direcionado ao encontro de soluções tecnológicas com o fim de enfrentar os problemas ambientais, integrando posteriormente a função educacional de formar profissionais capazes de promover intervenções sustentáveis no meio ambiente, tanto local quanto globalmente (LEITE *et al.*, 2014).

Desde então, as discussões acerca das possíveis contribuições das universidades em prol do desenvolvimento sustentável vem se ampliando. Em 1993, a partir do Protocolo de Kyoto⁶, surgiu a necessidade de as universidades reverem suas operações, de forma que isto repercutisse no aprimoramento das ações práticas de desenvolvimento sustentável. Espera-se que as instituições de ensino superior não se atenham às atividades de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento sustentável, mas que também apresentem exemplos no cotidiano, para que a comunidade possa vivenciar por meio dos modelos e

⁶ Acordo internacional entre países, originado de Conferência realizada no Japão, em 1997 na cidade de Quioto, visando à redução da emissão de poluentes.

incorporar em suas práticas formas de desenvolvimento sustentável (LEITE *et al.*, 2014).

Sob o impacto das propostas de incluir nas atividades acadêmicas a reflexão sobre as consequências ambientais e as ações de risco produzidas como contraponto das inovações tecnológicas, cabe refletir sobre o papel da universidade como um potencial agente dinamizador de mudanças (RUSCHEINSKY, 2014, p.101).

Ambientalização é o processo de inserir na universidade, por meio da educação ambiental, um novo modo de a sociedade compreender e relacionar-se com o meio ambiente, utilizando para tanto o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

Assim, a ambientalização curricular é o processo de inserção de temas, relativos ao meio ambiente e à sustentabilidade socioambiental nos currículos de todos os cursos oferecidos nas instituições de ensino superior, a fim de que os acadêmicos possam ter acesso a estas temáticas e aplicá-las em sua profissão, em família, enfim, em todos os espaços de suas relações, para que este conhecimento possa ser divulgado à sociedade e incorporado por ela, visando o bem comum. Entretanto, para que isto aconteça de fato, é preciso que a universidade, os departamentos e os professores universitários estejam sensibilizados para incrementar os currículos das disciplinas que ministram, de maneira interdisciplinar e preocupada com as questões ambientais.

Os autores Guerra e Figueiredo (2014, p.146), de forma semelhante à Ruscheinsky *et al.* (2014), afirmam que “a preocupação com a ambientalização e a sustentabilidade nas universidades não é nova”. As demandas socioambientais vêm apontando a necessidade de estudos, pesquisas e pessoas capacitadas para atuação frente a tal problemática, e essas necessidades não foram detectadas de recente. Retomando Ruscheinsky *et al.* (2014), essa discussão já vem sendo fomentada desde o ano 2000.

No contexto atual é perceptível que a inserção das temáticas meio ambiente, educação ambiental e sustentabilidade socioambiental nos espaços universitários é questão de relevância planetária. A universidade é uma importante via de ligação entre o meio ambiente e a humanidade, enquanto potencial espaço gerador de conhecimento em que se configura. A universidade tem muito a contribuir para a promoção das mudanças que se fazem necessárias, uma vez que

exerce função mediadora entre os espaços de produção e aplicação do conhecimento, articulando-os, desenvolvendo habilidades, instrumentos e técnicas operatórias em uma realidade constituída por diferentes grupos e atores sociais, por questões culturais e éticas que permeiam a totalidade das relações homem-mundo, afetando a forma de satisfazer as necessidades em

diferentes espaços de vida (PILON, 2014, p.373).

O que se faz em um lugar, mesmo que tardiamente, afeta todos os demais. As ações humanas precisam ser entendidas como questões ampliadas, universais, pois “não é só o crime ou a guerra que ameaçam a vida, mas também a forma como se gera, se distribui e se usa a riqueza, a forma como se trata a natureza” (BRASIL, 2000, p.23).

A ligação entre as condições de vida das pessoas e do meio ambiente com a saúde, com as questões sociais e ambientais existe, deve ser reconhecida e trabalhada, tendo-se em consideração que

Anomalias nas condições de vida de largas parcelas da população, espaços coletivos degradados e segregados, precariedade dos serviços públicos, transporte caótico e penoso, mercantilização de meios de comunicação, lazer e cultura, precariedade de moradia e de trabalho, são altamente adversos à saúde física, mental e social (PILON, 2014, p.358).

O modelo de produção e trabalho capitalista dominante no mundo contemporâneo evoluiu historicamente, de acordo com ofertas e demandas. Conforme surge uma oferta opera-se também o surgimento da demanda, e o incremento de ambas impulsiona o surgimento de tecnologias e seu constante aprimoramento, gerando sempre mais e mais opções de escolha para o consumidor. Este, movido não apenas pela necessidade, mas também pelo modelo consumista da sociedade, incentivado quer pelo marketing do qual se utilizam a indústria e o comércio, quer pelo pensamento superficial, sem crítica, incrementa o ciclo da produção. O processo de escolha e decisão é mediado pela mídia, deixando de ser, puramente uma opção de gosto do consumidor.

De encontro ao exposto, os autores Brunacci e Philippi Jr (2014, p.321) dizem que

Na atual conjuntura mundial e brasileira, circunscrita ao bem orquestrado impacto dos meios de comunicação de massa, é difícil raciocinar e deliberar sem sofrer a influência de um modelo capitalista pragmático; modelo que impingiu certos estereótipos e conceitos de desenvolvimento praticados na nossa sociedade imbuída de um consumismo exacerbado, constantemente fortalecido pelos geniais estímulos da publicidade.

Pilon (2014, p.359) também tece relação entre o processo de escolha e tomada de decisão com os meios de propaganda e *marketing*, explicitando o campo cultural, o cognitivo e o afetivo do consumidor:

Faces da mesma moeda, a capacidade de escolha e decisão é afetada, do lado da demanda, pela redução do campo cultural e o embotamento das funções

cognitivo-sensitivas; do lado da oferta, pela manipulação da informação e do gosto do consumidor segundo estratégias de *marketing* e propaganda.

O cenário atual é preocupante, pois com o aumento das ofertas e com a capacidade tecnológica cada vez mais evoluída, aumenta também, exponencialmente, o montante de recursos naturais extraídos do meio ambiente, muitos deles não renováveis, “sistemas inteiros de vida vegetal e animal são tirados de seu equilíbrio. E a riqueza, gerada num modelo econômico que propicia a concentração da renda, não impede o crescimento da miséria e da fome” (BRASIL, 2000, p.19-20).

Não se pode perder de vista que

os esforços para a construção de uma sociedade sustentável encontram na contradição mencionada um de seus dilemas fundamentais, qual seja, de que modo realizar uma sustentabilidade plural, democrática e emancipatória num contexto social hegemônico pelo mercado” (LIMA, 2011, p.129).

Não se trata de um retrocesso em relação ao desenvolvimento e sim de repensar o modelo atual, sem deixar de considerar

o impacto social, cultural e ambiental dos projetos de desenvolvimento apoiados nos atuais sistemas de produção, transporte e consumo, que aumentam a poluição, o desperdício e o uso abusivo de recursos, que reforçam estilos de vida predatórios e nos deixam à beira de um abismo (PILON, 2014, p.369).

O modelo de produção perpassa o mundo financeiro e influencia o modo de vida de todas as parcelas da população.

A fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida de grande parte da população brasileira são fatores que estão fortemente relacionados ao modelo de desenvolvimento e suas implicações socioambientais (BRASIL, 2000, p.25).

Lima (2011, p.145), qualifica e defende

uma sustentabilidade e educação emancipatórias que nos imunizem das propostas neoconservadoras, impostas pelo império do mercado e da mercadoria e pela instrumentalidade da razão, e sirvam como instrumento de resistência e invenção de novas formas de vida mais justas, solidárias e sustentáveis.

É imprescindível o envolvimento de todos os setores da sociedade, de forma interdisciplinar, para que as mudanças necessárias nos atuais modelos possam ser promovidas.

A universidade concentra uma diversidade de áreas, sendo um dos espaços propícios para fomentar o pensamento crítico, reflexivo e ético acerca das problemáticas contemporâneas, para propagar a Educação Ambiental. Os egressos, ao deixarem os *campi* das universidades já como profissionais, uma vez tendo acessado saberes que contribuem para a Educação Ambiental e a sustentabilidade socioambiental, têm inúmeras oportunidades de disseminar o seu conhecimento, ao propor tecnologias, serviços e produtos que respeitem o meio ambiente e as espécies que dele dependem.

O surgimento do conceito de interdisciplinaridade, junto dos de multidisciplinaridade e transdisciplinaridade evidenciou-se como tentativa de superar a fragmentação do saber sob a forma de disciplinas (CARVALHO, 2012). Para esta mesma autora, a interdisciplinaridade

não pretende a unificação dos saberes, mas deseja a abertura de um espaço de mediação entre conhecimentos e articulação de saberes, no qual as disciplinas estejam em situação de mútua coordenação e cooperação, construindo um marco conceitual e metodológico comum para a compreensão das realidades complexas. A meta não é unificar as disciplinas, mas estabelecer conexões entre elas, na construção de novos referenciais conceituais e metodológicos consensuais, promovendo a troca entre os conhecimentos disciplinares e o diálogo dos saberes especializados com os saberes não científicos (CARVALHO, 2012, p.121).

Sendo assim, uma abordagem interdisciplinar não objetiva priorizar uma disciplina, ideia ou conhecimento em detrimento de outros. Entende que todos podem coexistir, de maneira harmônica, trabalhando juntos, cada um contribuindo com o seu melhor para atingirem uma meta em comum.

É de conhecimento geral que o meio ambiente equilibrado favorece as questões de saúde, e que o meio ambiente degradado pode ser fonte de adoecimento. Essa relação entre meio ambiente e saúde faz parte da história da humanidade. Minayo (2015, p.80) esclarece que “desde os mais primórdios tempos existe consciência humana sobre o embricamento entre condições ambientais e saúde” e menciona ainda que

essa preocupação se acentuou na modernidade, particularmente nos séculos XVIII e XIX, quando se intensificou no Ocidente o processo de industrialização e de urbanização e os problemas ambientais, visivelmente, começaram a ser associados à saúde, às condições de vida e de trabalho (MINAYO, 2015, p.80).

Também Akerman *et al.* (2015) comentam o estudo de Engels (1986), sobre as condições de vida e a saúde da classe operária na Inglaterra, no início dos anos 1800.

Engels traça um paralelo entre as condições de vida da classe trabalhadora e a ocorrência de doenças, mortes e agravos, concluindo que as condições de vida interferem diretamente na produção da saúde, associando pobreza e injustiça com doença, morte e degradação da dignidade humana (AKERMAN *et al.*, 2015, p.109).

Discorrendo acerca do estudo acima mencionado, Minayo (2015, p.80) lembra que, àquela época, “manter a classe trabalhadora e sua família em adequadas condições de trabalho, proporcionando-lhe um ambiente peridomiciliar saneado fazia parte das preocupações dos capitalistas e das exigências que faziam ao Estado moderno”.

A autora supracitada afirma, ainda, que os trabalhadores foram incorporando em suas pautas de reivindicações temas relativos à saúde e higiene, e que a medicina social proporcionou-lhes participação política para melhorar suas condições de vida. Entre o final do século XIX e a metade do século XX a medicina social entrou em declínio dando lugar à Revolução Bacteriana, a qual trouxe grandes benefícios à saúde. No entanto fez retroceder o pensamento da medicina social em função da ciência e da técnica, apresentando seus efeitos ainda na atualidade. A partir da Segunda Guerra Mundial o pensamento social de articulação entre meio ambiente e saúde voltou a ter força compondo agendas políticas e planos de gestão governamental. O movimento ganhou forças nos anos 1960 e 1970 do século XX, quando a humanidade passou a se preocupar com as ameaças de poluição química e radioativa e evidenciaram-se os limites da exploração dos recursos naturais, devido à crise do petróleo. Surgiu então o movimento ambientalista, o qual passou a questionar a visão de desenvolvimento como gerador de riquezas e produtividade.

Entendeu-se que o mesmo desenvolvimento que gera riquezas e produtividade também causa impactos negativos ao meio ambiente e, conseqüentemente, à sociedade. Jacobi (2005, p.240) manifesta que a situação deve ser tratada de maneira interdisciplinar, considerando que

num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, a problemática envolve um conjunto de atores do universo educativo em todos os níveis, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

A maneira nefasta como os recursos naturais vêm sendo utilizados tem gerado conseqüências funestas à sociedade mundial. Mesmo que as repercussões não ocorram concomitantemente, há que se admitir que a situação é complexa, uma vez que alterações aparentemente simples no meio ambiente podem resultar em conseqüências desastrosas, ampliadas para todas as demais esferas. Em conformidade, Pilon (2014, p.369) acredita na

interdisciplinaridade, afirmando que “problemas complexos exigem uma ação unificada e concertada, envolvendo pessoas físicas e jurídicas em pé de igualdade, instituições científicas e técnicas, organizações sociais e comunitárias”.

A questão ambiental é, também, vista como interdisciplinar e transdisciplinar

posto que nada se define em si, mas em relações em contextos espaço-temporais, no que se refere a método, a tradição dialética [...] é, dentre as que buscam pensar o enredamento do ambiente, a que se propõe a teorizar e agir em processos conexos e integrados, vinculando matéria e pensamento, teoria e prática, corpo e mente, subjetividade e objetividade (LOUREIRO, 2004, p.70).

A relação entre saúde e meio ambiente é de mutualidade, visto que um ambiente saudável colabora para que haja desenvolvimento, e o meio ambiente equilibrado é fator que contribui para a saúde da população. As pessoas conseguem cuidar melhor do ambiente que as circunda enquanto estão em boas condições de saúde, enquanto que “a deterioração do entorno físico e cultural agrava o controle existencial além do limiar de resiliência possível, impedindo o desenvolvimento de condições para superar situações adversas, levando à doença, à criminalidade, à violência e à morte” (PILON, 2014, p.359).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado no Relatório *Brundtland* (1987) como o desenvolvimento

que satisfaz as necessidades do presente sem prejudicar ou comprometer a capacidade e a necessidade das gerações vindouras. Esse documento identificou o papel dos seres humanos em relação ao ambiente e descreveu o impacto das mudanças ambientais sobre a saúde e qualidade de vida das populações (MINAYO, 2015, p.83).

A ambientalização curricular visando à inserção das temáticas meio ambiente, sustentabilidade e Educação Ambiental na universidade tem a intenção de promover a sustentabilidade socioambiental. Esta envolve tanto as áreas do meio ambiente quanto as da saúde, além da educação e de inúmeras outras, uma vez que

os serviços de água, esgoto, a saúde, a segurança alimentar, a educação, as condições de moradia, a renda, o emprego e o lixo são, ao mesmo tempo, problemas concretos vividos pelas pessoas, que pedem solução e são expressões de uma problemática contemporânea, que pedem mobilização coletiva (FERRARO JUNIOR, 2012, p.56).

Guerra *et al.* (2015) também afirmam que a ambientalização envolve diferentes áreas de saber, ao comentar atividades e resultados da pesquisa do projeto “Ambientalização e

Sustentabilidade nas Universidades: subsídios e compromissos com boas práticas ambientais”. Os autores dizem que, por parte das instituições de ensino torna-se possível a constituição de uma linha de pesquisa de caráter interdisciplinar:

houve uma produção de conhecimento, revisão e criação de metodologias para avaliação do processo de ambientalização e indicadores de sustentabilidade nas IES, bastante significativa. Essa produção poderá subsidiar outras IES a trilhar e ampliar esses caminhos, o que pode constituir uma interessante linha de pesquisa de caráter interdisciplinar, uma vez que a temática da ambientalização envolve diferentes áreas do conhecimento (GUERRA *et al.*, 2015, p.24).

Concluindo as reflexões e comentários sobre o projeto mencionado, levando em consideração o papel social das universidades diante da sociedade, os autores afirmam que

os diagnósticos realizados conseguiram disseminar nas esferas institucionais uma maior preocupação com essa temática, resgatando o papel social das universidades envolvidas no compromisso da transformação e enfrentamento dos problemas de uma sociedade em crise (social, ambiental, política e de valores), para que se possa realizar o processo de ambientalização e a inserção da sustentabilidade na comunidade universitária, de forma que ocorra a transposição para a sociedade, das ações, práticas e do compromisso com a cultura da sustentabilidade (GUERRA *et al.*, 2015, p.30).

No ambiente universitário concentram-se diversas áreas do conhecimento com suas devidas especialidades, todas potencialmente capazes de contribuir para que o ambiente se configure, cada vez mais, um espaço educador sustentável. O trabalho interdisciplinar, portanto, vai para além das especialidades, em especial devido à articulação e esforços conjuntos de todas elas. O investimento interdisciplinar na Educação Ambiental da comunidade universitária, em função do bem comum, por si só já mapeia um caminho capaz de conduzir a sociedade em direção à sustentabilidade socioambiental.

No entanto, é essencial compreender que a Educação Ambiental e a questão socioambiental exigem uma mudança cultural, que não é de todo garantida pelas políticas de governo, organizações e empresas e também não tem um formato metodológico de educação construído e acabado. Como consequência, a sustentabilidade socioambiental não se materializa. Embora haja isoladamente importantes iniciativas, essa prática também não ocorre nas Instituições de Ensino Superior e Universidades (SORRENTINO; BIASOLI, 2014).

A Educação Ambiental “implica mudanças profundas e nada inócuas. [...] quando bem realizada, [...] leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania

que podem ter fortes consequências sociais” (BRASIL, 2000, p.27). Mudanças, essas, que podem não interessar ao sistema vigente. Para possibilitar uma mudança cultural que leve em consideração não apenas o lucro financeiro, que não o tenha como objetivo maior, é importante conscientizar as pessoas, estimular o pensamento crítico, a ampliação do repertório cultural, a percepção e o conhecimento de si mesmas, para que não se deixem manipular pelo *marketing* e pela mídia e estejam atentas aos problemas socioambientais. Para tanto, é fundamental que haja investimento na educação.

É fundamental também o entendimento de que educação é diferente de formação, de informação e de instrução. Educação envolve “intercâmbio e transformação dos elementos do universo conceitual dos interlocutores, em termos de originalidade, criatividade e autonomia, favorecendo o desenvolvimento do conhecimento, tanto popular como erudito” (PILON, 2014, p.373).

A Educação Ambiental é a tecnologia que pode ser utilizada para dar subsídios à sociedade, a fim de que esta tenha consciência da relação entre ação e consequência, passe a agir de maneira sustentável, aplicando princípios de ética, justiça e cidadania para atingir a sustentabilidade socioambiental em prol de toda a humanidade e não apenas de alguns povos ou países isoladamente.

Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto (BRASIL, 2000, p.24).

Para que a Educação Ambiental faça sentido para as pessoas e seja incorporada enquanto *práxis* efetiva, é imprescindível que trate dos problemas concretos, aqueles vivenciados no dia a dia das pessoas. Assim, estas terão a oportunidade de experienciar e de se identificar com a causa. Tal pensamento é validado por Catford (1992 *apud* Pilon, 2014, p.374) quando diz que

É necessário compreender e responder às necessidades das pessoas; associar a informação às formas de intervenção; utilizar meios de comunicação com o público; influenciar pessoas com poder de decisão e informação; articular diferentes setores e territórios; encorajar participação e autonomia; prover apoio técnico-administrativo, informação, educação, serviços, ação comunitária, desenvolvimento organizacional e medidas reguladoras ambientais e econômicas.

Os autores Sorrentino e Biasoli (2014, p.44) consideram importante que as redes de iniciativas em direção à sustentabilidade atuem de maneira sinérgica, produzindo

“massa crítica” potencializadora da capacidade de resposta das IES e do conjunto de instituições de um dado território para que se tenha otimização de recursos e políticas estruturantes que sejam continuadas no tempo, permanentes, articuladas e com a totalidade dos seus habitantes (grifos dos autores).

O agora e o depois, embora distanciados no tempo cronológico, são interdependentes, uma vez que o hoje é também o futuro. Sem o hoje não haverá o amanhã. Sendo assim, “em vez de projetar as tendências atuais no futuro, é preciso definir as metas desejáveis e explorar novos caminhos para alcançá-las” (PILON, 2014, p.369).

Os atuais problemas socioambientais com que a humanidade vem se deparando exigem investimentos em ações, visando longo alcance e que busquem evitar consequências futuras negativas. Todavia, não se pode esquecer de que se está vivendo no presente e de que no momento atual existem problemas que exigem soluções em curto prazo. Tão importante quanto buscar soluções para resolver os possíveis problemas futuros é tratar de investir em ações que possam resolver as dificuldades já instaladas no tempo presente.

A ambientalização curricular na universidade, via Educação Ambiental, pode vir a ser uma importante ferramenta para resguardar o meio ambiente de forma a reverter os impactos negativos que as ações humanas ge(ra)ram, tanto ao ambiente quanto aos próprios seres humanos ao se descuidarem de sua ligação com a natureza. Para tanto, é necessário e urgente um olhar interdisciplinar e comprometido de todos os agentes que compõem o universo acadêmico.

Junto desse olhar apresenta-se a necessidade de ouvir, na tentativa de compreender o entendimento que circula na universidade acerca das categorias que se pretende trabalhar. Castro (2009, p.174) comenta que por meio de pesquisas constatou-se “que o emprego de conceitos por um sujeito, inclusive de nível universitário, não garante que ele seja capaz de compreender o significado, em termos de categorias lógicas, de sistemas hierárquicos de classes, de relações de oposição, de afinidade e complementaridade”. Para esse autor, o sentido dado às palavras pelos sujeitos passa pelo imaginário social e por dimensões ideológicas, destacando assim a importância das representações sociais que circulam na universidade para a apreensão dos sentidos, de forma a conduzir adequadamente o processo de ambientalização curricular.

1.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de Representações, defendido inicialmente por Emile Durkheim, foi esquecido por muitos anos, tendo em conta que Dürkheim tratava das “representações coletivas”, gerais, exteriores e coercitivas aos indivíduos, aquelas que pensavam o indivíduo enquanto resultado puro das instituições sociais. Porém, esse conceito vem sendo largamente estudado e debatido. Esse resgate aconteceu quando, em 1961, Serge Moscovici buscou ampliar a dimensão colocada no “coletivo” de Durkheim para o “social”. Assim, para as “Representações Sociais”, saindo do mundo exclusivo da sociologia e passando para o universo da psicologia social. É importante, nesse sentido, compreender que na Teoria das Representações Sociais o fenômeno refere-se a teorias populares, senso comum e saberes cotidianos, denominados representações sociais (WAGNER, 2012), bem mais significativos portanto, que “representações coletivas”.

A Teoria das Representações Sociais, idealizada por Serge Moscovici, surgiu na França em 1960 e desde logo apresentou-se como uma possível alternativa para compreender o psiquismo humano, levando em consideração que tanto o mundo quanto o sujeito se constroem devido à dialética relação entre a atividade do sujeito e a relação do objeto com o mundo (ROCHA, 2014). O foco de seu interesse reside não em células ou genes, mas sim nos “seres humanos no contexto mais amplo das relações sociais” (REIS; BELLINI, 2011, p.150).

Moscovici, portanto, teve o entendimento de que as representações são sociais e não coletivas, considerando que seu caráter social transparece “na função específica que elas desempenham na sociedade, qual seja, a de contribuir para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais” (REIGOTA, 2010, p.72).

Todas as interações humanas, sejam originadas entre indivíduos ou entre grupos, presumem representações, pois a qualquer tempo e lugar em que se estiver junto de pessoas ou coisas, “e nos familiarizamos com elas, tais representações estão presentes. A informação que recebemos, e à qual tentamos dar um significado, está sob seu controle e não possui outro sentido para nós além do que elas dão a ele” (MOSCOVICI, 2011, p.40).

Representações sociais são, então, formas de conhecimento prático (SPINK, 1993) que se constituem por meio das inter-relações entre os homens e entre eles e seu ambiente (REIS; BELLINI, 2011). O estudo das representações sociais tem seu marco fundamental com Emile Dürkheim, um dos fundadores da sociologia, o qual buscou discutir sua importância em um contexto coletivo e de que modo estas influenciam os sujeitos na tomada de decisão (REIGOTA, 2010).

As representações sociais são o resultado de um processo de pensamento que se baseia na memória e em conclusões anteriores, por meio de dois mecanismos: ancoragem e objetivação. Estes mecanismos têm por objetivo transformar o que não é familiar em familiar. Moscovici (2011) ensina que ancorar consiste em categorizar e nomear algo. O autor explica que quando surge uma ideia ou uma palavra estranha, não familiar, ela é primeiro direcionada a um contexto familiar, na tentativa de compreensão, utilizando-se um protótipo⁷ como base, tornando possível uma comparação seguida de uma interpretação de algo que até então era anônimo.

O outro movimento, chamado objetivação, consiste em transmutar o que está na mente para algo existente no mundo real. A partir da familiarização com a palavra ou ideia que era estranha, esta é reproduzida e destinada a um contexto familiar onde possa ser vista, tocada e controlada (MOSCOVICI, 2011).

O processo de ancoragem desloca o desconhecido para uma categoria conhecida, o que torna possível falar sobre, avaliar e comunicar, tornando-o, então, possível de representação, que é “fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (MOSCOVICI, 2011, p.62). Enquanto que “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância” (MOSCOVICI, 2011, p.71-72).

O preenchimento da ideia se faz por meio de palavras, equivalentes verbais que a sociedade tem em estoque para dar sentido concreto às imagens. Nem todas as palavras podem ser ligadas a imagens, ou porque as imagens são lembradas como tabus, ou porque não existem imagens facilmente acessíveis em quantidade suficiente. Então, as imagens com suficiente capacidade de serem representadas integram-se em um padrão de núcleo figurativo, “um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias” (MOSCOVICI, 2011, p.72).

Depois de formado um núcleo figurativo, esse núcleo não é estático, sofre mudanças as quais “acontecem durante a transmissão de referenciais familiares, que respondem gradualmente ao que foi recentemente aceito, do mesmo modo que o leito do rio é gradualmente modificado pelas águas que correm entre as margens” (MOSCOVICI, 2011, p.73). Deste modo,

⁷ Neste contexto, o protótipo refere-se a conhecimentos anteriores, aos meios de pensamento antigos, que possibilitam a ação diante de uma situação nova (SÊGA, 2000).

Nossas representações, pois, tornam o não-familiar em algo familiar. O que é uma maneira diferente de dizer que elas dependem da memória. A solidez da memória impede de sofrer modificações súbitas, de um lado e de outro, fornece-lhes certa dose de independência dos acontecimentos atuais – exatamente como uma riqueza acumulada nos protege de uma situação de penúria (MOSCOVICI, 2011, p.78).

O desconhecido pode causar medo e/ou ansiedade e, para superá-los, são extraídas imagens, linguagens e gestos, de experiências e memórias comuns que são dinâmicas e imortais, utilizando-se a ancoragem e a objetivação, que constituem

maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2011, p.78).

Nesse encaminhamento, Jovchelovitch (2012, p.69), explica que esses dois movimentos, ancoragem e objetivação, “são as formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social”.

Jodelet (2009, p.680) acredita que, desde o início, na construção teórica e no estudo empírico dos fenômenos correspondentes sempre houve entre os autores que estudaram e estudam as representações coletivas e as representações sociais, uma inquietação quanto a “sua relação com as representações individuais e sobre o estatuto concedido ao sujeito enunciador e produtor das representações, seja ele individual ou social”. Aponta ainda que os estudos realizados pelos diferentes autores levaram a questionar o lugar do sujeito na relação com as representações.

Este é tratado mais ou menos explicitamente, nas diferentes abordagens, seja como resposta elementar dos agregados que definem uma estrutura de representação, seja como lugar de expressão de uma posição social, seja como portador de significados circulantes no espaço social ou construídos na interação (JODELET, 2009, p.680).

A autora supracitada constata que, na construção histórica, foi deixada de lado a questão do sujeito e sua subjetividade, e que o (termo) sujeito teve diversas compreensões conforme o período histórico que se apresentava, assim como sua evolução para o conceito de

ator também teve variadas conotações. A relação entre indivíduo e sociedade, a qual de início era tida como oposição entre ator (agente) e sistema social (estrutura), que colocava o ator como assujeitado ao poder e ao lucro, evoluiu de forma que as aproxima e agrega à noção de sujeito (JODELET, 2009).

Colocar o indivíduo como agente implica reconhecer neste último um potencial de escolha de suas ações, permitindo-lhe escapar da passividade diante das pressões ou constrangimentos sociais e intervir, de maneira autônoma, no sistema das relações sociais, como detentor de suas decisões e senhor de suas ações (JODELET, 2009, p.689).

Jodelet (2009) também considera importante estudar de que forma um trabalho sobre representações pode ser nutrido e nutrir um trabalho sobre subjetivação, na teoria e na prática. Menciona que os modelos intervencionistas sempre referenciam o trabalho sobre representações individuais, sociais ou coletivas e que isto supõe uma correção de crenças consideradas inadequadas, valorização do conhecimento do senso comum, conscientização crítica de posturas ideológicas, reinterpretação de situações de vida, bem como colocar em perspectiva as posições a fim de analisar contextos de ação e ponto de vista dos atores.

Estas perspectivas implicam que a abordagem das relações sociais pode fornecer, para uma mudança social ao nível individual ou coletivo e qualquer que seja o domínio de intervenção, a melhor contribuição, mas também a mais difícil. A melhor, porque os modos que os sujeitos possuem de ver, pensar, conhecer, sentir e interpretar seu modo de vida e seu estar no mundo têm um papel indiscutível na orientação e na reorientação das práticas. A mais difícil, pois as representações sociais são fenômenos complexos, incitando um jogo de numerosas dimensões que devem ser integradas em uma mesma apreensão e sobre as quais é necessário intervir conjuntamente (JODELET, 2009, p.694-695).

Representações sociais, portanto, consistem em conhecimento produzido no contexto das relações sociais de determinado(s) grupo(s). Tendo subtraída a generalidade e o rigor dos conceitos científicos, estas “se associam a um tipo de conhecimento que, podendo eventualmente possuir um aspecto de cientificidade, se pauta pela compreensão descompromissada do real, situando-se fora de um padrão inflexível de formulação do saber” (REIGOTA, 2010, p.69).

Sua constituição se faz por intermédio da ação dos sujeitos sociais que, atuando no espaço que é comum a todos, desenvolve e sustenta saberes sobre si mesma (JOVCHELOVITCH, 2012). As representações sociais são equivalentes “a um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos que através

delas compreendem e transformam sua realidade” (REIGOTA, 2010, p.72).

Também Monteiro, Cabral e Jodelet (1999, p.162) entendem-nas como “formas de pensamento utilizadas na comunicação, na compreensão e no ensino do meio social, material e ideativo, que surgem das observações dos atores sociais (sujeito) e de seus relatos de fatos e fenômenos sociais (objeto) ocorridos”. Para essas autoras, as representações sociais são produtos dinâmicos da atividade mental que possibilitam “a emergência de sinais e significados psicossociais, pertinentes à vida cotidiana e à realidade social, elaborados através do mundo das idéias e da modalidade de pensamento” (MONTEIRO; CABRAL; JODELET, 1999, p.162).

Quanto à gênese e funções, Jodelet (2009) propõe três esferas de pertença para as representações sociais: subjetividade, intersubjetividade e transsubjetividade. A autora explica que na esfera da subjetividade estão os processos que acontecem do indivíduo para consigo, bem como fatores emocionais, identidade, seu posicionamento em relação ao lugar social que ocupa e as conotações da estrutura das representações. A consideração do nível subjetivo torna possível o acesso aos significados atribuídos pelo(s) sujeito(s) ao objeto situado em seu meio social/material e a verificação de como se articulam “à sua sensibilidade, seus interesses, seus desejos, suas emoções e ao funcionamento cognitivo” (JODELET, 2009, p.697).

No tocante à intersubjetividade a autora explica que estão os processos oriundos do relacionamento entre os sujeitos, em especial a comunicação verbal, que conforme o contexto, colaboram para que as representações sejam estabelecidas. As trocas realizadas entre os sujeitos têm como resultantes

a transmissão de informação, a construção de saber, a expressão de acordos ou de divergências a propósito de objetos de interesse comum, a interpretação de temas pertinentes para a vida dos participantes em interação, a possibilidade de criação de significações ou de ressignificações consensuais (JODELET, 2009, p.697).

A esfera da transsubjetividade constitui o meio no qual estão inseridos os indivíduos, os espaços sociais e públicos nos quais as representações circulam, “ultrapassam o quadro das interações e são endossadas, sob a forma de adesão ou de submissão, pelos sujeitos (JODELET, 2009, p.699).

A manifestação das representações sociais ocorre por meio de elementos cognitivos, como imagens, conceitos, categorias, teorias, mas jamais as representações sociais se reduzem a eles. O acesso a esta forma de conhecimento se dá por meio do acesso aos componentes cognitivos, entretanto o entendimento deve levar em conta o contexto no qual foram

produzidas, desde as funções simbólicas e ideológicas a que servem, bem como das formas de comunicação por onde circulam (SPINK, 1993).

É fundamental compreender, então, que as representações sociais não são elementos estáticos e sim dinâmicos, pois “representações de nossos corpos, de nossas relações com outras pessoas, da justiça, do mundo etc. se desenvolvem da infância à maturidade” (MOSCOVICI, 2011, p.108) sendo, assim, passíveis de reinterpretação e de ressignificação (JODELET, 2009). Dessa maneira, Klug (2013) entende que cabe aos seres humanos, mediante os desafios impostos pela contemporaneidade, abertura para aprendizagem através “do olhar/reolhar e reconstruir as imagens” (KLUG, 2013, p.41) no intuito de compreender as problemáticas do cotidiano e suas modulações.

Na leitura de Abric (2000, p.28) as representações têm funções essenciais nas dinâmicas das relações sociais e respondem a quatro funções:

- 1) Função de saber: as RS permitem compreender e explicar a realidade. Elas permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem.
- 2) Função identitária: as RS definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. As representações têm por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados.
- 3) Função de orientação: as RS guiam os comportamentos e as práticas. A representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.
- 4) Função justificadora: por essa função as representações permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. As representações têm por função preservar e justificar a diferenciação social, e elas podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.

Jodelet (2001, p. 27), por sua vez, alerta que o exercício de representar é complexo e exige cuidados, pois é carregado de sentidos simbólicos. Para evitar equívocos, a referida autora sugere a observação de quatro características que serão essenciais no ato de representar:

- a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito);

- a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações);
- a representação será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais - ela é uma forma de conhecimento;
- qualificar esse saber de prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro (JODELET, 2001, p. 27).

Guareschi (2000) entende que as representações destinam-se à criação, reprodução ou transformação das relações sociais. Nesse encaminhamento, a Teoria das Representações Sociais quando utilizada no contexto da educação possibilita uma ampliação do entendimento de assuntos fundamentais, estendendo, assim, sua contribuição à Educação Ambiental ao viabilizar a ampliação das reflexões fundamentadas nas ideias, visões de mundo, atitudes e valores dos atores envolvidos (KLUG, 2013).

Pode-se perceber que os pensamentos destes autores conferem grande importância às pesquisas de ambientalização no ensino superior, na universidade, uma vez que as representações sociais “se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade” (MOSCOVICI, 2011, p.40). Tornando-se conhecidas as representações sociais que circundam o ambiente universitário, futuramente poder-se-á conferir melhor qualidade às discussões e políticas a serem propostas em novos projetos sobre a temática.

A Teoria das Representações Sociais, quando utilizada no contexto socioambiental, subsidia a leitura e o entendimento de meio ambiente que têm os sujeitos ou as coletividades, ou seja, possibilita um olhar para a compreensão e a interpretação das concepções relativas às questões socioambientais vivenciadas no dia a dia, acima de tudo, no que diz respeito aos pensamentos e atitudes concretas de sua realidade. Nos discursos dos sujeitos pode-se identificar significados expressivos de qualquer objeto de estudo e, em especial, da sustentabilidade socioambiental, meio ambiente e Educação Ambiental.

Assim, as representações sociais constituem importante “referencial teórico e instrumento para a educação e a gestão ambientais” (SILVA; GOMES; SANTOS, 2005, p.42), uma vez que fornecem elementos indicativos da vida cotidiana (MONTEIRO; CABRAL; JODELET, 1999), influenciam práticas (JODELET, 2009) e orientam decisões (CARVALHO, 2012).

Carvalho (2012) lembra que ao falarmos em meio ambiente, com frequência nos vem

à mente ideias tais como natureza, flora, fauna, vida biológica e vida selvagem, as quais foram moldadas em nosso imaginário e são reafirmadas pela mídia, por exemplo, por documentários de televisão, exemplificando como se formam as representações de meio ambiente. Tais referências podem ser levadas em consideração para explicar pelo que, mesmo vivenciando a problemática ambiental da atualidade, grande parcela da sociedade continua agindo como se as consequências da crise ambiental fossem apenas uma possibilidade futurista e remota.

Reigota (2010) considera a noção de meio ambiente uma representação social, e acrescenta que a base da busca por negociação e solução das problemáticas ambientais está na compreensão das diversas representações. O autor justifica assim o seu entendimento: “Não se trata de saber quantitativamente mais, mas qualitativamente melhor sobre as questões que um determinado grupo pretende estudar e onde pretende atuar” (REIGOTA, 2010, p.20).

Conforme Jodelet (2009), subjetivamente, interativamente e/ou transdisciplinarmente as representações sociais são construídas, revistas, atualizadas nas relações que se estabelecem entre os indivíduos e o meio. As representações sociais de meio ambiente, Educação Ambiental e sustentabilidade socioambiental de docentes são comunicadas por força da relação professor-aluno aos discentes. Os sujeitos orientarão suas práticas enquanto profissionais e cidadãos com embasamento em suas próprias representações sociais, as quais serão expressões de seu posicionamento no tratamento das questões ambientais.

2 METODOLOGIA

2.1 MÉTODO

Pesquisas científicas compreendem a utilização de método e de metodologia. Diversos autores discorrem sobre estes conceitos científicos.

Gerhard e Souza (2009) descrevem método como o caminho que leva a um objetivo, e metodologia como um conjunto de regras e procedimentos utilizados para efetivar uma pesquisa, ou seja, para alcançar o objetivo. Marconi e Lakatos (2003, p.84) definem método como a “teoria da investigação”. Já Minayo (2000, p.22) apresenta método como um “processo de desenvolvimento das coisas” e metodologia como “o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade [...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”.

Uma vez que é o pesquisador quem efetiva a pesquisa, este não pode ser desconsiderado do processo, pois se faz presente com sua subjetividade, fator importante para conduzir todas as etapas, desde a organização do projeto, passando pela coleta de dados, as análises e a apresentação dos resultados. Quanto a isto, Minayo (2000) também afirma que a ciência e a metodologia andam juntas, que as técnicas são secundárias em relação à teoria, mas não sem importância, e que tanto a capacidade criadora quanto a experiência do pesquisador são importantes, pois são elas que possibilitam transformar as preocupações sociais em questões públicas.

Ainda sobre a relação do pesquisador com a pesquisa,

É igualmente importante lembrar que, como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador [...] os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa

[...] É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer, mas esse trabalho vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com as suas definições políticas (LÜDKE; ANDRÉ, 2015, p.3-5).

Da relação de apropriação entre o sujeito e o objeto advém o conhecimento humano, e não há um único modo de conhecimento. Entre outros, existe o conhecimento popular (senso comum) e o conhecimento científico, sendo este um conhecimento aprofundado e metódico

da realidade (TARTUCE, 2006).

Para Marconi e Lakatos (2003), o senso comum tem objetividade e racionalidade, no entanto essas são limitadas em função do vínculo com a percepção e a ação e circunscritas às vivências e particularidades do cotidiano. O objeto do conhecimento é possuído pelo sujeito, impregnado dos valores do sujeito que o conhece e limitado às suas percepções e sensações.

Quanto ao conhecimento científico, Marconi e Lakatos (2003) explicam: este é real, pelo trabalho com ocorrências ou fatos reais; contingente, uma vez que a veracidade ou falsidade das hipóteses e proposições são verificadas por meio de experiências, não apenas da razão; sistemático, por ter ordenação lógica, as ideias são sistematizadas culminando em teoria; verificável, pois as hipóteses são testadas a fim de comprovação ou refutação, e, no caso desta última, são apartadas do âmbito da ciência; falível, pois não é definitivo, nem final; e conseqüentemente sua exatidão é aproximada, pois novas proposições, assim como novas técnicas que venham a ser desenvolvidas podem provocar a sua reformulação.

Nas ciências há duas grandes dimensões. Na primeira dimensão, estão as ciências puras, que estudam o desenvolvimento de teoria, e as ciências aplicadas, que tratam da aplicação das teorias conforme as necessidades humanas. E na segunda dimensão, estão as ciências naturais, que estudam o mundo natural, e as ciências sociais, que observam o comportamento humano e da sociedade (GERHARDT; SOUZA, 2009).

Os fatos do mundo natural podem ser quantificados, já os comportamentos são melhor explicados por descrições e, segundo Gerhardt e Souza (2009), essa distinção entre ciências naturais e sociais é fonte de controvérsias e disputas de poder entre diferentes campos de estudo na academia. Os estudos quantitativos comumente têm *status* científico, enquanto que os estudos qualitativos têm baixa tolerância como ferramenta para “exploração de variáveis a serem testadas estatisticamente” (GERHARDT; SOUZA, 2009, p.23). E isto se entende porque enquanto que as pesquisas quantitativas se prendem no peso numérico e na repetição das experiências laboratoriais, por exemplo, as pesquisas qualitativas atêm-se na análise contextual do fenômeno estudado.

A abordagem da pesquisa, segundo Minayo (2000, p.23), é uma atitude e uma prática teórica de busca constante e um processo inacabado e permanente, “é uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”, podendo ser quantitativa ou qualitativa.

Os pesquisadores que utilizam métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas sem quantificá-las e sem submetê-las a provas de fatos, uma vez que os dados não são métricos. Este tipo de pesquisa aborda aspectos não quantificáveis da realidade buscando a

compreensão e a explicação das dinâmicas de relacionamento social (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Já as pesquisas que utilizam os métodos quantitativos buscam quantificar os resultados. Uma vez que a pesquisa é centrada na objetividade, os pesquisadores utilizam-se de grande número de amostras e analisam dados brutos para compreender a realidade, com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros para fazer a coleta dos dados (FONSECA, 2002).

As diferenças entre as duas abordagens também são explicadas por Bardin (2011), pois a autora esclarece que a análise quantitativa leva em conta a frequência de aparição de elementos da mensagem, utilizando-se da frequência como indicador, enquanto que a abordagem qualitativa leva em conta outros indicadores, não frequenciais, que possibilitem inferências sobre a mensagem, considerando que “por exemplo, a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição” (BARDIN, 2011, p.44).

É no desenvolvimento e no desenrolar da pesquisa, mediante o que se faz necessário para cumprir com os objetivos do trabalho, que se reconhece a utilidade e a conveniência do uso dos métodos (MINAYO, 2000). Este preceito é corroborado por Bardin (2011), quando esta autora afirma que as pesquisas, sejam elas sociais ou de outra abordagem, não devem apenas restringir-se ao método quantitativo, uma vez que as abordagens qualitativa e quantitativa “não têm o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos por meio de um método estatístico. [...] A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses” (BARDIN, 2011, p.145).

Entendimento similar tem Triviños (2015), para quem a relação entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa não é excludente, pois entende que as pesquisas podem ser qualitativas e quantitativas ao mesmo tempo. O que acontece geralmente é que as investigações fundamentadas na estatística, que buscam resultados objetivos, restringem-se aos dados estatísticos; as informações obtidas são utilizadas para verificar se há, ou não, entre as situações investigadas, uma relação estatisticamente significativa; e ainda, de forma empírica, validar ou refutar suas hipóteses sobre os fenômenos em questão. Não obstante, o autor também observa que a pesquisa quantitativa não é especulativa, pois tem objetividade e validade conceitual, subsidiando ampla e notavelmente o desenvolvimento do pensamento científico, e que não há impedimento quanto a utilizar os dados obtidos estatisticamente para investigações mais aprofundadas, para além dos quesitos quantitativos. Segundo sua

concepção, a estatística pode ser um elemento que auxilie os pesquisadores, uma vez que fornece hipoteticamente valorosas informações que podem vir a ser abordadas com análises mais perscrutadas. Neste sentido, Minayo (2000) e Silveira e Córdova (2009) concordam que não há um método melhor do que outro e concluem que as abordagens quantitativa e qualitativa não se excluem, ambas se complementam.

2.1.1 A abordagem da pesquisa

A pesquisa realizada é do tipo qualitativo e a base dos fundamentos está ancorada nas orientações de Lüdke e André (2015) e Minayo (2000).

Considerando-se o que já foi exposto acerca de Educação Ambiental, meio ambiente e da necessidade de um novo paradigma que contemple a relação do homem com a natureza, visando à sustentabilidade socioambiental, pode-se dizer que, nesta pesquisa, este foi o problema coletivo abordado e com o qual a pesquisadora e participantes estiveram envolvidos. No todo, a pesquisadora buscando entender como o assunto está sendo tratado, e os participantes relatando e refletindo sobre suas práticas, mas ambos os personagens, atores do estudo, participaram e colaboraram juntos para o andamento do mesmo.

Há técnicas específicas para se analisar as informações obtidas na coleta de dados de pesquisas qualitativas. Desde antes do século XX as comunicações já vinham sendo analisadas, via hermenêutica, retórica e lógica. A princípio, desenvolveu-se a análise de conteúdo por meio de estudos quantitativos, os quais davam grande importância às contagens e medidas. A partir da Primeira Guerra Mundial e principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, a análise de conteúdo passou a descrever o comportamento como resultante de um estímulo, primando pelo rigor e cientificidade. Passados vários anos com essas experiências, desenvolveram-se a metodologia e a epistemologia. A análise de conteúdo ainda pode ser vista como uma atitude interpretativa, no entanto, atualmente, além do suporte teórico, conta-se também com a sustentação de processos técnicos de validação (BARDIN, 2011).

Definida como um instrumento que viabiliza compreender a comunicação, qualquer que seja seu modo, a análise de conteúdo consiste em um apanhado de técnicas para análise da comunicação, as quais, pela forma objetiva e sistemática como o conteúdo das mensagens é descrito, buscam por indicadores que levem a inferir conhecimentos em relação às mensagens enunciadas (BARDIN, 2011).

Nesta pesquisa utilizou-se a análise de conteúdo, pois esta possibilita compreender

para além do significado imediato das palavras que estão sendo comunicadas, busca desvelar o que está por trás delas. Sabendo que o discurso marca o mundo a partir da produção, interpretação e representação de seus signos, analisá-los por meio da abordagem já citada (qualitativa) permite ir além de uma interpretação simplista e ingênua sobre os efeitos das mensagens e seus conteúdos.

2.2 OS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA PESQUISA

2.2.1 *O locus* da Pesquisa – a Univille

A Universidade da Região de Joinville – a Univille⁸, está situada em Joinville, ao Norte de Santa Catarina, região com forte tendência a atividades industriais e comerciais. Joinville é a cidade mais industrializada do estado de Santa Catarina, na qual predominam os setores metal-mecânico, plástico e têxtil, sendo um dos principais polos industriais do Brasil.

A Instituição, que abrange da educação básica à pós graduação, conta com dois *campi*, localizados em Joinville e São Bento do Sul, e duas unidades, Joinville Centro e São Francisco do Sul. Nos dois *campi*, oferece à comunidade: o Colégio da Univille; 42 cursos de graduação nas áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Biológicas e da Saúde; 22 cursos de pós graduação *lato sensu*; e seis cursos de pós graduação *stricto sensu*: Doutorado e Mestrado em Saúde e Meio Ambiente, Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade; Mestrado em Educação; Mestrado em Engenharia de Processos e Mestrado Profissional em Design. As áreas dos Mestrados e Doutorado ofertadas pela Instituição abrangem os contextos socioambiental e sociocultural.

Desde a carta consulta para a transformação da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ) que funcionava desde 1965 na cidade de Joinville, em Univille (1990), a Instituição já contemplava “a visão interdisciplinar de ciência, fundamentada no holismo crítico e na visão ecológica de mundo, inseridos e partilhados no ensino, na pesquisa e na extensão e, portanto, disseminados em todos os segmentos e em toda abrangência da nova universidade” (UNIVILLE, 2014, p.26).

Enquanto Instituição, a Univille tem Missão, Visão, Valores e Princípios que

⁸ Informações obtidas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (aprovados em 2015) e que foram fornecidos pelos Departamentos da Área Socioeconômica da Instituição.

apresentam elementos indicativos de sua preocupação socioambiental. A missão da Univille representa o compromisso de promover a formação de profissionais com habilidades técnicas, que além do conhecimento técnico estejam voltados para as necessidades sociais e ambientais no contexto do cotidiano local e global no qual estão inseridos. A Instituição expressa na visão sua intenção de alcançar reconhecimento como universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão. A Instituição tem, por valores e princípios: cidadania, integração, inovação e responsabilidade socioambiental, buscando respectivamente a promoção do desenvolvimento pessoal e social, o bem comum, soluções sustentáveis que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e favorecer a melhoria na qualidade de vida. Sem fins lucrativos, a Instituição busca estar envolvida em projetos inovadores cujo alcance seja nacional e internacional, demonstrando seu interesse na sustentabilidade socioambiental e, como universidade comunitária, investe seu retorno financeiro em ações de ensino, pesquisa e extensão.

Além de atender as demandas da comunidade por meio das ações de ensino e extensão, com sua inserção na comunidade e por meio das ações de pesquisa, a Univille busca encontrar soluções para os mais diversos problemas a partir do que é vivenciado.

Na práxis cotidiana da Instituição Universitária e ao fomentar nos docentes e discentes o entendimento da importância da pesquisa científica como processo acadêmico, sistemático e gerador de conhecimentos, por meio dos quais o processo ensino-aprendizagem se reconfigura, e a produção científica destas pesquisas torna-se capaz de propor transformações à realidade social, efetiva-se o impacto das ações universitárias na sociedade. Quando os conhecimentos resultantes das pesquisas e das práticas pedagógicas são utilizados a serviço dos sujeitos sociais, aproxima-se a Instituição da Característica nº 7 da Rede ACES - Coerência e Reconstrução entre teoria e prática.

A Instituição concebe a humanidade como parte integrante da Terra, entendimento que exige novo posicionamento frente às relações sociais e ambientais, à ciência, assim como um novo código ético para a sociedade. Por intermédio de ensino, pesquisa e atividades de extensão, a Universidade intervém e contribui para com o meio social, uma vez que durante a formação, os acadêmicos e egressos são estimulados a avaliar criticamente o seu papel na construção de uma sociedade sustentável e planetária. Em função de sua participação em palestras, exposições e oficinas relacionadas a esta nova postura da sociedade frente ao ambiente, os estudantes podem vivenciar práticas que os façam tecer relações entre a Educação Ambiental e os demais temas abordados e/ou emergentes, disponibilizando-se à

recepção e elaboração de novas maneiras para entender e gerir as relações entre a sociedade e a natureza, aproximando-se da Característica nº 1 da Rede ACES - Compromisso com a transformação das relações entre sociedade-natureza. Deste modo a educação pode auxiliar na formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade e que contribuam para avanços tecnológicos e científicos, que possam transformar, futuramente, a realidade atual, pautados em valores éticos e humanísticos. Ao concretizar esta intenção, dar-se-á o encaminhamento da Instituição para atender à Característica nº 8 da Rede ACES - Orientação prospectiva de cenários alternativos.

A Instituição desenvolve ações, projetos e programas que atendam aos discentes, visando expandir o acesso ao estudante e favorecer sua permanência na Universidade de modo sustentável, por meio do Apoio ao discente, que se constitui de: Acolhimento e integração do ingressante; Central de Atendimento Acadêmico; e Central de Relacionamento com o estudante. Este último contempla: Programa de Acompanhamento Psicopedagógico (que se desmembra em Programas de Nivelamento, Atendimento Psicológico, Atendimento Pedagógico e Projeto Conviva); Projeto de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais; Laboratório de Acessibilidade; Escritório de Empregabilidade e Estágio; Acesso e Permanência do Estudante; Assessoria Internacional; Diretório Central dos Estudantes e Representação Estudantil; o próprio Departamento ou Área; e ainda outros serviços (Serviço de Psicologia, Ouvidoria, Centro de Atividades Físicas, Serviço Médico (conveniado com empresa de atendimento de emergência), Serviço Odontológico, Serviço de Assessoramento Jurídico, Serviços de Reprografia e Serviços de Alimentação, sendo os dois últimos terceirizados). Esta prática aproxima a instituição da Característica nº 6 da Rede ACES - Consideração aos aspectos cognitivos e afetivos das pessoas.

2.2.2 Caracterização da Área Socioeconômica

Esta pesquisa centrou-se nos Departamentos da Área Socioeconômica⁹ da Univille, que contempla os cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior e Publicidade e Propaganda.

De acordo com o anuário Joinville Cidade em Dados 2016, elaborado pela Fundação IPPUJ (2016), Joinville ocupa a 21ª posição no *ranking* do PIB nacional. É um importante

⁹ Informações obtidas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (aprovados em 2015) e que foram fornecidos pelos Departamentos da Área Socioeconômica da Instituição.

polo industrial da região Sul, superado apenas por Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR) em termos de geração de receita aos cofres públicos. O município tem grande expressão na economia do país e, no cenário internacional, é responsável por 20% das exportações catarinenses.

Joinville conta com grandes indústrias: Whirpool (eletrodomésticos), Embraco (compressores), Ciser (parafusos), Lepper (têxtil), Docol (metais sanitários), Tigre (tubos e conexões, entre outros), Tupy (fundição), General Motors (automobilística) e, nos últimos anos, os setores de comércio e serviços vem aumentando, significativamente, impulsionando a economia municipal. Além disto, o município localiza-se próximo a dois portos, São Francisco do Sul e Itapoá, o que fortalece o parque industrial de toda a região e favorece as atividades de importação e exportação.

No aspecto socioeconômico, conforme a Fundação IPPUJ (2016), o município concentra 15,5% dos empregos catarinenses (196 mil), dos quais a maior parcela (37,14%) tem remuneração entre um e dois salários mínimos de renda nominal mensal domiciliar *per capita*, e 68,52% até dois salários mínimos.

Ainda de acordo com a Fundação IPPUJ (2016), mesmo Joinville sendo historicamente ligada ao setor secundário (industrial), a evolução dos empregos em 2015 no setor terciário do município foi de 61.113 em comparação a 31.676 do setor secundário, portanto, 1,9 vezes maior mostrando assim a relevância de estudos e ações voltadas ao setor de serviços.

O setor terciário corresponde a 65,5% do total de empregos do município (FUNDAÇÃO IPPUJ, 2016), abaixo da média nacional que consiste em 75,3% e acima do resultado mundial que corresponde a 47,45%, conforme estatísticas do Banco Mundial (WEB, 09/11/2016)¹⁰, mostrando que a tendência mundial de empregos no setor terciário está avançada na cidade, com perspectiva de crescer ainda mais, haja visto que no Brasil o percentual já é maior.

Assim, como outras cidades industriais, em âmbito mundial, o processo de industrialização, gerador de riqueza e crescimento populacional colaborou para o aumento de problemas sociais, ambientais e culturais, e a região sente as consequências do uso inadequado dos recursos naturais, visíveis sob a forma de poluição das águas e do ar, descaracterização da área de manguezais, diminuição da floresta, produção de lixo urbano e industrial, entre outros.

¹⁰ Informações obtidas do site

<https://data.worldbank.org/indicador/SL.SRV.EMPL.ZS?end=2016&start=1962&view=chart>

A demanda de profissionais atuantes na Área Socioeconômica em Joinville, por conta de sua intensa atividade econômica, vem de longa data. Essa necessidade passou a ser suprida com a instalação, em 15 de março de 1965, da Faculdade de Ciências Econômicas, primeiro curso superior da cidade e que hoje é o curso de Ciências Econômicas da Área Socioeconômica da Univille (WEB, 09/11/2016)¹¹. Atualmente são disponibilizados à comunidade, pela Univille no *campus* Bom Retiro, os cinco cursos da Área Socioeconômica nos quais centrou-se essa pesquisa.

Com algumas particularidades, os cursos da Área Socioeconômica da Univille seguem um padrão. Todos funcionam de 2^a a 6^a-feira no período noturno, e os cursos Administração, Comércio Exterior e Publicidade e Propaganda funcionam também aos sábados no período matutino, sendo Administração o único curso que funciona paralelamente no período matutino de 2^a a 6^a-feira. A carga horária dos cursos é de 3.000 horas, equivalentes a 3.600 horas-aula e o curso Publicidade e Propaganda tem carga horária de 2.700 horas, equivalentes a 3.240 horas-aula. O regime é seriado e anual, com o tempo mínimo de quatro anos para integralização do Curso e máximo de seis anos, com ingresso no primeiro semestre do ano letivo. No entanto, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas têm o tempo mínimo de quatro anos e meio para a integralização do curso e o ingresso em Administração ocorre também no segundo semestre do ano letivo. Todos os cursos oferecem disciplinas na modalidade semipresencial.

O curso Ciências Econômicas teve seu primeiro dia de aula em 15/03/1965, obteve autorização para funcionamento em 1969 e o reconhecimento em 14/08/1972. Conta com 54 vagas para ingresso autorizadas, por período letivo, e aos egressos é conferida a titulação de Bacharel em Ciências Econômicas.

Os cursos Administração e Ciências Contábeis foram criados no ano 1971 e obtiveram reconhecimento em 21/08/1975. Contam, respectivamente, com a autorização de 220 e 108 vagas para ingresso por período letivo e aos egressos é conferida a titulação de Bacharel em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis, respectivamente.

O curso Comércio Exterior foi criado em 1987 e nesse mesmo ano obteve autorização para funcionamento da habilitação em Comércio Exterior (curso de Administração). O reconhecimento da habilitação em Comércio Exterior ocorreu em 1993 e em 2010 o curso foi reconhecido como bacharelado em Comércio Exterior. Conta com autorização de 96 vagas para ingresso por período letivo e aos egressos é conferida a titulação de Bacharel em

¹¹ Informações obtidas do site <http://www.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/Furj/index/612353>

Comércio Exterior.

O curso Publicidade e Propaganda foi criado e obteve autorização para funcionamento em 2011 e está em processo de reconhecimento. Esse curso contempla disciplinas em modalidade semipresencial, conta com autorização de 50 vagas para ingresso por período letivo e aos egressos será conferida a titulação de Bacharel em Publicidade e Propaganda.

Levando-se em consideração os aspectos concernentes a Joinville e acima citados, justifica-se a importância da presença de todos os cursos de graduação da Área Socioeconômica oferecidos pela Univille.

2.2.3 A população alvo

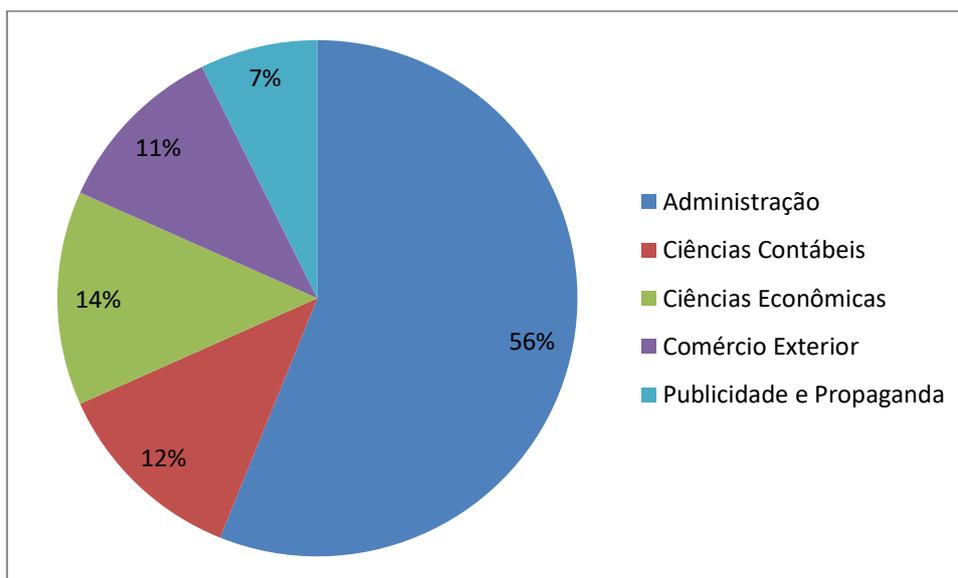
Foram convidados a participar da pesquisa todos os professores e os funcionários de cada um dos Departamentos dos cursos de graduação da Área Socioeconômica da Univille sendo eles: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Publicidade e Propaganda.

Essa área contava, em 2016, com 82 professores e quatro funcionários, sendo que cada professor é vinculado a um único departamento, podendo ministrar aulas nos demais¹². Quanto à distribuição desses professores, pode-se observar: 56% (46) no Departamento de Administração, 14% (11) no Departamento de Ciências Econômicas, 12% (dez) no Departamento de Ciências Contábeis, 11% (nove) no Departamento de Comércio Exterior e 7% (seis) no Departamento de Publicidade e Propaganda (Gráfico 1). E quanto aos funcionários, os Departamentos de Ciências Econômicas e Publicidade e Propaganda não têm funcionário próprio, enquanto que o Departamento de Administração tem dois funcionários e os Departamentos de Ciências Contábeis e Comércio Exterior têm, cada um, um funcionário.

Desse total (86), responderam à pesquisa 12 professores e os quatro funcionários, o que equivale a 18,6% de participação efetiva dos profissionais da Área Socioeconômica.

¹² Informações obtidas do Departamento Gestão de Pessoas da Univille em 31/10/2016

Gráfico 1 - Professores por Departamento da Área Socioeconômica (Univille - 2016)



Fonte: A Autora/2017

2.2.3.1 Critérios de Exclusão

Foram excluídos da pesquisa os sujeitos que não responderam os questionários eletrônicos no prazo previsto para o retorno. Também o seriam aqueles participantes que não assinassem o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE A) e os que manifestassem desejo de desistir da pesquisa. Entretanto, estes fatos não ocorreram entre os que participaram da pesquisa.

2.2.3.2 Da Ética da Pesquisa

Tendo em vista a autorização para a execução da pesquisa, o Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Univille nº 1.138.317 datado de 04/07/2015 (ANEXO D), definiu-se que todo o material produzido por esta pesquisa será guardado em poder da pesquisadora por um período de cinco anos posteriores à defesa. Após esse período, será devidamente incinerado ou levado à reciclagem. Respeita-se assim o determinado pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizou-se em cinco etapas. Inicialmente, procedeu-se a uma pesquisa

bibliográfica para fundamentar teoricamente o tema da pesquisa. Esta fase caracterizou-se por execução de leituras e fichamentos de textos, com o objetivo de dar lastro teórico ao estudo.

Paralelamente a essas leituras, prosseguiu-se à fase de aplicação da pesquisa. Como primeira ação, apresentou-se à Vice-Reitoria de Ensino da Univille a Carta de Solicitação de Anuência para a execução da pesquisa (ANEXO A). Esta pesquisa está vinculada ao projeto “Ambientalização Curricular na Universidade: Diálogo interdisciplinar da sustentabilidade socioambiental para desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação – atendendo à comunidade acadêmica”, aprovada com o Parecer do Comitê de Ética número 1.138.317 datado de 04/07/2015. A pesquisa está sob a responsabilidade da professora orientadora (Prof^a Dra. Nelma Baldin) que coordenou a execução geral da pesquisa na Univille.

Passo seguinte, solicitou-se anuência à Pró Reitoria de Ensino da Univille para a realização da pesquisa junto aos cursos de graduação da área Socioeconômica, sendo esses: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Publicidade e Propaganda (ANEXO B).

Posteriormente, procurou-se as secretárias dos Departamentos da Área Socioeconômica, nos respectivos Departamentos, para agendar horário de apresentação da pesquisadora e da proposta aos respectivos Chefes dos Departamentos (que também são professores dos cursos). Foi possível agendar por meio das secretárias três horários, os outros dois foram agendados pela pesquisadora pessoalmente com os Chefes dos Departamentos.

Conforme os agendamentos, realizou-se visitas de apresentação aos Chefes dos Departamentos, ocasião na qual foram-lhes entregues as cartas de apresentação (ANEXO C). Após, explanou-se acerca da proposta da pesquisa e dos procedimentos metodológicos que seriam aplicados no decorrer da pesquisa, bem como da necessidade de acesso da pesquisadora aos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) e aos respectivos Planos de Ensino e Aprendizagem (PEA's). Diante da concordância dos coordenadores quanto à execução de todos os procedimentos citados para aplicação da pesquisa nos Departamentos, e sua devida participação, coletou-se as assinaturas nos respectivos TCLE's (APÊNDICE A).

Finda essa etapa, teve início a coleta dos dados nos Departamentos. Para tanto, realizou-se os seguintes procedimentos, para cada um dos departamentos envolvidos na pesquisa:

Solicitou-se a disponibilização dos PPC's e dos PEA's, para leitura e análise dos conteúdos dos mesmos. Uma vez disponibilizados e estudados esses documentos norteadores, procedeu-se à tabulação dos dados dos PPC's e dos PEA's que consistiu em pesquisar em tais documentos a ocorrência dos termos “meio ambiente”, “sustentabilidade socioambiental” e

“Educação Ambiental”, utilizando-se a opção “Localizar” da ferramenta/editor de *pdf Adobe Acrobat Reader DF*.

Esses termos foram definidos *a priori* tendo em consideração que a pesquisa está vinculada ao projeto “guardachuva”, “Ambientalização Curricular na Universidade: Diálogo interdisciplinar da sustentabilidade socioambiental para desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação – atendendo à comunidade acadêmica” aplicado na Univille concomitantemente a essa pesquisa (coordenado pela Prof^a Dra. Nelma Baldin) e que já tem definidos esses termos como sendo fatores de busca. Considerou-se, ainda, que esses termos estão presentes nas discussões dos autores que falam sobre ambientalização curricular (Penteado, 2010; Reigota, 2010; Carvalho, 2008, 2012; Layrargues, 2011; Lima, 2011; Sorrentino, 2011; Pilon, 2014; Ruscheinsky, 2014; Guerra; Figueiredo, 2015; Guimarães, 2015; entre outros). Portanto, são pertinentes ao tema da pesquisa além de, também, serem termos que permitem ampliar as discussões para além de seu significado imediato.

Inicialmente, foram considerados estes termos como indícios de ambientalização curricular no respectivo documento, entretanto percebeu-se que havia frases sem a ocorrência deles e que assim mesmo forneciam indícios de ambientalização. Reiniciou-se o procedimento de pesquisa lendo-se integralmente os documentos. Cada parte do documento que referenciava à ambientalização foi copiada para a planilha de tabulação destes dados a qual foi elaborada propriamente para este fim (APÊNDICE B).

No decorrer da leitura também percebeu-se que as ementas das disciplinas continham poucos elementos, uma vez que consistem de tópicos e, por isso, incluiu-se os demais elementos dos PEA's. Levando-se em consideração que a pesquisa teve questões que são quantificáveis, os dados relativos a tais questões foram tratados utilizando-se planilhas eletrônicas do programa *Windows Excel*.

Finalizada esta fase de análise dos conteúdos dos documentos norteadores (PPC's e PEA's), procedeu-se a uma nova etapa, à aplicação do questionário eletrônico *online* a todos os professores (chefes e vice-chefes de Departamento, coordenadores e demais professores) e funcionários (secretárias) dos cursos de graduação da Área Socioeconômica da Univille. Esse questionário referia-se a questões relativas à temática Educação Ambiental, meio ambiente e sustentabilidade socioambiental.

Para a aplicação dos questionários eletrônicos enviou-se um e-mail a todos os professores (chefes e vice-chefes de Departamento, coordenador e demais professores) e funcionários (secretárias) dos cursos de graduação da Área Socioeconômica da Univille, apresentando a pesquisa e solicitando o preenchimento do questionário eletrônico. Neste

mesmo e-mail, anexou-se a versão digital do TCLE e comunicou-se aos receptores que, ao responder o questionário, automaticamente estavam dando seu aceite ao TCLE.

O questionário, *online*, modelo *Google Docs*, aplicado nesta pesquisa foi elaborado utilizando-se como base o Teste de Sustentabilidade (WEB, 15/04/2015)¹³ da Plataforma “Informação, sensibilização e avaliação da sustentabilidade na Universidade” da Universidade de São Paulo - USP e também alinhado ao questionário desenvolvido por Heidemann (2017) para sua Tese de Doutorado em Saúde e Meio Ambiente na Univille.

Validou-se o questionário *online* por meio de um questionário piloto (APÊNDICE C), que foi aplicado eletronicamente junto às secretárias e alunos dos cursos de Mestrado da Univille. Esse teste piloto visou abarcar possíveis diferenças de linguagem na comunicação da pesquisadora com os participantes, aspecto este considerado por Thiollent (2011) como possível de ocorrer em pesquisas. No questionário-piloto constava uma questão que depois não apareceu no questionário final, porque visava conhecimento acerca de possíveis dúvidas não esclarecidas na redação das questões.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se baixo retorno dos questionários *online* aplicados (APÊNDICE D). Em vista disto, conforme estabelecido anteriormente, caso não fosse atingido o número de respondentes correspondente a 50% + 1 do total de participantes, todos os Chefes de Departamento dos cursos de graduação da Área Socioeconômica foram procurados a fim de agendar-se com os mesmos uma entrevista semiestruturada gravada (APÊNDICE E). Aplicaram-se as entrevistas que, posteriormente, foram transcritas e apresentadas aos entrevistados para sua concordância.

Finalizadas as ações para a coleta dos dados, buscou-se analisar os resultados das questões fechadas dos questionários *online*, cuja tabulação foi gerada automaticamente pelo *software Google Docs*.

O passo seguinte foi a análise dos dados obtidos com as entrevistas e com as questões abertas dos questionários *online*. Esse procedimento consistiu em ler todas as respostas, selecionar as expressões e termos que se repetiam ou que eram significativos, considerando-os categorias de análise da pesquisa. Este primeiro agrupamento originou as categorias iniciais que emergiram da pesquisa. Em seguida, reagrupou-se essas categorias iniciais por aproximação e semelhança gerando as categorias intermediárias, conforme orientação de Bardin (2011). Posteriormente, reagrupou-se as categorias intermediárias gerando então as categorias finais (*a posteriori*).

¹³ Página web da Plataforma <http://www.projetosustentabilidade.sc.usp.br/>

Procedeu-se então à análise desses dados, conforme orientações teórico-metodológicas desta pesquisa tendo-se, mais uma vez, por base a análise de conteúdo de Bardin (2011). Na análise dos dados coletados, os participantes da pesquisa estão identificados da seguinte forma: os cinco professores respondentes das entrevistas (chefes dos departamentos) estão registrados como “C”, sendo “C1”, “C2”, “C3”, “C4” e “C5”; os professores, em número de 11, estão identificados como “P”, sendo “P1”, “P2”, “P3” e assim por diante até “P11”; e quatro funcionários, reconhecidos com a letra “F”, sendo “F1”, “F2”, “F3” e “F4”. Um dos professores respondentes do questionário *online* duplicou sua resposta, a qual foi excluída da planilha de tratamento dos dados quantitativos.

Importante ressaltar que nos trechos citados, referentes às entrevistas gravadas concedidas pelos Chefes de Departamento da Área Socioeconômica, assim como nas respostas às questões abertas do questionário *online*, foram suprimidas informações que pudessem vir a identificar os entrevistados, respeitando-se o sigilo garantido pelo TCLE. Além disto, suprimiu-se termos repetidos em uma mesma frase, e palavras que não interferiram no contexto da resposta quando suprimidas informações identificadoras dos sujeitos entrevistados.

Concluída a fase de análise, partiu-se então para a quinta etapa da pesquisa, a produção final da dissertação a fim de apresentá-la publicamente, uma vez que o conhecimento científico, baseado na metodologia científica e caracterizado por ser “objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação [...] deve ser de domínio público” (FONSECA, 2002, p.11).

Inicialmente, buscou-se identificar na literatura disponível quais são as 10 Características definidas pela Rede ACES¹⁴ e utilizadas como características de ambientalização curricular, de onde verificou-se que as características são as seguintes: 1- Compromisso com a transformação das relações entre sociedade e natureza; 2- Complexidade; 3- Ordem disciplinar (flexibilidade e permeabilidade); 4- Contextualização Local-global-local / Global-local-global; 5- Considerar o sujeito na construção do conhecimento; 6- Consideração aos aspectos cognitivos e afetivos das pessoas; 7- Coerência e reconstrução entre teoria e prática; 8- Orientação de cenários alternativos; 9- Adequação metodológica; 10- Espaços de reflexão e participação democrática.

¹⁴ Rede ACES – Rede de Ambientalização Curricular de Ensino Superior, constituída em 2002 por 11 universidades (cinco europeias e seis latino-americanas) para construir metodologias a fim de avaliar o grau de ambientalização curricular das universidades europeias e latino-americanas (GUERRA *et. al.*, 2015).

Levando-se em consideração que essas características são subjetivas, tomou-se o cuidado de relacioná-los à parte da dissertação, para que estivessem em local acessível e visível durante todo o processo de leitura dos documentos analisados. A partir de então, procedeu-se a releitura minuciosa dos PPC's e PEA's da Área Socioeconômica, buscando por conteúdos que referenciassem as características.

2.4 ENCONTRANDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE NORTEADORAS DA PESQUISA

A definição das categorias de análise norteadoras da pesquisa, que teve como referência as categorias estabelecidas *a priori* no projeto “guardachuva” (Meio Ambiente, Educação Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental) deu-se a partir da leitura das informações das cinco entrevistas realizadas com os Chefes de Departamento da Área Socioeconômica e da análise das respostas dadas às questões subjetivas dos dezesseis questionários *online* respondidos pelos professores e funcionários. Buscou-se, com esse procedimento, evidências da ambientalização curricular na referida Área. Essas categorias norteadoras (*a posteriori*) foram referendadas pela metodologia de Bardin (2011), que não estabelece normas rígidas na definição de cada categoria. Desta maneira, de toda a informação obtida, enumerou-se 66 categorias iniciais, vistas como *a posteriori*: sustentabilidade ambiental, meio ambiente, educação ambiental, preservação, cuidados com meio ambiente, conservação do meio ambiente, ecossistema, conscientização, gestão da sustentabilidade, participação, formação de opinião, respeitabilidade, discussões, futuras gerações, reciclagem, desperdício da água, agressão ao meio ambiente, separação do lixo, ensinar, universidade sustentável, extensão, pesquisa, responsabilidade ecológica, sistemática, capacitação dos docentes, planejamento estratégico, alimentação saudável, utilização racional dos recursos naturais, futuro da humanidade, qualidade de vida, questões ecológicas, questões ambientais, impactos ao meio ambiente, parcerias com organizações, atitudes, programas, contabilidade ambiental, preocupação com meio ambiente, gestão ambiental, reaproveitamento, preocupação com o próximo, catástrofes ambientais, sobrevivência humana, ambiente verde, expectativa de futuro, futuro melhor, economizar, uso da água, uso da energia, desassoreamento, energia do vento, capacitações, campanhas, atividades econômicas, cultura ambiental, desenvolvimento ambiental, recursos naturais, conceito ambiental, diretriz curricular nacional, multidisciplinar, palestras, atualização profissional, passivo ambiental,

socioambiental, programa, projeto, usuário do meio ambiente.

Nesse encaminhamento, tendo como ponto de partida o agrupamento das categorias iniciais e como base a aproximação dos termos e expressões e sua inter-relação, construiu-se cinco categorias intermediárias (Quadro 1).

Quadro 1 - Categorias iniciais, conceito norteador e categorias intermediárias (*a posteriori*)

Categorias iniciais	Conceito Norteador	Categorias Intermediárias
Sustentabilidade ambiental, meio ambiente, preservação ambiental, cuidados com meio ambiente, conservação do meio ambiente, ecossistema, futuras gerações, futuro da humanidade, questões ecológicas, questões ambientais, impactos no meio ambiente, planeta sustentável, ambiente verde, expectativa de futuro, futuro melhor, conceito ambiental, desenvolvimento ambiental, recursos naturais, desenvolvimento econômico, passivo ambiental, socioambiental	A sustentabilidade ambiental como elemento fundamental para garantir a vida das futuras gerações	Sustentabilidade ambiental e as futuras gerações
Educação Ambiental, conscientização, participação, formação de opinião, respeitabilidade, discussões, ensinar, extensão, pesquisa, sistemática, Diretriz Curricular Nacional, cultura ambiental, multidisciplinaridade, palestras	A Educação Ambiental como recurso para a formação de sujeitos sociais conscientes de suas atitudes	A Educação Ambiental e as mudanças de comportamento e atitude
Gestão ambiental, gestão da sustentabilidade, universidade sustentável, capacitação dos docentes, planejamento estratégico, parcerias com organizações, programas, contabilidade ambiental, economizar, capacitações,	A gestão ambiental é uma importante ferramenta a ser utilizada pela universidade para a incorporação de valores ambientais	Gestão ambiental e a universidade

campanhas, atualização profissional, projetos		
Reciclagem, desperdício da água, separação do lixo, alimentação saudável, utilização racional dos recursos naturais, preocupação com meio ambiente, preocupação com o próximo, reaproveitamento, desassoreamento, uso da água, uso da energia, energia do vento, usuário do meio ambiente	Os seres humanos em seu cotidiano podem incorporar diversas ações que tenham como objetivo a sustentabilidade ambiental	As ações humanas sustentáveis
Qualidade de vida, sobrevivência humana, meio ambiente e saúde	A sustentabilidade ambiental está diretamente relacionada à sobrevivência humana, principalmente no que diz respeito a sua saúde	Meio ambiente e Saúde

Com a definição das categorias intermediárias, chegou-se à fase final do processo de categorização com a apresentação das categorias finais, as quais são uma síntese das informações encontradas no material de pesquisa, ou seja, nas entrevistas e questionários *online* (Quadro 2).

Quadro 2 - Categoria intermediária, conceito norteador e categoria final

Categoria Intermediária	Conceito Norteador	Categoria Final
Gestão ambiental e a universidade, sustentabilidade e o futuro das gerações, as ações humanas sustentáveis	A gestão ambiental na universidade pode contribuir para a sustentabilidade ambiental das futuras gerações	A gestão ambiental na Universidade como investimento para as futuras gerações
A Educação Ambiental e a mudança de comportamento e atitude, Meio ambiente e Saúde	A Educação Ambiental é um importante instrumento para mudanças de comportamento e atitudes diante da saúde e do meio ambiente	A Educação Ambiental e as mudanças de atitude diante do meio ambiente e da saúde

Dando seguimento, o estudo discutiu e analisou duas importantes questões que

emergiram da construção das categorias finais: A gestão ambiental na Universidade como investimento para as futuras gerações; e A Educação Ambiental e as mudanças de atitude diante do meio ambiente e da saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os sujeitos que participaram da pesquisa são funcionários e professores dos Departamentos da Área Socioeconômica da Univille, do *campus* Bom Retiro (Joinville/SC).

Os dados oficiais obtidos junto ao setor de Gestão de Pessoas da instituição nos informam que a Univille tem 540 professores ativos, considerando colégio, graduação, mestrados e doutorado em todas as unidades e *campi*. O número de professores que atuam no *campus* Bom Retiro não foi informado, justificado pelo fato de que cada professor pode lecionar em vários cursos, *campi* e unidades. No *campus* Bom Retiro, a Univille conta com 326 funcionários.

Já a quantidade de alunos por curso da Área Socioeconômica, em 2016, distribui-se: Administração 490; Ciências Contábeis 225; Ciências Econômicas 138; Comércio Exterior 294; Publicidade e Propaganda 140. A média da faixa etária dos professores da Área Socioeconômica é de 40 anos, enquanto que a dos funcionários é de 29 anos.

O maior nível de instrução dos docentes dos cursos da Área Socioeconômica está concentrado no mestrado, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Nível de instrução dos Professores da Área Socioeconômica (Univille - 2016)

<i>Departamento</i>	<i>Especialização Completo</i>	<i>Mestrado Completo</i>	<i>Doutorado Incompleto</i>	<i>Doutorado Completo</i>
Administração	11	28	2	5
Comércio Exterior	4	3	1	1
Ciências Contábeis	4	6	0	0
Ciências Econômicas	1	7	1	2
Publicidade e Propaganda	1	4	1	
Total	21	48	5	8

Fonte: A Autora/2017

Dos funcionários dos cursos da Área Socioeconômica, dois deles têm o Ensino Médio

completo e os outros dois têm Curso Superior.

3.2 O STATUS DA AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA ÁREA SOCIOECONÔMICA: ENTRE O IDEAL E O REAL

Ambientalização curricular envolve “o debate sobre a incorporação de temas relativos ao nexo entre ambiente e sociedade e à sustentabilidade ambiental no currículo da graduação e pós graduação” (RUSCHEINSKY *et al.*, 2014, p.97).

Partiu-se da concepção de que os cursos de graduação da Área Socieconômica da Univille seriam considerados ambientalizados (curricularmente) se o conteúdo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) e os Planos de Ensino e Aprendizagem (PEA's) atendessem o que consta nos marcos legais da legislação nacional, que contempla questões do meio ambiente e Educação Ambiental, em especial a Lei nº 9.795/1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e a Resolução nº 2/2012 (CNE/CP), que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) para os sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e Superior. Considerou-se, também, importante que tais documentos contemplassem as Características definidas pela Rede ACES¹⁵ como indicadores de ambientalização.

A Lei nº 9.795/1999 no Art. 1º explicita o que se entende por Educação Ambiental: os

processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Ainda no Art. 2º, da lei supracitada, encontra-se que a Educação Ambiental é essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, de forma articulada, considerando-se a educação formal e a informal.

A Resolução nº 2/2012 do CNE/CP, no Art. 24 determina que, para fins de credenciamento e credenciamento, autorização e renovação de autorização para funcionamento, bem como para o reconhecimento de instituições educacionais e de cursos,

¹⁵ 1 - Compromisso com a transformação das relações entre sociedade e natureza; 2 - Complexidade; 3 - Ordem disciplinar, flexibilidade e permeabilidade; 4 - Contextualização Local-global-local / Global-local-global; 5 - Considerar o sujeito na construção do conhecimento; 6 - Considerar os aspectos cognitivos e afetivos das pessoas; 7 - Coerência e reconstrução entre teoria e prática; 8 - Orientação de cenários alternativos; 9 - Adequação metodológica; e 10 - Espaços de reflexão e participação democrática.

faz-se necessário o atendimento às DCNEA.

O Art. 3º da PNEA esclarece que “todos têm direito à educação ambiental” e incumbe as instituições educativas de promover e integrá-la aos seus programas educacionais. O Art. 7º desta lei inclui as instituições de ensino públicas e privadas na esfera de ação da PNEA, e ainda o Art. 9º esclarece que a educação superior das instituições de ensino públicas e privadas está incluída nesta política.

3.2.1 Os Projetos Pedagógicos dos Cursos da Área Socioeconômica (PPC's)

Os PPC's de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior e Publicidade e Propaganda, bem como seus respectivos PEA's, foram reformulados no ano de 2015.

A reformulação desses documentos da Área Socioeconômica atende ao Art. 1º da DCNEA e ao Art. 3º da PNEA. Porém, não basta que os documentos dos cursos referenciem a legislação, é necessário sim que seus conteúdos estejam relacionados à legislação vigente, mas também que haja articulação dos conteúdos de Educação Ambiental entre as diversas disciplinas e a prática, efetivamente. O Art. 10º da PNEA esclarece que a Educação Ambiental não deve ser disciplina isolada do currículo, salvo situações específicas, pois deve ser, sim, um conteúdo que perpassa todas as disciplinas, de forma transversal e permanente, “como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”.

Todos os PPC's da Área Socioeconômica fazem referência à PNEA, citam a Lei nº 9.795/1999 e contemplam temas disciplinares relacionados à Educação Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental e Meio Ambiente.

Há aspectos em comum entre os PPC's da Área Socioeconômica, alinhados ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Univille, e outros relacionados especificamente aos cursos em análise. Convém esclarecer que as especificidades de cada curso e suas respectivas ementas, no tocante aos temas Educação Ambiental, meio ambiente e sustentabilidade socioambiental, serão identificadas com o nome do curso a que se referem.

A Universidade, em sua Missão, firma o propósito de formar não somente profissionais de referência para o mercado, mas também cidadãos de referência para a sociedade, que além de atuar em ensino, pesquisa e extensão, tenham sua práxis constituída de tal forma que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Frente a este propósito, cada

um dos cursos em questão tem uma proposta concernente e condizente, alinhada à missão Institucional, o que vai de encontro ao Art. 1º da PNEA e à Característica nº 1 da Rede ACES - Compromisso com a transformação das relações entre sociedade e natureza.

O curso de Administração tem como objetivo geral formar cidadãos capazes de análise crítica e ética, que atuem como agentes de mudança com espírito empreendedor e solidariedade de classe, que estejam aptos à criação, gestão e administração de sistemas organizacionais, que propiciem às pessoas alternativas compromissadas com o desenvolvimento sustentável em uma sociedade em constante transformação. O curso é orientado pela concepção de ensino que entende o ato pedagógico como espaço para construção de conhecimento e formação de um cidadão profissional comprometido com o bem da humanidade. Com o estágio supervisionado, busca proporcionar aos discentes oportunidades para que possam desenvolver e aprimorar suas habilidades, analisar as situações e propor alterações no ambiente, tanto organizacional quanto societário. Dos egressos, é esperado que sejam profissionais adaptáveis e que tenham desenvolvido capacidade de transferir seus conhecimentos de vida e experiência cotidiana para seu ambiente de trabalho e campo de atuação profissional.

De forma similar, o curso de Ciências Contábeis se propõe a promover formação humanística e profissional na área, com ensino, pesquisa e extensão de referência para a sociedade. Em sua concepção filosófica, visa o executivo da contabilidade como um homem de ciência, a serviço do bem estar social, assim como no objetivo geral do curso, que pretende o profissional como cidadão, comprometido com suas atribuições de contador com competência e plena consciência da responsabilidade e da ética perante a sociedade e as organizações que a integram.

Também o curso de Ciências Econômicas pretende, por intermédio do processo de ensino-aprendizagem, proporcionar aos seus alunos formação teórica e prática, fundamentada, capaz de lhes proporcionar uma visão globalizada do desenvolvimento econômico e social, criativa, crítica e empreendedora, frente às demandas mercadológicas atuais e do futuro em sua área de trabalho. Na concepção filosófica, tem o conhecimento como resultante de um processo de construção contínuo, que exige abordagem crítica para a proposição de soluções empreendedoras, as quais possibilitem continuamente a melhoria na qualidade de vida. Dos egressos, é esperado que sejam profissionais capazes de avaliar o impacto das atividades de sua área de atuação profissional no contexto político, social, econômico e ambiental; identificar e analisar as rápidas mudanças econômicas e sociais em escala global e nacional que influem no ambiente de sua área de atuação; realizar perícias econômicas para avaliação

de riscos e acidentes ambientais; e realizar análises de sustentabilidade econômica e ambiental.

Do mesmo modo, o curso de Comércio Exterior pretende a formação profissional e cidadã de seus discentes, que tenham visão crítica e abrangente do mundo e do mercado, consciência de seu papel sociopolítico e preocupação com as questões éticas e ecológicas. O curso tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável com a formação de profissionais qualificados na área de Comércio Exterior e aptos à gestão de sistemas organizacionais em Comércio Exterior, imbuídos de postura ética e que atuem como agentes de inovação, comprometidos com a estratégia organizacional e buscando propiciar às pessoas alternativas compromissadas com o desenvolvimento sustentável, em uma sociedade em constante transformação.

Por fim, o curso de Publicidade e Propaganda tem a preocupação de formar não apenas profissionais, mas também cidadãos, éticos e conscientes de seus deveres para com a profissão e, sobretudo, com a sociedade. Para tanto, propõe-se a formar profissionais inculcados de compromisso ético com o desenvolvimento sustentável, a produção do conhecimento científico e tecnológico, que sejam capazes de atuação inovadora para solucionar problemas em sua área profissional, assim como de avaliar o impacto das atividades de sua profissão e área de atuação em relação ao contexto político, social, econômico e ambiental. É esperado dos egressos do curso, entre outras competências, ter comunicação, atuar na gestão e inovação na área de Publicidade e Propaganda.

Nesse encaminhamento, projeta-se a Área Socioeconômica à Educação Ambiental. O Art. 8º da PNEA explicita que as atividades relacionadas à política de Educação Ambiental podem ser desenvolvidas por meio de linhas de atuação, sendo a pesquisa uma delas. A Instituição promove o incentivo à pesquisa possibilitando que seja aprimorada a prática docente e discente e a cidadania ambiental.

Os PPC's dos cursos de Administração e Ciências Econômicas contemplam linhas de pesquisa que abrangem o meio ambiente e possibilitam pesquisas relacionadas à orientação da PNEA.

No curso de Administração foram instituídas linhas de pesquisa nas seguintes áreas: Recursos Humanos; Financeira e Orçamentária; Marketing; Produção Industrial e de Serviços; Materiais e Logística; Tecnologia de Informação; Meio Ambiente; Qualidade e Produtividade; Planejamento Estratégico; Teorias da Administração e das Organizações; Empreendedorismo.

Em Ciências Econômicas, a educação é concebida como processo de formação e

também de interação social, que conduz à produção científica participativa e crítica pautada na teoria e na prática. O alcance disto é viabilizado com atividades de pesquisa e extensão, abertas à população, visando replicar para a comunidade as conquistas e os benefícios alcançados pelas ações comunitárias e pesquisas da Instituição. O trabalho de conclusão do curso deve ser compatível com uma das quatro linhas de pesquisa: Economia Social, Macroeconomia, Microeconomia e Economia Setorial, que são contempladas pelas grandes áreas: Desenvolvimento Socioeconômico e Empreendedorismo. As temáticas meio ambiente e sustentabilidade integram duas delas, a linha Economia Social, que abrange Políticas Públicas; Universalidade, Integralidade e Equidade; Terceiro Setor; Economia Solidária; Desenvolvimento e Subdesenvolvimento; e a linha Economia Setorial, que abrange: Bens de Capital; Competitividade; Agronegócios; Economia do Meio Ambiente e Regulação.

Os professores e acadêmicos do curso Publicidade e Propaganda são incentivados pelo Departamento a se inserirem no âmbito da pesquisa científica, em especial quando da oferta de editais, programas de pesquisa e PIBIC (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica).

A Política Institucional de Ensino de Graduação reafirma compromisso da Instituição com a sustentabilidade socioambiental, a inclusão social, o respeito às identidades multiculturais e os direitos humanos. O PPC de Administração afirma reforçar os compromissos da Política Institucional de Ensino de Graduação da Instituição. Já o PPC de Ciências Econômicas propõe o desenvolvimento de atividades e ações que visam atender a Política Institucional de Ensino de Graduação, explicitando as atividades curriculares que possibilitem aos futuros economistas o desenvolvimento de habilidades nas diferentes áreas de conhecimento, para que estes possam promover ações visando desenvolvimento econômico, social e político da sociedade em que vão atuar e percebam a importância da inter, multi e transdisciplinaridade no relacionamento com as diferentes áreas do conhecimento. E ainda, que tenham estímulo ao entendimento do ambiente que habitam e a busca de soluções para os problemas contemporâneos, atividades de pesquisa e extensão abertas à população, visando replicar para a comunidade as conquistas e os benefícios alcançados pelas ações comunitárias e pesquisas da Instituição, além da disseminação do conceito de ser humano no contexto do ambiente, estimulando a discussão das realidades local, nacional e internacional da economia e da sociedade e motivação da inclusão social, respeito às identidades multiculturais e promoção, tanto de direitos humanos quanto de valores socioambientais.

Ainda nessa mesma direção, identifica-se que o PPC de Ciências Econômicas leva em conta que conforme aumentam os problemas que afetam a humanidade, aumenta o volume de

informações. Tendo em vista que os seres humanos se deparam com o ambiente natural e o social sendo modificados e ameaçados de degradação, preocupa-se com a exclusão social e as agressões, relacionando-as com o desenvolvimento sustentável e o modo como crescem a economia e o consumo, assim como com a ética da profissão na realidade complexa da atualidade. No tocante ao meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável e recursos naturais, o curso visa desenvolver estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados às competências técnico-profissionais específicas.

A justificativa da necessidade social do curso Ciências Econômicas é pautada nas necessidades regionais, assim como na potencialidade da cidade: a geração de negócios. Para fundamentar a justificativa, foram utilizados dados da Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o desenvolvimento sustentável de Joinville – IPPUJ e divulgados em 2015. O curso considera que os problemas de ordem social, ambiental e cultural são trazidos pela urbanização e riqueza oriundos do processo de industrialização. Ainda, entende que a dimensão econômica é parte crucial do homem na sociedade, mas que é preciso considerar a existência de um conjunto de fatores complexos, que não são de ordem econômica nas relações sociais. Considera que a economia existe em função do homem. Com o envolvimento do curso nas ações sociais, priorizando as famílias mais carentes, os discentes têm oportunidade de oferecer consultoria e de constatar as necessidades da comunidade, bem como os impactos gerados pelo descumprimento dos direitos da sociedade (ambiental, humano, social), possibilitando a desconstrução de eventuais visões acríticas e despolitizadas, ingênuas e naturalistas acerca da sociedade em que vivem.

Já o PPC de Ciências Contábeis aborda a função social da Universidade e a necessidade social do curso contextualizando a educação e o desenvolvimento sustentável da região, considerando o profissional da área de Ciências Contábeis imprescindível à empresa para controle, desempenho e evidenciação do envolvimento com a sustentabilidade organizacional a partir do tripé econômico, social e ambiental. Explicita, ainda, que o profissional deve dispor de conhecimentos específicos, estar devidamente habilitado e atualizado com as constantes mudanças nos cenários mundiais. O documento explica que o perfil dos profissionais de contabilidade é direcionado à indústria em função de ser esta a principal atividade econômica da região. No entanto, há a percepção da realidade de crescimento dos setores de comércio e serviços, e o curso prepara também os acadêmicos para atuação nestas áreas, em especial para os segmentos de turismo e tecnologia da informação. Com o entendimento de que os fenômenos econômicos, sociais e ambientais são responsáveis pela reestruturação dos negócios em escala mundial, assim como de que o crescimento do

comércio e serviços na região exige a preparação de profissionais para atender essa demanda, a preocupação do curso de Comércio Exterior em preparar os acadêmicos para atuação também nestas áreas vai ao encontro da função social da Universidade. A justificativa da necessidade social do curso também decorre desse entendimento.

A preocupação dos cursos em atender às necessidades sociais, assim como em capacitar profissionais que atendam às necessidades reais e atuais da sociedade resultam do e no direcionamento da Área Socioeconômica da Universidade para as vivências no cotidiano da comunidade. Assim, possibilitam atividades visando a inclusão social, o respeito às identidades multiculturais e aos direitos humanos da população. A Área também manifesta o reconhecimento de que a Instituição almeja, em âmbito nacional e explícito em sua Visão, ser além de uma universidade de referência em ensino, pesquisa e extensão, mas uma universidade comunitária, sustentável, inovadora e internacionalizada. Fazendo-se presente na comunidade e atenta a seus anseios, a universidade pode ser reconhecida como integrante do cotidiano, o que facilita sua atuação no ensino, pesquisa e extensão rumo ao desenvolvimento sustentável. O investimento nos cursos de mestrado e doutorado promovem o alinhamento da Instituição às necessidades e desenvolvimento humano da cidade. A Universidade tem forte vínculo com a comunidade, atendendo suas demandas por meio de atividades no âmbito da inclusão social, economia solidária, tecnologia, cidadania e Educação Ambiental.

Os valores e princípios da Instituição são relativos à cidadania, buscando a promoção do desenvolvimento pessoal e social, integração, no intento de construir o bem comum, inovação, visando contribuição para com o desenvolvimento socioeconômico, e responsabilidade socioambiental, que pelo comprometimento com o equilíbrio ambiental pode viabilizar melhor qualidade de vida à sociedade.

A partir do que está posto nos PPC's da Área Socioeconômica, entende-se que a Instituição insere a comunidade universitária no (meio) ambiente, desenvolve atividades de inclusão social, cidadania, economia solidária, tecnologia e Educação Ambiental. Deste modo, pode oferecer, à comunidade, atividades que contemplem tanto práticas corporais como intelectuais, aulas de natação, atendimento jurídico, psicológico, médico e odontológico, consultorias, entre outros, utilizando-se da estrutura física da Universidade e dos cursos de graduação, fazendo da instituição uma universidade aberta às demandas da comunidade. Além disto, destaca-se que os docentes e os discentes da graduação e *stricto sensu* da Univille atuam em pesquisas que fomentam conhecimento científico e em atividades de extensão universitária junto à demanda social da comunidade. Isto permite à Instituição levantar, analisar e fornecer dados, dialogando com os sujeitos sociais inseridos neste espaço

e com o próprio poder público do município. Este relacionamento entre a universidade e a comunidade vai ao encontro da Característica nº 4 da Rede ACES - Contextualização.

Os PPC's estudados passam o entendimento de que a Universidade percebe Joinville como uma cidade exposta a problemas sociais, ambientais e culturais decorrentes do processo de industrialização e da exploração inadequada dos recursos naturais, o que lhe trouxe consequências ambientais como a poluição das águas e do ar, a urbanização de mangues, a insuficiência do sistema de esgoto, a produção de lixo urbano e industrial e a dizimação da floresta da Serra do Mar localizada na região.

Esses mesmos PPC's dão a visão de que como partícipe do contexto em que se insere, a Universidade antevê a necessidade de investimentos em capacitações, inovações e tecnologias para manter o crescimento da cidade de acordo com os índices atuais, e que está atenta às demandas sociais de formação. Dessa forma, responde a elas com a formação de profissionais de nível superior nas áreas de saúde e meio ambiente, educação, tecnologia, ciências sociais aplicadas, hospitalidade e socioeconômicas.

No Título I Capítulos I e II da Resolução CNE/CP 2/2012 acentua-se grande relevância à interlocução entre a Educação Ambiental e outros saberes, pois desta maneira o tema ambiental não permanece isolado como um assunto à parte dos demais conhecimentos, ou uma problemática específica de cursos ligados a saberes biológicos ou agrários, mas como um item necessário para as discussões contemporâneas, já que pensar sobre o ambiente é pensar sobre a própria humanidade e nas relações que se estabelecem nele.

Por meio da abordagem aos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos, a Instituição propicia aos discentes vivências que os levem a correlacionar Educação Ambiental e educação das relações étnico-raciais, compreender a sociedade e sua dinâmica em relação aos direitos que configuram uma vida cidadã, sistematizar e sintetizar maneiras de intervenção, tendo os assuntos estudados e experiências vivenciadas como embasamento. Ainda que todos os PPC's da Área utilizem os termos cidadania, direitos humanos, qualidade de vida e inclusão social, apenas o do curso Ciências Econômicas aborda explicitamente o tratamento da relação entre Educação Ambiental, pluralidade de gênero e diversidade sexual, constante no Art. 14 da Resolução nº 2/2012 CNE/CP, item II.

Cabe mencionar o que diz a Resolução 2/2012 CNE/CP:

o atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político

de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental.

A partir desta concepção, pode-se ainda citar como prática da Instituição e também da Área Socioeconômica, a manutenção do Centro de Pesquisas Ambientais – Cepa, na Vila da Glória, que viabiliza pesquisas na região, concernentes à Educação Ambiental e científica com parceiros locais, nacionais e internacionais. Além disto, a manutenção do Espaço Ambiental Babitonga, em São Francisco do Sul, viabiliza atividades de Educação Ambiental com alunos da educação básica da região.

De outro lado, a Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação (PDCTI) da Instituição alinha-se às políticas nacionais ao especializar recursos humanos e ofertar infraestrutura para pesquisa em áreas promissoras de futuro, assim como novos materiais e tecnologias para as áreas da saúde e meio ambiente. A pesquisa básica em todas as áreas de conhecimento também é apoiada, sendo considerada fonte de saber que não se exaure. As bolsas de pesquisa concedidas a alunos do ensino médio, da graduação e pós-graduação visam contribuir para superação das limitações de ordem socioeconômica, ambiental e de saúde. Os pesquisadores têm suporte no Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP), assim como a inovação o tem por via do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi). Desse modo, a instituição aproxima-se das Características da Rede ACES: 6 - Consideração dos aspectos cognitivos e afetivos das pessoas, 5 - Levantar em conta o Sujeito na construção do conhecimento e 8 - Orientação prospectiva de cenários alternativos.

Esta forma de educação proposta pela Univille e também praticada na Área Socioeconômica vai ao encontro da Resolução 2/2012 do CNE/CP, que versa sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e traça orientações norteadoras às Instituições de Ensino. No Título I Capítulo I Art. 1º das DCNEA, consta como objetivo a sistematização dos elementos definidos nas Leis sobre a Educação Ambiental, levando em consideração aspectos históricos e socioculturais, assim como elementos emocionais, intelectuais, físicos e culturais, o que permite uma visão mais ampliada em relação ao meio ambiente e ao modo de vivenciá-la no espaço acadêmico. Deste modo, os sujeitos são reconhecidos em sua totalidade, têm respeitados o seu aparato individual e coletivo, o que direciona à Característica nº 6 da Rede ACES - Consideração aos aspectos cognitivos e afetivos das pessoas.

Faz-se importante observar a correlação entre meio ambiente e Educação Ambiental e sua complexidade, pois ao falar de uma educação que tenha como um dos seus elementos a atenção para os cuidados dos recursos naturais, seu uso consciente, a redução de danos ao

mundo e a busca por formas alternativas de consumo, percebe-se a necessidade de dialogar com outros saberes, com a sociologia, antropologia, pedagogia, psicologia, engenharias e outros, e assim provoca-se a própria concepção de educação a ser repensada. Essa adaptabilidade pode direcionar o atendimento das Características da Rede ACES nº 2 – Complexidade e 3 - Ordem disciplinar, flexibilidade e adaptabilidade. Os Planos de Ensino e Aprendizagem dos cursos da Área Socioeconômica da Univille prevêem propostas de integração curricular - item nº 7 do PEA no qual é solicitada pelo menos uma atividade pedagógica que envolva outras disciplinas, cursos, campos de trabalho.

No Título II Capítulo II Art. 14 da Resolução 2/2012 consta que, nas Instituições de Ensino, a Educação Ambiental: deve contemplar os segmentos que perpassam por uma abordagem curricular que relacione as bases materiais (política, economia, cultura etc.) com a dimensão ambiental, visando à superação de todas as formas de discriminação; deve ser trabalhada de modo integral, transversal, contínuo e permanente, não apenas no currículo, presentificando-se assim em todas as áreas de conhecimento e compondo a vida acadêmica da Instituição de Ensino; exige aprofundamento de pensamento crítico e reflexivo (inclusive frente à própria Educação Ambiental), embasados por pesquisas de cunho científico, político, socioeconômico e histórico relativas à dimensão socioambiental, contrapondo-se às relações de dominação e exploração existentes; deve contemplar incentivos para aprimorar a cidadania ambiental, assim como a prática discente e docente.

A possibilidade de elaborar pensamento crítico e reflexivo em relação à Educação Ambiental está vinculada ao incentivo à pesquisa e à busca por instrumentos metodológicos, pedagógicos, que promovam a práxis de uma cidadania ambiental, ofertada tanto aos discentes quanto aos docentes, o que se configura um estímulo às Instituições a repensar o currículo acadêmico e a própria proposta educativa ofertada, contemplando a sustentabilidade socioambiental no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, pautando-a como um componente intrínseco à educação. Essa possibilidade de se avaliar e rever enquanto instituição, repensar os currículos e a educação oferecida, se concretizada, leva à Característica nº 2 da Rede ACES - Complexidade.

A proposta de ensino e aprendizagem da Instituição, que se estende aos cursos da Área Socioeconômica, exibida em seus PPC's, busca privilegiar o estudante, valorizando seu papel e importância colocando-o como centro do processo, tendo o professor como mediador. Essa proposta converge para a Característica nº 5 da Rede ACES - Levar em conta o Sujeito na construção do conhecimento.

Quanto à abordagem dos temas transversais, consta nos Projetos Pedagógicos de todos

os cursos da Área Socioeconômica que

o tratamento da educação ambiental, da educação das relações étnico-raciais e direitos humanos, no âmbito do curso, vai ocorrer pela oferta de disciplinas que abordam especificamente a temática, de forma transversal, e sob o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania (UNIVILLE, 2015a, p.71).

Convém ressaltar que os PPC's não especificam o tratamento transversal da Educação Ambiental, pois referem-se a três temas transversais em conjunto: Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-raciais e Direitos Humanos, sob a perspectiva de que “os estudantes poderão participar de palestras, exposições e oficinas que são ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam essas temáticas” (UNIVILLE, 2015b, p.70).

3.2.2 Planos de Ensino e Aprendizagem (PEA's) em detalhes

O Plano¹⁶ de Ensino e Aprendizagem (PEA) é um documento referente ao aspecto didático da disciplina (VASCONCELLOS, 2002). É um instrumento de elaboração obrigatória, que baliza a prática do professor em sala de aula.

No cotidiano, ações simples e rotineiras podem ser executadas a partir do pensamento e da distribuição de atividades num intervalo de tempo disponível, de modo que cumpram metas e objetivos sem fazer uso de instrumentos teóricos. Entretanto, ações executadas sem planejamento podem se tornar autômatas e, com o passar do tempo, quem as realiza pode não ter consciência daquilo que faz e nem da possibilidade de estar ou não construindo alguma coisa (LEAL, 2005). O planejamento, “do ponto de vista educacional [...] é um ato político-pedagógico porque revela intenções e a intencionalidade, expõe o que se deseja realizar e o que se pretende atingir” LEAL (2005, p.1) e “requer uma atitude científica do fazer didático-pedagógico” (LEAL, 2005, p.2).

Independente do rigor, o professor sempre planeja, no entanto, o que se busca com o planejamento do ensino-aprendizagem é a superação do planejamento assistemático, assim como daquele formal alienado, vislumbrando um planejamento “consciente, crítico, intencional” (VASCONCELLOS, 2002, p.102).

Garcia (1984, p.11) apresenta o planejamento de ensino como

¹⁶ Vasconcellos (2002) utiliza o termo Projeto no lugar de Plano e esclarece que o sentido utilizado no texto é o mesmo de Planejamento.

processo de tomada de decisões, a partir de análise de informações coletadas e/ou disponíveis, de forma a racionalizar uso de meios e recursos para atingir objetivos específicos pré-determinados, em situação de ensino/aprendizagem, controlando a marcha do processo instrucional.

Leal (2005, p.2) entende que “o planejamento do ensino significa, sobretudo, pensar a ação docente refletindo sobre os objetivos, os conteúdos, os procedimentos metodológicos, a avaliação do aluno e do professor”.

O Plano de Ensino e Aprendizagem “é a sistematização da proposta geral de trabalho do professor naquela determinada disciplina ou área de estudo, numa dada realidade. Pode ser anual ou semestral, dependendo da modalidade em que a disciplina é oferecida” (VASCONCELLOS, 2002, p.136).

O planejamento se coloca no campo de ação, do fazer; todavia, não parte do nada: existem definições prévias (teorias, valores, etc.) que precisam ser explicitadas. O Projeto de Ensino-Aprendizagem está atrelado a uma concepção de educação, que, por sua vez, está relacionada às concepções de conhecimento e de currículo. Estas concepções devem constar do Projeto Político-Pedagógico da instituição (VASCONCELLOS, 2002, p.98).

Ao elaborar o plano de ensino, é importante o professor conhecer a sua realidade e a dos alunos, conhecer o objeto (de conhecimento) e a representação que os alunos têm a respeito, e conhecer o contexto social, político, econômico, cultural, local e global. Aliado a isto, levar em conta três dimensões: análise da realidade, projeção de finalidades e formas de mediação (VASCONCELLOS, 2002). O autor esclarece ainda que as relações entre essas dimensões não são, obrigatoriamente, lineares, porém são, necessariamente, dialéticas.

Leal (2005, p.1) sugere ser importante clarificar “que o professor necessita planejar, refletir sobre sua ação, pensar sobre o que faz, antes, durante e depois”. Um plano construído a partir dessa premissa e de um planejamento crítico, consciente e intencional, numa dada realidade, não sendo estático torna-se passível de revisão e alteração. Não se trata de promover modificações a qualquer momento, mas contemplar a possibilidade de alteração para conformar-se ao contexto e à realidade, quando a situação assim o exigir. Desse modo, a partir da práxis conhecida, é viável compreendê-la e transformá-la, considerando a dimensão histórica presente e passada, buscando a superação dos aspectos negativos e contraditórios da realidade atual.

Leal (2005) esclarece que é a instituição quem estabelece a forma como serão elaborados os planos de ensino, que não há um modelo rígido, porém é necessário que contemplem todos os elementos: ementa da disciplina, objetivos de ensino (geral e

específicos), conteúdos, metodologia (procedimentos metodológicos), recursos de ensino e avaliação.

Os Planos de Ensino e Aprendizagem dos cursos da Área Socioeconômica foram elaborados, de acordo com os PPC's, pelos respectivos professores das disciplinas e aprovados pela coordenação do curso a que são vinculados e contemplam a constituição indicada por Leal (2005). Constituem-se dos seguintes elementos: 1 – Curso (curso, missão do curso, perfil profissiográfico); 2 - Dados de identificação (período letivo, disciplina, professor, carga horária); 3 – Ementa da disciplina; 4 – Importância da disciplina na formação do egresso (justificativa); 5 – Objetivo geral (prever a contribuição da disciplina em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes para a formação do egresso); 6 – Objetivos específicos (prever o desdobramento de ações/procedimentos para alcançar o objetivo geral); 7 – Descrever proposta(s) de integração curricular (Propor, pelo menos, uma atividade pedagógica que envolva outras disciplinas, cursos, campos de trabalho); 8 – Unidades e tópicos (número de aulas, nome, tópicos, procedimentos e ensino/aprendizagem, atividade de avaliação); 9 – Referências básicas (três exemplares para cada referência, conforme projeto do curso); 10 – Referências complementares; e 11 – Observações. O item ementa contempla tópicos/assuntos que serão tratados no decorrer do ano letivo.

Importante lembrar de que os PPC's referem abordar de maneira transversal “os temas transversais”, portanto não necessariamente estarão tratando da EA quando aludem ao tratamento dos “temas transversais”. Outro aspecto importante a observar é que a pesquisa centrou-se na busca dos termos definidos *a priori*: Educação Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental e Meio Ambiente, inicialmente na ementa, posteriormente incluindo os demais elementos dos PEA's.

O número total de PEA's disponibilizados pelos departamentos foi de 189, o que correspondeu ao número de PEA's analisados.

No curso Administração, conforme o PPC, a inserção da Educação Ambiental ocorre

- pela oferta de conteúdos em disciplinas específicas:
 - Organização e Métodos, na 2ª série;
 - Administração da Produção e Serviços, na 4ª série;
- pela abordagem dos temas transversais em outras disciplinas:
 - Instituições de Direito, Filosofia e Ética, na 1ª série;
 - Sistemas de Informação Empresariais, Organização e Métodos, Sociologia Política, na 2ª série;

- Administração da Produção e Serviços, na 4ª série;
- por meio atividades: palestras, exposições e oficinas ofertadas pelos programas e projetos de extensão nos quais as temáticas são abordadas.

A partir da análise dos PEA's do curso Administração, identificou-se indícios de ambientalização curricular, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Administração (Univille - 2016)

DISCIPLINA	ABORDAGEM DOS TEMAS PESQUISADOS			
	Ementa	Unidade	Tópico	Instrumentos de abordagem utilizados
Filosofia e Ética (1ª série)			Ética e Responsabilidade Social; Ética e Responsabilidade Ambiental; Ética e Sustentabilidade.	Aula expositivo dialogada; Estudo de caso; Pesquisa em grupo; Vídeo; Fórum (ferramenta do site da Univille); Referência complementar Integração curricular com as disciplinas Sociologia e Psicologia.
Organização e Métodos (2ª série)	Normalização para a gestão (qualidade, meio ambiente e responsabilidade social).			Trabalho em grupo; Prova individual; Trabalho Semestral;
Sociologia Política (2ª série)	(Objetivos específicos contemplam caracterizar e discutir as questões socioambientais e suas repercussões nas organizações; analisar a relação empresa e meio ambiente; analisar e discutir sustentabilidade.)		A questão ambiental nas organizações (desenvolvimento sustentável).	Estudo de texto; Apresentação de Slides; Aula expositiva dialogada; Utilização de vídeo; Elaboração de projeto em equipe e apresentação; Integração com a disciplina Psicologia;
Administração de Materiais e Logística (3ª série)	Logística Reversa (Justificativa destaca que a abrangência da logística reversa é extensiva ao meio ambiente.)			Estudos de caso; Visitas técnicas; Trabalhos em equipe; Dinâmicas de grupo; Estudos de caso;

				Estudos dirigidos; Relatórios; Análise de textos; Apresentações; Referência complementar
Administração da Produção e Serviços (4ª série)	Planejamento e controle da qualidade e do meio ambiente		Segurança e meio ambiente nas organizações industriais.	Aulas expositivas; Aulas dialogadas; Debates e palestras; Visitas técnicas; Estudos de casos; Integração com as disciplinas Administração de Materiais e Patrimoniais, e Marketing.
Seminários Avançados (4ª série)	Administração e meio ambiente (Objetivos específicos contemplam a identificação de aspectos relativos ao posicionamento profissional do administrador diante das ações gerenciais de meio ambiente e dos novos modelos de gestão.)			Debates em sala de aula; Aprovação do plano de ensino; Apresentação de relatórios pelas equipes organizadoras das atividades; Integração com as disciplinas Metodologia da Pesquisa, Teorias de Administração, Sociologia, Psicologia, Filosofia, Economia nacional e internacional e com as disciplinas profissionalizantes.

Fonte: A Autora/2017

Com a leitura e análise dos PEA's das disciplinas Instituições de Direito e Sistemas de Informação Empresariais não foram encontrados indícios de ambientalização curricular.

No entanto, conforme pode ser visualizado na Tabela 2, há indícios de que a temática Educação Ambiental é tratada de acordo com o detalhamento do PPC, nas disciplinas específicas mencionadas: Organização e Métodos, e Administração da Produção e Serviços, além de outras não mencionadas: Administração de Materiais e Logística, e Seminários Avançados. A temática Educação Ambiental também é abordada de maneira explícita nas

disciplinas Filosofia e Ética, e Sociologia Política.

A análise dos PEA's do curso Administração permitiu identificar indícios de ambientalização curricular em seis de 31 disciplinas, o que equivale a 19,35% de disciplinas do curso.

No curso Ciências Contábeis, conforme o PPC, a inserção da Educação Ambiental ocorre

- pela oferta de conteúdos em disciplinas específicas:
 - Sociologia, na 1ª série;
 - Ética, na 3ª série;
- de forma transversal em outras disciplinas:
 - Instituições de Direito e Metodologia da Pesquisa, na 1ª série;
 - Direito Empresarial, na 2ª série;
 - Psicologia, na 3ª série;
 - Orientação à Pesquisa (Orientação do Trabalho de Graduação), na 4ª e 5ª séries.
- por meio atividades: palestras, exposições e oficinas ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam essas temáticas, como seminários interdisciplinares que ocorrem anualmente e em palestras na semana acadêmica do Curso.

A partir da análise dos PEA's do curso Ciências Contábeis, identificou-se indícios de ambientalização curricular, conforme exposto na Tabela 3.

Tabela 3 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Ciências Contábeis (Univille – 2016)

DISCIPLINA	ABORDAGEM DOS TEMAS PESQUISADOS			
	Ementa	Unidade	Tópico	Instrumentos de abordagem utilizados
Sociologia (1ª série)	Responsabilidade social; Desenvolvimento, ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável (Objetivos específicos contemplam compreender a necessidade da adoção do modelo de desenvolvimento sustentável e humano.)		Desenvolvimento Sustentável; Responsabilidade Social;	Aula dialogada; Vídeo; Discussão e elaboração de textos; Seminário; Interdisciplinaridade via seminários temáticos com as disciplinas Português e Metodologia da Pesquisa.
Administração (1ª série)			Estratégia - as novas realidades e o meio ambiente	Aulas expositivas; Leitura dirigida; Discussão de textos; Estudos de caso; Trabalhos em equipe;

				Exibição de filmes; Visita a empresas; Interdisciplinaridade com as disciplinas básicas: Sociologia, Psicologia, Filosofia, Economia, Informática e Contabilidade, bem como com disciplinas profissionalizantes.
Contabilidade Avançada (4ª série)	(Objetivos específicos contemplam apresentar e discutir os aspectos inerentes à Contabilidade Social, Demonstração do valor adicionado e Contabilidade Ambiental.)			Aulas expositivas; Exercícios práticos; Debates em sala de aula; Atividades individuais ou em grupos em sala e extra sala; Estudo de caso; Ferramentas audiovisuais e assuntos relacionados à disciplina no nosso cotidiano; Interdisciplinaridade com as demais disciplinas do curso em razão da necessidade de conhecimentos prévios de outras disciplinas para aprofundar nos conceitos de contabilidade avançada.
Contabilidade Ambiental (eletiva – 3ª ou 4ª série)	Princípios fundamentais da contabilidade aplicados ao meio-ambiente; Passivo e demonstração de resultado ambiental; Registro de eventos ambientais; Contingências ambientais; Utilização dos recursos naturais.			Referencial Básico

Fonte: A Autora/2017

Com a leitura e análise do PEA da disciplina Ética, não foram encontrados indícios de ambientalização curricular, assim como nos PEA's das disciplinas em que o PPC destaca abordagem transversal: Instituições de Direito, Metodologia da Pesquisa, Direito Empresarial, Psicologia e Orientação do Trabalho de Graduação.

Contudo, conforme pode ser visualizado na Tabela 3, há indícios de que a temática Educação Ambiental é tratada na disciplina Sociologia, conforme detalha o PPC, além de

outras três disciplinas não mencionadas: Administração, Contabilidade Avançada, e Contabilidade Ambiental.

A análise dos PEA's de Ciências Contábeis permitiu identificar indícios de ambientalização curricular em quatro de 39 disciplinas, o que equivale a 10,25% de disciplinas no curso.

O curso de Ciências Econômicas passou por uma reformulação em 2015 e, a partir de 2016, tem uma nova Matriz Curricular a qual é utilizada para as turmas que iniciaram o curso a partir do ano 2016. Para as turmas que iniciaram o curso até 2015 e que estavam em andamento, segue utilizando-se a matriz antiga.

Os PEA's da matriz nova são elaborados a cada início de ano letivo¹⁷, portanto até o momento existem somente para o 1º e 2º anos.

A análise dos PEA's do curso Ciências Econômicas foi realizada sobre as duas matrizes. No curso Ciências Econômicas, conforme o PPC, a inserção da Educação Ambiental ocorre

- pela oferta de conteúdos em disciplinas específicas (matriz antiga e nova):
 - Economia Regional e Urbana, na 3ª série;
- de forma transversal,
 - nas disciplinas da matriz antiga:
 - Introdução à Economia e Evolução das Ideias Sociais, na 1ª série;
 - Economia Brasileira e Contemporânea, na 2ª série;
 - Pesquisa e Estudos mercadológicos, na 4ª série.
 - nas disciplinas da matriz nova:
 - Fundamentos de Economia, Sociologia e Ética na 1ª série;
 - Economia Brasileira e Contemporânea, na 2ª série.
 - por meio da participação dos alunos em atividades desenvolvidas pelos professores, evidenciadas nos relatórios de atividade anual.
- por meio atividades: palestras, exposições e oficinas ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam essas temáticas, com destaque para a participação em ações sociais.

As ações sociais destacadas no Projeto Pedagógico do Curso Ciências Econômicas visam

¹⁷ Informação obtida do Departamento do curso Ciências Econômicas em 13/06/2017

principalmente, a esclarecimentos acerca do endividamento das famílias. Além da oferta de consultoria às pessoas, o discente presencia as necessidades da comunidade e os impactos gerados pelo não cumprimento dos direitos da sociedade (ambiental, humano, social), pois essas ações priorizam as famílias mais carentes (UNIVILLE, 2015c, p.87-88).

A partir da análise dos PEA's do curso Ciências Econômicas, identificou-se indícios de ambientalização curricular, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Ciências Econômicas (Univille – 2016)

DISCIPLINA	ABORDAGEM DOS TEMAS PESQUISADOS			
	Ementa	Unidade	Tópico	Instrumentos de abordagem
Matriz Antiga				
Economia Regional Urbana (3ª série)	Desenvolvimento ambiental e sustentável	Economia Regional Aplicada (Procedimentos e ensino/aprendizagem propõe: Entender e contribuir para que haja crescimento econômico com respeito ao meio ambiente)		
Perícia, Arbitragem e Recálculo de contratos (3ª série)	Perícias econômicas para avaliação de riscos e acidentes ambientais			
Matriz Nova				
Sociologia e Ética (1ª série)	Objetivos específicos contemplam: Caracterizar e discutir as questões sócio-ambientais e suas repercussões nas organizações; Analisar as relações empresa e meio ambiente; Analisar e discutir sustentabilidade.		A questão ambiental nas organizações (desenvolvimento sustentável)	Estudo de texto; Apresentação de slides; Aula expositivo dialogada; Utilização de vídeo

Fonte: A Autora/2017

Com a leitura e análise dos PEA's das disciplinas Introdução à Economia, Evolução das Ideias Sociais, Economia Brasileira Contemporânea, e Pesquisa e Estudos Mercadológicos, da matriz antiga, não foram encontrados indícios de ambientalização curricular.

Com a leitura e análise do PEA da disciplina Fundamentos de Economia, da matriz nova, não foram encontrados indícios de ambientalização curricular. Quanto à disciplina

Economia Brasileira e Contemporânea, da matriz nova, tanto na Matriz Curricular quanto no PPC é disciplina da 3ª série, cujo PEA ainda não existe. O PPC inclui Direito Ambiental na ementa prevista para a disciplina Instituições de Direito e Direito Empresarial, da 5ª série da Matriz Nova, entretanto o PEA da disciplina também ainda não existe.

Todavia, conforme pode ser visualizado na Tabela 4, há indícios de que a temática Educação Ambiental é tratada na matriz antiga e na matriz nova. Na matriz antiga pela disciplina Economia Regional e Urbana, conforme detalha o PPC, além da disciplina não mencionada Perícia, Arbitragem e Recálculo de Contratos; na matriz nova pela disciplina Sociologia e Ética.

A análise dos PEA's de Ciências Econômicas permitiu identificar indícios de ambientalização curricular em duas de 39 disciplinas da matriz antiga e em uma de 17 disciplinas existentes da matriz nova. A matriz antiga apresenta 5,12% de disciplinas do curso com indícios de ambientalização, e a matriz nova 5,88%.

No curso Comércio Exterior, conforme o PPC, a inserção da Educação Ambiental ocorre

- pela oferta de conteúdos em disciplinas específicas:
 - Legislação Aduaneira, na 2ª série;
- de forma transversal, nas disciplinas:
 - Estudos Econômicos e Economia Regional, Fundamentos da Gestão Empresarial; e Relações Internacionais, na 1ª série;
 - Direito Internacional Privado, Gestão de Pessoas em Comércio Exterior e Expatriação, na 2ª série;
 - Inovação e Competitividade Internacional, na 3ª série; (sem PEA)
 - Estudos Regionais Internacionais, na 4ª série; (sem PEA).
- pela participação dos discentes em palestras, exposições e oficinas que são ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam a temática.

A partir da análise dos PEA's do curso Comércio Exterior, identificou-se indícios de ambientalização curricular, conforme exposto na Tabela 5.

Tabela 5 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Comércio Exterior (Univille – 2016)

DISCIPLINA	ABORDAGEM DOS TEMAS PESQUISADOS			
	Ementa	Unidade	Tópicos	
Filosofia e Ética Empresarial	Sustentabilidade; Meio ambiente;	Filosofia e ética da administração e a sociedade		Aula expositiva e dialogada; Estudo de textos;

(1ª série)		contempla Filosofia da administração, ética e desenvolvimento sustentável.		Apresentação de slides; Trabalhos em grupo; Debates temáticos; Filmes; Pesquisa bibliográfica;
Geopolítica (2ª série)	(Justificativa da importância da disciplina destaca a importância da disciplina para a elaboração de pesquisas socioeconômicas e ambientais.) (Objetivos específicos contemplam relacionar as questões étnicas, ambientais, culturais e regionais com a análise da geopolítica contemporânea.)	Cenário mundial: elementos étnicos, ambientais, culturais e regionais.		Aulas expositivas-dialogadas; Leitura de textos; Pesquisas individuais e em grupo; Mostra de filme;
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais (3ª série)	(Justificativa da disciplina destaca que a logística reversa abrange o meio ambiente)			Estudos de caso; Dinâmicas de grupo; Leituras de textos; Apresentação de trabalhos;
Administração da Produção (4ª série)	Meio ambiente; Responsabilidade social.		Qualidade e meio ambiente.	Aulas expositivas e dialogadas; Utilização de datashow; Exercícios práticos em sala de aula; Visitas técnicas em conjunto com a disciplina Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais; Integração curricular com a disciplina Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais
Seminários Avançados (4ª série)	(Objetivos específicos contemplam identificar aspectos do posicionamento profissional do aluno mediante as ações gerenciais do meio ambiente e dos novos modelos de gestão.)			Visitas; Pesquisas; Seminário (planejamento e organização); Workshops; Integração curricular com Metodologia de Pesquisa, Teorias de Administração, Psicologia, Sociologia, Filosofia, disciplinas profissionalizantes e

				Economia Nacional e Internacional
--	--	--	--	-----------------------------------

Fonte: A Autora/2017

Com a leitura e análise dos PEA's das disciplinas Legislação Aduaneira, Estudos Econômicos e Economia Regional, Fundamentos de Gestão Empresarial, Relações Internacionais, Direito Internacional Privado, e Gestão de Pessoas em Comércio Exterior e Expatriação não foram encontrados indícios de ambientalização curricular.

Porém, conforme pode ser visualizado na Tabela 5, a temática Educação Ambiental é tratada em cinco disciplinas não mencionadas: Filosofia e Ética Empresarial, Geopolítica, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Administração da Produção, e Seminários Avançados.

A análise dos PEA's de Comércio Exterior permitiu identificar indícios de ambientalização curricular em cinco das 35 disciplinas, o que equivale a 14,28% de disciplinas do curso.

No curso Publicidade e Propaganda, conforme o PPC, a inserção da Educação Ambiental ocorre

- pela oferta de conteúdos em disciplinas específicas:
 - Linguagens Publicitárias – Fotografia; e Introdução à Publicidade e Propaganda, na 1ª série;
 - Redação Publicitária – Mídia Impressa; e Projeto Experimental I – Atendimento e Briefing em Publicidade e Propaganda, na 2ª série;
 - Sociologia da Comunicação, Redação Publicitária – Rádio, TV e Internet; e Projeto Experimental II – Campanha Publicitária: Organizações Públicas e/ou Terceiro Setor, na 3ª série;
 - Ética Profissional e Legislação em Publicidade e Propaganda; Gestão de Marcas, na 4ª série;
- de forma transversal
 - nas disciplinas:
 - Projetos Experimentais I, que abrange de maneira interdisciplinar disciplinas da 2ª série;
 - Projetos Experimentais II, que abrange de maneira interdisciplinar disciplinas da 3ª série;

- por meio de discussões fomentadas por leituras de textos, execução de pesquisas e/ou campanhas publicitárias e operacionalização de trabalhos que relacionem o conteúdo do curso com a questão ambiental;
- por outras iniciativas e projetos da Univille, dos quais os estudantes podem participar, que propiciam a discussão dos temas transversais com enfoque que direcione o olhar para além da publicidade, propaganda e comunicação.
- pela participação dos discentes em palestras, exposições e oficinas que são ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam a temática.

O tema Educação Ambiental, no Projeto Pedagógico do Curso Publicidade e Propaganda é situado

em disciplinas que percorrem todos os períodos de realização do curso e é abordado por meio de discussões com base em textos, na operacionalização de trabalhos cuja temática está relacionada à questão ambiental ou mesmo na execução de pesquisas e propostas de campanhas publicitárias (UNIVILLE, 2015e, p.75).

A partir da análise dos PEA's do curso Publicidade e Propaganda, identificou-se indícios de ambientalização curricular, conforme exposto na Tabela 6.

Tabela 6 - Disciplinas com indícios de ambientalização curricular no curso Publicidade e Propaganda (Univille – 2016)

DISCIPLINA	ABORDAGEM DOS TEMAS PESQUISADOS			
	Ementa	Unidade	Tópico	Instrumentos de abordagem utilizados
Psicologia Aplicada à Comunicação (1ª série)	(Objetivos específicos contemplam Demonstrar a influência na formação da subjetividade humana quanto aos aspectos de personalidade, identidade, consciência social e ambiental, afetividade e ética profissional.)		Ética e responsabilidade social e ambiental no exercício profissional	Aulas expositivas e dialogadas; Exposição de propagandas; Leitura de artigos e livros; Filmes; Outros recursos audiovisuais; Integração com: Metodologia da Pesquisa; Fotografia; Teorias da Comunicação; Leitura e Produção textual; Introdução à Publicidade e Propaganda, Administração de Marketing e Filosofia. Atividade conjunta com Filosofia;

Administração de Marketing (1ª série)	(Observações: a temática Educação Ambiental, assim como outras, será trabalhada no decorrer do ano letivo, utilizando-se de leituras dirigidas seguidas de debate.)			leituras dirigidas seguidas de debate;
Filosofia (1ª série)	Filosofia, ética e responsabilidade social; Filosofia, ética e desenvolvimento sustentável; Sociedade da informação, filosofia e ética; e Filosofia, ética e cidadania.			Integração curricular com as demais disciplinas, visando estudo sobre ética profissional e responsabilidade social.
Sociologia da Comunicação 3ª série	Meio ambiente e sustentabilidade	Meio ambiente e sustentabilidade	Sociedade, meio ambiente e sustentabilidade	Aula expositiva, dialógica; Exibição de documentários, documentos e filmes; Integração com Teorias da Comunicação;
Comportamento do Consumidor 4ª série	Meio Ambiente, consumo e sustentabilidade	Meio ambiente, consumo e sustentabilidade		A temática da Educação Ambiental, entre outras, será abordada no decorrer do ano letivo com leituras dirigidas e debates.

Fonte: A Autora/2017

Com a leitura e análise dos PEA's das disciplinas Linguagens Publicitárias – Fotografia, Introdução à Publicidade e Propaganda, Redação Publicitária – Mídia Impressa; Projeto Experimental I – Atendimento e Briefing em Publicidade e Propaganda, Redação Publicitária – Rádio, TV e Internet, Projeto Experimental II – Campanha Publicitária: Organizações Públicas e/ou Terceiro Setor, Ética Profissional e Legislação em Publicidade e Propaganda, e Gestão de Marcas, não foram encontrados indícios de ambientalização curricular.

Todavia, conforme pode ser visualizado na Tabela 6, há indícios de que a temática Educação Ambiental é tratada na disciplina Sociologia da Comunicação, conforme detalha o PPC, além de outras disciplinas não mencionadas: Psicologia aplicada à Administração, Administração de Marketing, Filosofia, e Comportamento do Consumidor.

A análise dos PEA's de Publicidade e Propaganda permitiu identificar indícios de

ambientalização curricular em cinco de 28 disciplinas, o que equivale a 17,86% de disciplinas do curso.

Ao término da análise dos documentos norteadores dos cursos da Área Socioeconômica, obteve-se a visão geral da ambientalização curricular nessa Área. A Tabela 7 demonstra, por curso, o número total de PEA's disponibilizados, o número de disciplinas com indícios de ambientalização curricular, e o respectivo percentual de disciplinas com indícios de ambientalização curricular equivalente a cada curso.

Tabela 7 - Indícios de ambientalização curricular na Área Socioeconômica (Univille – 2016)

<i>Curso</i>	<i>Nº PEA's de disciplinas</i>	<i>Nº disciplinas com indícios de ambientalização curricular</i>	<i>% disciplinas com indícios de ambientalização curricular</i>
Administração	31	06	19,35
Ciências Contábeis	39	04	10,26
Ciências Econômicas (Matriz antiga)	39	02	5,12
Ciências Econômicas (Matriz nova)	17	01	5,88
Comércio Exterior	35	05	14,28
Publicidade e Propaganda	28	05	17,86
Área	189	23	12,17

Fonte: A Autora/2017

Com a leitura atenta dos PPC's e PEA's de cada um dos cursos constatou-se que a temática pesquisada é parcialmente tratada por toda a Área Socioeconômica. De acordo com os PPC's, cada curso insere as temáticas transversais por meio de discussões em algumas disciplinas (mencionadas) da grade curricular do curso, no entanto nos PEA's dessas disciplinas há poucos indícios de ambientalização curricular.

A abordagem da temática Educação Ambiental nos documentos norteadores dos cursos, quando há indícios, é realizada por meio de temas existentes nas disciplinas da grade curricular, possibilitando que seja trabalhada em conjunto com as especificidades da formação profissional para, assim, fomentar nos futuros profissionais pensamento crítico, ético e consciente que seja capaz de encaminhar mudanças de atitude em todas as suas ações.

Verificou-se ainda que os PEA's de todas as disciplinas apresentam ementas com potencial para que o tema pesquisado seja trabalhado de forma ampla junto aos conteúdos

inerentes a cada disciplina, utilizando-se de técnicas, ferramentas e metodologias próprias e/ou específicas de cada curso, por meio de abordagens interdisciplinares e transversais.

Fica evidente nos PPC's estudados a intenção, tanto da Instituição quanto da Área Socioeconômica, de ambientalizar seus currículos. Esses documentos contemplam ações importantes, fundamentais para que a ambientalização curricular venha a se efetivar em todos os cursos da Área. Do mesmo modo, os PEA's também evidenciam indícios da intenção, tanto da Instituição quanto da Área Socioeconômica, de ambientalizar seus currículos e contemplam ações importantes nesse sentido, embora nem todas as séries de cada curso sejam contempladas. A proposta de um currículo transversal leva em consideração que “as disciplinas sejam perpassadas por temas comuns, os quais devem ser abordados por todos os professores” (CASTRO; OLIVEIRA, 2011, p.203). A Educação Ambiental deve ser um elemento curricular que perpassasse todas as disciplinas acadêmicas, sendo amplamente enriquecida quando relacionada à especificidade do curso em questão. A abordagem transversal dos temas transversais, sob o olhar de Menezes e Santos (2001), possibilita que o aluno utilize o aprendizado escolar em sua vida diária, para além dos limites da instituição de ensino, por meio da articulação dos conteúdos. Sob essa perspectiva, não é possível afirmar que a Educação Ambiental é trabalhada durante todo o transcorrer dos cursos, uma vez que não há indícios dos temas na totalidade de disciplinas.

No entanto, ao conceber a ambientalização curricular “como um processo de inovação que realiza mudanças no currículo através de intervenções que visam integrar temas socioambientais aos seus conteúdos e práticas” (KITZMAN; ASMUS, 2012, p.270) e considerando que os documentos norteadores dos cursos, que foram revistos no ano 2015, contemplam mesmo que parcialmente indícios de ambientalização, pode-se entender esta atualização como a inauguração de um caminho que, se continuar sendo trilhado, poderá efetivar a ambientalização curricular da Área Socioeconômica da Instituição.

3.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E MEIO AMBIENTE – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA SOCIOECONÔMICA

Da pesquisa, emergiram categorias importantes relacionadas aos discursos dos participantes e referentes à questão da ambientalização curricular na Área Socioeconômica da Univille. Isto possibilitou uma aproximação com as representações sociais que têm esses

participantes no referente às suas concepções de meio ambiente, Educação Ambiental e sustentabilidade socioambiental e que certamente permeiam as ações desenvolvidas pela referida Instituição.

Nessa direção, Reigota (2010) recomenda, como primeiro passo para um educador ambiental, seja ele do ensino fundamental ou do ensino superior, que busque identificar as representações dos envolvidos nos processos que desenvolvem (no ato de ensinar) e afirma que a prática da Educação Ambiental depende do entendimento de meio ambiente que se tem. Esta recomendação reafirma a importância de se entender, neste estudo, quais as representações sociais de Educação Ambiental, sustentabilidade socioambiental e meio ambiente que têm funcionários, professores e Chefes de Departamento dos cursos da Área Socioeconômica. Em especial, os professores e Chefes de Departamento, pois são eles os sujeitos que darão direção e sentido à ambientalização curricular dos cursos em que lecionam ou que coordenam.

Verifica-se entendimento similar acerca de Educação Ambiental entre os profissionais entrevistados, sendo suas representações sociais pautadas na preservação do meio ambiente, revelando preocupação com as futuras gerações.

Desenvolver atividades para preservar os ambientes atuais para as gerações futuras. (P3)

É a conservação do meio ambiente pra evitar o impacto ambiental, a poluição do ar, dos rios e o desmatamento. (F3)

O discurso desses profissionais vai ao encontro da observação de Carvalho (2012), a qual diz que a vinculação do termo meio ambiente à natureza está moldado no imaginário popular. Além da vinculação com o meio ambiente, evidencia-se ainda o entendimento que Educação Ambiental relaciona-se a comportamentos e atitudes.

Conjunto de atividades que objetivam demonstrar quais comportamentos e atitudes são adequados para a preservação do meio-ambiente. (P4)

A preservação do meio ambiente com o foco no comportamento individual, pode, segundo Ferraro Junior (2014), vir a ser alienante e, no caso da Educação Ambiental, criar um paradoxo (por exemplo: consumir para reciclar). O autor então defende uma mudança de foco do comportamento do indivíduo para atitudes, envolvendo toda a sociedade.

Há também entendimentos mais abrangentes de Educação Ambiental, que levam em consideração a existência de outros fatores, para além dos comportamentos e atitudes,

abarcando a interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade, no caso, pode ser entendida como “o estudo de um tema de modo conjunto sob a perspectiva de duas ou mais disciplinas” (ELALI; PELUSO, 2011, p.233), uma relação na qual diversas disciplinas colaboram entre si visando o enriquecimento de ambas (FAZENDA, 2002).

Diversos autores, entre eles Loureiro (2004), Jacobi (2005), Carvalho (2012), Ferraro Junior (2012), Pilon (2014) e Guerra *et al.* (2015) concordam que as questões que envolvem a Educação Ambiental dependem de uma mobilização coletiva, que envolva todos os segmentos da sociedade e que atuem de maneira inter e transdisciplinar. E esse entendimento foi possível de ser percebido nas manifestações dos participantes da pesquisa.

Abordagem de temas vinculados aos fatores que afetam o meio ambiente. Quanto aos recursos disponíveis: exploração, uso, impactos, oportunidades, ameaças. Quanto à legislação que regem quanto aos recursos disponíveis. Quanto às ações visando o equilíbrio no uso dos recursos. (P2)

É tudo que está relacionado com meio ambiente. Então isso envolve várias áreas, desde educação, saúde, agricultura, tudo isso passa por conservação da água, captação da água, economia de água, tudo isso aí faz parte de um processo de Educação Ambiental. (C5)

Evidenciou-se que a representação social de Educação Ambiental que vincula conscientização, preservação da natureza e uso sustentável em prol da sociedade atual, das futuras gerações e do planeta, é uma realidade.

É questão de você ter a conscientização da preservação da natureza e, utilizá-la de forma sustentável, racional e utilizar os recursos em prol da comunidade, da sociedade, sempre se preocupando com as futuras gerações, com a energia renovável, com a sustentabilidade do planeta [...]. (C2)

A Educação Ambiental abarca todas essas questões, não se restringido a elas. Sorrentino (2011), Penteado (2010) e Reigota (2010) observam que o que está em jogo é a sustentabilidade da humanidade no planeta, não cabendo restringir a Educação Ambiental à sustentabilidade de um ou de outro sistema, do mesmo modo que não é suficiente a preservação da natureza sem que se revejam os conceitos de consumo e produção e sem que a sociedade adote novas atitudes condizentes com a situação.

A vinculação da Educação Ambiental puramente à preservação do meio ambiente para as gerações futuras representa o deslocamento dos problemas para o futuro. Porém, quando vinculada às ações das pessoas, abarca um cenário mais amplo, indo ao encontro do pensamento de Carvalho (2012, p.51) que aponta a Educação Ambiental como uma das

“alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente” originada, esta alternativa, justamente da preocupação com o futuro e com a qualidade da existência da atual e das futuras gerações.

Há também o entendimento de outros participantes (P9, P10, F4), que deixam explícitas suas representações sociais de Educação Ambiental como uma alternativa para encontrar soluções para o cenário que se apresenta.

Resumidamente, convencer o ser humano que ele precisa consertar o que estragou. (P9)

Visão crítica sobre a sociedade de consumo e discussões sobre dimensões da qualidade de vida. (P10)

Educação ambiental é um tema amplo, pode-se entender que é sobre o meio ambiente/sustentabilidade ou ainda sobre os processos e como é o funcionamento no ambiente em que você vive, seja ela no trabalho, em casa ou ainda na sociedade. (F4)

Inicialmente, diante da magnitude dos problemas que precisavam ser enfrentados, as ações de Educação Ambiental visavam à correção dos danos reais que se apresentavam (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014). Hoje, mais do que isso, têm-se subsídios para atuar de outras formas. Loureiro (2011), entende ser possível a atuação lúcida e responsável da sociedade, ancorada em conceitos, valores, habilidades e atitudes, a fim de implementar um novo padrão de sociedade sob o entendimento de que é preciso uma nova ética no relacionamento da sociedade com a natureza. Desse modo minimiza-se a necessidade de convencimento das pessoas, pois entende-se que uma sociedade fundamentada em conceitos, valores, habilidades e atitudes e cujo entendimento e atuação sejam lúcidos e responsáveis no relacionamento com a natureza, é capaz de manter uma relação sustentável com o meio ambiente.

Ainda aliada a alternativas na busca por soluções, a Educação Ambiental é representada (por P6 e P8) como processo educativo cuja finalidade é a sustentabilidade.

Trata-se de um processo estruturado de educação que visa desenvolver e preparar indivíduos preocupados com os problemas ambientais que os cercam buscando de forma consciente a conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade nos mais diversos aspectos e âmbitos. (P6)

É um processo educativo através de métodos os mais diversos, com embasamento científico, visando a formação de pessoas capazes de observar, analisar e entender os erros e acertos na convivência do homem

com a natureza, e, ainda, buscar soluções para os desacertos nessa convivência para que ela se torne harmoniosa. (P8)

Essa concepção de Educação Ambiental como processo educativo coaduna com o posicionamento de Layrargues (2011), que afirma ser inquestionável o pressuposto de que a Educação Ambiental é educação.

Embora algumas falas dos participantes representem a Educação Ambiental voltada ao meio ambiente enquanto espaço físico e à natureza, há outras que revelam o entendimento de meio ambiente para além disto, representando-o como espaço de direito e cidadania.

Conscientizar as pessoas do dever de construir um ambiente saudável garantindo assim o direito de desfrutar deste ambiente. (F2)

A educação ambiental é um tema transversal e interdisciplinar a ser abordado de forma dialógica na escola e na comunidade, abrange questões culturais, sociais, políticas e econômicas de nossa vida para um mundo mais sustentável [...] É importante ser abordada pelas diversas áreas do conhecimento de forma de que promova a educação para o respeito à vida. (P5)

Essas representações sociais mais elaboradas de Educação Ambiental incluem a transdisciplinaridade, no caso o “entendimento de um tema como pertencente a mais de uma disciplina ou área de conhecimento, perpassando-as” (ELALI; PELUSO, 2011, p.233), a interdisciplinaridade e o respeito à vida, assim como os direitos e deveres dos cidadãos. A proposta da Educação Ambiental passa pela conscientização da sociedade quanto aos danos causados ao meio ambiente e às consequências que recaem sobre a própria humanidade uma vez que por seu intermédio torna-se viável a conscientização crítica e criativa, o desenvolvimento da cidadania e da consciência cívica (PENTEADO, 2010).

Quanto à compreensão da Educação Ambiental na sociedade, as representações sociais expressas pelos participantes da pesquisa revelam uma aposta no futuro, justificada com seu entendimento de que a sociedade atual não tem a devida conscientização da necessidade de rever conceitos, processos e atitudes, aliado à lentidão da evolução desta mesma conscientização. Quatro, dos cinco entrevistados durante a aplicação da pesquisa apontaram falta ou insuficiência de conscientização da sociedade.

A sociedade não assimila muito isso, não cuida, não tem uma preocupação, não tem uma conscientização da importância, do cuidado com o meio ambiente, ecossistema e relacional. (C1)

Tem muita evolução [...] acho que as novas gerações, desde o ensino fundamental, ensino médio, isso vem sendo colocado no currículo, mas com certeza ainda falta bastante, ainda temos muitos problemas, muita falta de conscientização, ainda pouca reciclagem, muitos desperdícios de água, de luz, de alimentos, e muitas agressões à natureza, por parte das empresas também, embora hoje já haja uma conscientização e uma consciência muito maior em relação a essa questão, mas ainda temos muita poluição de água, de ar, da terra. Precisa evoluir bastante, não só nos países subdesenvolvidos, acho que principalmente nos países desenvolvidos que dizem que dão o exemplo, mas na realidade e na prática são os maiores poluidores. (C2)

[...] a sociedade ainda não tem uma consciência bastante apurada com relação a essa questão. Ela passa meio que superficialmente, eu diria que no máximo 10% da população tem uma consciência bem forte com relação a tudo isso. Até pelo que a gente vê acontecer no dia a dia aí com as pessoas, no seu cotidiano. (C5)

Essa falta de conscientização pode estar vinculada à carência de educação e informação da população (FERRARO JUNIOR, 2014), que justifica o desconhecimento da real dimensão da situação ambiental e dos efeitos do modelo de desenvolvimento apontado por Jacobi (2003). O modelo de desenvolvimento pode induzir ao consumo (GUIMARÃES, 2015), que por sua vez é capaz de promover conforto e dificultar um olhar atencioso e crítico para a crise apontada, devido “a força inebriante da cultura do consumo” (RUSCHEINSKY; MEDEIROS, 2016, p. 135).

Um dos entrevistados relatou, no entanto, que há aproximadamente dez anos participou, na cidade de Joinville, de um projeto relacionado à preservação da água e também sobre essa questão (conscientização quanto à situação do meio ambiente) e que as metas de hoje ainda são as metas que se tinha naquele momento.

[...] ainda tem muita dificuldade. A sociedade é muito linda de discurso, de defesa [...] aquelas metas de lá são as metas de hoje [...] a sociedade tem isso como um conceito lindo, bonito, mas que na prática ainda, por muitas vezes, fica restrito ao filho de 7, 8, 10, 12 anos, que vira um instrumento de conscientização para a família. Talvez a gente ainda viva aquela experiência, aquela expectativa do futuro: sempre esses jovens vão fazer diferente, assim como na minha geração [...] a gente ouvia muito: vocês são o futuro [...] e isso ainda hoje, talvez essas crianças sejam ainda uma opção para a gente ter um futuro melhor enquanto sociedade que entende o seu meio ambiente e sabe trabalhar por ele. (C3)

A lentidão no avanço em direção à promoção da Educação Ambiental crítica e transformadora pode ser um reflexo da falta de vontade política por parte dos governos e instituições, e também pode incidir na dificuldade de conscientização e, conseqüentemente, de participação das pessoas, como apontado pelos profissionais.

Acho que falta a participação das pessoas, [...] a sociedade é a principal responsável por isso, porque é a sociedade que põe os seus governantes, então a sociedade que determina o que ela quer para o seu futuro. Então na minha visão, a sociedade, as comunidades como um todo, a sociedade em que se convive é que deveria então buscar essas alternativas, da educação ou de uma boa gestão ambiental.[...] Se cada um não cuidar do seu cantinho, não vai mudar nunca nada.[...] cada um é responsável pelos seus atos. (C4)

Essa fala sobre responsabilização da sociedade que por meio da eleição de seus governantes elege, também, seu futuro, vincula-se à necessidade de a Educação Ambiental formar cidadãos críticos, conscientes, politizados, conforme apregoam a Política Nacional de Educação Ambiental, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental e a Política Institucional da Univille. Além disso, o discurso vai ao encontro ao Art. 3º da PNEA, que atribui ao Poder Público a tarefa de definir políticas públicas, promover a Educação Ambiental e o engajamento da sociedade quanto à conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Esse mesmo artigo, em seus incisos I e VI, dá atribuições às instituições educativas e à sociedade como um todo, respectivamente.

Dessa feita, observa-se que nem sociedade nem Estado são unicamente responsáveis pela busca de alternativas. Cada qual tem sua cota de responsabilidade, mas cabe lembrar, contudo, que escolhas críticas são feitas a partir de posicionamentos conscientes, que podem ser incitados por meio da educação, e no contexto desta pesquisa, da Educação Ambiental. Quanto às ações que praticam em relação à Educação Ambiental, tornaram-se evidentes as representações sociais vinculadas à reciclagem, ao consumo racional de água e energia elétrica e ao desperdício de recursos. Um dos entrevistados (C2) refletiu acerca das transformações que ocorrem durante a cadeia produtiva até chegar ao destino final. Seu discurso evidencia uma forma responsável de consumo.

[...] separação do lixo, reciclagem, procurar utilizar sempre água, luz, de forma racional sem desperdícios. Alimentos também, quando você joga alguma coisa fora tem toda uma cadeia, desde a planta, a terra, ou animal, as transformações todas, transporte, logística, fabricação, para depois ir ao lixo. Há um desperdício em toda a cadeia produtiva. Então sempre penso que o que você colocar no prato você tem que comer. Uma ação simples, mas se todos pensarem dessa maneira, terá menos desperdício e menos utilização não racional dos recursos. (C2)

Outro entrevistado (C3) considerou diferentes possibilidades para a própria atuação diária, e um aspecto importante a ser observado em sua reflexão é que ela vai para além do ato de reciclar, que por si só não promove a sustentabilidade socioambiental, pois quando muito

os discursos abordam também reduzir e reutilizar, esquecendo-se da reeducação e de repensar as ações praticadas no dia a dia (RUSCHEINSKY, 2014; LAYRARGUES, 2011).

[...] reciclar lixo [...] às vezes eu brigo porque eu acho que, na verdade, muita coisa deveria ser reciclada. Por exemplo: lavar a louça, [...] lavar tudo depois enxaguar, eu acho que a gente tem que cuidar muito. [...] às vezes a gente fica muito na questão meio ambiente e reciclagem, uso da água, uso da energia. [...] eu poderia usar mais bicicleta, [...] como transporte pra eu chegar, largar o carro de lado, que seria mais uma tarefa, para esse sentido. (C3)

E, além disto, esse participante, ainda, refletiu sobre a (des)responsabilização dos indivíduos frente a questões coletivas e que envolvem recursos naturais, exemplificando com a divisão da conta de água em condomínios que não rateiam o valor total de sua conta pelo número de moradores de cada unidade, mas pelo número de unidades.

Na minha visão isso não contribui em nada não só para eu diminuir o custo mas principalmente para eu cuidar desse elemento ambiental que é importante que é a água. Então, se eu vou pagar R\$220,00 ou R\$230,00 eu vou consumir direto, ninguém se preocupa em economizar. (C3)

A reflexão também levanta a importância de revisão dos projetos de edificações já instalados, de investimentos em infraestrutura e educação para que, à medida do possível, estes sejam adaptados para conformar-se à sustentabilidade socioambiental. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012) em seu Art. 21 recomendam que as edificações, os currículos e a gestão das instituições de ensino estejam em equilíbrio com o meio ambiente, visando a construção de um espaço educador sustentável, o que também pode ser ampliado para fora da universidade.

O entrevistado C5, porém, considerou que suas práticas habituais podem vir a fazer pensar mais no meio ambiente e na saúde do que na questão econômica.

No meu cotidiano, a parte que eu considero que está dentro do meio ambiente é a questão de procurar selecionar alimentos orgânicos, alimentos que sejam produzidos de uma forma natural, que não agrida o meio ambiente e não agride a saúde de quem está se alimentando. E dessa forma a gente estaria boicotando aqueles alimentos que são produzidos de uma forma convencional com agrotóxicos pensando mais na questão econômica do que no meio ambiente e na saúde. (C5)

O discurso acima sugere uma mudança de atitude em favor do meio ambiente e da saúde, pautado na ideia de boicote aos produtos industrializados, já apontada por Ruscheinsky

(2011, p.106) quanto aos movimentos socioambientais que “atentam para práticas culturais e para um consumo alternativo ou produtos orgânicos, mesmo embrionários. Estes possuem um conteúdo político-cultural de contestação, em cujo contexto está a educação ambiental”. No entanto, o conteúdo desses discursos (C4 e C5) também desvela uma prática isolada no cotidiano. Diante do atual cenário socioambiental, faz-se importante compreender que atitudes isoladas, embora tenham importância de fato, já não são suficientes.

No meu cotidiano, quer dizer, [...] no meu canto, eu faço as coisas bem feitas, eu procuro deixar a coisa de acordo, no meu canto! Agora, eu não me preocupo com [...] o vizinho, se eu me preocupasse eu iria ter grandes problemas porque eu vejo o meu vizinho [...] deixa o mato crescer, eu fico muito revoltado com aquilo, mas eu vou provocar um problema entre eu e ele? Não, não. Acho que cada um cumpre o seu, pra isso existem as autoridades que podem se manifestar. Então, do meu cantinho eu cuido. Eu faço as coisas, eu penso pelo menos, fazendo bem feito. (C4)

Esse último discurso explicita o pensamento de que cada um deve fazer a sua parte, considerando que se todos fizessem a parte que lhes cabe já seria o suficiente. Este entendimento é dúbio, pois parte da ideia de que se cada um sozinho fizer a sua parte então todos terão feito a sua parte e os problemas do todo serão solucionados. Porém, o todo é mais do que a simples junção das partes (SEVERINO, 2008), a vida em sociedade é complexa e exige interação entre os diversos atores, assim como o meio ambiente depende de ações unificadas e não isoladas. É preciso considerar a condição de ser humano. A sociedade é composta por seres humanos (vivendo em sociedade), sendo os “vínculos de solidariedade social, indispensáveis à convivência humana” (CARVALHO, 2012, p.171).

Portanto, para alcançar o todo é preciso superar a visão especialista e considerar que é necessário mais do que cada um fazendo a sua parte isoladamente. Referindo-se à educação ambiental crítica, Carvalho (2004, p.19-20) aborda estas questões:

Para uma educação ambiental crítica, a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado. Segundo esta orientação, a educação não se reduz a uma intervenção centrada exclusivamente no indivíduo, tomado como unidade atomizada, nem tampouco se dirige apenas a coletivos abstratos. Desta forma, recusa tanto a crença individualista de que mudança social se dá pela soma das mudanças individuais: quando cada um fizer a sua parte. Mas recusa também a contrapartida desta dicotomia que subsume a subjetividade num sistema social genérico e despersonalizado que deve mudar primeiro para depois dar lugar as transformações no mundo da vida dos grupos e pessoas, aqui vistos como sucedâneos da mudança macro social. Na perspectiva de uma educação ambiental crítica, a formação incide sobre as relações indivíduo-sociedade e, neste sentido, indivíduo e coletividade só fazem sentido se

pensados em relação. As pessoas se constituem em relação com o mundo em que vivem com os outros e pelo qual são responsáveis juntamente com os outros. Na educação ambiental crítica esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana.

Ainda com relação a cada um fazer a sua parte, tendo-se em consideração a problemática atual de Joinville (com frequentes inundações e a presença de focos de mosquitos vetores de doenças) e a garantia constitucional ao direito de todos (Constituição Federal, 1988) a um ambiente sadio e equilibrado, a cidadania precisa ser fortalecida para que os cidadãos não se sintam coibidos de exigir seus direitos (individuais e coletivos) ou desresponsabilizados de denunciar irregularidades que põem a coletividade em risco, considerando-se membro efetivo da sociedade e não um indivíduo alienado da comunidade. A Educação Ambiental tem o desafio de provocar a superação desta prática.

A imagem que a maioria dos entrevistados tem da Univille quanto à Sustentabilidade Socioambiental é positiva, revela seu entendimento quanto à dimensão da questão, ao envolvimento do ensino, pesquisa e extensão, da lentidão do processo e o reconhecimento de projetos desenvolvidos institucionalmente.

É, desde o nosso slogan, da nossa logomarca: Universidade para a vida, a nossa logomarca que são folhas de árvore, folhas de livro, de caderno, e a própria cor da Univille, o verde, ela quer ser reconhecida como uma universidade sustentável. Eu acredito que ela procura colocar essa imagem e tem muitas ações de extensão, de pesquisa, de ensino, nesse sentido. Tem nos cursos aqui, o próprio mestrado, engenharia ambiental, e mesmo nos outros cursos ela sempre procura embutir essa questão da responsabilidade social, da responsabilidade ecológica, ambiental. Eu vejo que é uma instituição preocupada com essa questão, tem vários projetos, em São Francisco, a Baía da Babitonga, e aqui mesmo em Joinville, Univille nos bairros, assim por diante, mas logicamente que há um grande caminho a percorrer porque a Educação Ambiental é algo que é vagaroso, é sistemático, vai evoluindo pra ser colocado na consciência das pessoas, então é um trabalho muitas vezes de formiguinha, de passo a passo. Mas eu vejo que a Instituição tem essa consciência e tem essa imagem e é muito importante isso. (C2)

Ao pontuar a lentidão do processo de Educação Ambiental, percebe-se que o entrevistado está ciente de que tal lentidão se deve ao fato de que a efetivação da Educação Ambiental depende da conscientização das pessoas, o que é validado por Ruscheinsky (2010, p.441) ao comentar que “ante os dissabores ou a lerdadeza de enfrentamento das questões ambientais, ensina um dos autores desta coletânea que sustentabilidade socioambiental rima

com ressignificação da participação e da responsabilidade cidadã”¹⁸.

Evidencia-se também o reconhecimento de que a instituição pode ampliar os investimentos em ações que possam viabilizar a sustentabilidade socioambiental.

[...] eu vejo que essa preocupação está no DNA da Universidade [...] hoje, quando se fala em meio ambiente se pensa Univille. [...] acho que nós fazemos muitas atitudes pra fora, e tomamos atitudes dentro. Poderia ser ampliado? Poderia. (C3)

Visto que a sociedade tem diversificadas demandas, investir na Educação Ambiental torna-se um meio de buscar alternativas sustentáveis para tentar solucioná-las. Na busca pela sustentabilidade socioambiental é preciso investir tanto em aspectos ambientais quanto nos aspectos sociais. O investimento em ações sociais, como as que pontuou acima o entrevistado C2, incide sobre os bens naturais (RUSCHEINSKY, 2014). Assim, por consequência pode vir a atender também demandas ambientais, visto que os problemas sociais estão imbricados aos problemas ambientais.

[...] há sempre uma preocupação e até uma contribuição por parte de vários departamentos, nós temos quarenta departamentos, quarenta cursos de graduação, 18 cursos de pós graduação, 5 cursos de mestrado, 1 doutorado e já alinhando pro segundo doutorado. Na verdade, é uma preocupação até em termos de investimento, de doação, de gastos, de custos, de custeios, para divulgar, para cuidar até porque nós temos nas áreas de cursos, a área da saúde, área médica, área odontológica, gastronomia, então esses cursos cuidam também dessa questão. (C1)

O tratamento das questões relativas à Educação Ambiental por cursos específicos reforça uma visão especialista, na qual cada área de conhecimento é vista separada das demais. Não obstante, conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o meio ambiente e a saúde,

a forma clássica criada pela ciência ocidental para estudar a realidade, subdividindo-a em aspectos a serem analisados por diferentes áreas do conhecimento, não é suficiente para a compreensão dos fenômenos ambientais. A complexidade da natureza exige uma abordagem sistêmica para seu estudo, isto é, um trabalho de síntese, com os diversos componentes vistos como um todo, partes de um sistema maior, bem como em suas correlações e interações com os demais componentes e seus aspectos (BRASIL, 2000, p.23).

¹⁸A coletânea à qual o autor se refere é a obra: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. (Orgs.). **Sustentabilidades em diálogos**. Itajaí: Univali, 2010. 222 p.

Assim como depende de uma abordagem integradora, o tratamento da temática não prescinde de teoria e de práticas conjugadas. Ruscheinsky *et al.* (2014, p.97) dizem suspeitar que “o tema ambiental cresce em importância como socialmente percebido, mas não encontra um espaço institucional compatível com a urgência e a magnitude das mudanças supostamente necessárias para dar conta da crise ambiental em curso”.

[...] a instituição tem uma preocupação muito forte com o meio ambiente, mas ela ainda não consegue passar toda essa preocupação para fatos reais, mas ela está em constante modificação e a gente percebe que existe um movimento, uma força buscando essa questão da sustentabilidade. (C5)

Nesse plano, Baldin, Heidemann e Galli (2017, p.116) discorrem sobre o processo de gestão ambiental nas universidades, sinalizando a importância do comprometimento das instituições no tratamento das questões ambientais, buscando envolver “todos os atores sociais, nesse caso, administradores, professores, acadêmicos, técnicos administrativos e a comunidade externa”. A capacitação da comunidade é um dos aspectos em que as instituições precisam investir.

3.3.1 Sustentabilidade Socioambiental na Universidade – a Configuração das Representações Sociais dos Profissionais da Área Socioeconômica

No referente à oferta de capacitação que contemple a Educação Ambiental destinada aos servidores e docentes da instituição, este foi um “nó” encontrado pela pesquisa. Um dos entrevistados, inclusive, revelou não ter conhecimento de programas nesse sentido.

No curso [...] ainda é pouco, eu vejo que no geral da Universidade, mesmo nas capacitações docentes, se a gente partir para muitos cursos de desenvolvimento gerencial, discussões sobre o planejamento estratégico da Instituição, está presente. Mas para o técnico administrativo, para o professor, acredito que possa evoluir mais. No curso [...] a gente ainda não tem um ideal nessa questão, tem bastante espaço para evoluir, para capacitar mais [...] Programas efetivos no curso [...] a gente não tem. (C2)

[...] precisa melhorar [...] é discutido, formado comissões, levado, socializado pra todos os docentes e corpo discente também, mas é importante que se melhore, aperfeiçoe, há uma consciência geral com relação a isso. (C1)

[...] dos servidores, a gente tinha um programa Reciclar, mas não sei se ele ainda faz [...] Para o lado do docente eu vejo que poderia se fazer muito mais. [...] uma carona coletiva para reduzir, por exemplo, o número de professores que vêm de carro para cá. Eu venho [...], eu posso pegar tal e

tal professor. Energia, professor que de repente acabou a aula às 22 horas, e o cara vai passar pra apagar às 22h30. Ele poderia desligar, apesar de se passar recado para ele, ele não tem isso memorizado. Não faz parte [...] na nossa casa, que tu vê uma luz acesa tu vai lá e desliga. Mas acho que aqui dentro a gente poderia melhorar esse processo. (C3)

Tem. Inclusive, existe uma definição, uma prerrogativa do MEC, no sentido de que toda a disciplina precisa ter alguma coisa que fale sobre desenvolvimento econômico, social e ambiental. Então todo curso precisa ter uma disciplina que fale, apesar de eu achar muito pouco [...] eu acho que devia ser de uma forma maciça. [...] Só tirando uma horinha ou duas para falar, durante o curso inteiro, para falar sobre isso não vai acontecer nada, nunca! (C4)

Esse registro anterior quanto à ambientalização dos currículos diverge da transversalidade. Inicialmente, o entrevistado relata que todas as disciplinas precisam abordar desenvolvimento econômico, social e ambiental, e em seguida diz que todo curso deve ter uma disciplina que trabalhe o tema. Castro e Oliveira (2011) esclarecem que, quanto à transversalidade do currículo, as disciplinas precisam ser perpassadas pelos temas (transversais) e que esses devem ser trabalhados por todos os professores.

Ainda sobre a oferta de capacitação aos servidores e docentes, a fala do entrevistado C3 (acima) revela uma reflexão sobre o seu cotidiano e as possibilidades de mudanças de atitude nos espaços universitários, trazendo novamente à tona o tema da conscientização. Seus comentários sinalizam para a importância de a Instituição investir em programas, projetos e/ou atividades direcionadas ao tratamento do componente humano nas discussões sobre sustentabilidade, possibilitando que os sujeitos identifiquem-se com o espaço e sintam-se integrados a ele. O olhar desviado da dinâmica do ser humano no ambiente inviabiliza o desenvolvimento socioambiental sustentável, uma vez que são as pessoas que atuam no (meio) ambiente em uma relação de reciprocidade. Os desdobramentos deste entendimento alcançam a dimensão psicológica:

evidencia-se que os padrões de comportamento dos grupos sociais, em sua interação com o meio ambiente, não são foco de grande parte das abordagens de desenvolvimento sustentável. É notória a carência de foco no ser humano, enquanto agente promotor de comportamentos sociais e de responsabilidade individual pelo meio ambiente.

No entanto, ao incluir-se o indivíduo como unidade relevante para a sustentabilidade, a dimensão psicológica revela-se de importância básica para o desenvolvimento sustentável. Desconsiderá-la, ou não construir indicadores para medi-la, pode ser uma das relevantes causas das debilidades dos modelos propostos (PAULISTA; VARVAKIS; MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.189).

A universidade concentra diversas áreas de conhecimento e profissionais de excelência, com conhecimento, capacidades e habilidades para, em conjunto, atuarem como motores da Educação Ambiental na instituição. A oferta de capacitação para professores e demais funcionários da instituição trilha um caminho para possibilitar o alcance de posturas mais responsáveis, social e institucionalmente. As capacitações podem, então, ser vistas como investimento da instituição, pois “a incorporação de valores ambientais através de um processo educacional efetivo molda o caráter de indivíduos ambientalmente sensibilizados, formando cidadãos completos” (SEIFFERT, 2014, p.31) que poderão difundir práticas sustentáveis para a sociedade.

Quando questionados sobre sua participação em atividades relativas a Meio Ambiente ofertadas pela Instituição, apenas um dos entrevistados disse nunca ter participado de atividades dessa natureza na Instituição.

Já participei a nível de Chefe de Departamento, que faz parte da gestão. Então, primeiro, todas as informações a respeito desse cuidado são para essas pessoas, que se envolvem com a gestão da sustentabilidade da Univille, em todos os aspectos, todos os sentidos. (C1)

[...] aqui na Univille na questão de palestras, planejamento institucional, nas discussões em relação às estratégias da Instituição sim, mas especificamente cursos nessa área colocados, capacitação específica na parte ecológica, na parte de reciclagem, eu sei que aqui a CIPA também faz um trabalho em relação a essa questão, mas eu não participei, aqui não. (C2)

Podia dizer que sim. [...] tinha um comitê que discutia as pautas, o que seria feito. (C3)

[...] participando de palestras [...] somente coisas isoladas, nunca houve uma prática em cima desse processo, e deveria acontecer. (C4)

Essas respostas dos entrevistados podem ser encaradas como um motivador para que a gestão universitária incorpore ações que abranjam a instituição de modo que sejam acessíveis a toda a comunidade universitária. Neste sentido Ruscheinsky e Medeiros (2015), ao comentarem o Programa de Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, que busca alcançar postura responsável nos âmbitos institucional e social, utilizando como ferramenta atividades visando capacitação, motivação, mobilização e formação de hábitos, oferecidas à comunidade universitária e à sociedade, expõem que as atividades

buscam despertar a observação e estimular o espírito crítico acerca da

complexidade das questões socioambientais contemporâneas. Com isto se transmuta a todos os funcionários das instituições em educadores com papel estratégico e decisivo na inserção da dimensão ambiental no cotidiano, qualificando as pessoas para um posicionamento e uma ação face à crise socioambiental. Ainda mais estas práticas mencionadas possuem como horizonte a mudança do imaginário e de práticas sociais para alargar as possibilidades da cidadania com a mobilização em prol de questões da sustentabilidade socioambiental (RUSCHEINSKY; MEDEIROS, 2015, p.134).

Ainda que um dos entrevistados tenha esclarecido que as ações voltadas para o meio ambiente na instituição são direcionadas primeiramente para os gestores, não se evidenciou a ocorrência de atividades práticas. Esses aspectos reforçam a importância de que se efetivem ações práticas de Educação Ambiental, voltadas à sustentabilidade socioambiental, e que toda a comunidade universitária seja envolvida nessas atividades. No entanto, a avaliação dos entrevistados quanto a suas experiências de capacitação na área foi diversificada.

Com algumas resistências, exatamente por isso precisa aperfeiçoamento e maior conscientização, consciência dos próprios Chefes, dos gestores também. (C1)

Foi muito legal porque me permitiu, por exemplo, conhecer lugares que eu não conhecia. Claro que muita coisa a memória já não registra porque não tem isso tão bem [...] agora a gente vai construindo a lembrança, eu me lembro que naquela época a gente falou sobre mata ciliar, sobre a importância de manter no leito do rio a mata, para não ter desassoreamento, para manter o leito no curso, porque por exemplo, agora estava passando no Globo Repórter sobre o Velho Chico, e esse é um dos grandes problemas do rio hoje, é um rio que, segundo a reportagem, tende a ficar mais largo do que comprido por conta do desassoreamento. Então, por exemplo [...] conhecer os processos de reciclagem deles, [...] essa questão do esgoto na época. Eram duas pautas diferentes por mês. E a gente tinha um conselho que decidia o que seria feito a cada mês, então isso era muito legal, [...] eu gostava muito de fazer aquilo. (C3)

A Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2011) possibilita a explicação de que informações novas causam um estranhamento para que depois possam ser reconhecidas (ancoragem e objetivação). No processo de Educação Ambiental, esse estranhamento também pode se manifestar, posto que muitos dos conceitos que a sociedade já tem necessitam de reformulações, sob novas perspectivas, face à dinamicidade da realidade que se apresenta.

O questionamento acerca de interesse em cursos ou capacitações relativos a Meio Ambiente, que sejam oferecidos pela Instituição, levou a diversos desdobramentos. Alguns dos entrevistados manifestaram interesse em frequentar esses cursos. Ainda assim, dois deles fizeram ressalvas, e outro assumiu não ter interesse. Duas das respostas remetem ao futuro da

humanidade e outra revela necessidade de convencimento do interlocutor acerca da importância do tema e das consequências do não envolvimento da academia na questão. Outra, ainda, sinaliza pertinência de observação da Instituição quanto ao tempo disponibilizado aos docentes para que tenham maior envolvimento com o tema.

No que se refere ao interesse da comunidade interna em cursos ou capacitações relativas a meio ambiente pode apresentar-se como um indicador para a instituição, visto que tanto a presença ou ausência de interesse fornecem subsídios que podem sinalizar qual a direção a seguir com os investimentos em Educação Ambiental.

Sempre é interessante, toda essa questão de preservação, de alimentação saudável, de utilização racional da água, da não poluição, proteção às nascentes, ao ar, acho que envolve o futuro da humanidade, então é interessante, com certeza que a gente tem interesse. (C2)

Teria desde que receba alguém que proponha, ou que realmente mostre da importância do aprofundamento disso, e de onde a gente pode chegar e levar também pra socializar para outras pessoas, quanto mais pessoas se envolvendo. (C1)

Interesse eu te diria que sim. Tempo, talvez não [...] em certos momentos a gente trabalha isso em sala de aula. A gente leciona disciplinas ligadas [...] isso é um conteúdo interessante de trazer para a sala de aula [...] nesse contexto, eu gostaria de ler, eu gostaria de ter cursos e de aprender sobre Educação Ambiental, mas a gente tem um limitador de tempo. (C3)

A fala seguinte (C5), ainda relacionada ao interesse de capacitação em meio ambiente oferecido pela Universidade, permite perceber o deslocamento do interesse em capacitações do presente para o futuro, postergando intenções de ação que podem vir a viabilizar que o próprio futuro e o das próximas gerações seja sustentável. Nesse sentido, reitera e fortalece o que já vem sendo apontado dos questionamentos anteriores, que a Instituição precisa fomentar nos docentes o interesse pelo tema, mostrar a importância, resgatar a Constituição Federal, a Política Nacional de Educação Ambiental, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental e outros documentos pertinentes, e pensar em alternativas que viabilizem o fator tempo para que a comunidade universitária possa dedicar-se à temática.

No momento não. Quem sabe no futuro. Mais por uma questão de tempo, hoje eu não teria disponibilidade, mas é um tema que me atrai, no futuro pretendo me dedicar um pouco mais ao tema. No momento não tenho interesse ainda. (C5)

Como maneira de inclusão da Educação Ambiental nas diferentes modalidades de

educação, inclusive em cursos de nível superior, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999) explicita que temas transversais, entre eles a Educação Ambiental, devem ser componente curricular nos cursos de nível superior, e que o conteúdo deve ser integrado em todas as disciplinas e ainda de modo transversal. Não recomenda que seja incluso esse conteúdo em disciplina isolada. Para a maioria dos respondentes do questionário *online* (11 entre 15), a Instituição não estimula a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação.

Quando comecei na Univille em [...] percebia muito mais esta preocupação ambiental. Parece-me que com o tempo, desapareceu. (P10)

O tema não é debatido com objetivo de vincular com as disciplinas. (P2)

O estímulo existente é superficial e voltado a ações não convidativas. (P1)

Até agora, não me envolvi com o tema. (F4)

As respostas expressam controvérsia, uma vez que alguns afirmam haver, outros não haver, ou ainda que é superficial o estímulo da instituição para a inclusão do tema nas disciplinas dos cursos.

Estimula como um tema transversal. (P10)

Através de ações de projetos como o Trilhas e por professores que incluem o tema em suas aulas. (P11)

[...] já ouvi da necessidade da interação de temas como a Educação Ambiental entre as disciplinas, não lembro se nas mensagens de boas vindas ao novo ano letivo e/ou se nas reuniões de colegiado por departamento. Acho que houve oficinas que trataram do assunto. No colégio de aplicação (da Univille) o tema era trabalhado (biologia, teatro, artes). Na graduação, o tema é colocado como relevante, porém, não conheço ou não percebi como se dá, embora, acredite que as graduações da área, tratem, cuidem do assunto. Existe o projeto Toninhas. (P9)

Disciplina na graduação, oficinas e projetos de conscientização. (F3)

Em geral, com a inclusão da disciplina de Educação Ambiental na matriz curricular e promoção de atividades de extensão. (P5)

Mesmo entre os que responderam afirmativamente quanto à existência do estímulo à inclusão do tema Educação Ambiental nos cursos de graduação, algumas das respostas explicitam o entendimento de que a Educação Ambiental é disciplina isolada na matriz curricular, incluída por alguns professores em suas aulas, relevante, no entanto imperceptível

na graduação. Tais colocações situam-se na contramão do que recomenda a legislação referente à Educação Ambiental (Lei 9.795/1999 e DCNEA 2/2012). Marcomin e Silva (2009, p.14 grifos dos autores) discorrem sobre essa prática, e acabam por mostrar que esse modo de “inclusão” da Educação Ambiental nas universidades não é uma prática incomum:

O perfil da universidade ambientalmente sustentável possui assim diversas frentes, existindo, contudo, várias “tentativas”, como a da criação de “mais” disciplinas com conteúdos ambientais, ou a inserção esparsa de “alguns” elementos ambientais nas ementas disciplinares. Ou, ainda, ações isoladas, esparsas, inconsequentes, do ponto de vista da ambientalização real. Algumas IES – no mesmo estilo, aliás, de muitas empresas e governos – iniciam sua abordagem aos temas ambientais através de ações dispersas ou mera declaração de intenções. Na verdade, tais “tentativas” são um engano, tanto para a instituição e seus decisores, como para seus alunos e a comunidade, como ainda para os seus parceiros sociais (stakeholders).

O questionamento sobre a Instituição desenvolver programas ou projetos que estimulem a discussão dos temas voltados à sustentabilidade socioambiental deixa ver a possibilidade de maior envolvimento dos cursos da Área Socioeconômica com a questão.

Eu desconheço. Eu tenho certeza que sim, mas eu não participo nessa área. (C5)

Pouco ainda. Como falei, precisa de aperfeiçoamento, é necessário que divulgue mais, que haja uma consciência maior. (C1)

A gente tem as da universidade. (C3)

Sim [...] nesse planejamento estratégico da Univille, na própria missão da Univille está embutida a palavrinha chamada sustentabilidade, é dentro deste conceito que a Univille vai trabalhar. A cultura ambiental, inclusive o verde da Univille faz parte da cultura ambiental. Só que eu acho que ainda poderia ser muito mais profunda do que é. A Univille poderia irradiar esse conceito para a comunidade como um todo. Só o verde não interessa. Interessa é os professores, os alunos irradiarem esse conceito aos seus pais, seus parentes, seus filhos. (C4)

Sim, com certeza. Eu acredito que isso é mais presente nos cursos de engenharia, a própria área da saúde também, mas é bem interessante que na área socioeconômica a gente possa evoluir mais nessa questão porque lidamos diretamente com as organizações, uma parte muito importante. Nós temos disciplinas específicas que abordam esses temas [...] então é interessante. Mas assim dizer que você tem um programa específico nessa área, para técnico administrativo, para acadêmicos, para os professores, realmente a gente não tem. É embutido nas disciplinas do curso, e acredito que poderíamos evoluir nessa área, e penso que em outras áreas como as tecnológicas e a área da saúde, talvez eles estejam mais avançados em relação a esses programas formais, de educação ambiental. (C2)

As discussões acerca de sustentabilidade socioambiental na universidade devem envolver todos os atores do universo educacional (JACOBI, 2003), visto que cada um tem um papel a desempenhar em favor do meio ambiente (CASTRO; SPAZZIANI; SANTOS, 2012). Nesse contexto, destaca-se que

os temas transversais, oriundos das problemáticas sociais atuais, para serem mais bem compreendidos, necessitam da abordagem dos diferentes campos do conhecimento; portanto, não devem ser tratados por uma única área ou disciplina, a fim de não se descaracterizar sua complexidade (CASTRO; SPAZZIANI; SANTOS, 2012, p.170)

Marcomin e Silva (2009, p.106) acrescentam ainda que:

É de esperar também que o processo de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da sustentabilidade ambiental – uma temática que permeia a diversidade de disciplinas e práticas acadêmicas – seja acompanhado de uma gestão adequada, com plena cooperação entre as diversas instâncias e órgãos institucionais, entre decisores e funcionários, docentes e discentes.

Quanto aos departamentos que coordenam desenvolverem programas ou projetos que estimulem discussões sobre temas de sustentabilidade socioambiental, as respostas dos entrevistados Coordenadores de Cursos evidenciam novamente a tendência a concentrar as discussões em disciplinas dos cursos, quando a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais explicita, de acordo com Castro, Spazziani e Santos (2012, p.170) que “temas transversais permeiam necessariamente toda prática educativa que abarca relações entre os alunos, entre professores e alunos e entre diferentes membros da comunidade escolar”.

O departamento também já desenvolve, mas precisa melhorar. (C1)

Para os alunos especificamente mais dentro das disciplinas, até porque hoje há uma diretriz do Ministério da Educação, que você precisa colocar essas questões ecológicas, étnico-raciais, todas essas questões nas disciplinas. Então por exemplo [...] são disciplinas que abordam esses temas, da sociedade, a questão ambiental, além das [...], que são disciplinas que tratam isso da forma mais técnica. Mas em termos de conscientização, de análise, a questão filosófica, seria mais nas disciplinas básicas como [...] então teria essa discussão ambiental mas, como eu coloquei, dentro da disciplinas e da matriz curricular, fora disso não temos programas, palestras, ou ações de conscientização. Aqui no departamento a gente procura sempre [...] deixar as coisas organizadas, mas programas formais assim a gente não tem, como acadêmico não. (C2)

O departamento é mais restrito. A gente incentiva muito os professores, nós temos disciplinas que trabalham isso, [...] onde o professor traz e onde a

gente sempre acaba trabalhando Educação Ambiental, os três pilares, a inclusão, a questão das culturas, afrodescendentes, direitos humanos e meio ambiente, perpassa muito sobre essa disciplina que eu citei. Nos departamentos a gente cria, a gente tenta, imprimir pouco papel, trabalhar muito pelos meios virtuais, talvez seja o caminho básico, como uma forma de contribuição, não que seja grande, mas é uma forma de contribuição. (C3)

Outro entrevistado (C5) explicitou que há uma disciplina no curso que coordena em que as discussões acontecem, mas são estimuladas basicamente porque têm a ver com o crescimento do mercado e não pela importância da temática ambiental. As respostas a esse questionamento mostram que na Área Socioeconômica não existem programas ou projetos formais que estimulem discussões sobre sustentabilidade socioambiental, senão em um dos departamentos. Este modo de tratar o tema da sustentabilidade socioambiental, abordando-o em algumas disciplinas, isoladamente, deixa de incluir efetivamente os professores e funcionários da Área em discussões acerca da temática e de abranger a complexa dimensão do assunto. De acordo com Quintas (2009, p.62),

Essas relações não podem ser compreendidas sob o olhar de uma única ciência, muito menos de uma ou mais disciplinas, mas da interação entre elas. Assim, qualquer problema ambiental para ser entendido deve ser estudado como um produto da interpelação de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, históricos e biológicos.

O interesse manifestado pelos Chefes de Departamento quanto a desenvolver projetos no sentido de Sustentabilidade Socioambiental é variado. Um deles nega interesse para o momento. Essa negativa pode estar relacionada com resistência ao conteúdo, ou com ideia de que desenvolver projetos no sentido de sustentabilidade socioambiental seja algo extremamente complexo, e ainda, dadas as representações sociais que atribuem a outras áreas a responsabilidade pelo tratamento destas questões, a uma desresponsabilização, entendida aqui, ressalte-se, como resultante da falta de conscientização.

Nesse momento não, não temos [...] estrutura para entrar num projeto dessa natureza. (C5)

Nesse encaminhamento, Castro e Oliveira (2011) quando comentam o estudo realizado por Gonçalves (2005), que toma por base os depoimentos de professores participantes do referido estudo, dizem que “não basta substituir um modelo de currículo por outro e querer que os professores assimilem de bom grado a mudança” (CASTRO;

OLIVEIRA, 2011, p.204). Do mesmo modo, não basta exigir a conscientização dos profissionais quanto à relevância do tema para a sociedade sem que sejam promovidas ações que possam levar a este entendimento.

Assim, outro discurso observado foi o que esses profissionais condicionam seus interesses em desenvolver projetos voltados à sustentabilidade socioambiental a um convite específico. No entanto, esse posicionamento é relativamente baixo, porque a maioria mostra-se interessada em participação.

Sim, se eu for convidado não resta a menor dúvida. Se eu ficar integrado do projeto eu estou dentro, com certeza. (C4)

Sim, com certeza. Acho que muitas vezes é um tema recorrente, mas que a gente também tem muitas dificuldades. Existem áreas específicas que na realidade tem mais conhecimento técnico sobre todas essas questões. Então acho que em parceria com outros departamentos, com outros cursos, com a própria gestão da universidade, acho que é até inevitável esse movimento de você ter essa preocupação ecológica, essa preocupação ambiental, nossas próprias instalações, no dia a dia você tem que olhar a questão do ar condicionado, a questão da luz, a questão da água, a questão do ambiente físico, então, acho que é inevitável esse movimento de cada vez mais, até pela racionalização dos custos e pela sustentabilidade da própria organização. (C2)

Gostaria de ouvir mais pessoas, aprofundar mais esse tema, para que a gente pudesse, com o grupo de professores NDE, (núcleo docente estruturante – cada curso tem o seu), discutir, com essas pessoas e outros professores, da importância disso e também conseguir o comprometimento deles, que é necessário isso. (C1)

Eu vejo que a gente tem um caminho bom. [...] Por que não [...] um mini curso sobre [...] (questões) que usam o MA como foco? Pode ser um tema legal de se trabalhar. (C3)

A confirmação do interesse em desenvolver projetos traz consigo a possibilidade de um envolvimento transdisciplinar, envolvendo outros departamentos, áreas e a própria gestão universitária em ações de gestão ambiental. No entanto, quanto à Educação Ambiental ser contemplada de alguma forma no departamento sob sua gestão, todos os entrevistados posicionaram-se afirmativamente.

É, e é preciso desenvolver mais. O ideal é que todos os professores de todas as disciplinas, inclusive tem um percentual que é exigido até pelo MEC hoje, que se fale do meio ambiente, das relações e de respeito às diferenças, raciais, sociais e assim por diante. (C1)

A gente procura fazer a utilização racional dos recursos que nós temos, aqui no departamento manter uma política de organização, de racionalização na

utilização dos recursos, de não desperdício, conscientização pra usar bem, por exemplo, as copiadoras, o ar condicionado, a luz, manter o ambiente salubre, limpo. Então nesse sentido a gente tem [...] que procura justamente fazer a organização dessas questões. Com impactos no ambiente, com certeza. (C2)

Nós tentamos, até por orientação das diretrizes do MEC e aqui da própria universidade, orientar que os professores trabalhem isso no cotidiano de suas disciplinas, então vejo que ali é o momento, que seja, muitas vezes por uma fala, por um discurso, por uma atividade acadêmica, por uma visita que, digamos assim, que o professor e o departamento vão criar a oportunidade de fazer com que o aluno passe a pensar um pouco diferente. Claro, são atividades talvez isoladas, não que fazem parte de um conjunto, mas são ações que vão acontecendo. (C3)

[...] já contempla isso. Até por definição do próprio MEC, é uma necessidade. (C4)

Sim, como eu falei [...] deve estar [...] repassando para a sociedade a sua preocupação com o meio ambiente. (C5)

Os entrevistados relataram o que os departamentos da Área Socioeconômica fazem em geral e o que pretendem fazer nos próximos anos para a inclusão da Educação Ambiental nos seus PPC's, mas não se evidenciam, explicitamente, para o futuro, ações diferentes das que são executadas atualmente.

Aperfeiçoamento, no sentido de continuar a discussão e avançar com relação a isso porque precisa ser desenvolvido realmente. Tem muito a se fazer. (C1)

Não temos nada. [...] hoje o que a gente faz é dentro das disciplinas, com os professores, nas capacitações docentes, mas desenvolver projetos específicos nessa área, tecnologia em parceria com organizações, com empresas, com o setor público, Secretaria do Meio Ambiente, a CIPA aqui na Univille, é interessante reforçar sempre essa questão, essa conscientização. (C2)

[...] temos algumas disciplinas e essas disciplinas acabam percorrendo esses caminhos [...] Não, nada planejado, mas daqui a pouco tem uma coisa que se planeja e que vai ser executado. A gente tem uma dinâmica muito de envolvimento com a sociedade. Então, o curso faz muito isso, as empresas [...] da cidade [...] daí é um caminho que pode seguir para uma atividade mais planejada. (C3)

[...] temos uma diretriz curricular nacional [...]. E baseado nisso, também o departamento tem algumas ações durante o ano, [...] tem alunos que participam de projetos [...] a partir desse ano vão participar de projetos, dentro do âmbito de [...], na Empresa Júnior. Evidentemente que, quando da participação, as empresas serão contempladas com algum quesito ambiental. Porque se o aluno ou o professor que estiver dentro deste projeto chegar na empresa e ver alguma coisa que está errado, por exemplo, o

tratamento de efluente não condizente com a gestão ambiental, evidentemente que haverá uma participação dentro desse processo. Então, para isso o professor e o aluno [...] estar totalmente integrado. Então por isso que alguma coisa acontecerá. Não te digo quando, porque pode não acontecer durante o ano, mas acontecer várias vezes. (C4)

É, existe uma constante atualização do planejamento do PPC [...] essa questão ambiental é muito forte em países como Estados Unidos ou mesmo nos países da Europa, [...] é uma questão, uma realidade, através do conselho [...] são formas de criar normas e essas normas são bastante fortes com relação à questão ambiental. Então, no curso, nós temos que atualizar, temos que estar atualizados com o mercado, e em função disso a gente acaba tendo a necessidade de atualizar. Mesmo que não exista uma iniciativa dentro da Instituição, mas por uma obrigação de cumprir com as mudanças ocorridas [...] nós temos que atualizar as nossas ementas pra cobrir essa questão. (C5)

Os entrevistados não apresentaram propostas concretas para que o departamento desenvolva ações, futuramente, no sentido de incluir a Educação Ambiental e que sejam diferentes das ações que vêm sendo realizadas. Ficou evidente, em duas respostas, que devido à dinâmica da relação dos departamentos com empresas e sociedade, os projetos podem ou não surgir no decorrer do ano letivo, de acordo com as necessidades percebidas em campo. Embora os discentes de um dos departamentos sejam inseridos em projetos no decorrer do ano, as intervenções de Educação Ambiental serão realizadas conforme a necessidade que se observar no ambiente de realização do projeto.

Quanto à proposta dos entrevistados para o tratamento da temática, duas delas reafirmaram a importância da proposição de atividades visando esclarecimentos e a conscientização dos Chefes de Departamento, para que possam avançar em dois aspectos: ultrapassar a ideia de que o trabalho com o tema da Sustentabilidade Socioambiental é circunscrito a departamentos de áreas afins; e acreditar que, mesmo que outras áreas estejam em vantagem quanto aos conhecimentos teóricos, a Área Socioeconômica, assim como todas as demais, pode e deve se envolver efetivamente.

Não, nesse momento não, mas é como eu te falei, se houver alguém que queira nosso auxílio como departamento, como professor, estou inteiramente à disposição. (C4)

Não diria que dá para classificar como uma proposta, mas fica aí como uma sugestão, dar uma repensada nos cursos da área da saúde, os cursos de medicina, farmácia, o curso de gastronomia que acho que não é na área da saúde, está como socioeconômico, socioambiental. Não está bem na área da saúde. Mas são cursos que deveriam abordar um pouco mais essa questão da alimentação orgânica, que através de uma boa alimentação você reduz a necessidade de remédios, porque muitas doenças são causadas pela

ingestão de elementos químicos e agrotóxicos dentro da alimentação. Eu não vejo assim uma ação nesse sentido, fica como sugestão que a Instituição tenha uma preocupação em inserir no programa desses cursos essa questão. Um passo que estaria se dando no sentido de melhorar o meio ambiente. (C5)

Observa-se também uma certa “abertura” por parte dos demais Chefes de Departamento da Área Socioeconômica para a interlocução com outras áreas no sentido de começarem a se apropriar da temática, e esse posicionamento dos profissionais levanta a importância de a Instituição considerar e ouvir suas ideias.

Tenho propostas de levar e discutir ainda com esse grupo [...] o NDE, que todos os chefes devem desenvolver isso, devem levar para eles, para que haja uma discussão mais aberta, talvez com pessoas que são da área, para receber uma orientação melhor, e conscientização mesmo da importância disso, de profissionais ligados a essa área, que não é, especificamente a nossa área, socioeconômica. (C1)

É, eu vejo que a principal questão é sempre a conscientização das pessoas, então quando eu lido com um acadêmico estou lidando com educação, se eu aqui dentro da universidade tiver essa preocupação, tiver esse conteúdo dentro da ementa das disciplinas, acho que o objetivo central terá sido atingido, que é a questão de que as pessoas saiam e multipliquem isso na sociedade, nas empresas, nas instituições, nas organizações. Então, eu vejo que a ação principal é sempre reforçar em sala de aula, na educação ambiental. A partir dali as atitudes das pessoas, se houver essa conscientização, será uma consequência da ação, as atitudes, se as pessoas não se conscientizarem, não adianta eu ter alguns programas formais aqui, pontuais, específicos ou esporádicos, eu acredito muito mais num programa contínuo de conscientização, de colocação disso nas disciplinas, em como você pode contribuir na administração da produção, recursos humanos, no marketing, no financeiro, criar uma conscientização nos próprios acadêmicos e nos professores. (C2)

Nesse sentido, Marcomin e Silva (2009, p.110) defendem que

o ato de conscientizar ocorre, essencialmente, em um processo construído diariamente, lenta e pacientemente, dotado de cientificidade, mas também contemplando os saberes simples dos indivíduos inseridos no contexto, além dos valores essenciais ao exercício da cidadania.

Apresenta-se, nos discursos dos participantes da pesquisa, um entendimento de que a temática pode ser tratada a partir de ações rotineiras pertinentes ao contexto do *campus*.

[...] organizar as temáticas por áreas, na capacitação. Vejo que essa é uma. Eu vejo que poderíamos estudar mecanismos mais efetivos para fazer, não funcionário, porque o funcionário ele já absorveu isso. Mas o professor, talvez o docente absorver mais que ele é um ente colaborador para esse

ecossistema todo e que de repente ele tem que cuidar de uma luz, de um Datashow. Não digo que todos não cuidem, mas enquanto tiver, de 600, 50 que não fazem, 30 que não fazem, ainda precisa fazer uma campanha, porque isso é uma ideia que acho que todos têm que absorver. Eu vejo que talvez nas disciplinas, possamos talvez trazer atividades que hoje executam ações com o meio ambiente, trazer pras disciplinas dos cursos. Não no sentido do curso de repente contribuir para o meio fim daquela atividade. Mas eu digo para o meio, meio mesmo, assim digamos para atividades que são sustentadoras para atividade fim, ou seja, eu cuido de meio ambiente, eu cuido de Educação Ambiental. Mas vamos trazer para perto Publicidade, vamos fazer a comunicação, a administração a gestão disso, no Comércio Exterior, vamos trabalhar para exportar essa ideia e ver que mecanismos internacionais a gente tem para isso, com a Contabilidade como é que a gente pode fazer [...]. Eu vejo que talvez os cursos possam, em suas disciplinas, seria o momento de trazer essas representações e fazerem também elas participarem mais da universidade. (C3)

O entendimento de que os funcionários da instituição já “absorveram” a questão e não necessitam de nova capacitação é contrário ao conceito de educação continuada, expressa na PNEA. Por outro lado, apresenta-se o entendimento de que é possível trabalhar a Educação Ambiental nas ações do dia a dia, e que a Educação Ambiental é uma atividade meio para alcançar um fim. A abordagem transdisciplinar descrita pelo entrevistado exprime o que vem sendo teorizado na literatura e o que consta na legislação sobre inter e transdisciplinaridade da Educação Ambiental.

Isso ressalta novamente a necessidade e a importância de a Instituição envidar esforços para incentivar sua comunidade a fim de que suas boas ideias possam vir a ser iniciativas factíveis, pois evidenciou-se que estas (boas idéias) existem.

No questionário *online* perguntou-se quanto à importância da Educação Ambiental nos cursos de graduação. Um dos sujeitos não respondeu a esta questão, outro restringiu seu comentário dizendo “*sem dúvida*” (P7) e as respostas dos demais divergiram quanto ao nível de importância (importante/bastante importante/extremamente importante).

Um respondente considerou importante a presença da Educação Ambiental nos cursos de graduação, assim justificando; Outro considerou bastante importante, justificando seu entendimento; Os demais, em número de 11, consideraram o tema de extrema importância como pode-se observar nos discursos a seguir.

Sim. Pensando na questão do meio ambiente / sustentabilidade faz você entender todo o certo e o errado do funcionamento dos processos e a forma que você conduz suas atitudes. (F4)

Sim, pois não podemos trabalhar prejudicando o meio ambiente, deixando as gerações futuras sem recursos disponíveis. (P3)

Sim, pois é uma das dimensões que menos se problematiza em nossos cursos de forma clara. (P1)

Sim, é muito importante face aos desafios ambientais com os quais a sociedade lida atualmente.(P4)

Penso que a educação ambiental é fundamental para um curso de graduação, em todas as área de conhecimento. (P5)

Acredito que sim pois o tema sendo trabalhado nos cursos utilizaria como "via" as disciplinas, os projetos e demais atividades acadêmicas dentro do contexto de cada curso. (P6)

Sim, porque tudo é consequência dos nossos atos, assim se pensarmos de forma consciente na utilização dos recursos naturais, bem como contribuirmos com ideias inovadoras podemos garantir um futuro melhor. Acho que a Educação Ambiental deve estar presente não só nos Cursos de Graduação, mas sim no nosso dia-a-dia, na escola, em casa, etc. (F2)

O ser humano, sendo integrante do meio ambiente, é também o seu maior utilizador e, lamentavelmente por força de sua ignorância e desrespeito, seu maior depredador. Nós participamos da educação desse ser. Minha disciplina [...] tem tudo a ver com o tema, de modo especial no capítulo [...] Entretanto, a cada capítulo tem-se a oportunidade de tratar da aquisição e utilização de modo harmônico e respeitoso com o meio ambiente. (P8)

É um tema fundamental, porque possibilita uma visão crítica sobre nossa sociedade. (P10)

Sim, para conscientização de todos. (F3)

Sim [...] principalmente pela discussão de [...] A discussão tem como objetivo compatibilizar o desenvolvimento econômico com igualdade social, facilitando a erradicação da pobreza e, principalmente, a melhoria do bem-estar das pessoas. Qualquer ação que reduza os impactos ambientais negativos provocados pelo uso indiscriminado da natureza ajudará a melhorar a escassez ecológica. (P11)

O tema é relevante considerando que todas as nações têm o objetivo de produzir / oferecer melhores condições na qualidade de vida - saúde e geração de riqueza - e um dos pressupostos é a otimização do uso dos recursos. (P2)

Não apenas na graduação, crianças, jovens e adultos, tem tristes hábitos que somados, desconstroem, asfixiam, por isso a educação é importante e sua prática melhor que a conceituação. (P9)

De modo geral, as representações sociais da maioria dos entrevistados e dos respondentes do questionário *online* assemelham-se entre si. A relação de cuidado que têm com o meio ambiente reforça a diferenciação entre o todo e as partes, e remete a um posicionamento de fragmentação no qual cada um isoladamente faz a sua parte. Esse isolamento entre as partes conduz à perda da noção de todo, que se reflete no distanciamento

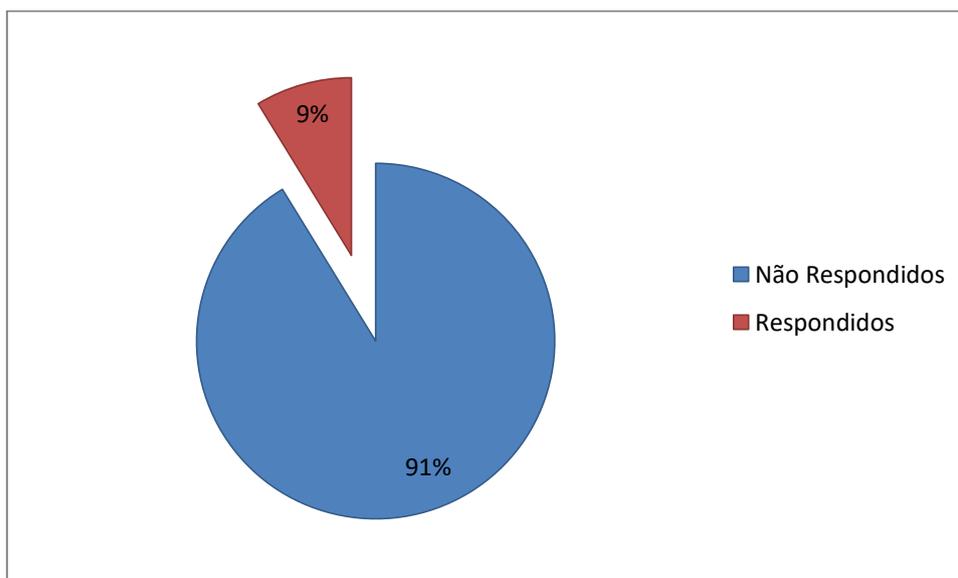
entre as diversas disciplinas, na fragmentação do saber. Mas, de acordo com Guimarães (2015), para compreender o meio ambiente é necessário entendê-lo por inteiro. Essa fragmentação do saber se apresenta na representação social de que há Áreas mais capacitadas do que outras para trabalhar as temáticas ambientais, e acaba por limitar-lhes a criatividade.

A dificuldade em reconhecer que a responsabilidade pelo meio ambiente e questões afins é comum a todos os cidadãos (brasileiros, conforme consta na Constituição de 1988, e planetários), também dificulta a compreensão de que a Área em que trabalham, não sendo das áreas Saúde e Engenharia, tem potencial para trabalhar a formação profissional aliada ao cuidado com o meio ambiente na busca pela sustentabilidade socioambiental.

De um lado, este estudo revelou aspectos importantes para o desenvolvimento de ações preocupadas com a sustentabilidade socioambiental embasada na importância da Educação Ambiental na Univille. No entanto, por outro lado, precisa-se enfatizar que existe a necessidade de se criar e desenvolver ações políticas e práticas mais efetivas e continuadas para o alcance efetivo da ambientalização curricular, no sentido de sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica sobre as questões que envolvem o meio ambiente. Nesse sentido, há de se pensar práticas fundamentadas, principalmente, nas características da Rede ACES, que poderão ser utilizadas para a promoção de novas atitudes e comportamentos comprometidos com a sustentabilidade socioambiental e que, sobretudo, reflitam na formação de cidadãos comprometidos com uma sociedade mais justa e igualitária.

3.3.2 A Educação Ambiental na Univille sob o olhar dos Profissionais atuantes na Área Socioeconômica

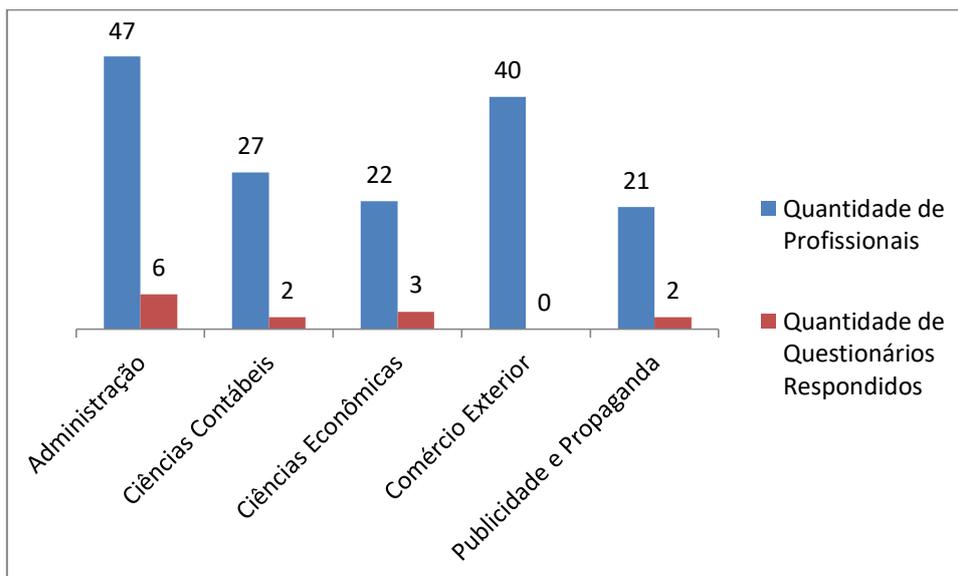
Foram enviados 157 questionários *online* (número correspondente ao total de profissionais da Área Socioeconômica, considerando-se professores e funcionários) e retornaram respondidos 15, ou seja, 9,55%, o que caracteriza baixo retorno dos questionários eletrônicos. Este dado pode ser visualmente observado no Gráfico 2. Dos 15 questionários que retornaram, quatro (27%) são de funcionários e 11 (73%) de professores.

Gráfico 2 - Aplicação dos Questionários *online*

Fonte: A Autora/2017

A relação entre a quantidade de profissionais da Área Socioeconômica e o número de respostas ao questionário *online*, por Departamento exposta no Gráfico 3 demonstra uma ausência de respostas dos profissionais dessa Área. E a ausência de respostas do Departamento de Comércio Exterior pode ser observada graficamente. No entanto, não é possível afirmar que não houve, de fato, participação dos profissionais deste Departamento na etapa da pesquisa referente à aplicação do questionário *online*, pois, ao responder o questionário, dois profissionais, sendo um funcionário e um professor, não especificaram a qual Departamento da Área Socioeconômica estão vinculados, o que pode levar a crer que sejam ligados a esse Departamento, embora não haja uma certeza.

Gráfico 3 - Relação Quantidade de Profissionais e Questionários Respondidos por Departamento

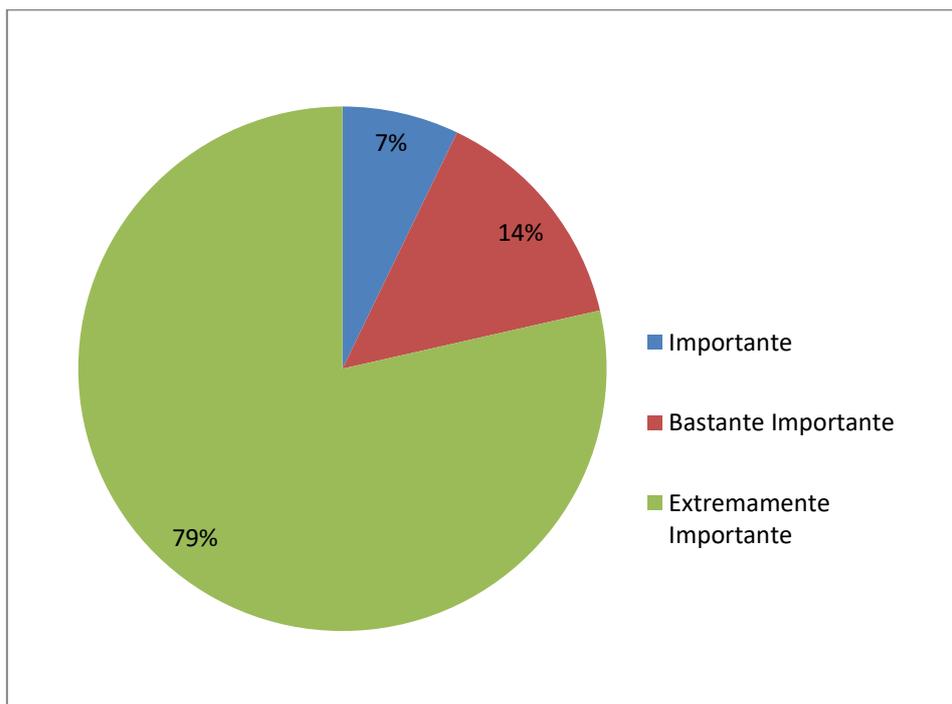


Fonte: A Autora/2017

Embora o índice de retorno dos questionários eletrônicos tenha sido baixo, apurou-se que os 15 respondentes de fato tiveram interesse em participar da pesquisa, considerando-se que todos leram e concordaram com o TCLE.

A maioria dos respondentes (79%) confere importância extrema à Educação Ambiental nos cursos de graduação da Área Socioeconômica, conforme representado no Gráfico 4. Ainda assim, um dos funcionários deixou de responder a esta questão e, por este motivo, o somatório das respostas é 14.

Gráfico 4 - Importância do tema Educação Ambiental nos cursos de graduação da Área Socioeconômica

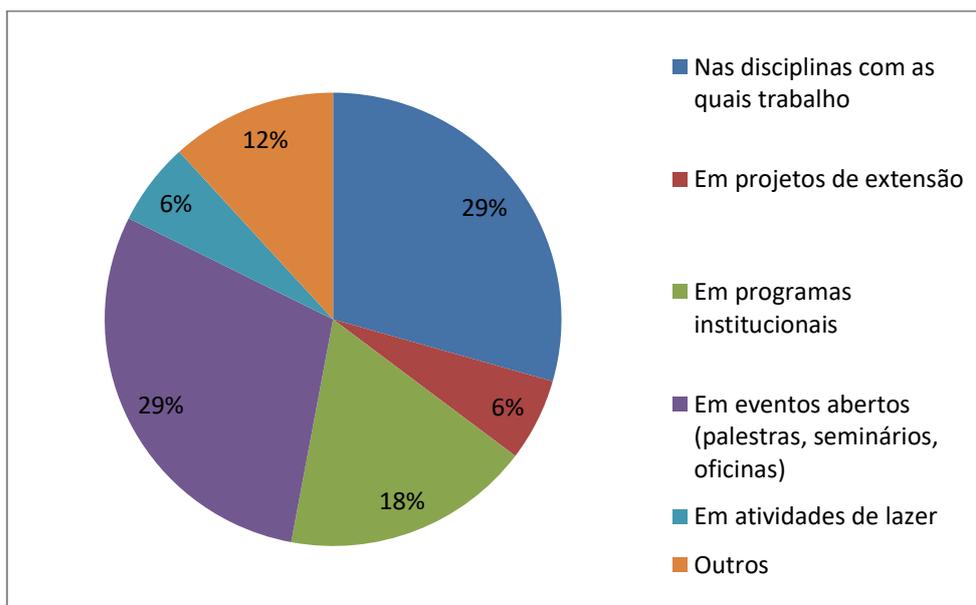


Fonte: A Autora/2017

Entre os 15 profissionais que responderam o questionário *online*, cinco (33%) deles nunca promoveram ou participaram de atividades na Univille voltadas à temática da Educação Ambiental, o que revela que dez (67%) deles já teve contato com atividades voltadas à Educação Ambiental na Instituição.

Entre esses dez respondentes que já participaram de atividades de Educação Ambiental realizadas na Univille e promovidas pela Instituição, das opções apresentadas, nenhum profissional respondeu ter promovido ou participado de trabalhos de pesquisa nem de comissões ou conselhos institucionais. Dos dois respondentes que utilizaram a opção “Outros”, um respondeu ter participado como familiar no Colégio de Aplicação da Univille e outro como assessor técnico em uma instituição externa. No Gráfico 5, onde podem ser visualizadas as atividades nas quais estiveram envolvidos os respondentes, o número de respostas excede o número de participantes, pois a questão permitia múltiplas respostas.

Gráfico 5 - Participação em atividades de Educação Ambiental realizadas na Univille

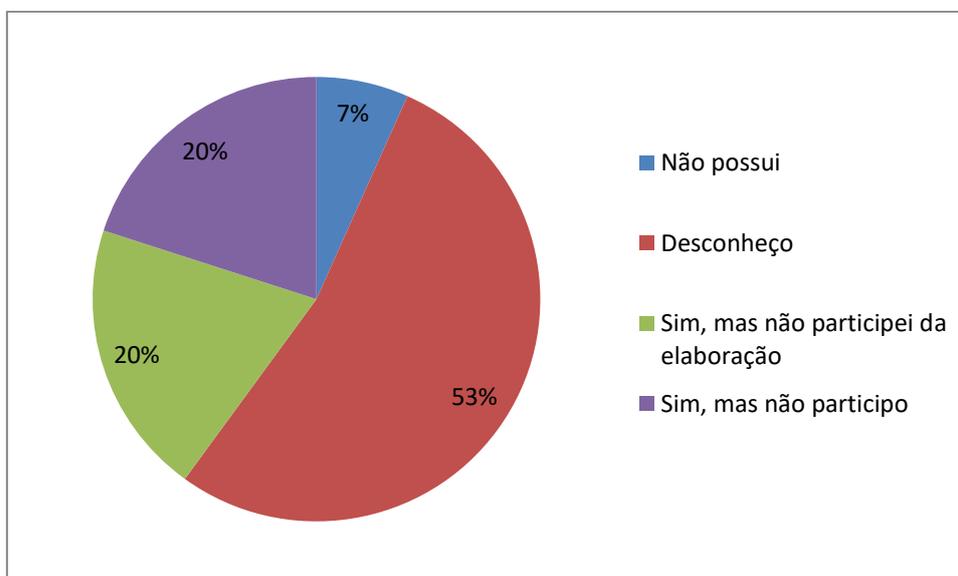


Fonte: A Autora/2017

Esse detalhamento gráfico permite visualizar que uma diversidade de atividades de Educação Ambiental já teve lugar na Instituição.

O Gráfico 6 exibe as respostas dadas pelos profissionais ao questionamento sobre a Univille ter Plano Diretor/Plano de Gestão Ambiental ou não. Nenhum profissional respondeu que a Univille possui e que participou da elaboração de Plano Diretor e/ou Plano de Gestão Ambiental.

Gráfico 6 - Conhecimento da Existência de Plano Diretor/Plano de Gestão Ambiental na Univille



Fonte: A Autora/2017

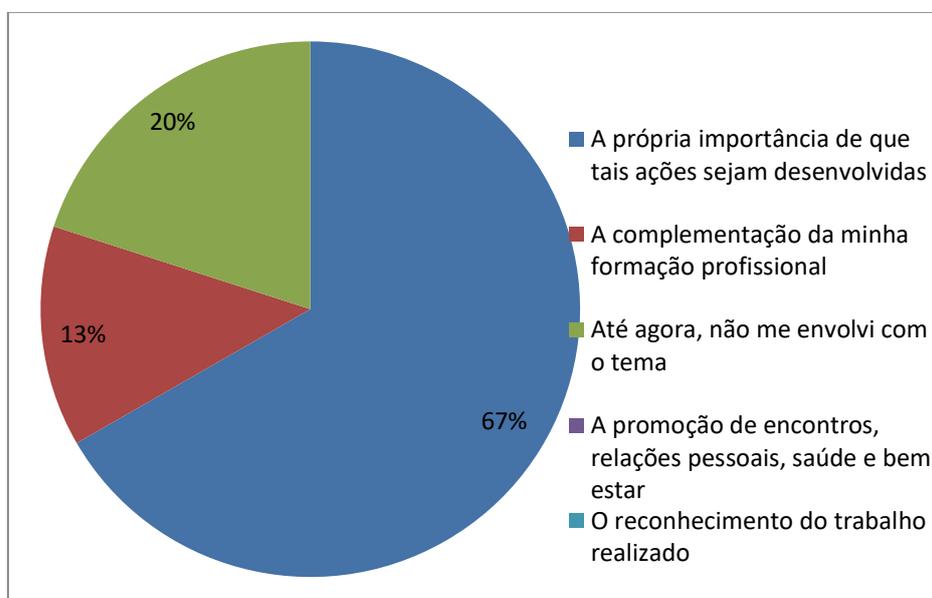
Desses dados, verifica-se que a maioria desses profissionais, nove (60%), não tem conhecimento de que a Instituição tem seu Plano Diretor Institucional (PDI) e um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Entre os que responderam afirmativamente à questão, nenhum teve envolvimento na elaboração desses documentos e nem atua junto deles.

A maioria dos profissionais respondentes, dez (67%) deles, têm a percepção de que a Univille não estimula a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação. Novamente, salienta-se que o índice de retorno dos questionários foi baixo, entretanto esses foram os dados obtidos, e o fato de 67% dos profissionais da Área Socioeconômica entenderem que a Instituição não oferece incentivo à inserção da Educação Ambiental em seus cursos pode mostrar-se como um sinal de alerta para essa questão perante a Universidade.

Mediante a apresentação de opções, 12 (80%) dos 15 profissionais responderam que poderiam ser motivados por algumas delas para promover ou participar de ações de Educação Ambiental no *campus*, conforme pode ser verificado no Gráfico 7.

Dessa questão infere-se que 80% dos profissionais consideram importantes as ações de Educação Ambiental, quer seja por sua importância no *campus* (67%), quer seja pela importância na complementação de sua formação profissional (13%).

Gráfico 7 - Motivação para participar e/ou promover ações de Educação Ambiental no *campus*



Fonte: A Autora/2017

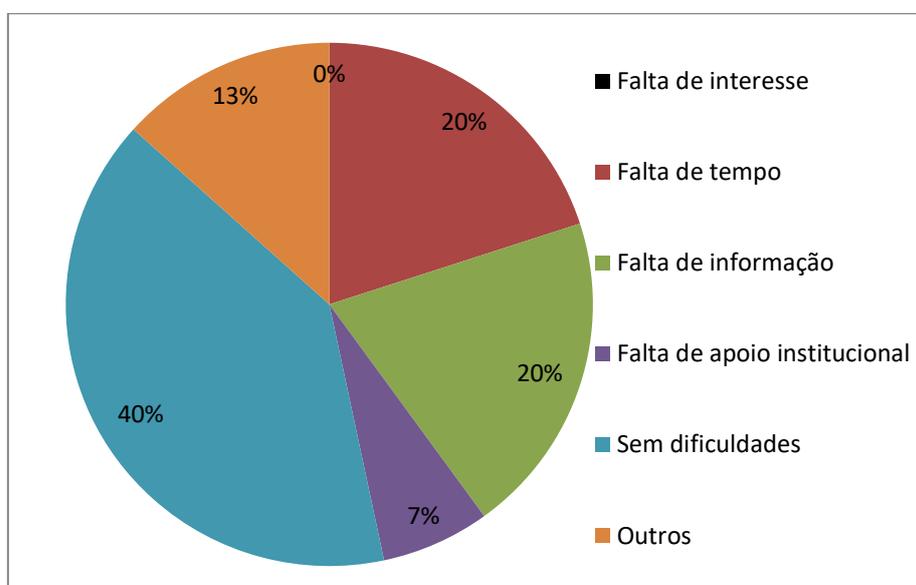
Quanto a terem recebido, ou estarem recebendo capacitação da Instituição para trabalhar com questões relacionadas à sustentabilidade socioambiental 13 profissionais (87%)

responderam não e dois (13%) responderam sim. Destes dois, um especificou palestras e o outro “Não sei dizer, talvez as oficinas” (P9). Entre os que responderam não, um deles disse “Creio que tenha recebido mas não incluí no meu propósito” (P2).

Verifica-se aqui a necessidade de inserir a Educação Ambiental na Universidade, visto que metade das respostas “sim”, pela especificação conferida, não assegura a familiaridade dos respondentes com as questões socioambientais.

As dificuldades encontradas pelos profissionais para participar de ações desenvolvidas na temática de Educação Ambiental e sustentabilidade socioambiental são demonstradas no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Dificuldades encontradas para participar em ações desenvolvidas na temática de Educação Ambiental e Sustentabilidade



Fonte: A Autora/2017

Do total de participantes, três (20%) responderam que sua dificuldade para participar de ações relacionadas à sustentabilidade socioambiental e Educação Ambiental deve-se à falta de tempo. Essa questão, a falta de tempo, emergiu também em outro momento da pesquisa, nas entrevistas gravadas com os Chefes de Departamento, o que pode constituir um indicativo para a Instituição de que a teoria presente nos documentos norteadores dos cursos, bem como da própria Universidade, pode estar em desalinho com a prática. Esta dificuldade alegada para participar de ações ofertadas pela Universidade, a falta de tempo, independente de qual seja a justificativa, pode constituir-se em um objeto de estudo para a/pela Instituição, fundamentado na legislação nacional (Constituição Federal, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, Política Nacional de Educação

Ambiental) assim como no compromisso da Universidade, em sua função e responsabilidade social frente à temática que envolve Educação Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental e Meio Ambiente.

Ainda quanto à participação em ações desenvolvidas na temática de Educação Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental, considerando-se que não houve respostas revelando falta de interesse, 40% de respostas apontaram não haver dificuldades, 7% de dificuldades foram justificadas por falta de apoio institucional e outros 10% por falta de informações, aliado ao *status* de importância extrema atribuído à Educação Ambiental por 79% dos respondentes, estes dados podem estar informando à Instituição que há uma predisposição de magnitude considerável da Área Socioeconômica para participação em ações concernentes à temática.

Por outro lado, e do mesmo modo, o baixo índice de retorno dos questionários *online*, o desinteresse caracterizado pelo despropósito manifesto nas respostas abertas do questionário *online* quanto à capacitação em Educação Ambiental também pode constituir um fator sinalizador de que a comunidade universitária carece de incentivos no sentido de mobilização e maior sensibilização para com a temática.

3.3.2.1 A Gestão Ambiental na Universidade como investimento para as Futuras Gerações

A concepção atual de mundo, “baseada nos conceitos da cidadania ecológica, da história do homem no seu *habitat* [...] e da qualidade de vida coloca a humanidade diante de questões fundamentais: a finitude e a fragilidade dos recursos naturais” (BALDIN, 2009, p.136), assim como de si mesma. No relacionamento dos seres humanos com o meio ambiente, estes vêm continuamente utilizando-o de forma a satisfazer suas necessidades, como direito adquirido. A crise ambiental que assola o planeta apresenta-se como consequência da atuação humana, pelo uso intensivo das tecnologias aliadas aos modelos de produção, acumulação, crescimento econômico e desenvolvimento industrial, materializando-se “na devastação da biodiversidade, na poluição das águas, na degradação do solo, no envenenamento do ar, na produção de lixo, na pobreza e na alienação da humanidade” (NINIS; BILIBIO, 2012, p. 50).

Há, entre os profissionais da Área Socioeconômica, o entendimento de que as atitudes humanas são diretamente relacionadas aos problemas ambientais da atualidade, como pode ser observado em alguns fragmentos de suas falas.

[...]o certo e o errado do funcionamento dos processos e a forma que você conduz suas atitudes. (F4)

[...]tudo é consequência dos nossos atos [...] (F2)

[...] crianças, jovens e adultos, tem tristes hábitos que somados, desconstroem, asfixiam [...] (P9)

[...] impactos ambientais negativos provocados pelo uso indiscriminado da natureza [...] (P11)

As consequências vão para além do meio ambiental e adentram o campo socioambiental. As práticas sociais incidem sobre a qualidade do meio ambiente, que tem relação direta com a qualidade de vida humana e, como afirma Berté (2007), quando motivadas por interesses pessoais, tornam-se conflituosas. Tome-se como exemplo a contratação de mão de obra barata de população desalojada territorialmente (FERRARO JUNIOR, 2014), caso em que a mesma contratação, por um lado gera renda e de outro promove exploração.

Augustin e Lima (2015, p. 264) vêem o Estado como “grande incentivador e articulador dessa cultura capitalista dilacerante” e questionam sua capacidade de promover efetivamente a educação ambiental e a conscientização da população quanto à preservação do ambiente, quando ele mesmo (o Estado) tem compromisso com o desenvolvimento econômico, que promove o consumo tendo em vista a arrecadação. Lima (2011) discute a questão da neutralidade, objetividade, interesses, valores, ideologias do processo educativo e expõe que

a educação é uma construção social repleta de subjetividade, de escolhas valorativas e de vontades políticas, dotada de uma especial singularidade, que reside em sua capacidade reprodutiva dentro da sociedade. Ela significa, portanto, uma construção social estratégica, por estar diretamente envolvida na socialização e formação dos indivíduos e de sua identidade social e cultural. A educação, nesse sentido, pode assumir tanto um papel de conservação da ordem social, reproduzindo os valores, ideologias e interesses dominantes socialmente, como um papel emancipatório, comprometido com a renovação cultural, política e ética da sociedade e com o pleno desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos que a compõem (LIMA, 2011, p.126).

Layrargues (2011, p.96) manifesta que “a educação ambiental pode ser tanto um instrumento de socialização humana ampliada à natureza, como um instrumento ideológico de reprodução das condições sociais”, o que corrobora a possibilidade de que a educação seja reprodutora dos interesses dominantes socialmente. Essa questão materializou-se no discurso

de um dos entrevistados, o qual expôs que discussões relacionadas à temática ambiental foram inseridas em determinada disciplina não pela importância do tema e sim em função de fatores econômicos.

O crescimento econômico tendo por base a exploração intensiva dos recursos naturais, acumulação de capital, produção e dominação induziram também a criação de uma sociedade estruturada sobre o consumo de recursos, capitais e bens (GUIMARÃES, 2015). Essa afirmação encontra eco na fala de um dos entrevistados da pesquisa.

[...] Há um desperdício em toda a cadeia produtiva [...] (C2)

A economia da atualidade, pautada no uso intensivo dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que gera lucros financeiros tem vulnerabilizado a natureza e a sociedade. Como bem observa Guimarães (2015), ainda que tenhamos poderosas tecnologias que viabilizam grandes safras, a fome persiste; mesmo com novas descobertas científicas e tecnologias no campo da biologia e da medicina, surgem doenças novas. Seguindo a lógica do pensamento do referido autor, o desenvolvimento por si só não tem sido suficiente para auxiliar a sociedade, já que a mesma economia que sustenta o sistema também sustenta a pobreza. Embora o desenvolvimento econômico, tecnológico e científico seja fator importante para a sociedade, ainda assim é preciso que o desenvolvimento seja sustentável.

Em 1987, a partir do Relatório *Brundtland (Our Common Future)*, materializou-se o termo desenvolvimento sustentável (BRUNACCI; PHILIPPI JR, 2014), definido como aquele desenvolvimento capaz de assegurar a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras (*OUR COMMON FUTURE*, 1987). Esse cuidado para com as próximas gerações aparece no discurso dos participantes da pesquisa, com enfoques no futuro, no futuro das próximas gerações e no futuro das próximas gerações e do planeta.

[...]garantir um futuro melhor [...] (F2)

[...]preservar os ambientes atuais para as gerações futuras [...] (P3)

[...]sempre se preocupando com as futuras gerações, com a energia renovável, com a sustentabilidade do planeta [...] (C2)

A preocupação com a energia renovável está inclusa também no Relatório *Brundtland*, que expressa que o desenvolvimento sustentável não é um estado de constante harmonia e sim

um processo de mudanças em que a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação da criação de novas tecnologias e as alterações institucionais são compatíveis com as necessidades do futuro assim como com as do presente. Não há como abstrair a exploração dos recursos do meio ambiente, porém é preciso usá-los de modo responsável, de forma a não esgotá-los e permitir sua recomposição, para viabilizar o desenvolvimento sustentável, expresso por Carvalho (2008) como aquele que leva em conta a relação harmônica entre desenvolvimento, natureza e sociedade.

A adequação dos padrões de vida, produção e consumo é condição necessária ao enfrentamento da atual problemática - socioambiental, que exige sensibilização do poder público e da sociedade, o compartilhamento de ações e objetivos, bem como o olhar para as interações que acontecem nos meios social, físico e natural (BERTÉ, 2007). Motivadas, assim, por impactos socioambientais e problemas sociais que vem se evidenciando e agravando na sociedade, instituições e organizações tem fomentado discussões visando encontrar maneiras de englobar na sociedade a sustentabilidade socioambiental (CALIXTO *et al.*, 2014).

Torna-se, então, imprescindível a participação coletiva dos cidadãos nas decisões que envolvem o uso dos recursos ambientais e que afetam a qualidade do meio ambiente (BERTÉ, 2007) uma vez que o tratamento da problemática depende diretamente de atitudes que, por sua vez, interferirão na qualidade de vida e do meio ambiente, que é um bem comum. Visto que “a preocupação com o meio ambiente deixou de ser uma função exclusiva de proteção para tornar-se também uma função da administração” (SEIFFERT, 2014, p.50), apresenta-se a gestão ambiental como uma das ferramentas da Educação Ambiental.

Nessa direção, Dias, Melo e Marques (2015, p.60) definem a gestão ambiental como “um conjunto de atividades de funções gerenciais, que determinarão a política ambiental, os objetivos, as responsabilidades, colocando em prática através do sistema, planejamento, controle e gerenciamento ambiental”.

O conceito de gestão ambiental constituiu-se com a colaboração de várias áreas de conhecimento, e evoluiu a partir das necessidades vinculadas aos sistemas de saneamento básico até alcançar o enfoque de gestão, oriundo da engenharia de produção e da administração. Atualmente, o conceito de gestão ambiental se encaminha rumo ao compartilhamento de gestão entre os diversos atores e respectivos papéis (SEIFFERT, 2014).

Embora a dimensão ambiental tenha sido inserida nas políticas públicas, faz-se imprescindível maior articulação entre a Política Nacional de Educação Ambiental e as demais políticas (RUSCHEINSKY; GUERRA; FIGUEIREDO, 2015). Para cumprirem com

sua função e promover a qualidade ambiental, as políticas públicas devem ser entendidas e trabalhadas de maneira inter e transdisciplinar, de forma a articular a política ambiental com as de saúde, educação, agricultura, social, fiscal, industrial e demais, de modo que sejam todas fortalecidas (FERRARO JUNIOR, 2014; RUSCHEINSKY; GUERRA; FIGUEIREDO, 2015).

Entende-se, dessa maneira, que Políticas públicas têm por função

responder às injustiças sociais. Formam um instrumento que vai além da atuação de governos temporários, tornando-se a expressão do Estado por excelência [...] Também devem ser entendidas como fator fundamental na defesa dos direitos humanos e no desenvolvimento pleno das potencialidades de todo cidadão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.31).

A política e a gestão ambiental pública avançaram, “com os marcos legais, com as instituições governamentais, com quadros concursados, recursos públicos e colegiados ambientais e de recursos hídricos estabelecidos” (FERRARO JUNIOR, 2014, p.270). No entanto, a setorialização promovida pelo Estado é dúbia, por vezes fragiliza a questão ambiental em vez de fortalecê-la, por exemplo: quando oferece crédito agrícola e este é utilizado de forma que financie o desmatamento. Deste modo, a agenda ambiental tanto problematiza quanto desafia a natureza do Estado moderno (FERRARO JUNIOR, 2014).

À população, por vezes, é custoso perceber a relação entre ações antrópicas imputadas ao meio ambiente e suas consequências. Diversas razões colaboram para isto, entre elas: muitas consequências não serem visíveis exatamente no local da causa e sim a uma longa distância, temporal e/ou geográfica; as pessoas não conseguirem fazer a relação direta entre causa e consequência; a crença de que os recursos naturais são inesgotáveis; e a sensação de impotência dos indivíduos frente ao poder econômico e/ou político dos responsáveis pelas ações de degradação do meio ambiente (QUINTAS, 2009; BERTÉ, 2007). Visando um melhor entendimento de questões como essas, é importante que sejam contempladas ações, pela gestão ambiental, que ampliem o foco da educação ambiental para além da exploração dos recursos naturais, direcionando-o para todas as atitudes do cotidiano. A importância de ações nesse sentido evidenciou-se na fala de um dos participantes da pesquisa.

[...] que realmente mostre da importância do aprofundamento disso, e de onde a gente pode chegar [...] (C1)

[...] criar uma conscientização nos próprios acadêmicos e nos professores [...] (C2)

Com o olhar ampliado para a própria realidade (local), a comunidade poderá ser encorajada a exercer o controle sobre questões que estejam, de fato, ao seu alcance, aproximando-a da concretude da educação ambiental. Os hábitos de consumo podem servir de exemplo, uma vez que podem ser regulados pelo consumidor e ter impactos diversificados. Araújo (2015) aposta na busca (de) e adesão a instrumentos mais eficazes na proteção ambiental e na mudança de posicionamento do consumidor perante o mercado de consumo, assumindo eticamente uma postura para além do conhecimento.

A dimensão político-pedagógica da Educação Ambiental diz respeito à educação crítica para a cidadania “que inclui como objeto de direitos a integridade dos bens naturais não renováveis, o caráter público e a igualdade na gestão daqueles bens naturais dos quais depende a existência humana” (CARVALHO, 2012, p.165). Igualdade na gestão compreende não somente o direito a gerir, mas também o dever de responsabilização pelas consequências, que inevitavelmente recairão sobre a sociedade afetando sua qualidade de vida. Essa noção de direitos e deveres fez-se presente no discurso de um dos profissionais participantes da pesquisa.

[...] dever de construir [...] direito de desfrutar [...] (F2)

Um sistema de gestão ambiental, conforme Oliveira e Pinheiro (2010, p.52) “objetiva dotar as empresas de instrumentos que permitam reduzir os danos ao meio ambiente, mas de modo que seus benefícios excedam aos custos de sua implantação”. A gestão ambiental empresarial já foi incorporada também às instituições de ensino superior. As universidades, tanto pelos aspectos que as assemelham aos centros urbanos, quanto por sua função enquanto instituição de ensino, assim como as empresas podem fazer uso da gestão ambiental para efetivarem seu compromisso com a sustentabilidade.

A função primordial da universidade é “ser um lugar exemplar para e da sociedade” (SCHENK; RANIERI, 2014, p.257). Em um movimento fundamental à integração da gestão ambiental aos pilares das universidades, essas vêm incorporando a temática da sustentabilidade socioambiental à tríade ensino, pesquisa e extensão (BALDIN; CARLETTO, 2015). A gestão ambiental no contexto das instituições de ensino superior, como explanam Baldin, Heidemann e Galli (2017, p.115), “tem como foco a análise do meio ambiente a partir da interação entre os aspectos econômico, social e cultural e essencialmente o educacional”.

A mobilização das instituições de ensino superior em direção à sustentabilidade vem sendo solicitada em conferências e eventos, a partir dos quais “são convocadas a assumir

compromissos de mudança na gestão, no ensino, na pesquisa e na extensão, bem como em seus procedimentos administrativos, que colaborem para a construção da sustentabilidade” (VIEGAS *et al.*, 2015, p.12). E a participação das universidades no processo de conscientização da sociedade é resultante

também, das expectativas advindas dos grupos sociais, usuários dos serviços oferecidos pelas IFES, que esperam que tais organizações, por possuírem um capital intelectual diferenciado e serem centros promotores de ensino, pesquisa e extensão, possam posicionar-se à frente dos processos de aquisição de novos valores, princípios e formas de funcionamento, e que, com renovados modelos de gestão possam multiplicar ideias novas na sociedade (VIEGAS *et al.*, 2015, p.8).

Diversos elementos da legislação brasileira constituem fundamento para que as instituições de ensino superior pautem suas ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão na busca e incentivo à sustentabilidade socioambiental, entre eles: a Lei nº 6.938/1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, constituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Cadastro de Defesa Ambiental (BRASIL, 1981); a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que no capítulo VI (Do Meio Ambiente) em seu artigo 225 determina que o dever de defender e preservar o meio ambiente para a atual e as futuras gerações é do Poder Público e da coletividade (BRASIL, 1988); a Lei nº 9.795/1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental e o Decreto 4.281/2002 que a regulamentou; o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA (2004); e a Resolução nº 2/2012 CNE/CP que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – DCNEA.

Brandli *et al.* (2008) observam que nas instituições de ensino superior as atividades foco: ensino, pesquisa e extensão, e a operação dos campi, muitas vezes concretizam-se como práticas isoladas, sem o direcionamento de uma gestão ambiental. Os autores defendem que “deve-se implantar um plano de gestão ambiental para o campus, que tenha definido uma equipe responsável, que desenvolva uma política ambiental, uma análise crítica das condições atuais e de melhoria, e uma gestão baseada no melhoramento contínuo” (BRANDLI *et al.*, 2008, s.p.). Tal como referem os autores, as entrevistas e os questionários respondidos para esta pesquisa evidenciam que na Área Socioeconômica da Univille ocorrem práticas isoladas (C2, C3) evidenciando também que há entendimento da necessidade de ações conjuntas (C2) .

[...] são atividades talvez isoladas, não que fazem parte de um conjunto, mas são ações que vão acontecendo [...] (C3)

*[...] aqui no departamento manter uma política de organização, de racionalização na utilização de recursos, de não desperdício, conscientização pra usar bem [...]
[...] se as pessoas não se conscientizarem, não adianta eu ter alguns programas formais aqui, pontuais, específicos ou esporádicos. (C2)*

De maneira similar à que ocorre na sociedade, “a gestão ambiental dos *campi* universitários já é uma realidade em muitas das IES brasileiras, as quais têm desenvolvido e aplicado práticas de gestão que propiciam tanto adequação às normas ambientais como oportunidades de ensino e aprendizagem” (KITZMANN; ANELLO, 2014, p.248). Nesse sentido, a concretização da gestão ambiental nas universidades pede um modelo de política ambiental das universidades, o qual engloba algumas temáticas, “entre elas a eficiência energética, os cuidados com os recursos hídricos, a regulamentação do uso de materiais impactantes, a gestão responsável, o consumo e descarte responsável, coleta seletiva e tratamento de esgotos” (RUSCHEINSKY; MEDEIROS, 2015, p.135).

A estrutura das universidades assemelha-se a de núcleos urbanos. Além de ensino, pesquisa e extensão, contam com uma infraestrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, coleta de lixo, sistemas de esgoto, transporte, segurança além de comportarem restaurantes, agências bancárias e diversos serviços de apoio à comunidade (BRANDLI *et al.* 2008).

Os fluxos existentes nos *campi* universitários, assim como na realidade dos centros urbanos, geram impactos ambientais (BRANDLI *et al.*, 2008; GUERRA *et al.*, 2015) e “a comunidade universitária que convive no campus interage com os fluxos de matéria e energia, consome bens e serviços naturais e produz resíduos e impactos ambientais como um município” (GUERRA *et al.*, 2015, p.16). Com esse entendimento, a política ambiental, articulada com responsabilidade social nas instituições de ensino superior, configura uma gestão ambiental exercida de maneira eficiente, compartilhada e integral, cujas contribuições objetivam atender amplamente os usuários, interna e externamente (RUSCHEINSKY; MEDEIROS, 2015).

A falta de informação, de consciência ambiental, de envolvimento e de participação em práticas junto à comunidade, condiciona os cidadãos a uma postura dependente e desresponsabilizada, que não os estimula a participar da gestão ambiental (JACOBI, 2003). É fundamental compreender que, nesse contexto, a participação das pessoas é uma característica aprendida, não inata, que vai sendo aprimorada conforme é praticada (QUINTAS, 2009), sendo assim, as pessoas precisam ser educadas para a participação. Esse tipo de postura, representada nas falas de alguns dos Coordenadores de Curso da Área Socioeconômica da

Univille, exibem um olhar para as atitudes da comunidade universitária e a necessidade de ações de gestão que possam vir a conscientizar os indivíduos da responsabilidade coletiva nas práticas simples do cotidiano da Universidade tal qual em suas vidas privadas.

[...] professor que de repente acabou a aula às 22 horas, e o cara vai passar para apagar às 22h30. Ele poderia desligar, apesar de se passar recado para ele, ele não tem isso memorizado. Não faz parte [...] na nossa casa, que tu vê uma luz acesa tu vai lá e desliga [...] (C3)

[...] é um tema recorrente, mas que a gente também tem muitas dificuldades. [...]Então acho que em parceria com outros departamentos, com outros cursos, com a própria gestão da universidade [...] até pela racionalização dos custos e pela sustentabilidade da própria organização. (C2)

Portanto, os espaços e atividades das instituições de ensino superior podem ser trabalhados pela gestão ambiental para funcionar como modelos sustentáveis, perpassando a teoria pela prática, dando exemplos de gestão ambiental à comunidade (TAUCHEN; BRANDLI, 2006), viabilizando sua participação e fortalecendo seu interesse em todos os processos da gestão ambiental na instituição de ensino superior. Nesse encaminhamento, Layrargues (2012, p.97) entende a gestão ambiental como “um processo de mediação de conflitos e interesses”. A participação da comunidade nos processos de gestão ambiental é de fundamental importância, visto que os modelos aprendidos e vivenciados na universidade poderão ser amplamente replicados na sociedade.

Assim como cabe ao Estado “criar condições para transformar o espaço “técnico” da “gestão ambiental” em espaço público” (QUINTAS, 2009, p.55 grifos do autor) para possibilitar intervenção qualificada aos atores sociais que não contam com meios materiais, capacidade cognitiva e organizativa para defender suas necessidades e posicionamentos, também cabe à universidade transformar o seu espaço. A abertura da universidade para a democratização da gestão, ao possibilitar o envolvimento da comunidade de maneira dialógica, ética e complexa promove sua aproximação dos objetivos da instituição, permitindo apropriação e comprometimento para com eles (TONSO, 2012).

[...] o docente absorver mais que ele é um ente colaborador para esse ecossistema todo e que de repente ele tem que cuidar mais de uma luz, de um Datashow [...] enquanto tiver de 600, 50 que não fazem, 30 que não fazem, ainda precisa fazer uma campanha (C3)

As pessoas conseguem se identificar com as causas e movimentos à medida que se sentem incluídas e que esses passem a fazer sentido frente a suas realidades concretas. Nesse encaminhamento, a incorporação da gestão ambiental ao ensino, pesquisa e extensão na universidade poderá conferir maior eficácia às reflexões e ações promovidas institucionalmente. Por intermédio de ações práticas de gestão ambiental na universidade a comunidade pode vivenciar situações que possibilitem identificação e estimulem seu engajamento.

Na gestão ambiental com a participação da comunidade universitária, esta pode colaborar na identificação das demandas, nas propostas e sugestões de soluções, assim como acompanhar o desenvolvimento das ações e avaliar eficiência e eficácia da intervenção realizada. Deste modo, cria-se “uma atmosfera na qual o usuário se sente envolvido para intervir e adequar o sistema” (SCHENK; RANIERI, 2014, p.254). Do mesmo modo, é importante a participação da sociedade civil, uma vez que “o olhar de fora do sistema universitário poderia trazer fatores novos, não condicionados pelos pontos de vista ou interesses internos” (KITZMANN; ANELLO, 2014, p.250).

A qualificação e conscientização dos cidadãos constitui-se em um meio de fortalecê-los e empoderá-los para participar da construção de uma sociedade conhecedora da própria realidade, em que os cidadãos saibam como e tenham condições de exigir seu direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como atuar de forma ética e justa no desempenho de suas funções sociais, entre elas o uso dos instrumentos de gestão, visando à sustentabilidade socioambiental, o que pode vir a constituir-se em um legado para as futuras gerações.

3.3.2.2 A Educação Ambiental e as mudanças de Atitude diante do Meio Ambiente e da Saúde

Como se lê em Minayo (2015) saúde e meio ambiente são intimamente ligados, tanto que alterando-se as condições em um dos sistemas os reflexos estendem-se também ao outro (PILON, 2014). Essa condicionante é expressa também por Gouveia (1999) que associa poluição, violência e pobreza à queda na qualidade de vida e insalubridade dos ambientes das cidades.

A consciência de que há problemas e perigos ambientais ameaçando o planeta deriva dos anos 1970 (GUIMARÃES, 2015; TRISTÃO, 2012). A relação entre saúde/doença, meio

ambiente e desenvolvimento estabeleceu-se oficialmente em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e, desde então, o meio ambiente constitui-se como determinante para a saúde e qualidade de vida dos seres vivos (PELICIONI, 2014). Os participantes desta pesquisa abordam brevemente a interdependência entre saúde e desenvolvimento socioeconômico, o que possivelmente condiciona-se ao fato de que prevalece na Área Socioeconômica da instituição uma representação social que imprime maior responsabilidade às áreas da saúde quanto ao tratamento das questões ambientais.

Na já citada conferência de 1972, os países participantes discutiram a interferência das questões políticas, sociais e econômicas no meio ambiente na busca por soluções corretivas e de recuperação da saúde ambiental do planeta, considerando-se a educação ambiental como meio necessário para tal intento. Em 1977, na I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, evidenciou-se a necessidade de que todos os países se relacionem de maneira ética, solidária e equânime em função de defender e melhorar o meio ambiente visando às gerações futuras (PELICIONI, 2014).

Desde a década de 1980 que na área da saúde vem acontecendo Conferências Internacionais sobre Promoção de Saúde, as quais incluem o meio ambiente como fator condicionante. Em 1986, na primeira Conferência já se contemplou o conceito ampliado de saúde entendendo que esta resulta da conjugação das condições de vida e do meio ambiente e, entre os requisitos fundamentais para sua manutenção, encontra-se a conservação de um meio ambiente saudável. Em 1988 aconteceu a segunda Conferência, cujos debates centralizaram-se em políticas públicas de saúde e meio ambiente. A terceira Conferência ocorreu em 1991 e tinha por objetivos a criação de ambientes favoráveis à saúde (físicos, sociais e econômicos) compatibilizados, esses, com o desenvolvimento sustentável. A quarta Conferência, em 1997, reafirmou a saúde como direito, e essencial para que uma nação alcance desenvolvimento social e econômico, e definiu-se que a degradação ambiental e a pobreza são as maiores ameaças à saúde. A quinta Conferência, em 2000, apontou a necessidade de que as comunidades tenham ampliadas suas capacidades a fim de sustentarem um meio ambiente que seja saudável e promotor de saúde. A sexta Conferência, em 2005, identificou meios de abordar os determinantes da saúde. A sétima Conferência, em 2009, buscou encontrar estratégias e firmar compromissos visando minimizar os entraves para a promoção em saúde na implantação em saúde e em ambiente; E a oitava Conferência, em 2013, que visou discutir como promover a inclusão e a integração da saúde, prioritariamente, às demais políticas (PELICIONI, 2014).

Percebe-se que tanto as pautas de discussões na área da Saúde quanto as de Meio

Ambiente tratam da relação entre saúde e meio ambiente, considerando a necessidade de encontrar uma forma de desenvolvimento que promova a qualidade de vida para todos. As questões ambientais não se restringem a um *locus*, abrangem todo o planeta, interferem na vida da população de tal maneira que sua dimensão pode ser equiparada à da globalização (TRISTÃO, 2012), e do mesmo modo as questões ambientais também estão sujeitas aos ditames da globalização do capital.

No passado não muito distante uma carta despachada via correio demandava espaço para armazenagem, deslocamento e entrega, assim como demandava um intervalo de tempo para percorrer o trajeto entre remetente e destinatário. Na atualidade, com o advento da internet, grande volume de informações é repassado de um lado a outro (de remetente a destinatário), de e para qualquer local do mundo, quase que instantaneamente, sem demandar espaço físico senão aquele ocupado pelos aparelhos transmissores.

Os avanços tecnológicos proporcionados pela ciência trouxeram inovações, e junto delas novas perspectivas de tempo e espaço (NASCIMENTO-SCHÜLZE, 2000; NOAL, 2012; TRISTÃO, 2012). Essas novas técnicas “representam a orientação de um processo que atua modificando todos os setores produtivos e influenciando radicalmente o processo de mundialização cultural através da disponibilidade de infraestrutura material para a sociedade” (NOAL, 2012, p.75). E devido à disponibilização virtual de acesso e informações, esse processo promove a sensação de que se está inserido em todos os lugares, ocasionando enfraquecimento dos referenciais coletivos levando a um individualismo caracterizado pela falta de identidade, conforme explica TRISTÃO (2012, p.214):

Ao mesmo tempo em que existe essa dominação pelo espaço/natureza, que confere ao sujeito um sentido de emancipação, também há a necessidade de dominação do tempo e a sensação de ser dominado por ele. Esse paradoxo parece provocar uma ansiedade e um incremento de velocidade na vida do indivíduo, uma sensação de falta de tempo e de limitações temporais. Isso muda a concepção e a intensidade do tempo vivido e, como consequência, mudamos a maneira de representar o mundo à nossa volta e, o que é mais difícil ainda, de dimensionar a amplitude dessa mudança (TRISTÃO, 2012, p.214)

Em função do rompimento com o local em nome da união com o global, influenciado pela globalização, entende-se que a relação de pertencimento com o local vai sendo fragilizada, e a representação social que se tem quanto à velocidade e à forma de transmissão das informações causa uma sensação de que está tudo perto e acessível. Hoje, por meio de um toque ou comando, tem-se a sensação de que o espaço ficou reduzido, e isso incide no

imediatismo e na fragilidade de vínculos que caracterizam a sociedade contemporânea (TRISTÃO, 2012). Uma sociedade em que o contato humano real vem se modificando cedendo lugar aos contatos virtuais, em que a exacerbação do individualismo gera desconsideração para com as necessidades alheias, impactando sobremaneira na saúde e no meio ambiente. Essas atitudes fazem jus à reorientação de valores e investimentos em “construção de saberes que efetivem uma consciência ambiental que leve a ações comprometidas e orientadas pela busca da sustentabilidade socioambiental” (BALDIN; HEIDEMANN; GALLI, 2016, p.54).

Os avanços tecnológicos da modernidade encantam, e não se pode desconsiderar seus aspectos positivos (PENTEADO, 2010), um dos quais é explícito na representação social de um dos participantes da pesquisa quando esse destaca que a tecnologia é uma possível ferramenta de Educação Ambiental na universidade. Em especial, para a busca pela sustentabilidade socioambiental e pela sustentabilidade da própria instituição.

[...] numa reunião, com 30, 40 pessoas, olha assim e vê que 25 imprimiram a pauta da reunião, enquanto elas poderiam ter num smartphone a pauta [...] (C3)

[...] trabalhar muito pelos meios virtuais, talvez seja o caminho básico, como uma forma de contribuição, não que seja grande, mas é uma forma de contribuição. (C3)

Porém, não se pode esquecer de avaliar a existência intrínseca de aspectos negativos nos avanços tecnológicos, por vezes camuflados, pois o progresso, de modo geral é visto pela população como benéfico, tendo em conta apenas o que se apresenta, deixando de reconhecer que há aspectos velados que inevitavelmente virão a se manifestar. Nesse entendimento, Luzzi (2014, p.460) orienta que

nesse cenário de sucessos e padecimentos humanos, deve-se encontrar um novo conceito de segurança humana, um novo paradigma; um novo modelo de desenvolvimento que: Coloque o ser humano no centro do desenvolvimento. Considere o crescimento econômico como um meio e não um fim. Proteja a vida das futuras gerações, e igualmente a das atuais. Respeite os sistemas naturais dos quais dependem todos os seres vivos.

Esse contexto sugere a importância da Educação Ambiental. E os participantes da pesquisa reforçaram essa visão enfatizando que a Educação Ambiental é uma alternativa possível que vai ao encontro dessas necessidades apontadas por Luzzi (2014).

Trata-se de um processo estruturado de educação que visa desenvolver e preparar indivíduos preocupados [...] (P6)

É um processo educativo através de métodos os mais diversos, com embasamento científico, visando a formação de pessoas capazes de [...] (P8)

É notório que se chegou a um estado em que é preciso educar a sociedade para o respeito à vida, à natureza, às diferenças, para o consumo responsável, para a ética, a cidadania e a globalização, para a valorização da simplicidade, da solidariedade, da cultura, das tradições, tendo como meta formas alternativas de desenvolvimento e sociedade. É por meio da educação que “as pessoas desenvolvem competências para analisar e solucionar seus problemas e assumir o controle e a responsabilidade sobre sua própria saúde e a saúde da comunidade” (PELICIONI, 2014, p.489). E esse entendimento é visível nas representações sociais expressas pelos participantes da pesquisa.

A Educação Ambiental é um tema transversal e interdisciplinar a ser abordado de forma dialógica na escola [...] de forma que promova a educação para o respeito à vida [...] (P5)

[...] Quando eu lido com um acadêmico estou lidando com educação [...] que as pessoas saiam e multipliquem isso na sociedade, nas empresas, nas instituições, nas organizações [...] de forma que promova a educação para o respeito à vida [...] (C2)

Dirigindo-se a essas questões (mas não somente a essas) encontra-se, portanto, a Educação Ambiental, que “abarca múltiplas dimensões em sua concepção teórica, em suas práticas e no diálogo constante entre teoria e prática” (MAGOZO, 2014, p.491). Segundo o entendimento de Guimarães (2015, p.48), a Educação Ambiental

vem sendo delineada como eminentemente interdisciplinar, orientada para o enfrentamento de problemas locais contextualizados numa realidade global. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. É transformadora de valores e atitudes individuais e coletivas por meio da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas entre ser humano/sociedade/natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da melhoria da qualidade de todos os níveis de vida.

Ainda em 1977, quando da I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, a educação foi considerada

fundamental para a formação da consciência e da construção de

conhecimentos que possibilitem melhor compreensão das causas e consequências dos problemas que afetam o meio ambiente no contexto de suas realidades específicas, bem como para o desenvolvimento de competências, não só para a defesa, proteção e recuperação das áreas ambientais, mas, principalmente para a melhoria da qualidade de vida, somente alcançada por meio da transformação da realidade social vigente (PELICIONI, 2014, p. 479).

No documento resultante da I Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde e Meio Ambiente realizada em Ottawa - Canadá, 1986, a Carta de Ottawa, encontra-se registrado que é necessário capacitar a população a fim de que esta possa melhorar e monitorar suas condições de saúde, considerar as diversas realidades e que aprendam tantas variadas maneiras de atender suas necessidades (PELICIONI, 2014). A Educação Ambiental, pois, representa “uma perspectiva transformadora e multicultural, insere-se na busca de alternativas aos processos homogêneos de desenvolvimento econômico e cultural que a globalização impôs e generalizou como únicas possibilidades” (TRISTÃO, 2012, p.213). Apresenta-se, aqui, portanto, a necessidade de se encontrar modelos alternativos de desenvolvimento econômico, social e cultural que sejam compatíveis com as necessidades atuais, que permitam a promoção do desenvolvimento à mesma medida em que propiciem a sustentabilidade. Visa-se assim sanar demandas da atualidade de forma a se preservar a capacidade de que as gerações vindouras também tenham a possibilidade de atender às suas demandas no futuro.

Preocupada com a sociedade do futuro sem despreocupar-se da sociedade do presente, a Educação Ambiental

objetiva a transformação da sociedade em busca de um presente e de um futuro melhor. É uma educação para o exercício da cidadania, que se propõe a formar pessoas que assumam seus direitos e responsabilidades sociais, a formar cidadãos que adotem uma atitude participativa e crítica nas decisões que afetam sua vida cotidiana (LUZZI, 2014, p.447).

Atitudes participativas e críticas neste contexto são dependentes de conscientização e de pensamento crítico. Na ausência de conscientização, o pensamento crítico não é fortalecido e motiva tão somente a crítica pela crítica. Esse pensamento (crítico) precisa ser fomentado nas pessoas, para que essas possam avaliar o que entendem por desenvolvimento, necessidades e qualidade de vida, considerando não apenas o que aparenta, mas o que é oculto, priorizando, adequadamente, suas atitudes e visando o bem comum.

As pessoas precisam ser conscientizadas da necessidade de mudanças de atitude diante da saúde e do meio ambiente. Mas, como previnem Sato e Passos (2011, p.249), “nenhuma pessoa pode dar consciência a outra. Somos seres historicamente construídos e capturamos a

realidade na medida em que somos capazes de concebermo-nos em nossos próprios mundos”. Essa consideração aponta para o campo subjetivo, que não pode ser desconsiderado, uma vez que “sem sonho ou imaginação e sem o enfrentamento das dificuldades que o desejo de mudança impõe ao ser humano, mulheres e homens não transformam e não são transformados” (MAGOZO, 2014, p.498).

Cada indivíduo vivencia a própria realidade de acordo com seus valores, geralmente os do espaço onde está inserido, os quais ditam as necessidades e promovem os desejos. Sato e Passos (2011, p.255-256), têm em consideração que

a dimensão política destaca que diferentes povos têm seus próprios sistemas de valores, conceitos de liberdade, democracia e direitos. A dimensão econômica dita que cada país ou região define um estilo econômico adaptado à sua cultura, capacidade científica e tecnológica e escala de valores. Nesse contexto, a educação ambiental deve considerar que a criação de uma sociedade cidadã requer modificações, não somente no plano ecológico da manutenção dos ecossistemas, mas também na avaliação dos valores políticos e culturais que determinam a relação com a natureza. A educação ambiental não deve ser direcionada unicamente para a sensibilização nas escolas, pois não são somente crianças e jovens que manifestam cuidados ecológicos. Além disso, os conhecimentos sistemáticos e organizados em currículos não são os únicos a gerar habilidades e competências. A responsabilidade pertence a todos, pela busca da cidadania que possibilite a construção de um Brasil ecologicamente mais equilibrado e com menos desigualdades sociais.

Carvalho (2012) orienta cautela na ênfase à mudança de comportamentos por meio da Educação Ambiental, pois a mudança no comportamento nem sempre conduz à formação de atitude orientada para a cidadania ecológica. A autora esclarece que a ênfase à mudança comportamental na educação fundamenta-se teoricamente na psicologia comportamental, quando esta é aplicada ao campo da educação. Também esclarece que essa orientação comportamental acredita em um sujeito racional, cujo comportamento pode ser induzido por meio de processos atuantes no campo da razão, desconsidera os complexos condicionantes da ação humana, e pode levar a pontuais modificações de comportamento que não impliquem em transformações significativas em relação ao ideário da Educação Ambiental.

Outras abordagens se contrapõem à visão comportamental e que são chamadas pela autora de orientações crítico-reflexivas, as quais consideram que aprender consiste em um “ato cultural, sempre contextualizado, inserido em um universo simbólico dos sentidos sociais, individuais e coletivos, que o próprio da ação humana é atribuir sentidos à realidade” (CARVALHO, 2012, p. 187) e que entendem o sujeito como “leitor do mundo e produtor de novos sentidos” (CARVALHO, 2012, p. 187). Nessas abordagens, ainda, segundo a mesma

autora, a educação consiste em um ato político, o indivíduo é tido como ser social e cultural e a intencionalidade pedagógica objetiva formação de atitudes.

A consciência dos riscos e a informação objetiva são importantes, mas desde que sejam acionadas em um contexto de relações de aprendizagem no qual se favoreça, sobretudo, a capacidade de ação dos sujeitos no mundo e sua vinculação afetiva com os valores éticos e estéticos dessa visão de mundo (CARVALHO, 2012, p.189).

E ainda Carvalho (2012) alerta-nos, também, que o condicionamento promovido pela tendência comportamental da Educação Ambiental, para alcançar comportamentos ambientalmente corretos por vezes reforça

a dimensão normativa e disciplinar da educação [...] esse caráter normativo e disciplinar tende a produzir um efeito cerceador e restritivo, importante para as políticas de fiscalização e controle ambiental, mas talvez pouco estimulante para espaços de aprendizagem orientados pelos ideais de emancipação, liberdade e criatividade (CARVALHO, 2012, p.186).

Neste encaminhamento, Pelicioni, Castro e Philippi Jr (2014, p.796) dizem que “atitudes são formadas por condições que venham a atender às necessidades sentidas e dependem da vontade de cada indivíduo em incorporar ou não, em valorizar ou não, determinadas práticas”. Portanto, mais do que conscientizar, de acordo com esses autores, é preciso investir em ações que atendam às necessidades individuais e coletivas, considerando a realidade que se apresenta para, assim, possibilitar a emergência de novas atitudes condizentes com a sustentabilidade desejada.

Para Carvalho (2012, p.179), as “atitudes orientam as decisões e os posicionamentos dos sujeitos no mundo” e predispõem a determinados comportamentos, embora isso não seja um determinante, pois as ações humanas são influenciadas por diversos elementos. Por vezes, atitudes e comportamentos podem ser dissonantes e isto pode constituir-se em “um dos maiores desafios da Educação Ambiental” (CARVALHO, 2012, p.182).

Enquanto que o comportamento se dá por meio de um processo racional que acontece no plano do esclarecimento e expressa padrões aprendidos, “a ação passa-se no plano da atribuição de sentidos às experiências humanas, no qual se criam as regras do jogo social e da convivência” (CARVALHO, 2012, p.190).

Embora reconheça que a percepção, a sensibilização e a competência técnica acerca da problemática ambiental sejam importantes para sua resolução, Loureiro (2011) salienta que a Educação Ambiental precisa do exercício da cidadania, de ações concretas, de bases materiais

que possibilitem sua concretização, tanto com ações de atores individuais quanto de atores coletivos, e que “não se cria um cidadão ativo só por sua capacidade técnica no trato da questão ecológica, mas é necessário articular a apreensão de conhecimentos com a participação” (LOUREIRO, 2011, p.95). Por meio desse discurso, verifica-se a importância de práticas em Educação Ambiental para possibilitar a apreensão dos conhecimentos.

Nesse mesmo encaminhamento encontra-se Magozo (2014, p.478-479), cujo posicionamento ao tratar da Educação Ambiental em Saúde revela um entendimento que se estende à Educação Ambiental em âmbito geral. Para essa autora, a participação das pessoas exige mais do que simplesmente “mudar seu comportamento e suas práticas”, e conclui que, para tanto, é preciso disponibilizar ferramentas eficazes e condizentes com os objetivos a serem atingidos.

A resolução dos problemas ambientais atuais, na concepção de Luzzi (2014), transcende a gestão de recursos do meio ambiente e a sua incorporação nos resultantes dos processos econômicos e isso exige da humanidade amadurecimento, superação das hipocrisias, novos desejos, horizontes e uma nova maneira de pensar e sentir. Para tanto, entende que a educação é fundamental e, por sua vez, a Educação Ambiental “marca uma nova função social da educação, não constitui apenas uma dimensão, nem um eixo transversal, mas é responsável pela transformação da educação como um todo, em busca de uma sociedade sustentável” (LUZZI, 2014, p.461). Esse autor vislumbra a incorporação da Educação Ambiental na educação, de modo que “perca os adjetivos e como um todo se encaminhe na busca de sentido e significação para a existência humana” (LUZZI, 2014, p.446). Espera que seja simplesmente educação.

O futuro depende do presente, e para que esse venha a se efetivar, configura-se a necessidade de a humanidade acreditar que é possível alcançar melhor qualidade de vida, sem deixar depositada na ciência, na tecnologia ou no Estado a responsabilidade de encontrar uma alternativa milagrosa que prescindida de mudanças nas atitudes da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para um encaminhamento

O entendimento de ambientalização que se configurou para a pesquisadora, quer seja curricular, quer seja institucional, é de um processo que se revisa e atualiza constantemente. Por isto, as Considerações Finais poderiam ser intituladas “Considerações sobre um Processo em Movimento”. Porém, atentando para as características atribuídas por Marconi e Lakatos (2003) aos trabalhos científicos: real, contingente, sistemático, verificável e falível, entendeu-se a necessidade de fechar o processo para possibilitar que ele possa ser avaliado e reinventado, e que seus resultados possam oferecer subsídios para a ambientalização curricular na universidade, em especial na Área Socioeconômica da Univille,

Esse processo, entendido por “ambientalização curricular”, utiliza como ferramenta a Educação Ambiental para conscientizar a sociedade de que a sustentabilidade do planeta está imbricada ao modelo de atuação humana sobre o meio ambiente, que se reflete nas relações de consumo, no individualismo, na perda de referenciais, na pobreza, na degradação da qualidade de vida, além de que ela (a sociedade) necessita de rever seus conceitos para viabilizar sua continuidade.

A Educação Ambiental é, de fato, regulamentada como direito de todos os cidadãos. No entanto, o exercício pleno da cidadania depende e exige que todo cidadão seja e esteja capacitado a reconhecer seus direitos, identificar quando estiverem em situação de violação, fazer valer ou exigir que se façam valer tais direitos e agir de maneira crítica e ética, tendo em consideração os direitos de todos os demais.

Essa capacitação da qual se fala não depende somente do indivíduo, nem somente da sociedade, tampouco do Estado, e sim do envolvimento conjunto de todos esses setores. A sociedade, enquanto organização coletiva, deve se fazer presente e participar da educação de seus cidadãos. Assim como as organizações sociais, governamentais e não governamentais, as instituições de ensino superior precisam estar engajadas na tarefa de educar para a sustentabilidade socioambiental, tendo em consideração sua função e responsabilidade social.

A inserção da ambientalização nas instituições de ensino superior vem a ser denominada ambientalização das universidades. A ambientalização nas universidades consiste, pois, em difundir a Educação Ambiental nas práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições de ensino superior. Uma das maneiras de efetivação desse intento é pela via da inserção da Educação Ambiental nos currículos dos cursos das Instituições de

Ensino Superior, que se constitui na ambientalização curricular das universidades.

Prevista na Política Nacional de Educação Ambiental, nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental e também pelo Ministério da Educação (MEC), a inserção da Educação Ambiental nas instituições de ensino superior é condicionante à obtenção e renovação de credenciamento e abertura de novos cursos de nível superior. Pela legislação, a Educação Ambiental deve ser inserida nos currículos dos cursos não em forma de disciplina, mas sim, transversalmente, integrada a todos os currículos e abordada por todos os professores. Espera-se, com essa prática, a formação de cidadãos e profissionais imbuídos de senso crítico e ético que pautem sua vida profissional nos preceitos da sustentabilidade econômica, cultural, social e ambiental. A consigna, porém, vem sendo interpretada de diferentes maneiras, ocasionando a inclusão de disciplina(s) específica(s) nos cursos e/ou ainda a inclusão da temática ambiental em uma ou algumas das disciplinas dos cursos, de maneira isolada.

A pesquisa motivadora dessas considerações foi, pois, realizada, com a intenção de verificar se há ambientalização curricular nos cursos da Área Socioeconômica onde a investigação foi aplicada (Univille) e foi também embasada, essencialmente, nos documentos fornecidos pelos Departamentos da Área Socioeconômica objeto do estudo, a saber: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Publicidade e Propaganda. Quando aqui neste estudo se referencia o atendimento às características da Rede ACES, a fala tem lugar a partir dos já referidos documentos institucionais. Não ocorreu uma verificação *in loco* da aplicação prática do conteúdo expresso nos documentos.

Considerações Finais

De início surgiram situações complicadoras, todas superadas, mas convém especificá-las visto que são integrantes do processo. Apresentou-se a dificuldade de conciliar os horários da pesquisadora aos dos sujeitos participantes, para que fossem apresentadas a pesquisa e a pesquisadora aos Chefes dos Departamentos, e o mesmo aconteceu posteriormente com o agendamento das entrevistas gravadas com esses sujeitos. A demora na liberação dos documentos norteadores dos cursos por parte de alguns departamentos, que aguardavam parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE quanto à revisão desses documentos e ainda devido a problemas internos dos sistemas de informação, somou-se também ao fato de que as informações não eram fornecidas prontamente por alguns departamentos, na ausência de seu coordenador. Outro fator complicador foi a burocracia de

alguns dos setores da Instituição para os quais solicitou-se informações, e a ausência de retorno de outros.

A pesquisa foi efetivada por meio de análise documental nos PPC's e PEA's dos cursos da Área e de análise de conteúdo das entrevistas gravadas e questões abertas do questionário eletrônico, enquanto que as questões fechadas do questionário eletrônico foram tabuladas pelo *software Google Docs*. A análise documental permitiu verificar que há indícios de ambientalização; os questionários respondidos deixaram transparecer o entendimento de professores e demais funcionários quanto ao envolvimento da Instituição com a Educação Ambiental, e as entrevistas gravadas possibilitaram identificar as representações sociais de sustentabilidade socioambiental, meio ambiente e Educação Ambiental que têm os coordenadores dos cursos.

O contato pessoal com os entrevistados, desde as tentativas de agendamento, as alterações nas datas, a efetivação das entrevistas, o compartilhamento de suas experiências, a presença física da pesquisadora *in loco* na Área Socioeconômica, em especial nas secretarias, forneceram elementos importantes que subsidiaram todo o processo de análise. A associação de todos esses elementos, fundamentada na revisão de literatura, possibilitou a socialização dos resultados da pesquisa e, assim, acredita-se na possibilidade de contribuir para com o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, atendendo a comunidade acadêmica conforme o objetivo geral da pesquisa.

Quanto ao baixo índice de respostas obtidas dos profissionais para o questionário eletrônico, não foi objetivo da pesquisa elucidar o que o motivou e entende-se que, no contexto, esse elemento vem a ser um dado que fornece referências para a Instituição, pois tal como diz Bardin (2011), é um índice frutífero.

Dos Planos de Ensino e Aprendizagem analisados, são poucos os que apresentam indícios de tratamento da temática. No entanto, acredita-se que esse aspecto possa ser invertido visto que se observou, também, a presença de disciplinas, em todos os cursos, em que a temática pode ser abordada por meio de conteúdos próprios (da disciplina), no entanto essa abordagem não é explícita no respectivo Plano de Ensino e Aprendizagem.

Encontrou-se Planos de Ensino e Aprendizagem que preveem integração entre disciplinas, embora não se tenha evidenciado integração com o fim específico de abordagem à temática estudada na pesquisa. Esse achado vai ao encontro do apurado quanto às representações sociais que, embora não sejam consenso absoluto, revelam o entendimento de que as discussões relativas à temática sustentabilidade socioambiental são mais pertinentes às Áreas de Saúde e Tecnologia, restringindo a ambientalização à inclusão de temas em algumas

disciplinas dos cursos.

No tocante à presença das características entendidas pela Rede ACES como indicadores de ambientalização, observou-se maior concentração de indícios de sua presença nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, ainda que esses documentos se apresentem como uma extensão das políticas da Instituição. Essas características figuram minimamente nos Planos de Ensino e Aprendizagem.

Assim como observado nos documentos, percebeu-se por meio das representações sociais que têm os profissionais atuantes na Área Socioeconômica que a ambientalização tem espaço para avançar na Instituição, mas que são necessárias discussões e ações junto a esse público, para que despertem de bom grado seu interesse para a ambientalização curricular, assim como na ambientalização da universidade como um todo.

Como fator positivo, verificou-se que a grande maioria dos coordenadores de curso da Área Socioeconômica manifestou-se disposta ao aprofundamento na temática para enriquecer o tratamento dado ao tema nos cursos sob sua coordenação e, conseqüentemente, ampliar a sustentabilidade socioambiental da comunidade, entendida, neste contexto, como universal.

A grande maioria dos professores e funcionários participantes da pesquisa também manifestou o entendimento sobre a importância da temática nos cursos de graduação. Entretanto, um número expressivo de entrevistados revelou falta de tempo para investir neste aprendizado. Quanto ao interesse no desenvolvimento de projetos em relação à Sustentabilidade Socioambiental na Área, um dos entrevistados justificou que o departamento não comporta estrutura para tal e outro ainda condicionou sua participação a um convite. E no campo da Educação Ambiental, verificou-se divergência de opiniões dos profissionais quanto à oferta de programas e/ou projetos de parte da Instituição.

A ambientalização curricular da Área Socioeconômica, nesta pesquisa, apresenta um forte ponto de interrupção: a dificuldade de trabalhar a questão ambiental de forma interdisciplinar. As representações sociais de Educação Ambiental que têm os profissionais da Área são fortemente relacionadas à natureza e meio ambiente, contudo destaca-se a questão da Educação Ambiental e sua relação quanto a aspectos que afetam o meio ambiente, às ações humanas, às diferentes áreas envolvidas, à necessidade de conscientização, a uma visão crítica, ao consumo e à responsabilização das pessoas por suas ações. Professores e funcionários demonstram ter o entendimento de que é preciso problematizar a questão nos cursos, entre outros motivos para preservar recursos para as gerações futuras. O discurso deixa ver que os profissionais da Área entendem a importância de que a questão seja trabalhada de modo interdisciplinar, mas os Planos de Ensino e Aprendizagem das disciplinas

não condizem com o discurso, uma vez que não evidenciam o tratamento da questão ambiental de maneira interdisciplinar.

Tanto a dificuldade de trabalhar de modo interdisciplinar quanto a representação social de que a Educação Ambiental é tarefa de outras “áreas” podem ser relacionadas e entendidas como herança da especialização do conhecimento, como se pode constatar com Carvalho (2012, p.120):

o conhecimento disciplinar – despedaçado, compartimentalizado, fragmentado e especializado – reduziu a complexidade do real, instituiu um lugar de onde conhecer é estabelecer poder e domínio sobre o objeto conhecido, impossibilitando uma compreensão diversa e multifacetada das inter-relações que constituem o mundo da vida .

A representação social de que a Educação Ambiental é tarefa de outras áreas pode estar sendo ancorada pelo domínio daquilo que já é conhecido, levando à dificuldade na compreensão de meio ambiente “como uma interação complexa de configurações sociais, biofísicas, políticas, filosóficas e culturais” (REIGOTA, 2010, p.78) o que por sua vez dificulta a interdisciplinaridade. Portanto, a dificuldade (ou resistência) dos profissionais em trabalhar de modo interdisciplinar a Educação Ambiental merece um olhar cauteloso e acurado da Instituição.

A visão dos profissionais da Área quanto à Sustentabilidade Socioambiental na Univille revela o envolvimento da Instituição com a questão, representado esse envolvimento por ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Embora reconheçam a existência de projetos institucionais, acreditam que o envolvimento do *staff* possa ser maior. E os entrevistados argumentaram, ainda, quanto à representação da existência de um movimento forte quanto à sustentabilidade na Instituição, e que o mesmo não se materializa em fatos reais. Representação, essa, que pode ser tomada de empréstimo para acrescentar à dissonância supracitada entre os conteúdos das representações sociais expressas e os conteúdos dos Planos de Ensino e Aprendizagem. Outras representações sociais evidenciam também que a maioria dos profissionais da Área não têm conhecimento de que a Instituição tem seu Plano Diretor Institucional (PDI) e um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Em vista das análises feitas dos dados coletados, entendeu-se que a pesquisa atendeu às expectativas lançadas no objetivo proposto. De outra parte, também, os seus resultados indicam a possibilidade de lançar aqui algumas sugestões:

- Que os Planos de Ensino e Aprendizagem das disciplinas desses cursos sejam revistos, num exercício de pensar as contribuições de cada disciplina aos temas

transversais e viabilizar a ambientalização curricular, pois, parafraseando Tonso (2012), não há área ou disciplina que não tenha com o que contribuir;

- Que a Instituição reveja as suas ações no intento de viabilizar que os docentes e gestores tenham maior disponibilidade de tempo para dedicação à temática da Educação Ambiental;
- Que a Instituição envie esforços tanto em ações quanto na divulgação do seu Sistema de Gestão Ambiental, a fim de que as ações praticadas na Instituição encontrem um lugar onde fazer eco. No caso, junto aos profissionais que nela atuam;
- Que a Instituição amplie a oferta de atividades de cunho interdisciplinar para os docentes, tanto relacionadas à temática da Educação Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental quanto a temas diversificados, oportunizando ampliação, desconstrução e reconstrução do entendimento da temática da Educação Ambiental e o que dela decorre.

Outra possibilidade, detectada a partir da literatura de apoio utilizada durante a execução da pesquisa, incita-nos a indicar estudos quanto à:

- viabilidade de redução e/ou substituição dos copos descartáveis e utilizados no *campus*;
- possibilidade de utilizar as mídias disponíveis na Instituição e dispostas pelo *campus* para a promoção da Educação Ambiental de sua comunidade, o que pode vir a oportunizar melhorias tanto no processo de comunicação quanto na circulação de informações.

Acreditamos que essas indicações poderão abrir caminho para a ambientalização na Instituição. E ainda faz-se, aqui, mais uma indicação de estudo, a valorosa sugestão de um dos entrevistados quanto à minimização do uso de papel e de seu reaproveitamento assim como de sua substituição por tecnologias, as quais acredita-se que já são de uso comum pela maioria dos docentes e funcionários da Instituição (*tablets* e aparelhos de telefone celular).

A formação de um corpo de conhecimentos para estudar e debater as características sugeridas pela Rede ACES como características de um curso ambientalizado e buscar entender como as demais instituições de ensino superior abordam essa temática em seus currículos, por meio de consultas e visitas, poderia ser uma alternativa a ser adotada pela Instituição. Considerando que a gestão dos Chefes de Departamentos na coordenação dos cursos se dá pelo período de até dois anos, esses estudos e debates precisam ser documentados

para posteriores consulta e revisão. Entende-se que as informações e conhecimentos acerca da temática não podem ficar condensados na figura do Chefe de Departamento e que é prudente os registros permanecerem no Departamento quando da troca de coordenação.

Os Departamentos ao preocuparem-se com a ambientalização da Área Socioeconômica, significam a formação socioeconômica com a formação socioambiental dos futuros bacharéis em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior e Publicidade e Propaganda e assim possibilitam uma contribuição para se reinventar modelos de interação, produção e consumo mediados por administradores, contabilistas, economistas e publicitários que mantenham o olhar e as atitudes direcionados às diversas relações locais, nacionais e internacionais visando à sustentabilidade socioambiental.

Recomenda-se, portanto, atenção para que todos esses pontos e ações aconteçam de forma integrada, uma vez que não faz sentido investir em ações que não sejam valorizadas pela comunidade, ou em técnicas e instrumentos que não se sabe utilizar. Novamente, apresenta-se a necessidade de, por meio da Educação Ambiental, buscar a partir da Universidade um novo olhar do homem para a sua relação com o meio ambiente, para que se possa garantir, de fato, o meio ambiente sadio e equilibrado como direito de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D.C. (org.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. 2. ed. - Goiânia: AB, 2000. p.27-37.
- AKERMAN, Marco; RIGHI, Liane Beatriz; PASCHE, Dario Frederico; TRUFELLI, Damila; LOPES, Paula Ribeiro. Saúde e Desenvolvimento: que conexões? In CAMPOS, Gastão Wagner de Souza; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. - São Paulo: Hucitec Editora, 2015.
- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In BECKER, Dinizar Fermiano (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- ARAÚJO, Karoline de Lucena. Consumo, meio ambiente e sustentabilidade: um olhar sobre o saber. In CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sergio; LIMA, Letícia Gonçalves Dias; COSTA, Nálbia Roberta Araújo da. **Os saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico**: visitando a obra de Enrique Leff. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.
- AUGUSTIN, Sérgio; LIMA, Letícia Gonçalves Dias. O desenvolvimento de uma necessária cultura social-ambiental. In CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sergio; LIMA, Letícia Gonçalves Dias; COSTA, Nálbia Roberta Araújo da. **Os saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico**: visitando a obra de Enrique Leff. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.
- BALDIN, Nelma. Os Projetos Educa-Univille: Uma trajetória de pesquisa em Educação Ambiental e Gestão Ambiental Comunitária. **Ambiente & Educação**, v. 14, n. 2, p. 131-137, 2009. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/ambeduc/issue/view/175/showToc>>. Acesso em 29/12/2016.
- BALDIN, Nelma; CARLETTO, Denise Lemke. Sustentabilidade socioambiental em IES: diagnosticar para conhecer e avançar. **Revista Contrapontos**, Itajaí, SC, v. 15, n. 2, p. 228-242, ago. 2015. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/6964>>. Acesso em 31/10/2015.
- BALDIN, Nelma; HEIDEMANN, Andréa, GALLI, Vanilda. Educação Ambiental: o desafio da ambientalização curricular nas universidades. In SILVA, Allan Leon Casemiro da ; BENINI, Elisângela Medina; DIAS, Leonice Seolin (Orgs.). **Fórum ambiental: uma visão multidisciplinar da questão ambiental**. 2. ed. – Tupã: ANAP, 2016.
- BALDIN, Nelma. Gestão Ambiental e Sustentabilidade nas Universidades. In AMÉRICO-PINHEIRO, Juliana Heloisa Pine; BENINI, Elisângela Medina; SILVA, Allan Leon Casemiro da (Orgs.). **Meio ambiente: gestão e sustentabilidade**. 2. ed. – Tupã: ANAP, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENAYAS, Javier. *Proyecto Definición de indicadores y evaluación de los compromisos con la sostenibilidad en Universidades Latinoamericanas. Presentado a la Convocatoria de Proyectos de Cooperación Interuniversitaria UAM-Santander con América Latina. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. 17 p., 2013.*

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa nas Organizações.** Edição do Autor. Curitiba, 2007.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRANDLI, Luciana Londero; FRANDALOSO, Marcos Antonio Leite; RODRIGUES, Felipe de Brito; CECANELLO, Vanessa. A sustentabilidade ambiental na infra-estrutura de um campus universitário: ações. **XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído.** Fortaleza, CE, 7 a 10 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.infohab.org.br/entac2014/2008/artigos/A1837.pdf>>. Acesso em 16/06/2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em 24/09/2016.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 10/06/2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 07/07/2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 10/06/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente: saúde.** 2. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em 10/06/2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em 26/08/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012. Disponível em <>. Acesso em 10/06/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Temas Educacionais. **Denominações das Instituições de Ensino Superior (IES)**. [S.I.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html>. Acesso em 07/08/2016.

BRUNACCI, Attilio; PHILIPPI JR, Arlindo. A dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. – Barueri, SP: Manole, 2014.

CALIXTO, Kalyl Gomes; KIYUNA, Luma Sayuri Mazine; LEME, Patricia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima. Indicadores de Sustentabilidade para o Currículo e a Política Institucional da Universidade: O Processo de Construção na Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. In RUSCHEINSKY, Aloisio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de ensino superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EEC/USP, 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental crítica: nomes e endereçamentos da Educação. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Invenção e autoinvenção na construção psicossocial da identidade: a experiência constitutiva do educador ambiental. In GUIMARÃES, Mauro. **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. 4. ed. - Campinas: SP, Papyrus, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. especial, dezembro de 2008. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3387/2033>>. Acesso em 30/04/2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SILVA, Rosane Souza da. Ambientalização do ensino superior e experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. *In* RUSCHEINSKY, Aloisio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de ensino superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades.** São Carlos: EEC/USP, 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; AMARO, Inês; FRANKENBERG, Claudio Luis Crescente. Ambientalização curricular e pesquisas ambientalmente orientadas na PUCRS: um levantamento preliminar. *In* LEME, Patrícia C. Silva; PAVESI, Alessandra; ALBA, David; GONZÁLEZ, M. José Diaz. **Visões e experiências ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades.** São Paulo – Madri: USP – UAM, 2012. Disponível em < > Acesso em 23/03/2015.

CARVALHO, Luiz Marcelo de; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro; SANTOS SILVA, Dayane dos. Ambientalização nas instituições de Ensino Superior: as teses e dissertações em Educação Ambiental desenvolvidas no Brasil. *In* GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; ORSI, Raquel Fabiane Mafra; STEUCK, Eliane Renata; CARLETTO, Denise Lemke; DA SILVA, Marcia Pereira; LUNA, José Marcelo Freitas de. **Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: Subsídios, Reflexões e Aprendizagem.** 1. ed. – Dados eletrônicos. - Itajai: Ed. da UNIVALI, 2015. Acesso em 27/10/2015.

CASTRO, Ronaldo Souza de. A construção de conceitos científicos em educação ambiental. *In* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, Ronaldo Souza de; OLIVEIRA, José Renato de. Cognição, dialética e educação ambiental. *In* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Ronaldo Souza de; SPAZZIANI, Maria de Lourdes; SANTOS, Erivaldo Pedrosa dos. Universidade, meio ambiente e parâmetros curriculares nacionais. *In* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

CATFORD, John. *In* BUNTON, Robin; MACDONALD, Gordon. **Health promotion: disciplines and diversity.** London: Routledge, 1992.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

DIAS, Maria Carolina Almeida; MELO, Ismail Barra Nova de; MARQUES, Silvio Cesar Moral. Programa Município Verde Azul e suas possibilidades para a gestão ambiental descentralizada em municípios de grande porte. *In* SILVA, Allan Leon Casemiro da; FIHO, Luís Roberto Almeida Gabriel; CATANEO, Pedro Fernando. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Tupã: ANAP, 2015.

DICIONÁRIO Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/usufruto>>. Acesso em 28/12/2016.

ELALI, Gleice Azambuja; PELUSO, Marília Luiza. Interdisciplinaridade. *In* CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A condição da classe operária na Inglaterra**. Trad. Rosa Camargo Artigas & Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1986.

ESPEJEL, Benjamín Ortiz; RODRÍGUEZ, Iliana Ayala; GUADARRAMA, Salvador. *Gestión Ambiental Universitaria: Hacia un Campus Sustentable. Universidad Iberoamericana*. Puebla, México. *In Memorias Del IV Seminario Internacional Universidad Y Ambiente Gestión Ambiental Institucional Y Ordenamiento de los Campus Universitarios*, Bogotá, D.C., 25 e 26 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://ariusa.net/es/publicacionesredes/memorias-del-iv-seminario-internacional-universidad-y-ambiente>>. Acesso em 29/12/2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologias. 5. ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Qual extensão, para qual sustentabilidade? *In* LEME, Patricia C. Silva; PAVESI, Alessandra; ALBA, David; GONZÁLEZ, M. José Diaz. **Visões e experiências ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades**. São Paulo – Madri: USP – UAM, 2012. Disponível em < > Acesso em 23/03/2015.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Incorporação da questão ambiental na universidade vista a partir de dentro da gestão ambiental do estado. *In* RUSCHEINSKY, Aloisio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de ensino superior no Brasil**: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EEC/USP, 2014.

FIGUEIREDO, Mara Lúcia; GUERRA, Antonio Fernando Silveira; CARLETTO, Denise Lemke. Ambientalização nas Instituições de Educação Superior: Reflexões do IV Seminário Sustentabilidade na Universidade. *In* RUSCHEINSKY, Aloisio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil**: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EEC/USP, 2014.

FIGUEIREDO, Mara Lúcia; GUERRA, Antonio Fernando Silveira; JUNKES Márcia Maria. O processo de ambientalização na Unifebe: subsídios às políticas institucionais na Educação Superior. In GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; ORSI, Raquel Fabiane Mafra; STEUCK, Eliane Renata; CARLETTO, Denise Lemke; DA SILVA, Marcia Pereira; LUNA, José Marcelo Freitas de. **Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades**: Subsídios, Reflexões e Aprendizagem. 1. Ed. – Dados eletrônicos. - Itajai: Ed. da UNIVALI, 2015.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - IPPUJ (Org.). **Joinville Cidade em Dados 2016**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2016, 158p. Ilustrada. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2016.pdf>>. Acesso em 09/11/2016.

GARCIA, Consuelo de M.. Planejamento de ensino: fase de preparação. **Educ. rev. Curitiba**, n. 3, p. 9-34, dec. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601984000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/06/2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. Unidade 1 – Aspectos Teóricos e Conceituais. In GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 23/05/2015

GONÇALVES, Helenice Maia. **Docere, Delectare, Movere**: argumentos sobre ética. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Saude soc.** v. 8, n. 1, p. 49-61, fev. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07/07/2017.

GUARESCHI, Pedrinho. Representações Sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis : EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24122/21517>>. Acesso em 28/11/2016.

GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia. Caminhos e desafios para a ambientalização curricular nas universidades: panorama, reflexões e caminhos da tessitura do Programa Univali Sustentável. In RUSCHEINSKY, Aloisio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil**: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EEC/USP, 2014.

GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; ORSI, Raquel Fabiane Mafra; STEUCK, Eliane Renata; CARLETTO, Denise Lemke; DA SILVA, Marcia Pereira; LUNA, José Marcelo Freitas de. A ambientalização na Educação Superior: trajetória e perspectivas. In GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; ORSI, Raquel Fabiane Mafra; STEUCK, Eliane Renata; CARLETTO, Denise Lemke; DA SILVA, Marcia Pereira; LUNA, José Marcelo Freitas de. **Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: Subsídios, Reflexões e Aprendizagem**. 1. ed. – Dados eletrônicos. - Itajai: Ed. da UNIVALI, 2015. Acesso em 27/10/2015.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 12. ed. - Campinas, SP: Papyrus, 2015.

HEIDEMANN, Andréa. **Ambientalização no Instituto Federal de Santa Catarina: sustentabilidade socioambiental para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação**. Tese (Doutorado em Saúde e Meio Ambiente) - Univille, Joinville, 2017 (em andamento).

JACOBI, Pedro. Poder Local, Políticas Sociais e Sustentabilidade. **Saude soc.**, v. 8, n. 1, p. 31-48, fev. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04>>. Acesso em 03/08/2016.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em 03/08/2016.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/11/2016.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/04.pdf>>. Acesso em 06/12/2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 13. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KITZMAN, Dione; ASMUS Milton. Ambientalização sistêmica – do currículo ao socioambiental. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 269-290, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/art_v12_n1.htm>. Acesso em 28/11/2015.

KITZMAN, Dione Iara Silveira; ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski de. Da política pública à política ambiental: a emergência da sustentabilidade nos sistemas universitários federais. *In* RUSCHEINSKY, Aloisio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil**: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EEC/USP, 2014.

KLUG, Jaidette Farias. **Representações Sociais de Meio Ambiente e Educação Ambiental de Alunos de Ensino Médio do Município de São Francisco do Sul/SC**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – PUC, São Paulo, 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. *In* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

LEAL, Regina Barros. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de Educação**, n. 37/3, jan./abr. 2005. Disponível em <http://rieoei.org/boletin37_3.htm>. Acesso em 10/06/2017.

LEITE, Eugênio Batista; SOUZA, Tânia Maria Ferreira de; FREITAS, Jeanne Marie Ferreira; ANDRADE, Miguel Ângelo; PEREIRA, Leonardo de Araújo. PUC Minas sustentável: plano de sustentabilidade ambiental. *In* RUSCHEINSKY, Aloisio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil**: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EEC/USP, 2014.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória *In* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. *In* LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. 1. ed. Brasília: MMA, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/livro_ieab.pdf>. Acesso em 05/04/2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e “teorias críticas”. *In* GUIMARÃES, Mauro. **Caminhos da educação ambiental**: da forma à ação. 4. ed. - Campinas: SP, Papirus, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Evolução da Pesquisa. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. - Rio de Janeiro: EPU, 2015.

LUZZI, Daniel. Educação Ambiental: Pedagogia, Política e Sociedade. In PHILLIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. - Barueri, SP: Manole, 2014.

MAGOZO, Helena Maria Campos. Subjetividade no Processo Educativo: Contribuições da Psicologia à Educação Ambiental. In PHILLIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. - Barueri, SP: Manole, 2014.

MARCOMIN, Fatima Elizabeti; SILVA, Alberto Dias. A Sustentabilidade No Ensino Superior Brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. **Revista Contrapontos**, Itajaí, SC, v. 9, n. 2, p. 104-117, jun. 2009. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/999>>. Acesso em 30/06/2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo:Atlas, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete adaptações curriculares. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/adaptacoes-curriculares/>>. Acesso em 24/07/2017.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. **A Transição para a Sustentabilidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Saúde e Ambiente: uma relação necessária. In CAMPOS, Gastão Wagner de Souza; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. - São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

MONTEIRO, Maria da Conceição N.; CABRAL, Mara Aparecida Alves; JODELET, Denise. As representações sociais da violência doméstica: uma abordagem preventiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 161-170, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7139.pdf>>. Acesso em 26/10/2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 8. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NASCIMENTO-SCHÜLZE, Ciélia Maria. Representações sociais da natureza e do meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p. 67-81, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24124>>. Acesso em 28/11/2016.

NINIS, Alessandra Bortoni; BILIBIO, Marco Aurélio. Homo sapiens, Homo demens e Homo degradandis: a psiquê humana e a crise ambiental. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n.1, p. 46-55, abr. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11/01/2017.

NOAL, Fernando Oliveira. Os Ritmos e os Riscos: considerações sobre a globalização, ecologia e contemporaneidade. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA JUNIOR, Wencesláo Machado de; GARGALLO, Josep Bonil; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de; BAU, Eva Arbat i. As 10 características em um diagrama circular. In: JUNYENT, Mercè; GELI, Anna Maria; BAU, Eva Arbat i (Eds.) **Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: aspectos ambientales de las universidades. 2: proceso de caracterización de la Ambientalización Curricular de los Estudios Universitarios**. Girona: Universitat de Girona, v. 2, p.35-55, 2003.

OLIVEIRA, Otávio José de; PINHEIRO, Camila Roberta Muniz Serra. Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. **Gest. Prod.** São Carlos, v. 17, n. 1, p. 51-61, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n1/v17n1a05.pdf> > Acesso em 20/06/2017.

OMETTO, Aldo Roberto; LEME, Patrícia Cristina Silva; LOPES, Barbara Pacheco Carita Simões; SANTI, Aline Doria de. Ambientalização Curricular nos cursos de graduação da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo: percurso e lições aprendidas. In GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; ORSI, Raquel Fabiane Mafra; STEUCK, Eliane Renata; CARLETTI, Denise Lemke; DA SILVA, Marcia Pereira; LUNA, José Marcelo Freitas de. **Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: Subsídios, Reflexões e Aprendizagem**. 1. Ed. – Dados eletrônicos. - Itajai: Ed. da UNIVALI, 2015.

PAULISTA, GERALDA; VARVAKIS, Gregório; MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 185-200, jan./jun. 2008. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31711113>> Acesso em 09/11/2016.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Promoção da Saúde e do Meio Ambiente: uma Trajetória Técnico-Política. In PHILLIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. – Barueri, SP: Manole, 2014.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; CASTRO, Mary Lobas de; PHILLIPPI JR, Arlindo. A Universidade formando Especialistas em Educação Ambiental. In PHILLIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. – Barueri, SP: Manole, 2014.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILLIPPI JR, Arlindo. Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental. In PHILLIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. – Barueri, SP: Manole, 2014.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2010.

PILON, André Francisco. A ocupação existencial do mundo: uma proposta ecossistêmica. In PHILLIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. – Barueri, SP: Manole, 2014.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 8.ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/10256/pdf>>. Acesso em 26/10/2015.

ROCHA, Luis Fernando. Teoria das Representações Sociais: a Ruptura de Paradigmas das Correntes Clássicas das Teorias Psicológicas. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 34, n.1, p. 46-65, jan./mar. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n1/v34n1a05.pdf> >. Acesso em 18/12/2016.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Controvérsias, potencialidades e arranjos no debate da sustentabilidade ambiental. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XIII, n. 2, p. 437-441, jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a16.pdf>>. Acesso em 04/08/2016.

RUSCHEINSKY, Aloísio. As faces da sustentabilidade socioambiental e as controvérsias, potencialidades e arranjos da educação ambiental. **Revista Contrapontos**, Itajai, SC, v. 11, n. 1, p. 104-107, mar. 2011. Disponível em: < <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2494>>. Acesso em 04/08/2016.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Périplo pela incorporação da dimensão socioambiental: incertezas, desafios e tensões em trajetórias universitárias. *In* RUSCHEINSKY, Aloísio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades.** São Carlos: EEC/USP, 2014.

RUSCHEINSKY, Aloísio; MEDEIROS, Marjorie Fonseca e Silva. A gestão de territórios sustentáveis e as ações estratégicas das universidades. **Guaju**, Matinhos, v. 2, n. 2, p. 125-160, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/gaju/issue/view/2249>>. Acesso em 01/07/2017.

RUSCHEINSKY, Aloísio; MEDEIROS, Marjorie Fonseca e Silva. A dimensão dos cuidados com os bens ambientais em indicadores da gestão: contribuições para a pesquisa e o ensino nas universidades. *In* GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; ORSI, Raquel Fabiane Mafra; STEUCK, Eliane Renata; CARLETTO, Denise Lemke; DA SILVA, Marcia Pereira; LUNA, José Marcelo Freitas de. **Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: Subsídios, Reflexões e Aprendizagem.** 1. Ed. – Dados eletrônicos. - Itajai: Ed. da UNIVALI, 2015.

RUSCHEINSKY, Aloísio; GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia. Um panorama da sustentabilidade nas instituições de Educação Superior no Brasil. *In* GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; ORSI, Raquel Fabiane Mafra; STEUCK, Eliane Renata; CARLETTO, Denise Lemke; DA SILVA, Marcia Pereira; LUNA, José Marcelo Freitas de. **Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: Subsídios, Reflexões e Aprendizagem.** 1. ed. – Dados eletrônicos. - Itajai: Ed. da UNIVALI, 2015.

RUSCHEINSKY, Aloísio; GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. Seção II - Incorporação da sustentabilidade socioambiental na educação superior: desafios e perspectivas da ambientalização curricular. *In* RUSCHEINSKY, Aloísio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades.** São Carlos: EESC/USP, 2014.

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz Augusto. Biorregionalismo: identidade histórica e caminhos para a cidadania. *In* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SCHENK; Luciana Bongiovanni Martins, RANIERI; Victor Eduardo Lima. Relato de uma Experiência em Curso na Universidade de São Paulo: Programa EESC Sustentável. *In* RUSCHEINSKY, Aloísio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades.** São Carlos: EESC/USP, 2014.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre, n.13, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>>. Acesso em 06/12/2016.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In FAZENDA, Ivani C. A. (org.) **Didática e interdisciplinaridade**. 8. ed. - São Paulo: Papirus, 2003.

SILVA, Lúcia Maria Alves e; GOMES, Edvânia Torres Aguiar; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Diferentes olhares sobre a natureza: representação social como instrumento para educação ambiental. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 10, n. 1, p. 41-51, abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17/06/2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 – A pesquisa científica. In GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 23/05/2015.

SORRENTINO, Marcos. Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SORRENTINO, Marcos; BIASOLI, Semíramis. Ambientalização das instituições de educação superior: a educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis. In RUSCHEINSKY, Aloisio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME, Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Wellington Braz Carvalho. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EEC/USP, 2014.

SPINK, Mary Jane P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p. 300-308, jul./set. 1993. Disponível em <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v9n3/17.pdf>>. Acesso em 06/12/2016.

STENGERS, Isabelle. *Préface*. In RIGAUX, Natalie. **Raison et déraison**. Bruxelas: De Boeck, 1992.

TARTUCE, Terezinha de Jesus Afonso. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 503-515, dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2006000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11/01/ 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TONSO, Sandro. A ambientalização da universidade e a extensão universitária. In LEME, Patricia C. Silva; PAVESI, Alessandra; ALBA, David; GONZÁLEZ, M. José Diaz. **Visões e experiências ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades**. São Paulo – Madri: USP – UAM, 2012. Disponível em <> Acesso em 23/03/2015.

TRISTÃO, Martha. A educação ambiental e a emergência de uma cultura sustentável no cenário da globalização. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 1, p. 207-222, jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p207/22511>>. Acesso em 30/05/2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldi Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVILLE. **Guia Acadêmico Univille 2014**. Joinville: Editora Univille, 2014. Disponível em: <http://issuu.com/univille/docs/guiaacad_mico2014-1>. Acesso em 26/04/2015.

UNIVILLE. Universidade da Região de Joinville. **Projeto pedagógico do curso Administração**: Campus Joinville/Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC: UNIVILLE, 2015a.

UNIVILLE. Universidade da Região de Joinville. **Projeto pedagógico do curso Ciências Contábeis**: Campus Joinville/Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC: UNIVILLE, 2015b.

UNIVILLE. Universidade da Região de Joinville. **Projeto pedagógico do curso Ciências Econômicas**: Campus Joinville/Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC: UNIVILLE, 2015c.

UNIVILLE. Universidade da Região de Joinville. **Projeto pedagógico do curso Comércio Exterior**: Campus Joinville/Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC: UNIVILLE, 2015d.

UNIVILLE. Universidade da Região de Joinville. **Projeto pedagógico do curso Publicidade e Propaganda**: Campus Joinville/Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC: UNIVILLE, 2015e.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico - elementos metodológicos para elaboração e realização. 10. ed. – São Paulo: Libertad, 2002.

VIEGAS; Socorro de Fátima Souza da Silva, CABRAL; Eugênia Rosa, GOMES; Sérgio Castro, CARVALHO, André Cutrim. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Estudo da Adesão e Ação em uma Universidade Pública. **AOS – Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 7-28, jul./dez. 2015. Disponível em <www.unama.br>. Acesso em 16/06/2017.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. *In* GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 13. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ANEXOS

ANEXO A

**CÓPIA DA CARTA DE SOLICITAÇÃO DE ANUÊNCIA DO VICE-REITOR DA
UNIVILLE PARA A EXECUÇÃO DA PESQUISA**

PREZADO PROF. DOUTOR ALEXANDRE CIDRAL

VICE –REITOR DA UNIVILLE

Por meio deste vimos solicitar a sua participação na pesquisa *Ambientalização Curricular na Universidade: Diálogo Interdisciplinar da Sustentabilidade Socioambiental para Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação – Atendendo à Comunidade Acadêmica – Área Socioeconômica*. Ainda, solicitamos a sua anuência para que a pesquisa seja aplicada junto aos gestores das Pró-Reitorias de Administração, Ensino, Pesquisa e Pós Graduação, Extensão e Assuntos Comunitários e suas respectivas subdivisões.

A referida pesquisa foi elaborada pela pesquisadora responsável Prof.^a Dr.^a Nelma Baldin (orientadora) e pelos alunos, vinculados à pesquisa, seus orientandos dos Cursos de Mestrado em Saúde e Meio Ambiente e Educação da Univille. Também participam alunos Bolsistas PIBIC.

A pesquisa tem por **objetivo geral** elaborar um diagnóstico e sugerir ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade com vistas a um processo de promoção de ambientalização na UNIVILLE. Busca-se, assim, contribuir para a promoção de uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais.

Desta forma, entendemos que a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição à instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal a entrevista possa causar algum desconforto não previsto aos colaboradores do estudo.

O processo de aplicação da pesquisa está dividido basicamente em duas partes: 1) **levantamento - diagnóstico documental e bibliográfico**; 2) **pesquisa de campo** com aplicação de questionários com os gestores da Univille, centrados nas Pró-Reitorias de: Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Assuntos Comunitários, e Administração e com os gestores das respectivas subdivisões das pró-reitorias. O objetivo da aplicação do questionário aos gestores é identificar a existência de ações voltadas ao desenvolvimento socioambiental em cada uma das áreas de gestão da Univille. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a situação diagnóstica encontrada e propor possíveis intervenções sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, a nossa solicitação centra-se justamente na sua autorização para

aplicarmos a referida pesquisa junto a esses profissionais dos diversos setores e subdivisões, com vistas à análise dos respectivos Planos de Trabalho (em execução ou em elaboração).

A coleta de dados iniciará no segundo semestre de 2015 e se estenderá até o primeiro semestre de 2016. Em caso de dúvidas, será garantido o sigilo das informações e dos informantes, bem como será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos. A pesquisadora responsável pode ser encontrada na sala do *Stricto Sensu* – Sala C-13 (Univille), cujo ramal telefônico é 9209.

Após ser esclarecido sobre as informações do projeto, no caso de concordar em participar da pesquisa e também de concordar com a aplicação da referida pesquisa junto às Pró-Reitorias da Univille (e seus respectivos setores e/ou subdivisões), respeitosa e solicitamos que assine este documento, que foi elaborado em duas vias. Uma delas ficará em sua posse e a outra com a pesquisadora responsável.

TERMO DE ANUÊNCIA

Na qualidade de Vice-Reitor da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, concordo em participar da pesquisa Ambientalização Curricular na Universidade: Diálogo Interdisciplinar da Sustentabilidade Socioambiental para Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação – Atendendo à Comunidade Acadêmica – Área Socioeconômica, bem como autorizo que a mesma seja aplicada junto aos gestores das Pró-Reitorias de Administração, Ensino, Pesquisa e Pós Graduação, Extensão e Assuntos Comunitários e suas respectivas subdivisões. A pesquisa em questão está sob a responsabilidade da pesquisadora Prof.^a Dra. Nelma Baldin e da mestranda Izaura Rodrigues da Fonseca Krammel.

Assinatura: _____ Data: / / .

ANEXO B

**CÓPIA DA CARTA DE SOLICITAÇÃO DE ANUÊNCIA DA PRÓ-REITORA DE
ENSINO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA ÁREA
SOCIOECONÔMICA**

PREZADA PROFA. SIRLEI DE SOUZA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

UNIVILLE

Esta correspondência tem por objetivo convidá-la a participar, bem como solicitar sua autorização para a execução da pesquisa *Ambientalização Curricular na Universidade: Diálogo Interdisciplinar da Sustentabilidade Socioambiental para Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação – Atendendo à Comunidade Acadêmica – Área Socioeconômica* sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Prof.^a Dr.^a Nelma Baldin (orientadora) e pela mestrandia Izaura Rodrigues da Fonseca Krammel, do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, como requisito para a elaboração de sua Dissertação de Mestrado.

A pesquisa tem por **objetivo geral** elaborar um diagnóstico e sugerir ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade com vistas a um processo de promoção de ambientalização na UNIVILLE. Busca-se, assim, contribuir para a promoção de uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais.

Desta forma, entendemos que a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição à instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal a entrevista possa causar algum desconforto não previsto aos colaboradores do estudo.

O processo de aplicação da pesquisa está dividido basicamente em duas partes: 1) **de levantamento diagnóstico bibliográfico e documental** (planos políticos pedagógicos; ementas e planos de ensino); 2) de **pesquisa de campo** com aplicação de questionários aos coordenadores de curso, chefes de departamento e vice-chefes dos departamentos dos cursos de graduação da UNIVILLE. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a situação diagnóstica encontrada e propor possíveis melhorias sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, a nossa solicitação centra-se justamente na sua autorização para aplicarmos a referida pesquisa junto aos Departamentos - com vistas à análise dos Planos Políticos Pedagógicos dos cursos e dos Planos de Ensino dos professores, e junto aos diversos setores administrativos da PROEN.

A coleta de dados iniciará no segundo semestre de 2015 e se estenderá até o primeiro semestre de 2016. Em caso de dúvidas, será garantido o sigilo das informações e dos informantes, bem como será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos. A pesquisadora responsável pode ser encontrada na sala do *Stricto Sensu* – Sala C-13 (Univille), cujo ramal telefônico é 9209.

Após ser esclarecida sobre as informações do projeto, no caso de concordar com a aplicação da pesquisa na PROEN (e seus respectivos setores e/ou subdivisões), respeitosamente solicito que assine este documento, que foi elaborado em duas vias. Uma delas ficará em sua posse e a outra com a pesquisadora responsável.

É importante ainda esclarecer que a mestranda Izaura Rodrigues da Fonseca Krammel tem sob sua responsabilidade o estudo da área Socioeconômica envolvendo, portanto, os Departamentos Administração, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Economia, Publicidade e Propaganda.

TERMO DE ANUÊNCIA

Na qualidade de Pró-Reitora de Ensino da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, concordo em participar da pesquisa “Ambientalização Curricular na Universidade: Diálogo Interdisciplinar da Sustentabilidade Socioambiental para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação – Atendendo à Comunidade Acadêmica - Área Socioeconômica” bem como autorizo que a mesma seja aplicada neste setor. A pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora Prof.^a Dra. Nelma Baldin e da mestranda Izaura Rodrigues da Fonseca Krammel, sua orientanda.

Assinatura: _____

Data: / / .

ANEXO C**MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA E DA
PESQUISA AOS CHEFES DE DEPARTAMENTO DA ÁREA
SOCIOECONÔMICA**

Univille, _____

Ao Prof. _____

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE _____

Senhor Chefe,

Sou mestranda regularmente matriculada no **Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da Univille** e sou orientanda da Profa. Dra. Nelma Baldin. Nessa condição, apresento-me a este Departamento para dar início às ações da pesquisa para a elaboração de minha Dissertação de Mestrado.

O meu projeto de pesquisa, intitulado “AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE- SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- ATENDENDO A COMUNIDADE ACADÊMICA- ÁREA SOCIOECONÔMICA” tem como *objetivo geral* “Diagnosticar o processo de ambientalização na Univille por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável” e está vinculado ao projeto “guardachuva” aplicado em toda a Instituição Univille sob a coordenação e responsabilidade da Profa. Dra. Nelma Baldin. Referido projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Univille (Parecer nº 1. 138.317 04/07/2015) e tem a autorização para a devida aplicação do Vice Reitor da Univille Prof. Dr. Alexandre Cidral e da Pró Reitora de Ensino Profa. Ma. Sirlei de Souza.

Nesse encaminhamento, a pesquisa aponta, como principal benefício, a sua possível contribuição à Instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental.

O processo de aplicação da pesquisa está dividido basicamente em **três etapas**:

1) **levantamento diagnóstico documental e bibliográfico** com pesquisa para a busca de indícios de ambientalização nas ementas, conteúdo programático e bibliografia nos Planos de Ensino e no Projeto Político Pedagógico do curso;

2) **pesquisa de campo com aplicação de questionário online** com os chefes e vice-chefes dos Departamentos, Coordenadores, Professores e Secretárias dos cursos de Graduação

da Área Socioeconômicas da Univille. Caso o retorno das respostas do Questionário *online* em seu Departamento não atenda ao limite estabelecido como desejado para a pesquisa (50% +1 dos participantes), será então aplicada uma **entrevista**, gravada, com o Chefe do respectivo Departamento.

3) Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a situação diagnosticada encontrada e propor possíveis intervenções pedagógicas sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental. Esse material será a fonte para a elaboração de minha Dissertação de Mestrado.

Assim, contando com o seu apoio para a realização da **pesquisa documental** e da **pesquisa de campo** no Departamento sob sua gestão, apresento-lhe as minhas cordiais saudações.

Atenciosamente.

Izaura Rodrigues da Fonseca Krammel

Mestrado em Saúde e Meio Ambiente

Profa. Dra. Nelma Baldin

Orientadora e responsável pela pesquisa

ANEXO D**CÓPIA DO TERMO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA**

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE



UNIVILLE

UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - ATENDENDO A COMUNIDADE ESCOLAR. (CARTA CONVITE)

Pesquisador: Nelma Baldin

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45161815.8.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.138.317

Data da Relatoria: 02/07/2015

Apresentação do Projeto:

O projeto trata de estudar o currículo, a pesquisa, a extensão e a gestão da universidade enquanto processo contínuo e dinâmico, capaz de tornar a Instituição esse espaço (Espaço Educador Sustentável). Assim, a investigação do grau de ambientalização contemplará ações de sustentabilidade que já vêm sendo realizadas na universidade e indicará novas possibilidades de inserção da sustentabilidade socioambiental na Instituição em relação à gestão, a organização curricular, à formação dos professores, aos materiais didáticos, aos processos de pesquisa aplicados à ciência, tecnologia e inovação (na produção científica e na renovação do conhecimento), e também no fomento da cidadania. Extensivo, esse procedimento, a toda a comunidade universitária e a de seu entorno.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral - "Promover o processo de ambientalização na Univille por meio de diagnóstico e ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, contribuindo para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais, e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável".

Objetivos Específicos - Elaborar um diagnóstico nos documentos curriculares dos cursos de

Endereço: Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitica@univille.br

Página 01 de 03

Campus Joinville
Rua Paulo Malschitzki nº 10 - Zona Industrial
CEP 89219-710 - Joinville/SC
Fone: (47) 3461-9000 - Fax: (47) 3473-0131
www.univille.br

Unidade Centro - Joinville
Rua Ministro Calógeras, 437 - Centro
CEP 89202-207 - Joinville/SC
Fone: (47) 3422-3021

Unidade São Francisco do Sul
Rodovia Duque de Caxias Km 8 Poste 128 - Iperoba
CEP 89.240-000 - São Francisco do Sul/SC
Telefone: (47) 3471-3800

Campus São Bento do Sul
R. Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Colonial
Caixa Postal 41 - CEP. 89290-000 - São Bento do Sul/SC
Telefone: (47) 3631-9100



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.138.317

graduação e pós-graduação stricto sensu dos dois campi da Univille e da Unidade de São Francisco do Sul; - Relacionar o envolvimento de docentes, gestores e discentes, quanto às questões socioambientais na Instituição; - Analisar as estratégias, ações e práticas sustentáveis desenvolvidas na universidade; - Elaborar um relatório, frente ao diagnóstico realizado, visando ações estratégicas inovadoras voltadas à temática; - Implantar um processo de articulação para o desenvolvimento de políticas institucionais de sustentabilidade socioambiental. - Integrar a comunidade interna com a temática socioambiental, constituindo assim, na Univille, um espaço educador sustentável.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como exposto em Parecer Consubstanciado nº 1.107.971.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como exposto em Parecer Consubstanciado nº 1.107.971.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto apresentada está completa.

O TCLE formulado está de acordo com a Res. CNS 466/12.

A Carta de anuência foi apresentada, datada e assinada pelo responsável da instituição.

O Instrumento de pesquisa pertinente a pesquisa foi apresentado.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - ATENDENDO A COMUNIDADE ESCOLAR", sob CAAE 45161815.8.0000.5366 teve suas pendências esclarecidas pelo (a) pesquisador(a) Nelma Baldin, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso (<http://community.univille.edu.br/cep/statusparecer/577374>).

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ

UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE

Continuação do Parecer: 1.138.317

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

JOINVILLE, 04 de Julho de 2015

Assinado por:
Eleide Abril Gordon Findlay
(Coordenador)

Endereço: Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.**Bairro:** Zona Industrial **CEP:** 89.219-710**UF:** SC **Município:** JOINVILLE**Telefone:** (47)3461-9235**E-mail:** comitetica@univille.br

Página 03 de 03

Campus Joinville
Rua Paulo Malschitzki nº 10 - Zona Industrial
CEP: 89219-710 - Joinville/SC
Fone: (47) 3461-9000 - Fax: (47) 3473-0131
www.univille.br

Unidade Centro - Joinville
Rua Ministro Calógeras, 437 - Centro
CEP 89202-207 - Joinville/SC
Fone: (47) 3422-3021

Unidade São Francisco do Sul
Rodovia Duque de Caxias Km 8 Poste 128 - Iperoba
CEP: 89.240-000 - São Francisco do Sul/SC
Telefone: (47) 3471-3800

Campus São Bento do Sul
R. Norberto Eduardo Weiermann, 230 - Colonial
Caixa Postal 41 - CEP: 89290-000 - São Bento do Sul/SC
Telefone: (47) 3631-9100

APÊNDICES

APÊNDICE A

**CÓPIA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
ASSINADO PELOS CHEFES DE DEPARTAMENTO PARTICIPANTES DA
PESQUISA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Professor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - ATENDENDO A COMUNIDADE ACADÊMICA - ÁREA SOCIOECONÔMICA – Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Publicidade e Propaganda**, elaborada pela pesquisadora responsável Prof.^a Dr.^a Nelma Baldin (orientadora) e pela mestrandia Izaura Rodrigues da Fonseca Krammel, do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde e Meio Ambiente.

A pesquisa tem por **objetivo geral** “Diagnosticar o processo de ambientalização na Univille por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais, e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável”. Desta forma, a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição a instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal no ato de responder ao questionário possa causar algum desconforto não previsto aos participantes.

O processo da pesquisa está dividido basicamente em duas partes: 1) de levantamento diagnóstico documental e bibliográfico com pesquisa para a busca de indícios de ambientalização nas ementas, nos planos de ensino e no Projeto Político Pedagógico dos cursos; 2) de pesquisa de campo com aplicação de questionário *on line* aos chefes, vice-chefes, coordenadores, secretárias e professores dos Departamentos dos cursos de graduação da área Socioeconômica da UNIVILLE, bem como entrevistas gravadas com os chefes de departamento. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a situação diagnóstica encontrada e propor possíveis intervenções pedagógicas sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

A participação na pesquisa é de caráter voluntário e você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido o

esclarecimento antes e durante a aplicação da pesquisa acerca de quaisquer dúvidas. Os resultados da pesquisa serão apresentados pela mestranda na defesa de sua Dissertação, na UNIVILLE.

Será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas. A pesquisadora responsável pode ser encontrada no Doutorado e Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, no seguinte endereço: Campus Universitário – Joinville – SC, telefone (47) 3461-9209. É importante salientar que não há despesas pessoais ou compensações financeiras previstas para o participante em qualquer fase do estudo. Se existir qualquer despesa eventual, esta será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Informa-se, ainda, que é garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo além da publicação no ato de defesa de Dissertação de mestrado, também poderão ser apresentados em congressos e/ou artigos publicados em revistas científicas, sem que ocorra a divulgação dos nomes dos participantes.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este consentimento de participação dos sujeitos (TCLE), que lhe está sendo entregue em duas vias, uma delas é de posse do participante e a outra fica com a pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Solicita-se ainda a permissão para a divulgação dos dados da pesquisa em artigos e eventos científicos, bem como de possíveis imagens da Instituição que possam vir ser geradas durante a aplicação da pesquisa.

Joinville, ___/___/___.

Assinatura do participante

RG

ATENÇÃO: Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVILLE. Endereço: Rua Paulo Malschitzki, 10 – Bairro Zona Industrial – Campus Universitário – CEP 89219-710 – Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.

APÊNDICE B**MODELO DA PLANILHA DE TABULAÇÃO DOS DADOS DOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS DOS CURSOS E DOS PLANOS DE ENSINO E
APRENDIZAGEM**

FICHA DE REGISTRO DOS DOCUMENTOS DOS DEPARTAMENTOS DA UNIVILLE – ÁREA SOCIOECONÔMICA			
DEPARTAMENTO	DOCUMENTO ANALISADO	ITENS OBSERVADOS	
		Categorias de análise	Fora da categoria de análise

APÊNDICE C**MODELO DO QUESTIONÁRIO PILOTO APLICADO ELETRONICAMENTE
ÀS SECRETÁRIAS E AOS ALUNOS DOS CURSOS DE MESTRADO DA
UNIVILLE**

QUESTIONÁRIO PILOTO

QUESTIONÁRIO: COORDENADORES, GESTORES, CHEFES DE DEPARTAMENTO, VICE-CHEFES DE DEPARTAMENTO

1 – Na sua compreensão, o que é Educação Ambiental?

2 – Você acredita que a Educação Ambiental seja um tema importante nos cursos de graduação? De que forma você classificaria esta importância?

3 – Você promove/promoveu ou participa/participou de atividades realizadas na Univille voltadas a temática da Educação Ambiental? SIM () NÃO ()

- () sim, nas disciplinas com as quais trabalho
- () sim, em trabalhos de pesquisa
- () sim, em projetos de extensão
- () sim, em programas institucionais
- () sim, em eventos abertos (palestras, seminários, oficinas)
- () sim, em comissões ou conselhos institucionais
- () sim, em atividades de lazer
- () não.

Outro (Qual?):

4 – O campus da Univille possui um Plano Diretor/Plano de Gestão Ambiental?

- () sim, eu participei da elaboração
- () sim, mas não participei da elaboração
- () Não possui
- () Desconheço

5 – No seu ver, a Univille estimula a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação?

- () SIM
- () NÃO

6 – O que o motiva/motivaria a participar ou promover ações voltadas à temática da Educação Ambiental no campus?

- a importância de que sejam desenvolvidas tais ações na instituição para sua melhoria
- a complementação da minha formação profissional
- a promoção de encontros, relações pessoais, saúde e bem-estar
- reconhecimento do trabalho realizado
- até agora, não me envolvi com o tema

Outro (Qual?):

7 - Você recebe ou recebeu da instituição capacitação para trabalhar estas questões?

- SIM
- NÃO

Se SIM, quais?

8 – Quais são as dificuldades que você encontrou/encontra para sua participação?

- falta de interesse
- falta de tempo
- falta de informações
- falta de apoio institucional
- não tenho dificuldades

Outro (Qual?):

9 – Você teve alguma dificuldade para responder esse questionário?

Acredita que ele poderia ser melhorado de alguma forma?

APÊNDICE D**MODELO DO QUESTIONÁRIO *ONLINE* ENVIADO AOS PROFISSIONAIS DA
ÁREA SOCIOECONÔMICA**

PROJETO DE PESQUISA:**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - ATENDENDO A COMUNIDADE ESCOLAR – ÁREA SOCIOECONÔMICA**

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Nelma Baldin

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES, GESTORES, CHEFES DE DEPARTAMENTO, VICE-CHEFES DE DEPARTAMENTO

1 – Na sua compreensão, o que é Educação Ambiental?

2 – Você acredita que a Educação Ambiental seja um tema importante nos cursos de graduação?

De que forma você classificaria esta importância?

- () sem importância
- () pouca importância
- () importante
- () bastante importância
- () extrema importância

3 – Você promove/promoveu ou participa/participou de atividades realizadas na Univille voltadas a temática da Educação Ambiental? SIM () NÃO ()

- () sim, nas disciplinas com as quais trabalho
- () sim, em trabalhos de pesquisa
- () sim, em projetos de extensão
- () sim, em programas institucionais
- () sim, em eventos abertos (palestras, seminários, oficinas)

sim, em comissões ou conselhos institucionais

sim, em atividades de lazer

não.

Outro (Qual?):

4 – O campus da Univille possui um Plano Diretor/Plano de Gestão Ambiental?

sim, eu participei da elaboração

sim, mas não participei da elaboração

Não possui

Desconheço

5 – No seu ver, a Univille estimula a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação?

SIM NÃO DESCONHEÇO

6 – O que o motiva/motivaria a participar ou promover ações voltadas à temática da Educação Ambiental no campus?

a própria importância de que tais ações sejam desenvolvidas

a complementação da minha formação profissional

a promoção de encontros, relações pessoais, saúde e bem-estar

o reconhecimento do trabalho realizado

até agora, não me envolvi com o tema

Outro (Qual?):

7 - Você recebe ou recebeu da instituição capacitação para trabalhar estas questões?

SIM NÃO

Se SIM, quais?

8 – Quais são as dificuldades que você encontrou/encontra para sua participação?

falta de interesse

falta de tempo

falta de informações

falta de apoio institucional

não tenho dificuldades

Outro (Qual?):

APÊNDICE E

MODELO DO ROTEIRO DE QUESTÕES PARA AS ENTREVISTAS COM OS CHEFES DOS DEPARTAMENTOS DA ÁREA SOCIOECONÔMICA

ROTEIRO DE ENTREVISTA - QUESTÕES NORTEADORAS

FAIXA ETÁRIA:**ESCOLARIDADE:**

1 - Na sua compreensão o que é educação ambiental? Como você compreende essa questão na sociedade? E no seu cotidiano, que ações você pratica em relação a essa temática?

2 - Na sua percepção que imagem a Instituição lhe passa em relação a Sustentabilidade Socioambiental?

3 - A Instituição oferece capacitação que contemple a EA e destinadas aos servidores e docentes? Já participou de alguma atividade nessa área? Como foi essa experiência? Tem interesse em algum curso ou capacitação nessa área?

4 - A Instituição desenvolve programas ou projetos que estimulem a discussão de temas voltados a SS? E o departamento? Enquanto chefe de departamento teria interesse em desenvolver algum projeto nesse sentido?

5 - No setor sob sua gestão, a Educação Ambiental, é contemplada de alguma maneira?

- **Se sim, de que maneira é incluída para os próximos anos? Que ações estão previstas.**
- **Se não, existe algum interesse de contemplar essa temática para o futuro?**

6 - Você tem alguma proposta que poderia ser desenvolvida com relação às temáticas de SS?
